



Patrimônio Cultural e Sustentabilidade

ORGANIZADORES

Francisca Ferreira Michelon
João Fernando Igansi Nunes
Jossana Peil Coelho
Luiz Oosterbeek

Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, 2024





THEATRO SETE DE ABRIL = 1916

calçada Sin

BRASIL

Patrimônio Cultural e Sustentabilidade

ORGANIZADORES

Francisca Ferreira Michelin,
João Fernando Igansi Nunes,
Jossana Peil Coelho,
Luiz Oosterbeek

Pelotas
Rio Grande do Sul
2024



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901
Fábrica de Memórias - UFPel

P314 Patrimônio cultural e sustentabilidade [recurso eletrônico] / org.
Francisca Ferreira Michelin... [et al.] . – Mação : Instituto Terra e
Memória, 2024.

469 p. : il. color. - Bibliografias. Conferências apresentadas no
Congresso Internacional Patrimônio Cultural e Sustentabilidade,
2024, Pelotas. – (Série ARKEOS ; v. 59).

ISBN: 978-989-35056-5-6 (impresso)

ISBN: 978-989-35056-6-3 (e-book)

1.Patrimônio cultural. 2.Gestão cultural. 3.Gestão patrimonial.
4.Patrimônio industrial. 5.Desenvolvimento sustentável. 6.Meio
ambiente. 7.Turismo. 8.Memória. 9.Museus. I.Michelon, Francisca
Ferreira. II.Nunes, João Fernando Igansi. III.Coelho, Jossana Peil. IV.
Oosterbeek, Luiz. V.Congresso Internacional Patrimônio Cultural e
Sustentabilidade.

Solicitamos permuta | On prie échange | Exchange wanted |
Tauschverkehrerwunsch | Sollicitiamo scambio

CONTACTAR:

Instituto Terra e Memoria

Largo dos Combatentes, 6120-750 Mação, Portugal

itm.macao@gmail.com

www.institutoterramemoria.org

apheleiaproject.org

© 2024, ITM e autores

Design editorial: Maria Eduarda Gauze Cardoso

Direção de arte: João Fernando Igansi Nunes

Os autores cederam seus direitos autorais para a composição desta obra.

Todos os direitos reservados pelos organizadores.

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios
mecânicos ou eletrônicos, sem a autorização prévia dos organizadores.





Praça
Sete de Julho
CEP 96020-010
CENTRO
180

Praça
Coronel Pedro Osório
101-103
CEP 96050-500
CENTRO

NCA
R

INTRODUÇÃO	13
ALIANZA INDUSTRIA Y CULTURA EN EL MUNDO DEL PISCO: PATRIMONIO, ARTE Y BIOARQUITECTURA Pablo Lacoste	20
EUDAIMONIA: EM BUSCA DO CÁLICE SAGRADO (PERSPETIVAS PARA O SÉCULO XXI À LUZ DAS REAÇÕES À PANDEMIA DE 2020) Luiz Oosterbeek	38
<hr/> MUSEUS, EDUCAÇÃO E COMUNIDADES	
PATRIMÔNIO CULTURAL E SUSTENTABILIDADE: TRÊS EXPERIÊNCIAS PARA UMA PRÁTICA EM COMUM André Luis Ramos Soares Juliano Bitencourt Campos Marlon Borges Pestana Ingelore Scheunemann	59
ASPECTOS HISTÓRICOS DA MUSEALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: PRESERVE/FÊ, MUSEUS FERROVIÁRIOS E OUTROS SALVAMENTOS Alice Bemvenuti	82
"UM TREM QUE ANDAVA DE COSTAS" O RABICHO FERROVIÁRIO E A RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA FERROVIÁRIA EM GRAMADO-RS Wanderley Cavalcante	125
A ÁREA PORTUÁRIA DE PELOTAS/RS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL — CONFLITOS E POTENCIALIDADES Joseane da Silva Almeida	146
MUSEUS E TURISMO - A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DAS MEMÓRIAS E DA IDENTIDADE LOCAL- GRAMADO -RS Márcio Dillmann de Carvalho	159
EXPERIÊNCIAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E DA CULTURA DO PROGRAMA DE APOIO ÀS PRÁTICAS PATRIMONIAIS Daniele Behling Luckow Fernanda Tomiello Vanessa Bosenbecker Laura Gomes Zambrano	177

A CONSTITUIÇÃO DE UM MUSEU NA MAIOR FAVELA DO RIO DE JANEIRO – O MUSEU SANKOFA MEMÓRIA E HISTÓRIA DA ROCINHA	196
---	------------

Fernando Ermiro da Silva

PATRIMONIO INDUSTRIAL E SUSTENTABILIDADE

ALGUNS ASPECTOS DE SUSTENTABILIDADE PARA FALAR DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL	228
--	------------

Francisca Ferreira Michelin

Jossana Peil Coelho

Flora Coelho Jerozolinski

ENTRE HISTORIA Y PATRIMONIO: UN MUSEO Y ARCHIVO TEXTIL COMO TESTIMONIO DE UN PASADO INDUSTRIAL	241
---	------------

Mariela Ceva

LA “INDUSTRIA SIN CHIMENEAS” Y LAS VIEJAS CHIMENEAS: APUNTES PARA PENSAR EN TORNO A TURISMO, PATRIMONIO Y SITIOS DE VALOR PATRIMONIAL INDUSTRIAL	265
---	------------

Laura Ibarlucea

O QUE É UMA COMUNIDADE? COMO CONSTRUIR A SUSTENTABILIDADE A PARTIR DAS COMUNIDADES?	290
--	------------

Celeste Afonso

Luiz Oosterbeek

PATRIMÔNIOS INDUSTRIAIS EM POTENCIAL NO RIO GRANDE DO SUL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE PRESERVAÇÃO	319
--	------------

Jossana Peil Coelho

O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E A PEDAGOGIA FREIREANA: A IMATERIALIDADE DA FÁBRICA LANG NO PROGRAMA MULHERES MIL	340
---	------------

Laiana Pereira da Silveira

Caterine Henriques Mendes

Francisca Ferreira Michelin

PATRIMÔNIO CULTURAL E SUSTENTABILIDADE: CAMPOS DIFUSOS DE DILEMAS E DISPUTAS	359
---	------------

João Fernando Igansi Nunes

**PATRIMÔNIO, TERRITÓRIOS E MUDANÇAS
CLIMÁTICAS**

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS E EVENTOS EXTREMOS:
O FUTURO JÁ CHEGOU** 390

Ricardo Acosta Gotuzzo

**A GEOGRAFIA E A CLIMATOLOGIA HISTÓRICA DAS
ENCHENTES E OUTROS EVENTOS EXTREMOS NO RIO
GRANDE DO SUL DE 1900 A 2024** 404

Pedro Teixeira Valente

**AGRICULTURA FAMILIAR, PATRIMÔNIO E MUDANÇAS
CLIMÁTICAS: INTERRELAÇÕES EXISTENTES E NECESSÁRIAS** 417

Adriane Lobo Costa

**VARIEDADES CRIOULAS E PLANTAS NATIVAS NO BIOMA
PAMPA: UM PATRIMÔNIO QUE DEVE SER PRESERVADO** 424

Rosa Lia Barbieri

DESENVOLVIMENTO, EVOLUÇÃO E CULTURA 430

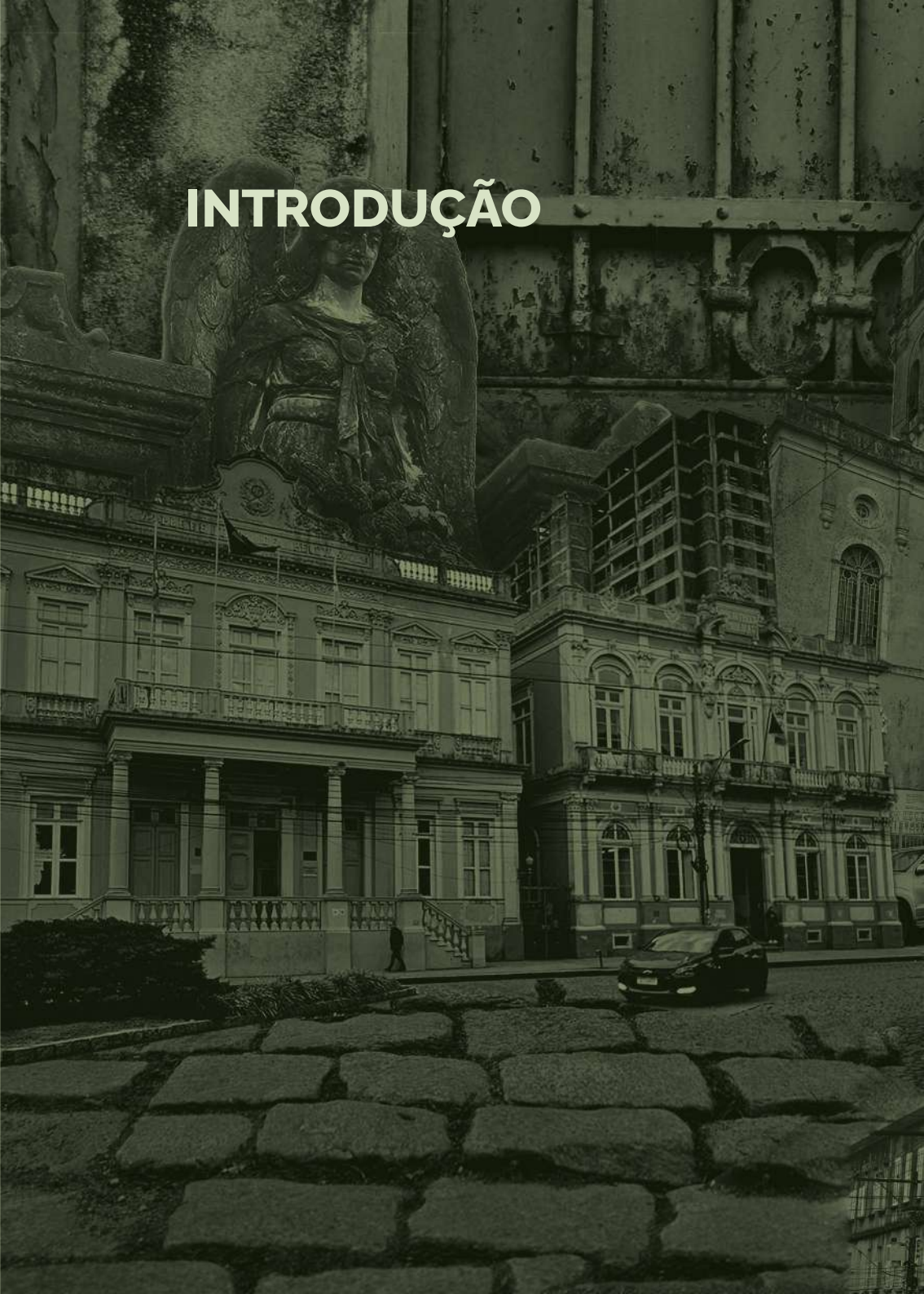
Leonardo Melgarejo

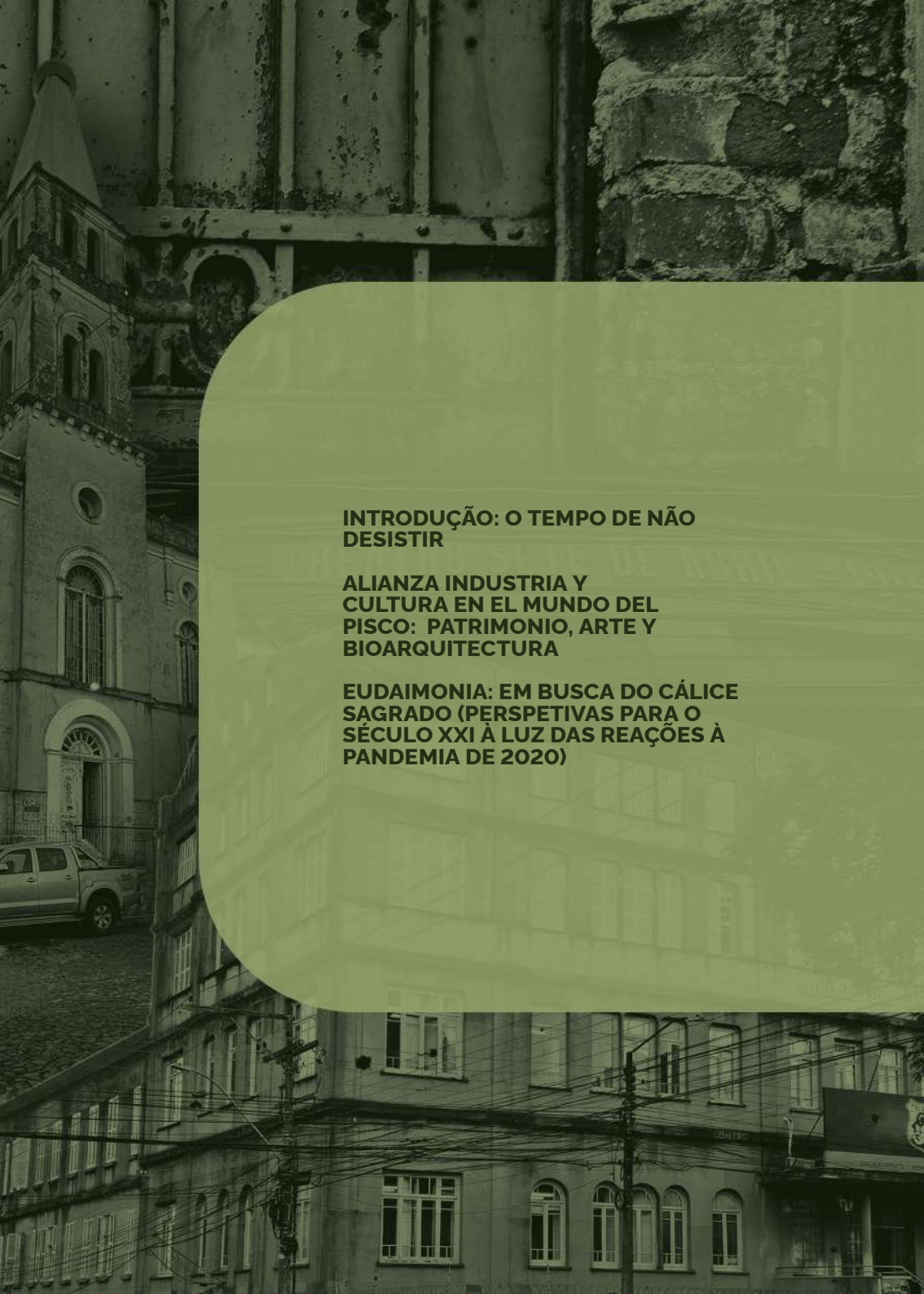
**A CONSCIÊNCIA DO PAPEL DA EXTENSÃO RURAL OFICIAL
NA PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SABER-FAZER E DAS
TECNOLOGIAS SOCIAIS DOS AGRICULTORES FAMILIARES** 449

Renato Cougo dos Santos

Sobre as autoras e os autores 459

INTRODUÇÃO





**INTRODUÇÃO: O TEMPO DE NÃO
DESISTIR**

**ALIANZA INDUSTRIA Y
CULTURA EN EL MUNDO DEL
PISCO: PATRIMONIO, ARTE Y
BIOARQUITECTURA**

**EUDAIMONIA: EM BUSCA DO CÁLICE
SAGRADO (PERSPETIVAS PARA O
SÉCULO XXI À LUZ DAS REAÇÕES À
PANDEMIA DE 2020)**

INTRODUÇÃO: *O tempo de não desistir*

Este livro contém textos que representam parte do que se assistiu e discutiu nas conferências, painéis temáticos e mesas redondas do Congresso Internacional Patrimônio Cultural e Sustentabilidade, que teve na presente edição o evocador subtítulo: *um museu feliz para um futuro melhor*. Então, as palavras feliz e futuro manejaram toda a ironia que se viveu nos dois meses que antecederam o Congresso.

Neste livro está apenas parte, não tudo, do que se escutou, viveu e guardou na memória. Tudo é uma palavra inaplicável, mais ainda no presente caso, em que mesmo diante de uma situação imobilizante, como a que afetou o Rio Grande do Sul entre final de abril e início de junho de 2024, fizemos o possível para manter o evento e a programação. Fizemos tudo o que estava a nosso alcance. O evento aconteceu e a parte que aqui consta é expressiva: são 20 capítulos que reúnem em autoria única ou coautoria 30 autores, cujos textos contemplam apresentações de conferências, mesas redondas e painéis temáticos do evento. Portanto, este livro é um registro dos conteúdos que foram desenvolvidos além daqueles que constam nos Anais e um modo de lembrar um momento difícil, de muitos desafios.

Os maiores desses desafios foram decorrência dos acontecimentos que aconteceram nos meses de abril, maio e junho de 2024. Foram fatos não esperados, menos ainda, desejados. Nesses meses, tudo parecia muito difícil ou impossível.

As águas que se derramaram das colinas e montanhas, que transbordaram dos rios e que inundaram as nossas cidades foram inclementes em mudar o curso dos acontecimentos porque as partes mais atingidas do Estado foram, justamente, as mais populosas. Então, muitas pessoas viram a água chegar no meio da noite e saíram de suas casas carregando apenas a angústia e o medo. Enquanto escrevemos este texto, muitos ainda não puderam retornar e outros tantos já não têm para onde voltar.

E quando tudo aconteceu, a memória coletiva de um fato muito antigo foi ativada. Notícias e imagens da grande enchente de 1941 começaram a emergir e a tomar conta das ondas da internet, do rádio e dos jornais. No entanto, entre aquele distante ano e o atual, muitas enchentes e ciclones já tinham percorrido nossas terras.

E isso começou quando abril quase terminava. Para nós, restavam dois meses para que o resultado do trabalho de um ano fosse se concretizar. Evidente que o tamanho da tragédia imobilizou a vontade de sequer pensar em outra coisa. Não se tratou de uma decisão individual, mas de um movimento das populações das cidades mais ou menos atingidas. As imagens da enchente e dos deslizamentos, das águas cobrindo ruas e casas, das pontes desmoronando e das estradas sucumbindo transbordavam como os rios. Para qualquer lado que se voltassem os olhos, era essa a visão que se tinha.

E estávamos às portas do evento. Por fim, ou quase imediatamente, o aeroporto Internacional Salgado

Filho, na capital do Estado, foi tomado pelas águas que cobriram as pistas e tudo o que estava a dois metros ou mais do solo. Por um longo tempo foi difícil chegar ou sair, por alguns vários dias os mais desesperados buscavam rotas, e os conformados ficavam no lugar. Mas, nós optamos por manter a viagem, o que equivaleu a seguir em frente e realizar o Congresso no tempo previsto, recebendo várias mensagens de pessoas inscritas que já não poderiam vir. Dentre elas, palestrantes convidados.

Mantivemos o evento por dois motivos principais: a dificuldade operacional de transferir a data significava a possibilidade de perder agendas e enfraquecer a programação e a vontade de resistir e enfrentar a situação de modo a não aderir a certo desespero e segura desesperança que contaminava vários discursos e pessoas. Optamos pela programação, por honrar os compromissos e por resistir ao infortúnio.

No dia da abertura, lá estávamos nós juntos: o Grupo de pesquisa Fábrica de Memórias, mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas e o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas. Ambos se apresentaram, representados por suas coordenadoras, e agradeceram ao Conselho Nacional de Pesquisa-CNPq, à Comissão de Avaliação de Pessoal do Ensino Superior-CAPES e à Fundação de apoio à pesquisa do Rio Grande do Sul-FAPERGS pelo aporte financeiro recebido. E se agradeceu a todos os apoios recebidos, de todas as formas, inclusive aos convidados que para

chegar onde estávamos se propuseram a cumprir rotas improváveis. Os outros, para quem não encontramos um acesso possível, estiveram conosco de outro modo, não presencial.

Falamos sobre o tema do Congresso, nesta edição de 2024, *um museu feliz para um mundo melhor*. No fluxo dos acontecimentos, a palavra mundo foi substituída por outra: futuro. Se inicialmente pretendíamos discutir a capacidade dos museus, sejam quais forem esses, para promover ou intensificar a conexão entre o bem-estar e a sustentabilidade, fortalecer sua relação com as comunidades onde se encontram para ajudar as pessoas a entender as realidades que neles figuram e usar esse conhecimento para melhorar o mundo, no então presente dos fatos, o futuro se impôs: o que será de nós? Queríamos, e todos precisavam de um futuro melhor.

Assim, estiveram reunidos nos três dias que se seguiram — e, também, naquele primeiro — um público de acadêmicos de diversas disciplinas das humanidades e *stakeholders* de diferentes instituições e práticas, somando um total de 314 inscritos. E destes inscritos, 116 eram autores e coautores de textos que foram apresentados nos 7 (sete) eixos temáticos das sessões de comunicações. O expressivo número de inscritos resultou em 80 apresentações de comunicações e em uma diversidade de participantes que, em sua grande maioria, enfrentando as adversidades impostas do momento, estiveram de forma presencial para discutir como os patrimônios podem ser sustentáveis tanto

quanto ser vetores de sustentabilidade em diferentes espaços de existência.

Neste livro mantivemos os três eixos temáticos que justificaram a ocorrência do Congresso, adaptando seu título para contemplar o momento em que ocorreu o evento. Vale lembrar que O Congresso de Patrimônio Cultural e Sustentabilidade reuniu três eventos ocorridos nos anos anteriores que buscavam, a partir de suas temáticas originais, explorar como os museus podem melhorar o convívio entre as pessoas e as muitas formas de sustentabilidade. Com isso, pretendeu-se incentivar discussões sobre o papel do patrimônio nas relações com a comunidade e melhorias futuras, enfatizando a importância das memórias compartilhadas na formação de um mundo sustentável. Portanto, pretendeu-se conectar diversas disciplinas acadêmicas e partes interessadas para discutir o papel do patrimônio na promoção de conexões comunitárias e na abordagem de memórias pós-pandêmicas numa expectativa de proposição de futuros sustentáveis.

O Congresso contou com a integração de três eventos: o Seminário Internacional Patrimônio Industrial, Alimento e Sustentabilidade, realizado em Pelotas, em 2023; o Simpósio Internacional Vi-vir Marco de Jerez, ocorrido em Cádiz, Espanha, em 2022; e a Jornada Nuestro Norte es el Sur: re_visiones patrimoniales, que aconteceu em Sevilha, também na Espanha e em 2023. Esses três eventos, em suas segundas edições, ocorreram em conformidade com o Congresso. Embora cada um dos eixos temáticos tenha abordado principalmente

os objetivos específicos de um dos eventos, eles convergiram em suas temáticas, permitindo uma integração efetiva e enriquecedora.

Tal como se havia proposto nas metas do projeto do Congresso, foi possível incorporar objetivos de desenvolvimento sustentável nos eixos de reflexão, incentivando a apresentação de conteúdos alinhados à AGENDA 2030, com foco nas três dimensões principais: econômica, social e ambiental. Ao longo do evento, discutiu-se a relação entre os alimentos de produção local e a preservação de tradições, bem como o papel das comunidades tradicionais no contexto atual. Buscou-se também aprofundar a discussão sobre o patrimônio industrial em suas muitas acepções, reforçando o processo de consolidação dos estudos sobre essa ampla tipologia patrimonial. Portanto, de diferentes modos, as apresentações, nas suas quatro modalidades (conferências, mesas, painéis e comunicações) referiram-se aos conceitos-chave dos ODS, como segurança alimentar, nutrição adequada e agricultura sustentável; bem-estar humano, e o equilíbrio entre o uso e preservação dos recursos naturais. Por meio das discussões, afirmou-se o desejo por um ambiente humano digno, respeitoso quanto às identidades, memórias e à natureza.

A novidade que se apresentou foi, que sem alterar o propósito do Congresso, contemplou-se o incidente inesperado e determinante que atingiu todo o Estado e lembrou-se que desde 2020 vivemos e sobrevivemos uma sucessão de eventos extremos climáticos, políticos

e sanitários. Talvez seja impossível, como sociedade, relembrar continuamente tudo o que se passou em cada um, mas é fato que há memórias que necessitam ser guardadas para que um mundo de partes interdependentes possa pensar o futuro que se está construindo hoje.

Por fim, as três partes que formam este livro reúnem os textos que contemplam as transversalidades da relação entre museus, educação e comunidades; os usos sustentáveis do cada vez mais presente patrimônio industrial e os impactos das mudanças climáticas nos territórios, sobretudo naqueles que se definem pela presença determinante de comunidades tradicionais. Cada capítulo, com sua forma e conteúdo específico, desenvolve exemplos, referências e situações que modelam essa transversalidade do tema principal.

Conclusivamente, este livro celebra, com o seu conteúdo, o objetivo do Congresso Patrimônio Cultural e Sustentabilidade, cumprido pelo próprio fato de ter ocorrido em uma situação instável e desanimadora. E igualmente, por ter sido uma oportunidade de intensa reflexão e troca de ideias, conhecimentos e esperanças.

***Francisca Ferreira Michelin
João Fernando Igansi Nunes
Jossana Peil Coelho
Luiz Oosterbeek***

Pelotas, 01 de outubro de 2024.

ALIANZA INDUSTRIA Y CULTURA EN EL MUNDO DEL PISCO: PATRIMONIO, ARTE Y BIOARQUITECTURA

Pablo Lacoste

INTRODUCCIÓN

Las relaciones entre las empresas y el patrimonio suelen ser conflictivas. Las presiones del comercio y la industria suelen impulsar el derrumbe de edificios de valor patrimonial, para levantar en su lugar construcciones de mayor rentabilidad en el corto plazo; similares criterios se suelen utilizar para la sustitución de flora nativa y paisajes patrimoniales por uniformes plantaciones de monocultivo. Sin embargo, esta oposición tiene matices que conviene indagar, porque junto con las dificultades, el patrimonio también puede articularse de modo armónico con la vida económica, de modo tal que, junto con preservar la cultura, se logra un mejoramiento en la actividad económica, tal como ocurre en el Norte Chico de Chile, donde el patrimonio natural y cultural se han articulado con la industria del pisco, destilado típico y ancestral de este territorio.

Figura 1: Mural multicultural del Norte Chico. Municipalidad de Monte Patria, Región de Coquimbo.

Fonte: Alexandra Kann (en adelante AK).



El Norte Chico comprende las provincias de Huasco, Elqui, Limarí y Choapa, en las regiones de Atacama y Coquimbo. Se destaca por la riqueza del legado cultural de sus pueblos originarios, particularmente los diaguitas (Hidalgo, 1971; Ampuero; Hidalgo, 1975; Cerda, 2013; Molina, 2016) que dejaron un rico legado cultural, tanto en su bioarquitectura como en gastronomía (Contreras, 2021, Esteves y Sales, 2022). También resulta rica la tradición mestiza del periodo colonial, con la cultura del arriero (Razeto et al., 2022) y las fiestas y celebraciones como la fiesta de Andacollo (Contreras; González, 2014). Se generó así una cultura mestiza de carácter hispanocriolla, que mantuvo vivo el legado de los pueblos originarios, con ciertas tensiones (Boccará; Galindo, 2000; Ramírez; Carvajal; San Juan, 2023). En este territorio se desarrolló la industria del pisco chileno.

El punto crítico de esta experiencia se encuentra en la alianza estratégica que construyeron los empresarios del pisco con los recursos culturales y ambientales del territorio. Se trata de un caso notable, donde en lugar de oponerse, los actores involucrados lograron asumir

compromisos de largo plazo, que permitieron preservar el patrimonio y, como resultado, se generaron beneficios para la región en su conjunto, lo cual contribuyó a incrementar el valor de los productos comerciales, no sólo para fortalecer su identidad y reconocimiento en el mercado, sino también, al generar un destino turístico de singular valor, lo cual también contribuye a incrementar la rentabilidad de la inversión privada y la sostenibilidad económica, social y ambiental.

El pisco es el destilado de uvas hispanocriollas, elaborado en Chile desde los albores de su historia, registrado documentalmente desde comienzos del siglo XVIII y delimitado como Denominación de Origen desde 1931. Durante más de trescientos años ha sido la principal industria del norte de Chile, con el consiguiente impacto en la vida social, económica, política y cultural (Cofré; Stewart, 2020; Lacoste, 2016). También existe el pisco en Perú, muy similar al chileno, y lo lógico sería que ambos países articularan una estrategia común para promover el destilado sudamericano en los mercados mundiales, con una Denominación de Origen binacional (Jiménez, 2013), lo cual no ha ocurrido todavía debido a los prejuicios nacionalistas. A pesar de ello, el pisco ha funcionado como un motor de desarrollo cultural, social y económico en el territorio (Rojas, 2013; Skewes *et al*, 2024).

La industria pisquera pasó de la era artesanal a la industrial en la década de 1960; el aumento de la producción generó una etapa de competencia agresiva, conocida como "la guerra de los treinta años" (Escandón,

2016), lo cual puso en peligro la existencia misma de las principales empresas, sobre todo las cooperativas (Rojas, 2013). A ello se suman las tensiones políticas y sociales, que causaron fuerte impacto en los paisajes pisqueros, particularmente durante la Reforma Agraria del periodo 1967-1973 (Carmona, 2013; Santoni *et al*, 2023; Santoni *et al*, 2024; Lacoste, 2024). Aquellas fuerzas convivieron con vectores que impulsaban otras miradas, más cercanas a los valores ambientales y culturales, las cuales lograron abrirse camino y construir fuertes lazos con la identidad y el territorio.

ALIANZA INDUSTRIA-PATRIMONIO EN PISCO DE CHILE

Resulta notable la constante actitud de la industria por preservar, visibilizar y promover el patrimonio cultural. Muchas pisqueras pequeñas, medianas y grandes, se caracterizan por el cuidado del legado de los pueblos indígenas y mestizos que habitaron el territorio en los últimos siglos. Basta recorrer los establecimientos pisqueros para detectar la preservación de instalaciones y equipamiento ancestral, como por ejemplo, las llamadas "piedras tacitas", donde los pueblos originarios molían el grano para alimentar sus familias (pisquera Tololo); también han cuidado las piedras de los molinos hidráulicos harineros de rodezno que se utilizaron entre los siglos XVI y XIX. Muchas destilerías se han encargado de preservar esas valiosas piedras y las exhiben con orgullo en sus establecimientos, tal como puede verse en pisqueras como las de Mulet (Huasco), Almu, Mal Paso y Bauzá (Limari). Los establecimientos pisqueros se han convertido en

verdaderos museos, donde se conserva, valoriza y difunde el patrimonio ancestral. Junto con los molinos, se cuidan allí objetos correspondientes a la cultura material de la era preindustrial, incluyendo alambiques artesanales de cobre labrado, recipientes de cuero labrado (museos Mistral y Capel), piedras para filtrar el agua (Mal Paso) y tinajas de greda (Capel, Mistral, Bauzá) (Figura 2).

*Figura 2: Tinajas en la pisquera Bauzá, Región de Coquimbo, Chile.
Fuente: AK*



La constante voluntad de preservar el patrimonio ancestral ha representado un costo para la industria del pisco. Pero a cambio, ha logrado construir una identidad muy definida, con el consiguiente impacto en la construcción de la imagen del territorio como un espacio único, de gran valor cultural, lo cual, a la larga, ha contribuido a facilitar sus estrategias comerciales.

INDUSTRIA Y ARTES PLÁSTICAS EN LAS CAVAS PISQUERAS

Junto con preservar objetos de la cultura material de la era preindustrial, la industria del pisco se ha comprometido con la creación artística, que se remonta al siglo XIX, con el

diseño de las etiquetas de pisco. La necesidad de comunicar al consumidor información sobre el origen geográfico y la materia prima utilizada (variedades de uva aromática) llevó a los pisqueros a desarrollar una cultura cercana a la comunicación visual a través de íconos de complejo valor simbólico (Cofré *et al*, 2016). La práctica de diseñar etiquetas, sostenida durante más de 140 años, contribuyó a asentar una tradición de valoración del arte en el mundo del pisco, que incluyó naturalmente aspectos culturales del territorio, incluyendo representaciones de los bailes chinos de la fiesta de Andacollo (Skewes, 2024). Sobre la base de este humus cultural, se puso en marcha un movimiento que llevó a los pisqueros a convocar a los artistas para realizar obras de mayor envergadura para decorar las cavas. Esta tradición comenzó intuitivamente a mediados del siglo XX, en la pequeña destilería artesanal de Los Nichos, (Pisco Elqui, Paihuano, Región de Coquimbo) donde se incorporaron obras del prestigioso pintor chileno Tole Peralta, que representaban danzas de esqueletos, inspiradas en las fiestas típicas mejicanas, pero reorientadas al ambiente lúdico de la cultura del pisco (Figura 3).

Figura 3: Tole Peralta. "Pisco-fiesta eterna" (c.1960). Tinta sobre papel.
Fonte: AK.



La trilogía de Tole Peralta contribuyó a crear el ambiente de intimidad que reina en las cavas de la pisquera Los Nichos, y completa su diseño arquitectónico y su decoración, signada por la presencia de nichos donde se guardan antiguas botellas, juntamente con epitafios que se dedicaban mutuamente los visitantes en las noches de degustación y juego. El conjunto de estos elementos se convirtió en un referente identitario, que contribuyó en forma decisiva a la construcción del Valle de Elqui como destino turístico (Navarrete, 2014), con el consiguiente impacto positivo en la promoción y ventas del pisco *Los Nichos*.

Las obras de arte de *Los Nichos* marcaron un hito en la tradición de la cultura pisquera, y animó a otras destilerías a avanza en la misma dirección. La cooperativa *Control*

convocó al pintor Patricio Vega para la creación de obras artísticas que interpretaran la cultura del pisco. Como resultado, incorporó una trilogía de grandes óleos dedicados a representar la cultura del pisco, alambiques, barricas y ceremonias de consumo. Una de estas obras se destaca por elevar artísticamente el momento de fundación de la primera cooperativa pisquera en 1931, poco después de la Gran Depresión, con la clara intención de reivindicar la cultura cooperativa que a partir de entonces, se instaló con fuerza en el Norte Chico (Figura 4).

*Figura 4: Patricio Vega. "Acta fundacional" (1999). Óleo sobre tela:
1,50 x 2,00
cavas de Cooperativa Control Pisquero, Región de Coquimbo.
Fonte: AK.*



Através de su ingreso a las cavas de Control, entonces la principal pisquera de Chile, el subió de status, al pasar de las pequeñas destilerías artesanales a los establecimientos industriales, lo cual multiplico su

visibilidad e impacto. Posteriormente, este impulso siguió su carrera ascendente y se extendió a la cooperativa Capel, que convocó al mismo artista para realizar un gran mural (Figura 5). El enorme mural del foyer de Capel se destaca por su atmósfera de intimidad, muy adecuada para preparar el ingreso a las cava-museo. Representa los distintos actores involucrados en la elaboración del pisco en la era preindustrial, con su equipamiento e instalaciones artesanales. Desde el punto de vista sensorial, la luminosidad creada por esta obra de arte predispone al visitante para dejar atrás el espacio exterior, e ingresar en el museo donde podrá recorrer la línea del tiempo, desde el siglo XVI hasta la actualidad, y observar las colecciones de la cultura inmaterial del territorio.

Figura 5: Patricio Vega. "Cultura y tradición pisqueras" (2004). Acrílico sobre tela: 2,91 x 2,34 cm. Museo-Cavas de Capel, Vicuña. Fuente: AK.



La presencia del arte se multiplicó en otras pisqueras,

incluyendo las artesanales del Valle del Huasco. Las cavas de Bou Barroeta incluyen también representaciones de la cultura del pisco en el periodo colonial, con otra estética; también resulta original el enfoque de la pisquera Armidita, que incluye la chacana de la cosmovisión andina. La belleza aportada por la presencia del arte en las cavas pisqueras se proyectó más allá de las empresas, y fue abrazada también por el sector público, particularmente en los murales de la Municipalidad de Monte Patria (Figura 1). A ello se sumaron también muchos vecinos del territorio pisquero que se sumaron a la corriente de incorporar el arte para decorar las murallas de viviendas, hostales, posadas y casas de comercio, Creando un conjunto de singular identidad y belleza.

INDUSTRIA Y BIOARQUITECTURA

Junto con la valoración del arte, la industria del pisco se ha destacado también por la articulación con el paisaje a través de la arquitectura orgánica o bioarquitectura. Este proceso rescata las tradiciones culturales de los pueblos originarios del territorio, particularmente los diaguitas, y de las capas mestizas del periodo colonial. Sobre esta base se ha desarrollado una tradición constructiva caracterizada por el uso la pirca y la tierra cruda como materiales de construcción, juntamente con fibras vegetales (cañas, totora, brea), tanto para cierres perimetrales como para techos y muretes. También se usan cercos vivos, particularmente con cactus del desierto, que dialogan muy bien con las pircas de piedra, herencia del imperio inca, y con la majestuosa silueta

del pimiento-molle (aguaribay), que se destaca como árbol del desierto.

Las pisqueras artesanales han tenido afinidad natural con los valores de la bioarquitectura. Así se percibe en las destilerías de Chañaral de Caren, Armidita y Cogotí, entre otras. Durante cerca de dos siglos, la hacienda Armidita ha logrado mantener su estructura original, con el uso de materiales locales. Particular impacto causan los techos cubiertos de fibras de totora entretejidas, que se renuevan regularmente (Figura 6).

*Figura 6: Salón principal de la pisquera artesanal Armidita con techos de totora, Huasco Alto, Región de Atacama.
Fuente: Robinson Ramírez.*



El uso de materiales naturales se convirtió en un estándar para muchas pisqueras artesanales. En el Pisco Elqui, la pisquera doña Josefa se destaca por la presencia de tabiques de fibras vegetales trenzadas, lo mismo que los techos de la pisquera ABA, en la ciudad de

Vicuña. En Combarbalá, la pisquera Cogotí se destaca por la centralidad de los cactus, cuyos verdes intensos contrastan con los muros blancos de los edificios y sus basamentos de piedra; y en Chañaral de Carén, las pircas articulan su calidez como plataforma para sostener las barricas, con el pimiento-molle que cumple la función de corona de la destilería.

El carácter que las pisqueras artesanales imprimieron en el territorio, se transmitió a las pisqueras industriales que se instalaron después. Un buen ejemplo se encuentra en la destilería de Mistral, mayor productor de pisco en la actualidad, con más del 55% del mercado. Esta empresa reivindicó la tradición de bioarquitectónica regional en su sede de Pisco Elqui, distinguida por columnas y muros de piedra con techos de fibras vegetales trenzadas (Figura 7).

*Figura 7: Techos de caña de pisquera Mistral, Pisco Elqui, Región Coquimbo.
Foto: AK.*



La empresa tuvo la opción de utilizar materiales industriales, de mayor duración y menores costos. Pero al elegir piedras y fibras vegetales trenzadas, optó por un camino de articulación con los paisajes culturales construidos por las generaciones anteriores, como un legado que tenía sentido preservar y transmitir a la posteridad. Se generó así un ambiente confortable, que ha contribuido a atraer turistas que regularmente visitan el museo y el restaurant de *Mistral*.

CONCLUSIÓN

Las relaciones entre la industria y el patrimonio están signadas por la tensión entre las necesidades de eficacia comercial del sector empresario, y los valores permanentes de la cultura y el ambiente. Esas tensiones pueden decantarse hacia una oposición o bien, a la búsqueda de cooperación y articulación; este segundo camino es mucho más complejo que el anterior, y demanda tiempo y esfuerzo, pero los resultados pueden ser positivos para ambas partes. El caso del pisco en el Norte Chico de Chile es un buen ejemplo. Esta industria ha tenido que enfrentar etapas donde se priorizaron las técnicas habituales de competencia tenaz entre empresas, con guerras de precios que a la larga, resultaron destructivas (Escandón, 2017). Pero también ha recorrido el camino largo, de construir valor a partir de la alianza con los sectores del arte, el patrimonio y el medio ambiente, con resultados interesantes.

En efecto, cuando los pisqueros optaron por los valores ambientales y culturales, sentaron las bases de un

proceso positivo, signado por la valoración del territorio, el fortalecimiento de la identidad y el incremento del valor del producto. Las destilerías han logrado sostener en el tiempo una estrategia constante de articulación de lo comercial con el arte, el patrimonio y la bioarquitectura. Las pisqueras artesanales tuvieron un papel fundamental en este proceso, como iniciadoras del movimiento. Ellas comenzaron con la incorporación del arte y la bioarquitectura, primero en sus etiquetas y luego en sus instalaciones. La valoración del patrimonio se convirtió en una actitud permanente en el diseño del producto. Posteriormente, este proceso, iniciado por las pisqueras artesanales, se trasladó a las industriales. Los establecimientos productivos se convirtieron en museos-centros de interpretación al aire libre, con la conservación, exhibición y difusión del patrimonio intangible del territorio. La fuente de inspiración fue el patrimonio cultural de la región, incluyendo desde los sistemas constructivos con fibras vegetales tejidas, aportados por los pueblos originarios, hasta la estética artística, inspirada en la cultura latinoamericana de origen mexicano. Se produjo así un movimiento rizomático, de abajo hacia arriba, con participación y protagonismo del legado de los actores subalternos, que terminó por modelar la identidad y el carácter de todo el territorio.

La inversión de la industria en arte, preservación del patrimonio y cuidado ambiental se ha revelado positiva, también en el plano de la rentabilidad empresarial, porque ha permitido añadirle valor al producto. Paralelamente, al fortalecer la identidad del territorio, se ha consolidado el Norte Chico –particularmente el

Valle de Elqui- como destino turístico de primer orden, con el consiguiente impacto en la venta directa (lo cual incrementa los beneficios de la empresa en un 50%) y en el desarrollo de marca y fidelización de clientela.

Junto con la industria, esta forma de trabajo también beneficia al territorio en su conjunto, por efecto de las externalidades positivas en materia de fortalecimiento de la identidad y del tejido social, juntamente con las posibilidades para MiPymes y actores subalternos.

AGRADECIMIENTO

Proyecto "Mestizo cultural heritage and appreciation of the local culture. Forgotten lessons from the cold war". ATE 220008, Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo (ANID).

REFERENCIAS

AMPUERO, Gonzalo; HIDALGO, Jorge. Estructura y proceso en prehistoria y protohistoria del Norte Chico de Chile. **Chungará** (Arica), v. 5, pp. 87-124, julio 1975. Disponible em: https://www.chungara.cl/Vols/1975/Vol5/Estructura_y_proceso_en_la_prehistoria.pdf. Acceso em: 05 ago. 2024.

BOCCARA, Guillaume; GALINDO, Sylvia (eds). **Lógica Mestiza en América**. Temuco: Editorial Universidad de La Frontera-Instituto de Estudios Indígenas, 2000.

CARMONA CASTEX, Rodrigo. **La especial cruzada del huaso ladino**. Santiago: Stylográfica Santiago, 2013.

CERDA CARRILLO, Patricio. **Patrimonio cultural indígena: Norte Semiárido de Chile**. La Serena: Editorial

Universidad de La Serena, 2013.

COFRÉ, Carolina.; NÚÑEZ, Emiliano.; MUJICA, Fernando; LACOSTE, Pablo. **La guerra del Pisco a través de las etiquetas**. Idesia (Arica), v. 34, n. 2, pp. 25-32, abril 2016. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/idesia/v34n2/aop0416.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2024.

COFRÉ LEÓN, Cristián.; STEWART, Daniel M. Viña, alambiques y "veinticinco botijas de pisco". Alhué, 1717. **RIVAR** (Santiago), v. 7, n. 20, pp. 88-107, mayo 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35588/rivar.v7i20.4481>. Acesso em: 05 ago. 2024.

CONTRERAS, Rafael; GONZÁLEZ, Daniel. **Será hasta la Vuelta de Año: Bailes Chinos, Festividades y Religiosidad Popular en el Norte Chico**. Santiago, CNCyA, 2014.

CONTRERAS GUERRA, Pamela. **Sabores diaguitas: encuentro de tradiciones culinarias de los Siglos XV y XVI**. La Serena: EDN Impresores, 2021.

ESCANDÓN, Pedro. Informe Escandón. La Denominación de Origen. Formulación de principios para el desarrollo de la Denominación de Origen de productos de la Región de Coquimbo. **RIVAR** (Santiago) v. 3, n. 8, pp. 284-329, mayo 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=469546449014>. Acesso em: 05 ago. 2024.

ESTEVEZ, Matías; SALES, Romina. Patrimonio vitivinícola en quinchá frente a la expansión urbana en Mendoza, Argentina. **RIVAR** (Santiago), v. 9, n. 25, pp. 211- 229, enero 2022. Disponível em <https://dx.doi.org/10.35588/rivar.v9i25.5449>. Acesso em: 05 ago. 2024.

FEDIAKOVA, Evguenia.; SANTONI, Alessandro; LACOSTE, Pablo. Guerra Fría en el agro chileno: la Reforma Agraria

de Allende desde la perspectiva soviética (1970-1973). **Encrucijada Americana** (Santiago) v. 16, n. 1. (jun 2024). Disponível em: <https://encrucijadaamericana.uahurtado.cl/index.php/ea/article/view/220>. Acesso em: 05 ago. 2024.

HIDALGO, Jorge. Algunos datos sobre la organización dual en las sociedades protohistóricas del Norte Chico de Chile. El testimonio de los cronistas. **Noticiero Mensual del Museo Nacional de Historia Natural**. (Noticiero 178), 3-10. Santiago, 1971. Disponível em: <https://publicaciones.mnhn.gob.cl/668/w3-article-66166.html>. Acesso em: 05 ago. 2024.

JIMÉNEZ, Diego; CASTRO, Amalia; RENDÓN, Bibiana; LACOSTE, Pablo; SOTO, Natalia. A bi-national appellation of origin: Pisco in Chile and Peru. **Chilean Journal of Agricultural Research**. (Chillán, Chile), vol. 73, n. 4, pp. 424-429, octubre-diciembre 2013. Disponível em: <http://www.chileanjar.cl/files/V73i4Y2013id4251.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2024.

LACOSTE, Pablo; colaboradores. **El pisco nació en Chile. Génesis de la primera Denominación de Origen de América**. Santiago, RIL/USACH, 2016.

LACOSTE, Pablo. Reforma Agraria, inflación y control de precios: la cooperativa Control Pisquero (Chile, 1970-1973). **Revista Historia 396** (Valparaíso), v. 14 n° 1, pp. 311-334, agosto 2024. Disponível em: <https://historia396.cl/index.php/historia396/article/view/771/327>. Acesso em: 05 ago. 2024.

MOLINA OTÁROLA, Raúl. Pueblos de indios del Norte Chico y los diaguitas actuales. En: **El arte de ser diaguita**. Museo de Arte Precolombino. Santiago, 2016, pp. 79-103. Disponível em: https://www.ciir.cl/ciir.cl/wp-content/uploads/2018/05/Molina-2016_Pueblos-de-Indios-El

arte-ser-Diaguita.pdf. Acesso em: 05 ago. 2024.

NAVARRETE, Sandra; LACOSTE, Pablo. Alternativas no tradicionales de desarrollo rural: la ruta del pisco como recurso turístico (Valle de Elqui, Chile). **Idesia** (Arica), vol. 32, n. 4, pp. 5-14, noviembre 2014. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/idesia/v32n4/art02.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2024.

RAMÍREZ, Cecilia; CARVAJAL, Paula; SAN JUAN, Constanza. **Memorias de un Tránsito Patrimonial**. Alto del Carmen, FONDART, 2023.

RAZETO, Jorge., LEA-PLAZA, Isidora; SKEWES, Juan Carlos. Arrieros del Antropoceno en los Andes de Chile central: nuevas movilidades para continuar habitando las montañas. **Quaderns de l'Institut Català d'Antropologia** (Barcelona), v. 38, n. 2, pp. 327-348, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.56247/qua.422>. Acesso em: 05 ago. 2024.

ROJAS, Gonzalo. **El caso de la cooperativa Capel**. Buenos Aires, FLACSO, 2013.

SANTONI, Alessandro; FEDIAKOVA, Evguenia; LACOSTE, Pablo. Guerra Fría, Reforma Agraria y patrimonio agroalimentario: la Empresa Pisquera del Estado (Chile, 1970-1973). **Estudios Internacionales** (Santiago) v. 55, n° 206, pp. 181-206, diciembre 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5354/0719-3769.2023.71016>. Acesso em: 05 ago. 2024.

SKEWES, Juan Carlos *et al.* **Los paisajes del pisco y su patrimonio mestizo**. Santiago: Editorial Ariadna, 2024.

EUDAIMONIA: EM BUSCA DO CÁLICE SAGRADO (PERSPETIVAS PARA O SÉCULO XXI À LUZ DAS REAÇÕES À PANDEMIA DE 2020)

Luiz Oosterbeek

E TUDO A PANDEMIA LEVOU

Afinal, amanhã é outro dia.

Margaret Mitchel¹

O Mundo não mudou com a guerra da secessão, mas o mundo que existia antes acabou. Dito de outra forma, o mundo já estava a mudar antes da guerra da secessão (ela resulta das tensões estruturadas nessa mudança), mas a guerra consolidou uma mudança. De certa forma, ainda existem expressões, na sociedade americana, das clivagens dessa época, mas elas são hoje um mero eco (uma farsa, na feliz expressão de Marx no seu *18 de Brumário de Luís Bonaparte*) da tragédia cujo sentido mais profundo, não maniqueísta, foi imortalizado no romance de Margaret Mitchel (1936). O romance, na esteira da depressão da guerra e do desânimo de perdedores e das perdas dos vencedores, ajudou a consolidar um novo *estado de espírito*, um *mindset* ou *zeitgeist*, que assumiu a rutura com diversos valores antes aceites, nomeadamente a forma como a sociedade olhava para a escravatura.

Os processos históricos são marcados por ritmos

¹ Frase do personagem Scarlett O'Hara, no romance "E tudo o vento levou".

diferentes e descontinuidades de escalas diferentes, cuna real dimensão é difícil de apreciar no curto prazo. É a sedimentação no tempo que, num exercício retrospectivo, permite a identificação dos momentos de aceleração que conduzem a viragens.

Neste sentido, é certamente arriscado dizer que a viragem já ocorreu, ou que está a ocorrer. E, da mesma forma, será prematuro concluir que a pandemia marcou essa viragem. Contudo, há um conjunto de processos que têm vindo a convergir, na nossa opinião, no sentido de uma mudança que começou por ocorrer nos mecanismos sociais e, hoje, começa a ocupar o palco do *estado de espírito* (Krause, 2019).

Temos argumentado (Oosterbeek, 2022) que, após a II grande guerra, depois do ciclo desenvolvimentista e otimista dos anos 50 e início dos 60 do século passado, uma primeira grande descontinuidade ocorreu entre as revoltas do final da década de 60 (que mobilizaram jovens e uma força operária que começava a sentir os efeitos do ocaso da indústria tradicional, de Paris a Praga, de Budapeste a Beijing) e o fim da paridade dólar/ouro e o primeiro choque petrolífero. O ciclo desenvolvimentista chegou ao fim pela conjugação de diversos aspectos, como as independências coloniais africanas, a insatisfação das novas gerações do hemisfério norte que haviam tido acesso a mais educação, o crescimento da pobreza em paralelo com a demografia, bem como os primeiros indicadores de exaustão de recursos em certas áreas onde o desenvolvimentismo rapidamente esgotou solos e inquinou recursos aquíferos.

O ciclo seguinte, a partir da década de 70 desse século e até ao início deste milénio, começou com um debate importante sobre como ultrapassar os elementos de rutura do sistema (que conduziam à crise social, ambiental e económica), bem como sobre qual a sua dimensão principal. A crise do dólar (Staszczak, 2021) e a noção de que a financialização o reforço da economia de mercado à escala global (ou seja, incluindo o bloco soviético e a China) poderiam ajudar a diminuir mais rapidamente a pobreza e promover as classes médias, confiando no crescimento da economia através do consumo e na absorção futura dos instrumentos financeiros, foram uma primeira consequência (muito presente na expansão de infraestruturas, incluindo a massificação do ensino superior em diversos países, mas também grandes investimentos no hemisfério Sul). O planeamento orientado para a concentração urbana, diminuindo os custos operacionais do acesso a esses recursos por parte da população, acompanhou um êxodo crescente dos espaços rurais, associados a pobreza, ao mesmo tempo que começavam a enfraquecer as cinturas industriais das grandes cidades. Este processo de terceirização da economia, associando riqueza cada vez mais a finanças e menos a economia (Gemzik-Salwach; Opolski, 2017), foi acompanhado por um debate, desde o início da década de 70, sobre qual o eixo que deveria orientar as estratégias a prosseguir, nomeadamente num quando muito dividido em termos geoestratégicos. É assim que, ao lado do caminho focado no ambiente, que conduziu à Conferência de Estocolmo em 1972, ao relatório Brundtland de 1987 e à Eco-92 no Rio de Janeiro, se foi estruturando uma outra

perspetiva, que tomou o clima como eixo nuclear, o que conduziu às Conferências entre as Partes sobre esse tema (COPs).

Esta divisão de abordagens conduziu, também, a caminhos distintos: uma lógica ambiental focada na dinâmica interligada mas diversa dos ecossistemas, mais flexível (contextual, embora com muitas limitações), aberta a dinâmicas de base (como a agenda 21) e privilegiando a mudança de mentalidades a partir da educação (das campanhas anti-tabágicas à proteção da biodiversidade e dos direitos humanos); e uma outra lógica, climática, focada no tripé economia-eficiência-efetividade, promotora de uma unificação da globalização a partir do topo (e, face à dispersão geoestratégica dos poderes públicos, confiando sobretudo na convergência de interesses entre as grandes empresas mundiais), descrente e temerosa dos efeitos potencialmente caóticos dos movimentos sociais, e igualmente cética quanto aos resultados potenciais da educação universalista (privilegiando o foco na formação de competências).

Este ciclo, que podemos considerar de transição, saldouse pelo triunfo claro da perspectiva das COP, que foi ganhando espaço com o fracasso de estratégias como o protocolo de Kyoto (Khorhola, 2014), contrastando com a queda do muro de Berlim (que facilitou a globalização empresarial). Ao mesmo tempo, este ciclo foi marcado pela expansão da digitalização de processos, com enormes consequências na estrutura produtiva e social.

O século atual começou, assim, com um quadro de globalização financeira, debilidade crescente dos poderes públicos, degradação das áreas produtivas herdadas da revolução industrial e do mundo rural, substituição do paradigma educativo pelo formativo, dispersão das iniciativas de base comunitária, crescente concentração de riqueza (financeira, sobretudo) em muito poucas empresas, sentimentos crescentes de perda identitária (e consequentes reações, por vezes xenófobas), menor segurança, maior desigualdade e maiores conflitos e guerras.

A crise de 2008, evidenciando a fragilidade do sistema financeiro em que assentou o ciclo iniciado na década de 70 do século XX, funcionou como um catalizador destes processos. Contrariamente a crises nas décadas anteriores, que foram crises de sobreprodução e reajustamento do mercado laboral, a crise de 2008 não mais foi superada, abrindo um novo ciclo de menor valor do trabalho, maior precaridade social, crescimento da economia sem crescimento do trabalho e maior violência. Conjugando os processos de alteração da matriz energética (de fóssil para renovável), da tecnologia produtiva (da indústria do betão para a digital) e das já referidas precarização e conflitualidade sociocultural, o ciclo iniciado em 2008 apresenta semelhanças estruturais com as grandes depressões (Coggiola, 2009) do final do século XIX (1873-96) e de meados do século XX (1929-46).

E é neste quadro que assume relevo a pandemia de covid-19. A pandemia foi a máxima expressão da

Globalização, quer no seu modelo de dispersão, quer nas reações, espantosamente convergentes, das comunidades. A pandemia parece ter evidenciado processos culturais profundos que sugerem uma convergência comportamental que atravessa as diferentes culturas. Se a viragem de ciclo se deu ainda no final da primeira década do século, é a pandemia que parece revelar as mudanças de *estado de espírito* e o novo *zeitgeist*. Não era previsível que, face a um fenómeno disruptivo desta natureza, ocorressem contextos em que a grande maioria da população iria preferir, não apenas durante alguns dias mas ao longo de meses e mais de um ano, sacrificar a economia para preservar vidas.

Em todos os registos de que dispomos sobre pandemias no passado, da *Peste de Atenas* na antiguidade à *Influenza* do século XX, passando pela *Peste Negra* na Europa medieval, a resposta social consistiu em isolar os infetados e prosseguir com “a vida normal” (Gensini *et al.*, 2004), mesmo que tal significasse a continuidade da guerra (como em Atenas). Porém, face à covid-19, não apenas foi essa a resposta maioritária em muitos lugares, como foi a resposta maioritária no mundo. Tratou-se, assim, de uma convergência comportamental, em rutura com práticas passadas e com a lógica do modelo económico atual, e que atravessou regiões e tradições culturais.

É difícil identificar, desde já, as causas de tal convergência. Certamente podemos vislumbrar uma relação com o impacto da globalização sobre os comportamentos, já

antes observado a propósito de opções de vestuário (relação de mercado), do consumo de certos bens (como as interfaces digitais) ou do individualismo crescente. Mas é cedo para entender todo o processo e as suas causas, o que não impede de reconhecer que, na escolha entre manter o modo de vida sacrificando vidas (como geralmente foi feito no passado) ou preservar o máximo de vidas sacrificando a economia (com as funestas consequências desta opção, a prazo), a maioria escolheu a vida.

Uma parte deste processo terá relação com o próprio individualismo, que é um comportamento orientado para a autopreservação, mas ele não explica as opções de proteção comunitária que se observaram em todos os continentes (e de forma mais evidente nos países sem grandes recursos sanitários ou com governos que subvalorizaram a pandemia). Uma certa alienação cognitiva, associada à terceirização da economia, que diminuiu a compreensão da relação entre produção material de riqueza e disponibilidade de recursos a curto prazo, pode ter contribuído para a opção pelo congelamento da economia, mas não explica que tal tenha ocorrido, também, em contextos onde os setores primário e secundário permanecem dominantes (em grande parte do hemisfério sul e nas regiões mais pobres do hemisfério norte). Em todo o caso, e qualquer que seja a evolução futura, esta foi uma viragem comportamental inesperada, global e radical, que tenderá a permanecer no futuro próximo (Schwab; Malleret, 2020).

ADMIRÁVEL MUNDO VELHO

*Esse é o segredo da felicidade e da virtude:
amarmos o que somos obrigados a fazer.¹*

Aldous Huxley

Antes de 2020, em muitas latitudes do planeta crescia uma insatisfação (Foa *et al.*, 2020) relativamente ao *modus operandi* da sociedade, mesmo se os indicadores globais de felicidade melhoravam (Helliwell *et al.*, 2019). A desigualdade crescente, os efeitos da grande aceleração ambiental sobre os ecossistemas, a perda de poder de compra das classes médias no hemisfério norte, a pobreza extrema em muitas regiões do planeta (nomeadamente nos países do sul), o enfraquecimento dos laços de solidariedade social, a decadência dos sistemas educativos, a crescente insuficiência dos sistemas de saúde e segurança social, a violência urbana, as guerras e migrações... todos estes e outros processos suscitavam uma consciência sobre a necessidade de mudança, ainda que os instrumentos, modelos e ritmos dessa mudança fossem motivo de divergência.

A pandemia foi acompanhada por uma mudança, igualmente global, nesta dinâmica, ainda que com duas posturas distintas e antagónicas.

Por um lado, a maioria das instituições (dos governos às universidades e às empresas) optou por um discurso de expectativa de *regresso* ao período que precedeu a pandemia, evidenciando um grande receio na mudança e entendendo rapidamente os efeitos a curto

¹ Frase do personagem Diretor, no romance "Admirável Mundo Novo".

prazo do “congelamento da economia”. Esta postura conservadora e paradoxal, face ao discurso anterior, em favor de mudanças, evidenciou uma característica histórica das instituições: o seu conservadorismo e receio da mudança (por esta poder tornar redundante a função de muitas delas).

Por outro lado, como referimos, uma expressiva maioria das comunidades optou por preservar vidas e começar a mudar padrões comportamentais. A aceleração das radicalizações nas sociedades (que já havia começado antes, como parte da atual grande depressão iniciada em 2008), é uma expressão deste processo de transformação e mudança de paradigmas (Feng, 2022).

A pandemia evidenciou a importância dos mecanismos de organização da vida em sociedade (nomeadamente dos Estados, pelas consequências distintas entre os que optaram por realizar confinamentos e distribuir vacinas e os que o não fizeram – tendo ficado claro que os que optaram pela prioridade à economia não deixaram de ter um enorme recuo neste plano, ao mesmo tempo que perderam mais vidas) e das soluções científicas e tecnológicas no campo da saúde, nomeadamente as vacinas e os cuidados hospitalares, ou da comunicação (nomeadamente digital (Cunha *et al.*, 2024).

Ao mesmo tempo, a pandemia evidenciou a lentidão relativa desses processos (apesar de uma velocidade enorme, quando comparada com o passado), o que conduziu a que as opções individuais (apoiadas em processos de tomada de decisão influenciados, em

muitos casos, por círculos muito restritos de contactos) fossem determinantes, sobretudo nas primeiras semanas (Putra *et al.*, 2020). Também neste caso, é possível perceber algum impacto da fragmentação das sociedades em redes sociais mais restritas (digitais ou não), bem como do ceticismo crescente sobre a capacidade dos Estados ou da ciência (que, neste último caso, tem expressões no recrudescimento de doenças infectocontagiosas como o sarampo, em países onde os movimentos contra as vacinas se tornaram mais fortes, como a França ou a Alemanha).

Porém, o mais relevante é que a maioria das populações, contrariamente às instituições, não optou pelo “regresso ao passado” (continuando consciente das suas insuficiências e da necessidade de mudança) e encetou processos de adaptação (distanciamento social por exemplo, incluindo em países onde tal não foi recomendado) e, subsequentemente, de opção pela transformação (mesmo que, em muitos casos, tal tenha assumido a expressão de opção pela radicalização das opções sobre o futuro da sociedade). Depois da “Era dos Extremos” do século XX, como lhe chamou Hobsbawm (1994), parece estarmos na antecâmara da “Era das Ruturas”, que pode ser tão o mais violenta do que aquela.

Em todo o caso, a sensação de que a única certeza sobre o futuro é que ele é incerto e imprevisível, contrariamente ao discurso das instituições, parece ser um elemento que estava presente antes, mas se tende a tornar dominante após a pandemia, em distintas latitudes, da Europa e Estados Unidos aos BRICS.

Neste sentido, a pandemia obrigou as pessoas, cultural e socialmente distintas, mas confrontadas com uma ameaça idêntica, a focarem as prioridades. O centro do debate foi e permanece sendo sobre valores e sobre o entendimento do que podemos designar por "dignidade humana" (Lebech, 2004). A pandemia evidenciou que não há soluções locais para as dificuldades mais graves sem uma abordagem ao mesmo tempo local (contextual na sua aplicação) e global (convergente e animada por valores), em todos os lugares, regiões e segmentos. Face a um discurso institucional quase unânime (também ele travessando regiões, países, culturas e opções ideológicas), que subitamente redescobria admiráveis qualidades no mundo velho, a opção crua que a pandemia permitiu foi entre a preservação do estilo de vida, protegendo a economia, ou a preservação de vidas incorporando a incerteza na estratégia de vida.

Não se trata de opção entre boas e más perspectivas, muito menos entre boas e más pessoas, mas de um debate mais racional do que parece (na espuma dos confrontos retóricos), sobre como enfrentar as mudanças contextuais.

Neste âmbito, é importante termos em consideração que, em 2020, o discurso institucional dominante à escala global era muito distinto do existente duas décadas atrás. No final do século passado, as agendas internacionais estavam pautadas pela Eco-92, centrada na importância do comportamento humano para reconstruir um maior equilíbrio ecológico, ou seja, valorizando o sentido da ação humana em torno de uma utopia global (ecológica)

na qual a ação local podia produzir benefícios concretos nessa escala (os ecossistemas locais e regionais). Em 2020, a agenda internacional já fora capturada pelo discurso climático, no qual as pessoas são chamadas a uma mudança comportamental que não produzirá efeitos locais sem que seja planetária (um só país, por exemplo com recursos nucleares, poderia destruir os esforços de todos os demais, como se torna evidente com as guerras), sendo que a percepção do impacto fundamentalmente antrópico (e não natural) sobre as mudanças climáticas permanece em debate e não é percecionável pelos cidadãos (que observam os efeitos, mas não têm meios para aferir as causas).

A constatação da incapacidade das instituições (e nomeadamente dos Estados) em evitar processos disruptivos com um ritmo crescente (a depressão socioeconómica, a pandemia,...) favorece, assim, a tomada de decisão individual a partir de círculos de confiança menores. Como um estudo que coordenámos logo em 2020 (Oosterbeek, 2021) já indiciava, se a saúde foi o eixo de convergência de todas as agendas (embora privilegiando as opções individuais nuns casos e as soluções estatais noutros), acompanhado de uma afirmação do direito à preservação da vida sobre outros valores, alguns desses valores que agora se revelam como não primários para a maioria incluem a liberdade de movimentos (que marcou a defesa da vida durante a pandemia, mas também se exprime no reforço de fronteiras contra os migrantes), ou mesmo a participação nos processos de discussão pública (muito evidente na radicação política, onde o espaço do

debate e da partilha se reduz, debate e da partilha se reduz, crescendo a intolerância pelas opiniões distintas) e de decisão coletiva a nível central dos Estados (com um reforço de opções de cariz unicitário e securitário, embora não necessariamente ditatoriais, em todos os continentes).

O mundo velho, que está ainda a acabar, começa a dar lugar a um novo mundo, ainda em gestação mas há muito anunciado, com novos valores, nomeadamente sobre os direitos humanos e a relação entre direitos individuais e coletivos, bem como sobre a relação entre direitos e deveres (Glazer, 1997).

Em Busca Do Cálice Sagrado

Oh, perversa, má, Zoot! Ela tem colocado uma luz no nosso farol, que, acabei de lembrar, é em forma de Graal. Não é a primeira vez que temos esse problema.¹

Monty Python

A transição para novos ciclos socioculturais teve, em processos anteriores, o mesmo tipo de divisão entre os defensores da reconstrução do passado (geralmente de impérios, como o Império Romano após a queda de Roma) e os que buscaram a mudança de paradigma (como Santo Agostinho (Barr, 1962), com a conceptualização da Cidade de Deus, prescindindo da unidade política da Cidade dos Homens). Mas, na sequência desses processos, é finalmente o acaso do cruzamento de múltiplos processos de pequena escala

¹ Frase do personagem Dingo, no filme "Monty Python e o Cálice Sagrado".

que gera um novo equilíbrio. O fim do Império Romano, por exemplo, gerou o feudalismo no ocidente Europeu, mas não a leste.

Neste processo de lenta construção do futuro, com a convergência maioritária das comunidades em torno de algo ainda indefinido, será determinante (não sobre os resultados, que também terão outras condicionantes, não antrópicas, mas sobre as tendências da ação humana a nível regional e global).

Neste contexto, é provável que o foco na economia continue a perder terreno, face à desigualdade crescente e à impossibilidade de resolver tal problema à escala local, ou mesmo à dificuldade de o mitigar à regional. Por exemplo, o facto de o ciclo pós-pandemia ter sido marcado pelo retomar do endividamento e não pelo aumento radical das poupanças ou pelo maior investimento das pequenas poupanças (Global Economic Prospects, 2024), não apenas conduziu a relançamento mais tímido e lento da economia (do velho mundo), mas indicia a desconfiança na segurança dessas poupanças face a um sistema financeiro que se revelou, repetidamente, inseguro. Neste contexto, sobretudo no hemisfério norte e nos países mais desenvolvidos, tenderá a agravar-se a concentração do inovação e do empreendedorismo em poucas empresas, aumentando a despesa privada sobretudo na esfera do consumo, tal como na década de 1920 (com as consequências que são conhecidas — Galbraith, 1981).

Porém, a opção pela vida e a possibilidade de a ação

individual e comunitária poder produzir resultados concretos e úteis na esfera da saúde, pode levar a que este seja o eixo de convergência e confiança (tal como a liberdade de movimentos e decisões animou o ocaso do ciclo feudal, ou a paz permitiu convergências transculturais e ideológicas imprevisíveis no ocaso do ciclo nazi-fascista na *Era dos Extremos*).

O facto de uma das agências das muito fragilizadas Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde, promover uma estratégia global de "Saúde única" (Pitt; Alan, 2024) é um elemento muito importante no atual ciclo em que as instituições continuam a procurar o cálice sagrado que resgatará o futuro... no passado. O foco na "Saúde Única" permite retomar diversas tradições que convergem para uma noção humanista de bem-estar, ou eudaimonia (Huta, 2013), e por essa via incorporar as dinâmicas de base individual e de círculos socioculturais restritos, em torno dessa dimensão fundamental da vida coletiva. Mas permite, também, incorporar concepções mais centralistas e autoritárias da gestão da saúde, desde que focadas na proteção de todas as vidas.

A "Saúde Única" tem, assim, uma capacidade potencial de promover convergências que, se forem articuladas com as esferas da organização social e económica das sociedades, e sobretudo se se traduzirem na esfera da educação, poderão apoiar a estruturação dos novos paradigmas em convergência, isto é, evitando ruturas mais violentas do que as que já se verificam.

Propostas como o programa da Organização Mundial da

Saúde, o programa BRIDGES da UNESCO (que promove a transformação a partir das comunidades, a partir dos contributos das ciências humanas mas não limitado a elas — Attala *et al.* 2023) ou a Década das Ciências para o Desenvolvimento Sustentável (International Decade, 2023), contribuem para essa convergência. Porém, permanecendo separadas (desde logo entre agências distintas das Nações Unidas que cooperam de forma insuficiente), terão um efeito limitado. Como o desastre das inundações no Rio Grande do Sul e a resposta estruturada na região da Quarta Colônia demonstra, só uma ação não apenas convergente mas também articulada, permite construir um futuro sem maiores ruturas.

Mas o cálice sagrado é a liberdade das sociedades humanas de construírem utopias face à incerteza, sem quaisquer garantias, para além da sua capacidade de reflexão crítica.

Referências

ATTALA, Luci; STEEL, Louise.; OOSTERBEEK, Luiz.; HARTMAN, Steven. **BRIDGES: a humanities-led UNESCO coalition for sustainability.** University of Walles, 2023.

BARR, Robert R. The Two Cities in Saint Augustine. **Laval théologique et philosophique**, 18(2), 1962, pp. 211–229. <https://doi.org/10.7202/1020026ar>.

COGGIOLA, **Oswaldo. As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente.** Alameda editorial, 2009. 244p.

CUNHA, Eduardo Christian Fateixa.; CESCINETTO, Juliana; VARGAS, Edimar Júnior Catroli; SILVEIRA, Imna Vichorya; SILVEIRA, Viviane Portela da. A influência das vacinas na luta contra a covid-19: uma revisão narrativa. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 6, n. 6, p. 651–666, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.

FENG, QU; WU, Laura Guiying; YUAN Mengying; ZHOU, Shihao. Save lives or save livelihoods? A cross-country analysis of COVID-19 pandemic and economic growth. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 197, pp. 221-256, <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2022.02.027>.

FOA, Roberto; KLASSEN, Andrew James; SLADE, Micheal; RAND, Alex; COLLINS, Rosie. **The Global Satisfaction with Democracy Report 2020**. Cambridge, United Kingdom: Centre for the Future of Democracy. 2020.

GALBRAITH, John Kenneth. **La Crise Économique de 1929**. Paris: Payot, 1981.

GEMZIK-SALWACH, Agata.; OPOLSKI, Krzysztof. (Eds.). **Financialization and the Economy**. Routledge. 2017. <https://doi.org/10.4324/9781315281537>.

GENSINI, Gian Franco; YACOUB, Magdi.; CONTI, Andrea. The concept of quarantine in history: from plague to SARS. **Journal of Infection**, v. 49-4, 2004, pp. 257-261. <https://doi.org/10.1016/j.jinf.2004.03.002>.

GLAZER, Nathan. Individual Rights against Group Rights. In: Will Kymlicka (ed.), **The Rights of Minority Cultures** (Oxford: Oxford University Press), 1997, pp. 123-138.

GLOBAL ECONOMIC PROSPECTS. **Washington**: The World Bank, 2024. 230 p.

HELLIWELL, John; LAYARD, Richard; SACHS, Jeffrey. **World Happiness Report 2019**. New York: Sustainable Development Solutions Network, 2019.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1994].

HUTA, Veronika. (2013). Eudaimonia. In: S. David; I. Boniwell; A.C. Ayers (Eds.), **Oxford Handbook of Happiness** (chapter 15, pp. 201-213). Oxford, GB: Oxford University Press *Eudaimonia*. https://www.researchgate.net/publication/234860042_Eudaimonia.

HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. Antígona, 2024 [1932].

INTERNATIONAL DECADE of Sciences for Sustainable Development. *Chemistry International*, v 45-4, 2023, pp. 31-31. <https://doi.org/10.1515/ci-2023-0409>.

KORHOLA, Eija-Riitta. **The rise and fall of the kyoto protocol**: climate change as a political process. Helsinki, 2014. Academic dissertation, Faculty of Biological and Environmental Sciences of the University of Helsinki, 396 p., 2014.

KRAUSE, Monika. What is Zeitgeist? Examining period-specific cultural patterns. **Poetics**, v.76, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.poetic.2019.02.003>.

LEBECH, Mette. What is Human Dignity? **Maynooth Philosophical Papers**, v.2, 2004, pp. 59-69 <https://doi.org/10.5840/mpp200428>.

MITCHEL, Margaret. **Gone with the wind**. Pan Macmillan. 2022 [1936].

OOSTERBEEK, Luiz. Antígona e o reencontro do tempo: a

hora do direito. **Revista Jurídica Unicuritiba** 5-72, 2022, pp. 147-168.

Oosterbeek, Luiz. **Covid-19, guerres et désastres naturels: peur et résilience auxorigines de la transformation des paysages culturels**. Mação: Instituto Terra e Memória. 2021.

PITT, Sarah; ALAN, Gunn. The One Health Concept. **British Journal of Biomedical Science**, v. 81, 2024, DOI=10.3389/bjbs.2024.12366.

PUTRA, Hendi Warlika Sedo; OKTARINI, Maya; PRIMADELLA. Community Adaptation to Traditional Markets during the Pandemic Period in Palembang City. **Atlantis Highlights in Engineering**, v.7, 2020, pp.368-375.

SCHWAB, Klaus, MALLERET, Thierry. **Covid-19: the great reset**. Forum Publishing, 2020, 110 p.

STASZCZAK, Darius Eligiusz. Fall of the Global Gold Exchange Standard and the Formation of the Contemporary Free Gold Market. **European Research Studies Journal**, v. XXIV, Special Issue 1, 2021, pp. 341-347.

MUSEUS, EDUCAÇÃO E COMUNIDADES



Praça
Café de Julho
96020-010

**PATRIMÔNIO CULTURAL E
SUSTENTABILIDADE: TRÊS EXPERIÊNCIAS
PARA UMA PRÁTICA EM COMUM**

**SPECTOS HISTÓRICOS DA MUSEALIZAÇÃO
DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: PRESERVE/
FE, MUSEUS FERROVIÁRIOS E OUTROS
SALVAMENTOS**

**“UM TREM QUE ANDAVA DE COSTAS”
O RABICHO FERROVIÁRIO E A
RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA FERROVIÁRIA
EM GRAMADÓ-RS**

**A ÁREA PORTUÁRIA DE PELOTAS/RS COMO
PATRIMÔNIO CULTURAL — CONFLITOS E
POTENCIALIDADES**

**MUSEUS E TURISMO - A IMPORTÂNCIA
DA PRESERVAÇÃO DAS MEMÓRIAS E DA
IDENTIDADE LOCAL- GRAMADO -RS**

**EXPERIÊNCIAS DE DEMOCRATIZAÇÃO
DO CONHECIMENTO E DA CULTURA
DO PROGRAMA DE APOIO ÀS PRÁTICAS
PATRIMONIAIS**

**A CONSTITUIÇÃO DE UM MUSEU NA MAIOR
FAVELA DO RÍO DE JANEIRO – O MUSEU
SANKOFA MEMÓRIA E HISTÓRIA DA ROCINHA**

PATRIMÔNIO CULTURAL E SUSTENTABILIDADE: TRÊS EXPERIÊNCIAS PARA UMA PRÁTICA EM COMUM

*André Luis Ramos Soares
Juliano Bitencourt Campos
Marlon Borges Pestana
Ingelore Scheunemann*

INTRODUÇÃO INICIAL

Este capítulo tem como base três estudos desenvolvidos, dentro suas linhas de atuação, pelos autores André Luis Ramos Soares, Juliano Bitencourt Campos e Marlon Borges Pestana, os quais adotam como premissa que o patrimônio cultural pode ser (ou é) fator impulsionador da sustentabilidade. O amálgama entre os estudos vem das práticas adotadas de envolvimento da comunidade e de ações educativas, as quais focam no conhecimento e entendimento de como hábitos e práticas ancestrais contribuíram, no seu tempo, para a preservação da sustentabilidade em diferentes territórios brasileiros e, como podem contribuir para adoção de comportamentos, pela sociedade atual, que visam recompor o equilíbrio do planeta.

Práticas do Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas - LASCA: ufsm em diálogo

Introdução

Neste trabalho, apresentarei algumas ações de

educação patrimonial desenvolvidas na região central do estado do Rio Grande do Sul, território conhecido como Geoparque UNESCO Quarta Colônia, onde ações têm sido desenvolvidas desde 2019, voltadas às escolas públicas dos nove municípios que fazem parte do consórcio de desenvolvimento sustentável da Quarta Colônia- CONDESUS. Também, apresentarei a forma como o diálogo é estabelecido entre o Laboratório, que em muito se aproxima das práticas museológicas, e a comunidade envolvente. No LASCA, desenvolvemos projetos de pesquisa, conservação, comunicação e exposição do acervo, de tal forma que, embora seja um equipamento universitário, em muitas vezes assemelha-se aos museus tradicionais, ainda que com abordagens nitidamente diferentes.

As ações de Educação Patrimonial: e os reflexos na interatividade

Atividades voltadas à valorização do patrimônio arqueológico passam por diferentes públicos e ações e, no caso do público escolar, o LASCA desenvolve atividades a partir do 5º ano do ensino fundamental (faixa etária em torno de dez anos de idade), sendo que também temos ações para ensino médio (faixa etária em geral a partir de 14 anos de idade) e, também, adultos. Aqui, exporei uma das atividades desenvolvidas: a apresentação dos povos que habitaram a região da Quarta Colônia através dos artefatos arqueológicos e suas réplicas. Ao contrário do velho mundo, o sul do Brasil tem ocupação pós-holocênica, de forma que os grupos humanos são classificados a partir da tecnologia

para definição da economia. Embora seja um erro estrutural, haja vista que a tecnologia não representa critérios para organização social ou complexidade cultural, ainda se classificam os grupos como caçadores e coletores todos os que não possuem cerâmica, independente do bioma, habitat ou nicho ecológico onde tenham vivido. No caso do estado do Rio Grande do Sul, temos grupos que ocuparam o território na transição Pleistoceno-Holoceno, em torno de 12 mil anos atrás, comumente chamados de paleoíndios, pela impossibilidade de atribuição étnica, aos moldes da arqueologia brasileira. Nesse sentido, os artefatos e os sítios foram sistematizados a partir de fósseis-guia, formando assim "tradições tecnológicas", das quais as mais conhecidas são as Tradições Umbu (caracterizadas por terem como fóssil-guia as pontas de projéteis em pedra, com formatos diversos e distintos acabamentos), a Tradição Humaitá (caracterizada por artefatos robustos, denominados 'talhadores' ou 'bumerangóides'), a Tradição Sambaquiana (caracterizada por esculturas em pedras, os zoólitos, em forma de antropomorfos e zoomorfos polidos predominantemente em basalto) e as Tradições cerâmicas, classificadas em Cerâmica Guarani (associada aos antepassados dos indígenas atuais de mesmo nome), ou a cerâmica da Tradição Taquara (associada aos ocupantes do planalto sul-brasileiro, antepassados dos grupos de tronco linguístico Jê, como os Kaingang e Laklanô-Xokleng).

Essas Tradições, exaustivamente discutidas e questionadas, ainda são os melhores critérios para uma classificação rápida e genérica sobre os diferentes

grupos humanos que ocuparam o território desde doze mil anos atrás até o presente, além de serem didaticamente aceitáveis para falar da diversidade dos povos anteriores ao contato com os invasores europeus a partir do século XVI.

Normalmente, a discussão sobre o povoamento do território anterior aos imigrantes europeus fica restrita à denominação “índios”, erro conceitual e cultural, uma vez que Cabral não chegou até as Índias Orientais, conforme popularizado na história oficial do país. Esse erro é mais do que histórico, pois, além do erro semântico, despreza a diversidade desses povos, seja no tempo ou no espaço. No Brasil atual, são mais de 270 línguas indígenas vivas sendo faladas. A fim de combater esse erro recorrente, o LASCA vai até as escolas com um conjunto de objetos — réplicas e oriundos de doações sem procedência —, para apresentar esse quadro tanto cronológico como espacial de populações que cruzavam este território desde o final da última glaciação.

O conteúdo da maleta, atualmente (já passou por várias mudanças desde o começo do projeto), busca representar as diferentes tradições citadas acima, mas com uma perspectiva que alcance a compreensão desde os mais jovens até os mais adultos. Assim, antes de iniciar a atividade, sempre perguntamos “o que é arqueologia?”, tema espinhoso mesmo entre os professores de ensino fundamental e médio. Para facilitar, sempre é perguntado “Quem assistiu à animação ‘A Era do Gelo’?”, que o público infantil em geral conhece. Perante resposta positiva, indaga-se aos estudantes

quais animais são lembrados na saga. Esse é o ponto de partida para apresentar as réplicas de megafauna existentes no LASCA; a saber, uma réplica de vértebra e falange de Megatério (*Megatherium americanum*), uma presa Dente de Sabre (*Smilodon populator*).

Figuras 1 e 2: evolução dos itens que compõe a maleta arqueológica do LASCA

Fonte: André Luis Ramos Soares, 2024.



Lembrando que essas espécies conviveram com os primeiros habitantes do território, é digno de nota que esses seres humanos foram corresponsáveis pela sua extinção. Assim, apresentamos também uma réplica de ponta de lança em pedra lascada, artefato associado a esses caçadores mais antigos. Após a transição para o Holoceno, apresentamos os grupos caçadores da Tradição Umbu e Humaitá, a paisagem dos sítios arqueológicos, ocupando diferentes biomas, como as florestas, os campos e os banhados. *Pari passu*, apresentamos a mudança que representa a invenção da cerâmica, e como os grupos ocuparam os vales (Guaranis) as encostas e o planalto (antepassados dos Xoclengs e dos Kaingang?).

Na exposição do LASCA, a apresentação é complementada com a presença de maquetes. Ao longo dos 40 anos de existência, o Laboratório de Arqueologia da UFSM tem procurado manter atividades diversas no que concerne ao tripé museológico, de pesquisa, conservação, comunicação e exposição do acervo. O contato com a comunidade é bastante profícuo, e uma das formas observáveis do sucesso das ações de educação patrimonial é através das doações nas localidades onde atuamos. Embora nenhum programa sistemático de doações tenha ocorrido, ou mesmo campanha para o recebimento de acervos arqueológicos, cabe notar o retorno dado pela comunidade na valorização da pesquisa arqueológica, no reconhecimento do trabalho desenvolvido pela UFSM na conservação e pesquisa, assim, como no reconhecimento das pessoas que apreendem um novo olhar sobre os artefatos a partir do contato com pesquisadores, estudantes, e instituições de guarda.

Mesmo que esta relação ainda não seja ideal na direção que queremos, em relação a participação da comunidade, os primeiros passos estão sendo dados, através das pesquisas arqueológicas, dos diálogos com as comunidades, das ações de educação patrimonial, em todas as suas vertentes, e no recebimento das doações, que muitas vezes serão expostas ao público. As ações de popularização da ciência têm atingido públicos cada vez mais amplos, através da exposição, das atividades lúdicas e das oficinas ofertadas pelo LASCA.

Patrimônio Arqueológico, História e Cultura dos Povos Indígenas como subsídio para os processos educativos no território do Caminhos dos Cânions do Sul Geoparque Mundial da UNESCO

Introdução

Os geoparques são, segundo a UNESCO (2023), "áreas geográficas únicas e unificadas onde locais e paisagens de importância geológica internacional são geridos com um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável".

A preservação do patrimônio geológico, aliado ao desenvolvimento sustentável das comunidades, é crucial para se enfrentar os desafios ambientais que põem em xeque a preservação dos componentes bióticos, abióticos e os serviços ecossistêmicos prestados para as gerações atuais e futuras (Martini *et al.*, 2022). Os geoparques são verdadeiros laboratórios naturais que trazem consigo informações que remontam a história da Terra e das culturas humanas ao longo do tempo e podem ser comumente designados como os 'novos territórios' do século XXI (Sá; Silva, 2019).

Nessa perspectiva, o Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Cursos de História, Geografia e Ciências Biológicas e ao Grupo de Pesquisa Arqueologia e Gestão Integrada do Território da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) em Criciúma, SC, Brasil, tem como objetivo desenvolver estudos interdisciplinares que buscam compreender, do ponto de vista contextual, a forma pela qual as

sociedades pré-coloniais e coloniais se relacionaram com o ambiente, o território e a paisagem.

Os estudos integrados dos componentes bióticos e abióticos dos ecossistemas nos quais tais comunidades humanas se instalaram, em consonância com análises específicas da cultura material, oferecem uma perspectiva ampla das dinâmicas culturais que formam as características do território.

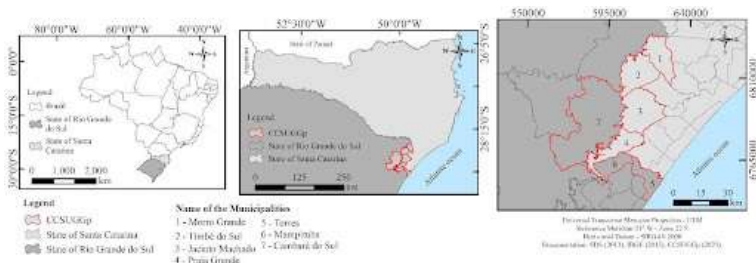
Os pesquisadores do LAPIS, nas últimas décadas, realizaram projetos de pesquisa e extensão em âmbito acadêmico contribuindo com dados diretos sobre questões voltadas aos sistemas de ocupações pré-coloniais e coloniais da Região do Extremo Sul Catarinense, a qual se estende de norte a sul do Cabo de Santa Marta, Laguna ao rio Mampituba, na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e de leste a oeste, do Oceano Atlântico aos Aparados da Serra (Campos, 2015).

Desde então, o Grupo vem atuando fortemente com a pesquisa e a extensão na Região do Extremo Sul Catarinense, propondo e executando diferentes projetos em parcerias com diversos laboratórios de instituições nacionais e estrangeiras, que geraram e geram resultados positivos na comunidade. Assim, este texto tem por objetivo apresentar algumas das ações que vem sendo desenvolvidas na região pelos pesquisadores do LAPIS, com destaque para projetos de extensão realizados no Caminhos dos Cânions do Sul Geoparque Mundial da UNESCO (CCSUGGp).

O CCSUGGp apresenta potencial geológico, geomorfológico, cultural, biológico, paleontológico, arqueológico e paisagístico, que estimula a pesquisa científica multidisciplinar necessária para seu reconhecimento enquanto Geoparque. Atualmente, o território integra sete municípios, sendo quatro em Santa Catarina (Praia Grande, Morro Grande, Timbé do Sul e Jacinto Machado) e três no Rio Grande do Sul (Torres, Mampituba e Cambará do Sul). Estes sete municípios são distribuídos em uma área total de 2.830 km² (Figura 1) (Dalpiás; Ladwig; Campos, 2019).

Figura 3: Localização do Caminhos dos Cânions do Sul Geoparque Mundial da UNESCO

Fonte: Juliano Bitencourt Campos, 2024.



Cartografando o Patrimônio Arqueológico e a História e Cultura dos Povos Indígenas

As pesquisas desenvolvidas neste território buscam dar continuidade às discussões de diversos temas que se relacionam com a Arqueologia, Educação Patrimonial e Gestão do Território. Nesse contexto, a equipe se volta para esse território desde 2019. Destaca-se, aqui,

o projeto de extensão: "Caminhos dos Cânions do Sul Geoparque Mundial da UNESCO: cartografando o Patrimônio Arqueológico e a História e Cultura dos Povos Indígenas como subsídio para os processos educativos no ensino fundamental" (2023-2024), por meio do Edital n°. 514/2022 Extensão PROPIEX - Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

Este fora a continuação de um projeto anterior, intitulado "Arqueologia Pública no Extremo Sul Catarinense: Patrimônio arqueológico e a história e cultura dos Povos Indígenas nas séries iniciais (2020-2022)", que visa, além de trabalhar com educadores e alunos, produzir uma cartografia que se coloca enquanto material educativo para ser trabalhado nas escolas nos anos iniciais do ensino fundamental, como forma de contribuir com a abordagem do patrimônio Arqueológico e a História indígena nos municípios integrantes do CCSUGGp.

O projeto teve início em 2020 com renovação em 2023, tendo como participantes mais de 50 escolas, contemplando mais de 1580 alunos. Destacamos que o envolvimento das escolas por meio de seus professores e alunos os sensibiliza no que tange à identificação, valorização e o compromisso com a preservação do patrimônio. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas pelo projeto contribuíram para a construção de um outro olhar sobre o patrimônio cultural, bem como a História e a cultura indígena.

Por essa razão, o presente projeto tem por objetivo

incluir algumas temáticas da história e cultura indígena, em conformidade com a Lei 11.645/08 e executar atividades de educação patrimonial e ambiental com os educadores e educandos do sistema municipal e estadual de ensino, dando preferência às escolas sugeridas pelas secretarias de educação dos municípios que são integrantes do CCSUGGp, contribuindo para uma formação plural e respeitosa entre diferentes sociedades que habitaram e habitam a região.

As oficinas são realizadas em espaços formais e não formais de ensino, como as escolas municipais e estaduais envolvidas, o LAPIS, os sítios arqueológicos, áreas com biomas preservados da comunidade e as comunidades indígenas, localizadas nos municípios de Imaruí/SC e Torres/RS, visando a elaboração de uma cartografia do patrimônio arqueológico a ser utilizada nas escolas.

Sabe-se que um dos objetivos da Universidade é produzir e socializar os conhecimentos com a comunidade. Nesse sentido, o projeto visa envolver as escolas também na produção desse material por meio de oficinas de Educação Patrimonial, palestras e workshop, como também instrumentalizar os educadores para que, mesmo com o término do projeto, possam utilizar o material produzido.

No contexto do projeto, as ações de Educação Patrimonial são compreendidas como um “processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural, como fonte primária de

conhecimento e enriquecimento individual e coletivo" (Horta, 1999, p. 6). Por isso, o projeto possibilita a construção e socialização de novos saberes no âmbito da pesquisa, ensino e extensão, que vem ao encontro da missão da UNESCO, a qual almeja a abertura e diálogo com as comunidades, sobretudo na educação.

A formação dos atores envolvidos visará o comprometimento com a cidadania e desconstrução do outro como selvagem, primitivo e incivilizado, sendo um espaço para que educadores e educandos possam perceber-se como sujeitos de aprendizagem e ensino de outros saberes.

O Projeto desempenha papel fundamental no processo de conscientização sobre o patrimônio cultural, em especial sobre os processos de ocupação humana da região e o seu patrimônio arqueológico, ao estabelecer um diálogo permanente com as escolas públicas das redes estaduais e municipais, além das redes particulares de ensino.

Assim, a educação voltada ao patrimônio cultural, para além da divulgação científica, tem por intuito contribuir para a formação de cidadãos críticos que identificam e respeitam os bens culturais. Isso ocasiona na preservação dos patrimônios culturais por meio da percepção de heranças culturais, e sua importância para a memória coletiva, de um passado que se faz presente nos saberes, fazeres e materialidades. Nessa perspectiva, acreditamos que é por meio da educação para o patrimônio que a comunidade escolar pode

alcançar o que Chauí (2006) chama de "cidadania cultural", entendendo que preservar o patrimônio é uma forma de direito à memória, e que ter esse conhecimento é importante para o exercício da cidadania. Assim, a educação para o patrimônio cultural deve ser construída interpretando as heranças culturais com e para a comunidade.

Dessa forma, Campos *et al.* (2018) destacam que é notável o quanto a educação para o patrimônio é importante na rede de ensino formal, apresentando aos educandos a compreensão do universo sociocultural no qual estão inseridos, e da trajetória histórico-temporal dos povos originários. Esse processo leva ao reconhecimento e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural, perspectiva que muitas vezes não está inserida no currículo escolar.

AGROECOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Introdução

O presente texto representa o estrato da comunicação "Agroecologia e patrimônio cultural", apresentada no Congresso Internacional de Patrimônio Cultural e Sustentabilidade – CIPCS, 2024. O estudo tem por objetivo conceituar a Agroecologia e o manejo florestal indígenas, bem como a domesticação de plantas, como patrimônio cultural brasileiro. Portanto, esse texto é uma notícia prévia do livro "Agroecologia: o maior patrimônio brasileiro", contando com pesquisas entre indígenas que indicam ser o seu patrimônio cultural a floresta e suas diferentes manifestações.

O conceito de Agroecologia como patrimônio cultural, frequentemente, surge em épocas difíceis. As grandes guerras, fomes, catástrofes climáticas e epidemias são vetores proporcionais às reflexões ambientais que envolvem a produção agrícola de base ecológica. Assim, pensava-se sobre os estudos históricos da Agroecologia, no entanto, quando o prisma de observação é alterado, frequentemente ela é percebida como prática de manejo da floresta e produção agroflorestal, que sempre existiu como um dos aspectos na cultura ameríndia, conhecida tradicionalmente como coivara. Por extrativismo ameríndio, entende-se a mata como o resultado que surge do manejo humano, logo, de acordo com os estudos da ocupação humana ficou evidente que a floresta brasileira é o resultado direto de intensas modificações originadas do manejo humano.

A Educação Patrimonial tem sido entendida como a disciplina que estabelece o elo entre patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, aos processos pedagógicos. Como ciência pedagógica, busca na História lições importantes para a construção das identidades plurais e diversas de cada país, tendo no seu principal objetivo emancipar as gerações para o futuro através de exemplos do passado. Na construção do ideário de "nação", arrolado como patrimônio histórico, não se encontram as vastas florestas produtivas deixadas de herança pelos povos indígenas. No caso específico brasileiro, passou-se a englobar projetos de licenciamento ambiental através de empresas de Arqueologia preocupadas com as áreas diretamente atingidas de projetos que impactam o meio ambiente,

além de ser aplicada preferencialmente em áreas ambientais sensíveis, nas escolas de entorno e com a população local. No entanto, estabelecer o diálogo entre comunidade rural, ribeirinha, indígena e quilombola necessariamente importa para a construção da memória coletiva nos aspectos sensíveis da identidade cultural brasileira.

É exatamente por isso que a proposta de Educação Patrimonial deste texto é ir além do museu, dos acervos e das palestras pontuais em escolas. O ideal aqui é encontrar um caminho na Educação Patrimonial que nos conduza à Agroecologia e à Educação do Campo para acolher a agrofloresta brasileira como um resultado histórico da trajetória dos povos indígenas no território. Essa aproximação está intimamente conectada com a herança cultural afro-ameríndia que nitidamente caracteriza o território, em especial relativo aos condicionamentos culturais remanescentes nas florestas ao longo dos grandes rios, nas ilhas fluviais, lacustres e marinhas. A rica combinação entre os ecossistemas, nas áreas de fricção entre as paisagens, indica uma relação sociocultural pré-existente que exprime o manejo humano de áreas ambientais a centenas e até milhares de anos.

Conceitos de floresta como patrimônio cultural

Na Educação do Campo, entendem-se os resultados destes processos de encontros entre culturas como elementos cruciais na compreensão das desigualdades sociais e dos abismos econômicos entre camponeses

e novos rurais. Estes últimos, por estarem convictos do agronegócio como um caminho lucrativo, não conseguem perceber a luta do campesinato por uma Educação que resiste ao sistema econômico vigente em detrimento de formas de agricultura centenárias que possibilitaram uma relativa permanência das florestas em pé. Para além da disputa no campo ideológico, cientificamente, a Educação Patrimonial se coloca do lado ambiental em que a produção agroflorestal é uma herança histórica, resistindo ao tempo e ao avanço do difusionismo tecnicista. Por mais que o conceito de Agroecologia tenha sido construído ao longo do século XX, suas práticas são conhecidas e foram registradas pelos viajantes que passaram pela costa brasileira no século XVI e XVII.

No início, tendo sido percebida como simples atividade extrativista pelos que aqui chegavam mais tarde os próprios padres jesuítas, entenderam de que tratavam de profundos esquemas de manejos florestais, e que as comunidades indígenas sabiam quando e onde coletarem recursos alimentares específicos. Mais do que isso, os padres registraram em suas cartas ao Papa que havia certa segurança em adquirir alimento, em especial pela abundância de frutos, raízes e leguminosas. A tranquilidade percebida pelos europeus está correlacionada com a consciência que as populações tradicionais tinham dos seus recursos plantados pelos ancestrais de cada etnia, inclusive, como herança dos saberes ancestrais, que era completamente inacessível ao colonizador estrangeiro. O ato de plantar, como gesto cultural, em articulação com a disposição das sementes,

dos ambientes de dispersão de mudas, a finca de galhos para brote, foram meios que construíram o imponente legado de andar pelas matas alimentando-se.

O manejo de árvores frutíferas, como o cajueiro, também atraía animais que eram caçados, ampliando a garantia alimentar. É possível entender as florestas brasileiras, desde o início do povoamento americano até a chegada do colonizador, como um grande sistema agroalimentar. O cerne da questão na Educação Patrimonial é o gesto histórico, a tradição cultural, a fisiologia sistêmica da interação entre ser humano e paisagem. Nessa dinâmica, entram os solos, os rios, as montanhas, as planícies e os banhados, não apenas como morfologicamente compreendidos, mas, sobretudo, como entes vivos e pertencentes ao mesmo sistema de crenças dentro do quadro cosmológico maior. Logo, cada acidente geográfico tem seu significado sobrenatural correspondente, porque sobre ele rege um ritmo natural, uma inteligência própria e não-humana. É nessa inteligência viva e dinâmica que os povos tradicionais brasileiros identificam a germinação, os solstícios, os equinócios, as sombras das montanhas, a forma das rochas e a sinuosidade dos rios.

Os mestres orais, guardiões e guardiãs da sabedoria de cada povo indígena brasileiro, repassam às novas gerações que essa inteligência é incontrolável, mas amiga e aliada dos seres humanos. Assim, o ato de plantar é uma espécie de troca realizada através de uma conversa com essas entidades regidas pela inteligência maior. Portanto, os Espíritos da Floresta,

os encantados, representam a força do mato, os novos começos e as regenerações, sendo esse o mesmo princípio da agrofloresta. O fluxo constante entre criação e destruição forma um pulsar que só é visto por aqueles/as que se conectam a esse fluxo, o qual seria, por consequência, a linguagem da inteligência à qual os mais velhos se referem. O resultado disso pode ser verificado nas mitologias indígenas e afro-brasileiras que apresentam dualismos entre criadores e destruidores do mundo, irmãos gêmeos quando um é mau e o outro bom ou menos forças diametralmente opostas no globo terrestre.

Enfim, a Educação Patrimonial é uma potente metodologia capaz de conectar os indivíduos à linguagem dessa inteligência, que é o fluxo de sabedoria existente no ritmo da natureza viva e pulsante. Os ancestrais dos povos dos territórios florestais aprenderam e ensinaram, de geração a geração, a suprema arte da sabedoria da sobrevivência pacífica e serena, que aceita todos os fluxos e lida harmoniosamente com eles. O conjunto desses saberes faz parte, como herança histórica dos povos tradicionais brasileiros, da concepção agroecológica para a produção agroalimentar sustentável e equilibrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores discorrem, em seus textos, sobre os diferentes equipamentos de que dispõem, bem como os diferentes métodos de abordagem e práticas usadas para o que, no seu conjunto, se traduz como Educação Patrimonial. Todos contam com suas universidades de origem como ponto base para seus projetos, agregando-se a parceiros

universitários ou a outras instituições e projetos nacionais e internacionais.

Na região de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, Brasil, o Professor André Luís Ramos Soares desenvolve suas ações tendo como base o LASCA - Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – que já tem mais de 40 anos de história, tendo como território de atuação escolas públicas dos municípios que compõem Geoparque UNESCO Quarta Colônia. Artefatos arqueológicos são os instrumentos usados para os programas com as escolas e servem como ponto de partida para abordagens que envolvem o território no passado chegando até as questões atuais do planeta.

O Professor Juliano Bitencourt Campos, com sua base na Universidade do Extremo Sul-Catarinense – UNESC, apresenta-nos as ações desenvolvidas na temática de Arqueologia, Educação Patrimonial e Gestão do Território, as quais são desenvolvidas nos denominados Caminhos dos Cânions do Sul Geoparque Mundial da UNESCO (CCSUGGp). Os projetos desenvolvidos têm como base de apoio o Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), além de outros cursos da universidade.

O texto do Professor Marlon Borges Pestana, Agroecologia e Educação Patrimonial, faz-nos refletir sobre florestas e plantas comestíveis e seu manejo pelos povos ancestrais como uma herança patrimonial que

alcança os dias de hoje, bem como sobre a recuperação, transmissão e preservação de tais práticas através da educação patrimonial, o que desembocará em práticas que conduzem à sustentabilidade do planeta.

As experiências, aqui, descritas fazem ver que o caminho da Educação Patrimonial porta consigo o conhecimento sobre o que configura um patrimônio cultural, permitindo sua valorização pelas pessoas, bem como o entendimento da interdependência entre os tantos fatores que compõem um território, o que faz entender melhor sobre sustentabilidade e adotar ações que contribuem para atingir o objetivo de conquistá-la.

REFERÊNCIAS

BROCHADO, José Proenza. Desarrollo de la tradición Tupiguarani AD 500-1.800. **Porto Alegre, UFRS. Departamento de Ciências Sociais, Gabinete de Arqueologia, Publicação**, v. 3, p. 47-60, 1973.

BROCHADO, José Proença. **An ecological of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America**. Tese (Doutorado) - University of Illinois at Urbana-Champaign, Urbana-Champaign, 1984.

CAMPOS, Juliano Bitencourt. **Arqueologia Entre Rios e a Gestão Integrada do Território no extremo sul de Santa Catarina – Brasil**. 2015. 261 f. Tese (Doutorado em Quaternário, Materiais e Cultura) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.utad.pt/entities/publication/e5587c47-e23f-47e3-8a83-a1df06dfd238>. Acesso em: 08 ago. 2024.

CAMPOS, Juliano Bitencourt; SANTOS, Marcos César

Pereira; ZOCHE, Jairo José; RIBEIRO, André Luiz Martins; DE CEZARO, Hérom Silva; PAVEI, Diego Dias; CARRER, Lauro; OSTETTO, Lucy Cristina. **Ações de educação patrimonial no extremo sul catarinense: incentivando a escola a preservar o patrimônio arqueológico.** Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 12, n. 1[20], p. 3–13, 2018. <https://doi.org/10.20396/rap.v12i1.8652406>

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cidadania cultural: o direito à cultura.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/08/chau_i_web_compressed-1.pdf. Acesso em: 06 set. 2024.

DALPIÁS, Jucélia Tramontim; LADWIG, Nilzo Ivo; CAMPOS, Juliano Bitencourt. Projeto Geoparque Caminho Dos Cânions do Sul: Fomentando conhecimento, valorização e desenvolvimento territorial sustentável. In: LADWIG, Nilzo Ivo; CAMPOS, Juliano Bitencourt (orgs.). **Planejamento e Gestão Territorial: O papel e os instrumentos do planejamento territorial na interface entre o urbano e o rural.** Criciúma, SC: EDIUNESC, 2019.

HORTA, Maria de Lurdes. Pereira.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial. Brasília:** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável,** Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002. Disponível em: https://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/agroecologia_e_saber_ambiental.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

MARTINI, Guy; ZOUROS, Nickolas; ZHANG, Jianping; JIN, Xiaochi; KOMOO, Ibrahim; BORDER, Melanie; WATANABE, Mahito; FREY, Marie Louise; RANGNES, Kristin; VAN, Tran

Tan. UNESCO Global Geoparks in the: a multiple goals roadmap proposal for future discussion. **Episodes**, [S.L.], v. 45, n. 1, p. 29-35, 1 mar. 2022. International Union of Geological Sciences. <http://dx.doi.org/10.18814/epiiugs/2021/021002>. Acesso em: 12 ago. 2024.

PAULA, Bernardo Duque de. **Reestruturando uma reserva técnica arqueológica**: um projeto para o Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas – LASCA/UFMS. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural – PPGPC, Universidade Federal de Santa Maria, 220p. Santa Maria, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/24278>. Acesso em: 12 ago. 2024.

PAULA, Bernado Duque.; SALADINO, Alejandra; SOARES, André Luis R. 2020. Aquisição e Descarte de bens arqueológicos: A experiência de elaboração de uma política de acervos para o LASCA/UFMS. São Paulo, **Revista de Arqueologia**, vol.33, n.3, set-dez. p.171-188. Disponível em: <https://doi.org/10.24885/sab.v33i3.829>. Acesso em: 12 ago. 2024.

POSEY, Darrell Addison. Indigenous management of tropical forest ecosystems: the case of the Kayapo Indians of the Brazilian Amazon. **Agroforestry systems**, v. 3, p. 139-158, 1985. Disponível em: https://observatoriodacastanha.org.br/api/uploads/documents/media-0cc643ec-bd41-4367-0714-33a8c5ce2a36/full_text.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

POSEY, Darrell A. Indigenous ecological knowledge and development of the Amazon. In: **The dilemma of Amazonian development**. Routledge, 2019. p. 225-257. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4324/9780429310041-12>. Acesso em: 12 ago. 2024.

SÁ, Artur Abreu; SILVA, Elizabete. A Gestão Pública do Património Geológico e Paisagístico Português: O caso dos Geoparques Mundiais da UNESCO. **Al-Madan Online**, II (22), 135–141, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343970600_A_Gestao_Publica_do_Patrimonio_Geologico_e_Paisagistico_Portugues_o_caso_dos_Geoparques_Mundiais_da_UNESCO. Acesso em: 12 ago. 2024.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Geociências e Geoparques Mundiais da UNESCO**. 2023. Disponível em: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/redes-unesco/geoparques-mundiais-da-unesco>. Acesso em: 12 ago. 2024.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA MUSEALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: PRESERVE/FE, MUSEUS FERROVIÁRIOS E OUTROS SALVAMENTOS

Alice Bemvenuti

Introdução

A proposta deste artigo é contribuir para o debate do painel Instituições e Estudos para a Memória de Portos e Ferrovias¹, dando continuidade às reflexões sobre os aspectos históricos da musealização do patrimônio ferroviário², na intersecção entre o campo do patrimônio industrial e da museologia. O interesse está em recuperar, a partir da museologia e do museu, o modo como foram e são mobilizadas as aproximações com o patrimônio ferroviário e sua preservação, com atenção para a presença das pessoas e para os desdobramentos no Sul do Brasil.

A preocupação com o esquecimento impulsiona

1 Realizado em 3 de julho de 2024, durante o Congresso Internacional de Patrimônio Cultural e Sustentabilidade, em Pelotas, Rio Grande do sul, Brasil.

*2 Ver artigo: **Aspectos Históricos de Musealização do Patrimônio Industrial Ferroviário Brasileiro**, que apresenta parte da dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós-graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, sob orientação da profa. Dra. Marília Xavier Cury, publicado em 2006 pela Revista FACES da História (UNESP), disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/407>.*

ações de interesse pela memória. Os usos de prédios e das antigas estações ferroviárias evidenciam os fazeres articulados pelo campo do patrimônio, da museologia e dos museus, em ocupações, projetos museais e culturais, departamentos e órgãos públicos, mobilizações e organizações populares que, de algum modo, salvam e guardam objetos e vestígios. São coleções ou acervos que reafirmam o desdobramento interdisciplinar (Rodrigues da Silva, 2014a; 2014b; Kühl, 2010; Bemvenuti, 2016; 2024).

No lugar de pesquisadora, reconheço o espaço móvel das tensões na busca por referenciais, seja para a compreensão de algo e para a localização de pistas, seja para encontrar possíveis encaixes de peças que permitem elucidar as aproximações entre patrimônio industrial, museu e museologia. Entendendo que a percepção do mundo por meio da relação com as coisas e as pessoas, o acúmulo de experiência vivida e a consciência sobre ela (Husserl, 1989) dizem respeito ao modo como conhecemos e exercitamos distintos modos de produzir o salvamento do patrimônio cultural e, portanto, de nós mesmos. Apoio-me em Tim Ingold (2015) para, nesse contexto, entrecruzar perspectivas de lugar, conhecimento e movimento. Retomo uma de suas afirmações relacionada ao conhecimento do habitante sobre o espaço geográfico, que se dá não como algo isolado, mas derivado de um emaranhado de relações a partir de "um histórico de voos anteriores, de decolagens e aterrissagens, e de incidentes e encontros na rota [...], forjado em movimento, na passagem de um lugar ao outro e nos horizontes ao longo do caminho." (2015, p.

227). Em relação ao fluxo da pesquisa, explico o que me atravessa, o que conduz as escolhas e o referencial e apresento, de modo cronológico e histórico, dados que informam sobre patrimônio, preservação, ferrovia e museu.

Patrimônio, patrimônio, patrimônio

Para o entendimento de patrimônio, recorro aos contextos e aos usos do termo, lembrando o lugar onde meus pés estão posicionados: território brasileiro, corpo de mulher, estrutura com contornos do pensamento moderno ocidental, compondo coletivos, revendo discussões acadêmicas, acolhendo e experimentando o deslocamento de pontos de vista. Assim, para este início de conversa, permito-me destacar aspectos históricos e conceituais que demarcam modos de interpretação e usos do patrimônio e do museu no tempo presente.

Vivemos em uma sociedade tomada pela materialidade e pelo valor atribuído. Com referência ao Direito Romano, o patrimônio na estrutura familiar, econômica e jurídica é mantido quando os bens são transmitidos ao filho pelo pai — chefe de família, senhor do patrimônio e mantenedor das crenças e tradições (Lima, 2012) como base para uma sociedade estável. Nessa estrutura de sucessão, o conjunto de bens é transmitido por direito de herança, que facilmente podemos identificar no patrimônio econômico e financeiro, no acúmulo empresarial, imobiliário, familiar e individual. A herança do patrimônio se refere aos bens físicos e "aos imperativos sociais e simbólicos atrelados ao pai" (Vaz, 2017, p. 67)

que, por obrigação social, garante a preservação dos bens e a manutenção de um padrão com interesse em uma ordem sociocultural e econômica demarcada pela relação de poder.

A ideia da preservação do patrimônio, tal como discutimos hoje, é assumida a partir de 2 de outubro de 1789 com a Revolução Francesa que provocou a revisão de valores, a derrubada do poder da aristocracia e da Igreja — esta pelos atos jurídicos da Constituinte que colocam os bens do clero à disposição da nação. O patrimônio deixa de ser antiguidade, adquire status de documento e passa a ser preservado como monumento histórico de interesse à instrução pública. A transferência de propriedade incide em novos problemas a partir do efeito da nacionalização, associado a uma metamorfose em valores de troca, que, segundo Françoise Choay (2006), passam a ser compreendidos pela necessidade da conservação dos bens patrimoniais, sob pena de produzirem prejuízo financeiro ao Estado. Diferentemente do patrimônio como herança, pela perspectiva da posse coletiva dos bens e o exercício da cidadania, o termo “patrimônio” designa um conjunto de valor cultural de uma identidade nacional e qualifica a preservação pelo fato do interesse cultural estar acrescido do interesse político e com uma justificativa ideológica (Fonseca, 2003).

Recupero, ainda com base em Françoise Choay (2006), um apontamento afirmando que o patrimônio histórico e as condutas a ele associadas encontram-se presos e cujas ambiguidades e contradições articulam

e desarticulam mundos e visões de mundo. O que chama a atenção para a necessidade e a importância dos questionamentos quanto aos elementos que os constituem, que, assim como revelam, também encerram informações e questões. Sua cristalização induz a uma homogeneização do sentido e valores, e reafirma como referência o padrão de um sujeito universal, desfazendo a possibilidade da diferença. O culto ao patrimônio histórico ganha campo com o intuito de garantir suporte para uma história que se compreende universal e segue, no século XIX, ao lado dos impactos e desdobramentos da Revolução Industrial.

Em maio de 1964, a *Carta de Veneza*³, fruto do II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos⁴, traz uma mensagem que ratifica os monumentos e os sítios históricos, a partir dos contextos, como molduras, reafirmando o testemunho a partir de um acontecimento. Cabe destacar o respeito à matéria que conserva as evidências do tempo, entre as notas de Beatriz Mugayar Kühl:

A relação com os monumentos históricos é pautada no respeito pela matéria, como transformada pelo tempo. Essa postura tem relações diretas com um tipo de visão sobre o transcorrer do tempo, uma visão linear, de origem judaico-cristã, em contraposição a uma noção de circularidade do tempo. As culturas que depois se "apropriam" da noção de monumento histórico são culturas que, em relação ao tempo, têm visão de linearidade: o tempo que não pode ser revivido e revertido e, por isso, esse respeito pela

3 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>.

4 Seguindo da criação do ICOMOS, em 1965.

matéria que carrega consigo o transladar da história. (Kühl, 2010, p. 301).

Os casos emblemáticos de destruição da Bolsa de Carvão e da Estação Euston, em Londres, nos anos 1960, e do Mercado Central de Paris, nos anos 1970, aceleram as preocupações em defesa da preservação dos processos de industrialização. A França reforça a política cultural de Estado e "a mundialização dos valores e das referências ocidentais contribui para a expansão ecumênica às práticas patrimoniais" (Choay, 2006, p. 207), que se expandem por intermédio de convenções, a citar a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, adotada a partir da Conferência Geral da UNESCO⁵, em 1972.

Assim, determina-se uma Lista do Patrimônio Mundial, com objetivo de "proteger para todos os povos, os bens culturais e naturais de valor excepcional" (Lins, 2012), a partir de critérios de autenticidade e integridade. O debate de patrimônio cultural se amplia e a discussão se expande, levando à inclusão do industrial como tipologia e, portanto, proporcionando a esse tipo de patrimônio alcançar os privilégios do direito à conservação — atenção dada até o momento apenas à arquitetura e às obras de arte. Em 1973, realiza-se a I Conferência Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial e, em 1978, na Suécia, durante a III Conferência, ocorre a formalização do Comitê Internacional para a

5 Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133369_por.

Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH⁶).

Segundo Ana Paula Lins, é na década de 1990 que os “monumentos industriais ferroviários” (2012, p. 21) ganham evidência na Lista de Patrimônio Mundial. A ação de transformar uma antiga estação ferroviária, que engloba um conjunto de edificações — a via e sua sinalização, a plataforma, caixa d’água, pátio de manobras, armazéns, oficinas, vilas ferroviárias, cooperativa, escola e as peças de máquinas, carros, vagões, locomotivas, entre outros —, requer reconhecer o patrimônio industrial e suas características.

Na XII Conferência Internacional do TICCIH, realizada em 2003, em Nizhny Tagil, na Rússia, foi aprovada a *Carta do Patrimônio Industrial*, configurando-se um texto de referência, contendo as definições de patrimônio industrial, período histórico e arqueologia industrial como método. No Brasil, o debate sobre as questões industriais e o patrimônio são marcadas pela escrita de uma *Carta-Manifesto*, em Campinas⁷, ocasião em que se formaliza um comitê provisório, com a participação de pesquisadores dos campos da história, arquitetura e sociologia. O debate nasce com abrangência de diferentes áreas do conhecimento que, por um lado,

⁶ The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, *que atua junto ao Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, associado à UNESCO.*

⁷ *Grupo de Estudo de História da Técnica ressaltava a desatenção dos órgãos de proteção em relação aos “testemunhos materiais das atividades produtivas” (Meneguello, 2012), com a data de 15 de março de 2003, antecedendo o texto elaborado em Nizhny Tagil. Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/cartas/carta-manifesto-2003/>.*

concentram-se ao discutir o tema e, por outro, alargam o campo num esforço multidisciplinar (Kühl, 2010), provocando rever a própria arqueologia industrial como disciplina compreendida pelo método interdisciplinar endossado pela *Carta de Nizhny Tagil*.

Em meados do século XX, na década de 1950, surge a arqueologia industrial. Segundo José Manuel Lopes Cordeiro (Oliveira; Correa, 2017), o trabalho da arqueologia industrial é capaz de informar sobre a história humana de um modo distinto da História ao conciliar “pesquisa, estudo, registro e, eventualmente, escavações dos sítios industriais, com a vertente histórica da interpretação de todo o tipo de fontes que se encontrem disponíveis (materiais, documentais, orais etc.)” (p. 165). Assim, a arqueologia industrial é responsável pela atenção dada aos vestígios e às ruínas — edificações, máquinas, artefatos, territórios e documentos associados ao sistema de produção da indústria: energia, mineração, transporte, fabril, siderúrgica, alimentação etc.

Para Cristina Meneguello (2011), o patrimônio industrial inclui “o conhecimento de técnicas e rotinas de produção, de organização e de socialidade, dentro e fora do espaço de produção” e, inscrito como campo de pesquisa, considera simultaneamente “a memória do trabalho, o estabelecimento e proteção de seus acervos e a presença das edificações industriais na trama urbana.” (p. 1819). A presença dos trabalhadores e das trabalhadoras falando de sua comunidade, cotidiano, conflitos e diversidade evidencia a noção de lugar e a experiência individual, “nas suas múltiplas formas de interpretação da realidade, nas suas práticas variadas, nas suas

representações pertinentes, vivenciadas e expressas no mundo da materialidade e da intangibilidade" (Lima, 2012, p. 37) e passa a considerar a comunidade como fonte para os processos de patrimonialização.

O interesse no relato sobre o fazer laboral e os produtos como processo da industrialização levam a considerar o testemunho das atividades humanas como documento, a partir de uma memória coletiva sobre a cidade, o tempo vivido, os contextos, os territórios e o uso das edificações. A Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Imaterial consolida a atenção para uma definição de patrimônio intangível, potencializando questões relacionadas às práticas, às representações, às expressões e ao conhecimento das comunidades, grupos e indivíduos, destacando a diversidade a partir do patrimônio cultural. O patrimônio industrial, segundo Eduardo Romero de Oliveira (2017), compreende-se por aquilo que denota os sinais de industrialização, portanto, está presente nas particularidades e pela oralidade, capaz de revelar hábitos do cotidiano, questões de problemáticas sociais, o saber-fazer e as técnicas, os hábitos de consumo, o controle do capital intelectual, as relações de hierarquização de poder, entre outros. Nesse sentido, cabe, no debate, discutir como o patrimônio industrial confere fonte de informação sobre o comportamento humano, a produção de sentido e de valor, assim como constitui argumento para a preservação e tomadas de decisão na organização de coleções e promoção de recortes museográficos.

Museologia, musealização e os museus ferroviários

Pensar o patrimônio no campo da museologia compreende pensar os elementos que constituem a manifestação do patrimônio, entendendo o lugar que ele encontra nos museus. Para Diana Farjalla Correia Lima (2012; 2014), o debate entre musealizar e patrimonializar, como instâncias de legitimação e integração, informa-nos sobre os códigos de interpretação alicerçados em instrumentos de poder simbólico. As designações de patrimônio e o debate sobre proteção informam esse horizonte de dimensão cultural: o patrimônio e o museu como bens simbólicos. "A forma e o sentido cultural construídos para criar e estabelecer a ideia de 'preservação' e 'transmissão' do bem consolidaram a base do pensar e do agir que se identifica no conceito de Patrimônio, seja na condição de elemento musealizável ou quando já se apresenta musealizado, isto é, sob a forma de Museu". (Lima, 2012, p. 33).

A necessidade que temos de recolher objetos diz respeito, segundo Claude Lévi-Strauss (1995), à necessidade do homem de compreender o próprio homem. A atitude de amontoar, guardar e colecionar anuncia um desejo de não querer perder, diante dos impactos da mudança, que produz uma atitude relacionada à tentativa de apreensão do real com intuito de permanência do vivido. Portanto, agrupar e colecionar não se trata de uma novidade entre as necessidades humanas, mas de um modo de salvar o que nos permite recuperar a dimensão ordenadora sobre o desenvolvimento cultural.

Com intuito de embasar a discussão da musealização, opto pelas bases teóricas na museologia por meio de Stránský ((1980)2008), Guarnieri (1980), Lima (2012; 2013; 2014), Cury (2014; 2020) e Brulon (2017). E, em relação às ações de preservação do patrimônio ferroviário e sua musealização, utilizo como referenciais pesquisas realizadas por Oliveira (2010), Rodrigues da Silva (2014a; 2014b), Matos (2015; 2019), Yagui (2014), Bemvenuti (2016; 2017; 2024) e Silva (2017).

A museologia, segundo Zbynek Zbylav Stránský (2008), estuda a relação do homem com a realidade a partir do "fenômeno museu" que, por sua vez, dá-se na relação com as necessidades da sociedade presente e, assim, afirma que "nenhum museu pode existir fora dessa constelação de desenvolvimento" (p. 104), sustentando a relação eminente entre teoria e prática, a qual, segundo o autor, carece resolver seus problemas metateóricos. Para o autor, a musealização se trata de um instrumento de interpretação social contra a degradação por meio da aquisição da qualidade museal, ou seja, naquilo que condiciona a musealidade. Para Bruno Brulon (2017, p. 414), Stránský destaca "uma vontade de musealização que leva à experiência social da musealidade" reconhecida na qualidade museal, e não um valor do objeto em si mesmo. Nesse ponto de vista, Brulon destaca que o interesse passa para o que motiva a musealização e como os objetos adquirem valor por meio da apropriação, configurando uma realidade cultural e museológica.

Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, pioneira nos estudos

da museologia e dos museus no Brasil, apresenta a ideia do objeto de estudo como o fato museológico ou fato museal, na perspectiva de Stránský, que evidencia a relação profunda entre o sujeito que conhece aquilo do qual participa. Em sua tese de doutorado, *Um Museu de Indústria em São Paulo*, Guarnieri (1980) defende o museu como uma tecnologia para documentar o trabalho, permitindo a reflexão sobre as relações humanas no contexto industrial, entendendo sua concepção metodológica aliada à arqueologia industrial e aos estudos do uso das técnicas e costumes de populações e grupos sociais. A autora faz aproximações compreendendo a museologia a partir dos aspectos culturais e dos estudos da sociedade, afirmando que a musealização se preocupa com a informação por meio da documentalidade e da testemunhalidade, sendo a primeira porque "ensina algo de alguém, ensina alguma coisa a alguém" e a segunda por "atestar algo de alguém, fato-coisa", reafirmando a importância do "sentido de presença, de estar ali por ocasião do ato." (2010, p. 151).

Em uma perspectiva contemporânea, Mirian Yagui (2014) expõe as ações decorrentes de um museu em torno de um objeto museológico que passam a ser compreendidas como ações curatoriais e apresenta diferenças entre museus a partir dos tratamentos curatoriais, com base na Nova Museologia. Tendo interesse no campo do patrimônio industrial, especificamente nos museus do setor elétrico, Yagui destaca iniciativas empreendidas por empresas que, ao expor um acervo preservado com objetos utilizados nos escritórios das empresas (relógios, máquinas registradoras, placas comemorativas etc.),

diferem-se das relacionadas aos museus por não abrangerem o conjunto de ações inerentes a uma instituição museológicas: a curadoria (2014).

Em relação ao patrimônio ferroviário, observa-se iniciativas isoladas, relacionadas aos setores da empresa, que apresentam dificuldades de toda ordem: a organização do acervo, a formalização, a criação de um museu, assim como a regularização, sendo que fica evidente a falta de continuidade de algumas iniciativas, porém, sendo possível encontrar registros de inícios em documentos e periódicos, como o caso anunciado no ano de 1920, pelo *Jornal do Brasil*, quando da divulgação de uma reforma da Estrada de Ferro Central do Brasil. A notícia diz respeito aos novos encarregados nomeados para a Direção da 3ª Divisão e, junto a divulgação de uma das partes do novo regulamento, consta um artigo sobre a criação de um "museu da locomoção" (*Jornal do Brasil*, 1920, p. 6). O texto deixa claro o interesse em reunir documentos e objetos por intermédio de itens como planos, desenhos, modelos de obras e máquinas, selecionados por critério de caráter histórico. A notícia, de fato, não confirma a efetivação do referido museu (Silva; Granato, 2018), mas podemos compreendê-lo a partir do rol das iniciativas isoladas a que o agrupamento de itens conduz, de algum modo: a criação de algum museu, não necessariamente o que foi anunciando, mas certamente mais adiante ocorre a criação do museu, podendo até ser com outro mesmo nome ou endereço. Chamo a atenção para aquilo que revela a existência de uma ação individual ou coletiva de pessoas preocupadas com a preservação do patrimônio enquadrado como

obsoleto.

Na década de 1950, com objetivo de modernizar e racionalizar as vias de transporte, o Brasil estreita laços com os Estados Unidos da América e, por meio de uma Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), realiza um estudo para obter diretrizes norteadoras. Entre os seus resultados, está a criação do Programa de Reparcelamento Econômico e do Banco Nacional de Desenvolvimento, que determinaram a supressão e erradicação de ramais, o reaparelhamento, com a substituição da tração a vapor pela tração diesel-elétrica, e a expansão, em larga escala, da indústria automobilística. Assim, ao final daquela década, as ferrovias regionais (públicas e privadas) são unificadas e nasce a Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA). No processo de unificação, a RFFSA recebe a tecnologia a vapor utilizada pela viação, investe na modernização e o material obsoleto segue destinações variadas — desde o reaproveitamento em atividades de manobras, até o descarte e o abandono. Nesse entremeio, encontramos algumas iniciativas com interesse em garantir o não desaparecimento por completo dos testemunhos, como a criação do Museu Ferroviário⁸ da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), em Porto Alegre, em 1965, que nasce junto à biblioteca da SR-6, com a coordenação de Nilza Damasceno de Castro. Nos estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rondônia, Rio de Janeiro e São Paulo⁹, fica evidente a presença de atores preocupados

8 Em alguns documentos, denominado como Museu Histórico da VFRGS (Bemvenuti, 2016).

9 Observa-se, em algumas publicações, a menção às primeiras ini-

com preservação do patrimônio ferroviário, antes mesmo da consolidação do PRESERVE.

Na década de 1980, o Ministério dos Transporte inicia a implantação do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico (PRESERVE)¹⁰, tendo a museóloga Maria Elisa Carrazzoni no cargo de Coordenadora-Executiva, via Secretaria Geral. O Programa se organiza com as áreas do Patrimônio, Engenharia, Material e Operações, iniciado por uma ação piloto em Minas Gerais e, em 1983, é oficializado através da Portaria 126, assinada por Cloraldino Soares Severo.

A museóloga Maria Elisa Carrazzoni atuou em diferentes projetos antes de assumir os desafios do PRESERVE. Entre as décadas de 1950 e 1960, atuou em assuntos educacionais, vinculada ao Ministério de Educação, no Museu da República e em um trabalho pioneiro no Museu Histórico Nacional (MHN), intitulado "O Museu vai à Escola". Entre os anos 1970 e 1976, que antecederam a coordenação do PRESERVE, Carrazzoni esteve à frente do Museu Nacional de Belas Arte (MNBA). Em 1978, coordenou a publicação da segunda edição do *Guia dos Museus* e, no ano de 1980, a publicação *Guia dos Bens Tombados*, considerando os imóveis registrados pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O percurso da museóloga sinaliza, de algum modo, a relação de interesse e de aproximação entre o

ciativas, sem considerar os estados do Rio Grande do Sul e Rondônia.

10 Detalhamento de aspectos da constituição do Programa PRESERVE e suas sucessivas alterações para PRESERFE e PROFAC, ver Bemvenuti, 2016.

patrimônio e o museu, tanto nas questões vinculadas à preservação, mediante a patrimonialização e a musealização, quanto naquelas relativas aos projetos culturais, de comunicação e de educação junto aos públicos. Interessa pensar o acúmulo de experiência com a atuação em museus de tipologias distintas, em especial histórico e arte, como referência ao trabalho desenvolvido na coordenação do Programa que nasce através do PRESERVE.

Nas normas que definem o PRESERVE/FE¹¹, há uma Comissão de Coordenação das Atividades (CCP), situada no Rio de Janeiro, e grupos de trabalho nas regionais dos estados, com a indicação de uma museóloga para a responsabilidade de Secretária-Executiva. As equipes contam com a presença dos funcionários da RFFSA e são constituídas de modo interdisciplinar, contando com profissionais especializados: arquitetos, pesquisadores, museólogos, restauradores, fotógrafos e programadores visuais¹². O PRESERVE/FE marca o processo de musealização atribuído ao patrimônio ferroviário e confere pioneirismo à RFFSA, ao reunir um

11 De acordo com Bemvenuti (2016), o Programa de Preservação do Patrimônio Histórico (PRESERVE) se desmembra em dois, passando a preservação dos itens referentes ao transporte ferroviário para a gerência da RFFSA sob a denominação Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário (PRESERFE). Opto por utilizar a expressão PRESERVE/FE entendendo que o PRESERFE nasce do desdobramento do PRESERVE, dando sequência ao programa e suas diretrizes, porém restrito ao patrimônio ferroviário.

12 Documento nº 1, Relatório apresentado sobre as primeiras ações entre os anos de 1980 e 1982. RFFSA/PRESERVE.

grupo de profissionais mulheres museólogas à frente da coordenação geral e dos centros, dos núcleos e dos grupos de trabalho das regionais. A exemplo do Rio Grande do Sul, o Grupo de Trabalho do PRESERFE¹³ da Superintendência Regional 6 (SR-6) foi criado tendo como presidente o Superintendente Eng. Gilberto de Almeida Nascimento, e como Secretária Executiva a museóloga Clarissa Oliveira de Carvalho, responsável pelo Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul — Museu do Trem e pelos projetos com cidades do interior.

Os Centros de Preservação da História Ferroviária (CPHF) e Núcleos Históricos Ferroviário (NHF) são estruturados a partir de um núcleo museológico, com base na definição de museu do ICOM. Identifica-se, no campo da museologia, documentos e estudos que orientam os profissionais especializados e as equipes, mediante diretrizes e normas técnicas¹⁴, assinados por Maria Elisa Carrazzoni (1981), Clarissa Oliveira de Carvalho (1986), Telma Lasmar (1991).

Destaco as Diretrizes Para a Implantação de Centros de Preservação da História Ferroviária, assinado por Carrazzoni, documento que preconiza uma diferenciação entre museu e centro de preservação. A diretriz informa

13 Resolução do Superintendente, nº 441, Porto Alegre, 30 de outubro de 1986 — foi realizada após a redefinição para PRESERFE (Programa de Preservação do Patrimônio Ferroviário).

14 Os documentos localizados são de instituições públicas e coleções privadas e encontram-se em suportes diversos: impressos, datilografados, mimeografados e manuscritos.

sobre o centro de preservação ser estruturado a partir de um núcleo museológico, uma biblioteca, uma fototeca e um arquivo para documentos históricos. Segundo Carrazzoni, entre as diferenças, do museu exige-se um compromisso com o acervo, distinguindo-o de um espaço destinado ao centro de preservação, que poderia ser a instalação "em qualquer área" (1981, p. 2). Também são dadas orientações para cuidados e protocolos museológicos e museográficos que informam sobre regras para as etapas de tombamento, classificação, diagnósticos de estado de conservação, técnicas de higienização, acondicionamento e organização de uma reserva técnica.

O PRESERVE/FE se constitui a partir de uma ação macro, coordenada pelo Rio de Janeiro, que abrange as diferentes regionais com outras equipes de trabalho interligadas a Coordenação Geral. Entre as equipes de trabalho nas regiões, havia um Grupo de Trabalho com coordenação local. As ações podem ser compreendidas com trabalhos paralelos cadenciadas numa sequência:

- a) levantamento do material regional dos estados, estudos e definição das cidades e recintos para a implantação dos CPHF ou NHF - tomada de decisões macro;
- b) pesquisa local do patrimônio ferroviário nas diferentes cidades da região, elaboração de subsídio para tomada de decisão em cada etapa e a produção de materiais informativos e gráficos;
- c) planejamento e execução de restauro, com remodelação do recinto e reuso da edificação;

- d) redefinição do recinto ferroviário para sítio histórico, com proposta de um projeto museográfico;
- e) localização de material rodante, ferramentas, documentos, fotografias, livros, entre outros, deslocamento e agrupamento de componentes ferroviários no espaço definido para o centro de preservação;
- f) processo de musealização do patrimônio: inventários museológicos, formação das coleções, Livro Tombo, fichas técnicas, definição de vocabulário controlado do patrimônio ferroviário, diagnóstico, classificação, acondicionamento, conservação preventiva, organização da Reserva Técnica;
- g) proposta de expografia e programação visual para os espaços externo e interno;
- h) constituição de equipes para atendimento ao público (turistas, escolas, pesquisadores), capacitação e treinamento de pessoal;
- i) inauguração, espaço aberto para a comunidade;
- j) dinamização e difusão, elaboração de projetos educativos e culturais, visitas programadas para escolas e grupos especiais, exposições itinerantes e temáticas comemorativas;
- k) limpeza e manutenção do sítio histórico e do acervo, segurança;
- l) projetos com outras cidades: minicentros, exposições e uso do material rodante para as rotas com trens turísticos.

A inauguração de cada centro do PRESERVE/FE prevê

a entrega de um catálogo com contexto histórico da ferrovia e informações locais, com texto de apresentação do Ministro e da Coordenação Geral. A ficha técnica do *Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio grande do Sul* (1985) informa a supervisão geral por Maria Elisa Carrazzoni e secretaria executiva do PRESERVE/RFFSA por Claudio Bacalhau, coordenação dos processos museográficos pela museóloga Maria Thereza Kahl Fonseca e programação visual e restauro pelo arquiteto Sérgio Santos Morais, todos profissionais vinculados ao Rio de Janeiro. O grupo de profissionais associados à Superintendência Regional em Porto Alegre contava com o Eng. Nelson Pauli na coordenação da execução do projeto de restauro; Ditmar Kurt Belmann na urbanização; execução da obra por Edmar Erne Horbach e Artur Horbach, entre outros. Nos agradecimentos, destacamos o nome do ferroviário Hélio Bueno da Silveira, que ainda hoje atua em defesa do patrimônio e da memória ferroviária na Vila Ferroviária Diretor Pestana, em Porto Alegre, por intermédio do Grêmio Esportivo Ferrinho.

Entre outras publicações, o PRESERFE produziu o catálogo com o projeto *Reconstrução da Rotunda de São João Del-Rei* (1987) e o *Manual de Preservação de Edificações Ferroviárias Antigas* (1991), ambos com pesquisa e texto do arquiteto Sérgio Santos Morais. A preservação das edificações torna-se uma preocupação devido ao interesse pela reintegração de edifícios desativados e sua reutilização como museus, que, por sua vez, incidem em outras questões, como a readequação para as necessidades dos novos usos. Em

relatórios e manuais, há menção para que as normas contidas na *Carta de Veneza* (1964) sejam cumpridas, sendo que ela se encontra publicada na íntegra em um dos relatórios impressos.

Os espaços definidos para a implantação dos Centros de Preservação (CPHF) e Núcleos Histórico Ferroviários (NHF) passaram por diferentes instâncias jurídicas de proteção, sendo que alguns, como o caso de São Leopoldo, obteve o tombamento por meio do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Estadual (IPHAE), no ano de 1990, quando a gestão do espaço transicionava para a prefeitura municipal local. Para Maria Cecília Londres Fonseca (2003), os bens tombados que passam a ser preservados pelas instâncias jurídicas produzem uma compreensão restritiva do termo "patrimônio" a partir da ideia elitizada de conservação, que reflete nos espaços redesignados para abrigar um museu.

O PRESERVE/FE confere uma ação fundamental quanto à museologia e aos museus, na mesma intensidade que a implantação da ferrovia em um país de dimensões continentais. O debate avança à medida que compreendemos que musealizar no campo do patrimônio industrial abre outras perspectivas de pensar a interpretação.

E, retomando o término de um sistema de transporte, não se trata unicamente do transporte de cargas e passageiros, mas a alteração de um sistema de relações em uma macroestrutura, quando entendemos que a ferrovia foi, por décadas, a principal atividade econômica

(Oliveira, 2017) do país, sendo ela o centro nevrálgico para o desenvolvimento de outras atividades econômicas. A ferrovia, que integrava parte de uma política federal, sendo a base de um projeto de desenvolvimento de uma nação, necessita ser observada pelas transformações geoambientais, urbanas e culturais, além da ruptura do sistema, a reverberação quanto às instâncias de preservação do patrimônio.

O espólio documental produzido com a privatização, a partir de 1997, difere do PRESERVE/FE e da criação dos Centro de Preservação (CP) e Núcleo Histórico Ferroviário (NHF). As etapas do leilão e as destinações do espólio da RFFSA não incluíram orientações prévias para os CP e os NHF, assim como não previram destinação para os arquivos documentais da RFFSA. Alguns dos CP e NHF foram absorvidos por instâncias municipais e estaduais, outros foram fechados, saqueados e pouca informação revela onde se encontra seu acervo, sendo que apenas em 2007 foi decretada a extinção e determinada a transferência dos acervos históricos, por meio da Lei 11.483, para responsabilidade do IPHAN.

O arquivo documental que se encontrava nas superintendências regionais foi utilizado como fonte de informação para os processos trabalhistas, não sendo considerada sua importância histórica. Para Lucina Matos, "por um período de 35 anos a Rede representou a maior referência de operação ferroviária no país e o processo de extinção suscita dúvidas sobre os prejuízos que essa opção causou e ainda causará na questão da preservação de sua memória" (2015, p. 145). Em

relação aos descuidos decorrentes da privatização, dos abandonos e impossibilidade de acesso, Matos destaca o impacto da "fragmentação irre recuperável", devido à descontinuidade da linearidade histórica, com suas dissonâncias, que produz, além do risco da perda de uma identidade, a naturalização do apagamento dos processos industriais e dos vazios de informação.

A sobrevivência dos museus e da memória ferroviária no Rio Grande do Sul

Faz-se necessário compreender a ferrovia na América Latina no entremeio dos impactos da modernidade e do capital financeiro e, nesse sentido, as relações da vida cotidiana com a nova tecnologia, o uso da mão de obra e os apagamentos da memória que se assemelham em vários aspectos, sobretudo, ao utilizarem a representação de homem universal como identidade para todos os trabalhadores e trabalhadoras.

O mapeamento dos museus ferroviários — apresentado por esta pesquisadora como resultado de um mestrado¹⁵ desenvolvido na Universidade de São Paulo — permite observar o volume de iniciativas e, a partir de suas características diversas, distinguir peculiaridades considerando o que as originou, a abrangência, a quantidade de objetos, as necessidades e as dificuldades para manter o local aberto, incluindo os desdobramentos após a privatização da malha ferroviária. A lista apresenta museu do trem, museu ferroviário, centro de preservação, projeto de memória, centro, casa, ponto de memória,

¹⁵ Bemvenuti, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-08062017-112548/pt-br.php>.

ponto de cultura, sala, memorial e trem turístico. As variações apresentam informações vinculadas à história da ferrovia, sobretudo, quando nos detemos a entender o modo de organização, de interpretação e o modelo de gestão.

Distante dos órgãos de proteção e das instituições e seus acervos encontramos agrupamentos de objetos e documentos fruto do que vou denominar de salvamentos, a exemplo daqueles retirados de labaredas produzidas pela concessionária em dia de faxina, daqueles resgatados dos abandonos ou arrematados em leilões, além dos objetos pessoais e relíquias guardadas em caixinhas de sapato sob o roupeiro, álbuns de fotografia, carteirinhas de clube, passe livre, carteira de trabalho, de aposentaria etc. No enfrentamento do esquecimento, do descuido, das fogueiras, dos abandonos, há uma pessoa atenta e ativa, um minuto de coragem e uma mudança de rumo. As ações individuais e coletivas se misturam e são reveladas em relatos e depoimentos orais sobre as memórias de trabalho e de vida das pessoas e suas família. Nas informações e nas presenças encontramos um volume de referências que identificam a ferrovia como patrimônio e que rompem com o estatuto de valoração do patrimônio pela materialidade construída ou histórica, são necessários critérios distintos da relação de herança e de monumento, ainda que se apresentem fragmentados e descontínuos.

Segundo Rose Miranda (2021), os processos da musealização envolvendo a documentação podem ser compreendidos como fenômeno social, enfatizando a

materialidade dos itens acolhidos no cotidiano e que se distingue da Documentação legitimada por um campo do conhecimento. Miranda destaca compreender a documentação museal nos aproximando dos exercícios da museologia contaminados pelas reinvenções. Caberia pensar a qualidade museal, a musealia, a partir de uma prática inspirada por uma nova imaginação? E, nesse sentido, compreendendo o direito à memória, como nutrir o museu com práticas inquietas que possam flertar com os fazeres disruptivos e criativos? Como ampliar as práticas de museu se aproximando daqueles que salvaram objetos e documentos em evento cotidiano? Como pensar e fazer um museu que não seja um depósito de coisas velhas ou um espetáculo de consumo com uma narrativa universal?

O processo de musealização está relacionado ao sentido de dar a ver, de *mostração* (Cury, 2020) e, para isso, faz-se necessário cuidar. O inventário e os processos museográficos de salvaguarda e comunicação, que incluem o registro, o acondicionamento, o acesso e a pesquisa, redesenham-se quando entendemos a musealização não como um afastamento dos objetos do contexto de origem ou como um fragmento que dá conta do todo. O conflito entre o mundo fechado dos objetos musealizado, a musealia, e o que pertence a vida. Para além de um vestígio e um testemunho documental ou tridimensional, o objeto é parte ou resultado de uma experiência que encontra o fazer do museu e os salvamentos em contexto diversos. O fazer colaborativo como prática do museu, seja nos percursos da pesquisa, na identificação das narrativas, na aceitação da ação de

salvamento de objetos e documentos que enunciam a presença das pessoas, abre uma brecha para discutir os outros modelos de gestão e as formas de acolhimento e organização na relação entre museu e os públicos, uma chave de entrada para aprofundar o debate sobre a musealia e a memória.

A relação entre os fazeres e as práticas da instituição museal e os movimentos atribuídos às pessoas ao longo da vida na ferrovia levam-me a pensar em uma aproximação com os modos de salvamento. As alternativas de produzir memória sinaliza um método de ação tanto para existir enquanto instituição em uma função social — e que, ao mesmo tempo, define a conservação (salvamento) dos objetos para além de garantir a instância jurídica — quanto ao tornar-se um meio de permanência de presença com a garantia do outro, não um sujeito universal, mas compreendido pelas especificidades subjetivas das pessoas comuns. A história dos museus ferroviários e as tomadas de decisão que informam sobre os modelos de gestão, quando desenvolvem projetos com memória oral, rodas de conversa e de acolhimento de memórias vivas, permite que a aproximação com os trabalhadores exerça a existência do museu por meio da re-existência e resistência da memória de um patrimônio plural.

Nesse sentido, recupero Tim Ingold (2015) para entender que a experiência com o patrimônio industrial e o museu na trama vivida por sujeitos ao longo de um percurso de vida e de mundo, reconhecido pelo incessante movimento e devir que, segundo o autor, define

onde: “[...] pessoas e coisas não tanto existem quanto acontecem, e são identificadas não por algum atributo fixo estabelecido previamente ou transmitido pronto do passado, mas pelos próprios caminhos (ou trajetórias, ou histórias) pelos quais anteriormente vieram e atualmente estão indo” (Ingold, 2015, p. 211).

Discutir o patrimônio é reconhecer o tanto que ainda repetimos ecos do colonialismo, do racismo, da violência, do controle e da exploração sobre corpos e suas subjetividades. Esses ecos aparecem nas práticas da indústria em relação ao trabalhador, assim como aparecem nas narrativas do museu a partir dos processos curatoriais e museográficos. A questão perpassa em como discutir a musealização e a patrimonialização em um exercício de relação horizontal que reconheça a presença do outro. Uma horizontalidade de olho no olho entre as diferenças, sem a manutenção dos achatamentos da representação do conceito de homem universal. A diferença na pauta da musealidade como qualidade e “ferramenta especial, que nos permita descobrir as facetas objetivas da realidade” (Stránský, 2008, p. 105). Sinalizo a importância do tema da colonialidade e do paradigma das ausências dos trabalhadores negros¹⁶ e indígenas, por exemplo, que merecem aprofundamento em relação ao museu e ao patrimônio industrial, importantes chaves de entrada para as práticas críticas e plurais.

No Rio Grande do Sul, opto por inicialmente apresentar

16 Cf. *Nascimento (2016) no mundo do trabalho a herança da escravidão, da pós-abolição e do racismo, perseguem, porém, ainda há uma ausência de males e dos conflitos.*

o caso do Museu do Trem, antigo Centro de Preservação da História Ferroviária do RG, em São Leopoldo. Entre 2009 e 2012, inicia um *Programa de Ação Educativa* intitulado *Museu para todos*, com objetivo de alimentar a rede de relações entre os interessados na preservação do patrimônio ferroviário por meio de um exercício de enfrentamento da descontinuidade nos processos museais, da fragmentação, apagamento e descaso eminentes, como um guarda-chuva de ações. Entre as diversas atividades, realiza vinte encontros dentro da antiga Estação, denominado *Rodas de Memória*, coordenado por esta pesquisadora, com objetivo de localizar pessoas, ouvir histórias e elaborar um plano de gestão, um Plano Museológico, contextualizando o museu, sua história e reestabelecendo vínculo entre a instituição, a comunidade ferroviária e a cidade. A tarefa de localizar as pessoas — ferroviários, ferroviárias, passageiros, vizinhos de estação, moradores de casas da ferrovia, familiares, trabalhadores do PRESERVE/FE — rompe um profundo silêncio e a distância da existência deste museu com as tomadas de decisão na gestão, recuperando, aos poucos, a presença da museologia na instituição. Os encontros permitiram abrir espaço para tornar a história do Museu conhecida, auxiliar na compreensão do desmonte do PRESERVE/FE, entender o rompimento dos processos de museológicos vinculada à lesão gerada em consequência do afastamento das pessoas. Por um lado, compreender a instituição museal e sua história por meio da participação das pessoas e, desse modo, buscar soluções para os problemas de gestão e elucidar as especificidades do contexto da ferrovia no Rio Grande do Sul, vislumbrando aspectos

da urbanização das cidades, em especial com São Leopoldo. O projeto de escuta e aproximação com os trabalhadores foi retomado pela instituição em 2020, quando esta pesquisadora retorna ao Museu do Trem, sendo que, devido à pandemia do covid-19, foram realizados encontros on-line em salas virtuais com ajuda de familiares dos convidados. A oportunidade permitiu a participação de ex-funcionários do PRESERVE/FE, residentes no Rio de Janeiro, quando se recupera informações sobre os processos museológicos e museográficos do período ativo da RFFSA. A partir de 2021, os encontros são presenciais e, em 2023, desenvolve-se uma metodologia dinâmica com uso de mapas da malha ferroviária no Rio Grande do Sul, ouvindo novamente as pessoas que colaboraram entre 2009 e 2012. Em 2023, com interesse em anunciar o sesquicentenário da ferrovia gaúcha em 2024, foi realizado um projeto intitulado de *Rodas de Conversa e de Memória – Estrada de Ferro Porto Alegre-Novo Hamburgo-Canela, alusivos aos 150 anos da ferrovia gaúcha*¹⁷, com encontros em museus em estações, ao longo da antiga estrada, com a presença da comunidade da cidade¹⁸ envolvida.

Entre os tipos de museu que compõem o mapeamento inicial não se restringem apenas os que salvaguardam

17 Cf. *Redes Sociais do Museu do Trem, Prefeitura Municipal de São Leopoldo @museudotremsl.*

18 Foram realizados oito encontros envolvendo as cidades de Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga e Parobé. O projeto também serviu de inspiração para o projeto CIRCUIITO ESTADUAL REGISTRO DE MEMÓRIA, contemplado pelo Edital nº 11LPG/SEDAC, 2024.

componentes ferroviários, mas também aos museus em estação com acervos históricos, museus de arte, espaços culturais em edificações da ferrovia entre outros projetos com salvaguarda do acervo, comunicação e difusão. A citar, destaco, na cidade de Montenegro, a Estação da Cultura, localizado no recinto da antiga Estação Ferroviária¹⁹, gerido pela municipalidade, via uma Diretoria de Patrimônio. Abrange a Pinacoteca Pública Ênio Pinalli, a Sala Braskem, com projeto social e aulas de costura, a Reserva Técnica, o setor administrativo, salas expositivas, ruínas do antigo depósito das locomotivas e, do atravessando a rua, o Museu Municipal Histórico Nice Schuler, no prédio da antiga Cooperativa e da antiga *Pharmácia* ferroviária. Na cidade de Santa Maria, o Museu Comunitário 13 de Maio, situado no prédio da antiga Sociedade Cultural Ferroviária 13 de maio²⁰, que desenvolve ações a partir do projeto de pesquisa *Clubes Sociais Negros do Brasil – Uruguai: mapeamento, memória, patrimonialização e educação das Relações Étnico-raciais*²¹, coordenado por Giane da Silva Vargas e Eráclito Pereira com uma equipe pesquisadores e bolsistas com objetivo de mapear e preservar a memória dos clubes negros centenários. Em Gramado, administrado pela municipalidade, o Museu Estação Várzea Grande que tem por objetivo preservar e comunicar a história ferroviária a partir da Estrada de Ferro Porto Alegre-

19 Inaugurada em 1909 e desativada em 1956.

20 Fundada, em 1903, por negros ferroviários para negros. Disponível em: <https://clubessociaisnegros.com/museu-treze-maio-sociedade-cultural-ferroviaria-treze-de-maio/>.

21 Cf. <https://clubessociaisnegros.com/museu-treze-maio-sociedade-cultural-ferroviaria-treze-de-maio/>.

Novo Hamburgo-Canela, promover uma política de acervo digital e de turismo integrado ao município. Próximo à estação Várzea Grande, o espaço de domínio da ferrovia aonde a locomotiva que vinha da cidade de Taquara precisava subir um trecho de ré para alcançar a serra. O recinto hoje se mistura com o crescimento da cidade, o local está cuidado pela municipalidade e permite uma caminhada até o *rabicho*²², sendo possível visualizar parte da estratégia de tecnologia utilizada na época. Outro exemplo está na cidade de Santo Ângelo, a antiga Estação Ferroviária²³, construída pelo 1º Batalhão Ferroviário, abriga o Memorial Coluna Prestes e o Museu Ferroviário. Na parte interna, preserva o antigo guichê de atendimento para passagens e serviços de telégrafo e, no espaço externo, a antiga caixa d'água de ferro, além de um carro de passageiros e um vagão de transporte de mercadorias.

Os exemplos no estado do Rio Grande do Sul são variados; apresento, na sequência, dois projetos decorrentes da política pública Cultura Viva, Ponto de Cultura, com participação das comunidades através de Conselho Gestor. A saber, nas cidades de Rio Grande e Porto Alegre. O Ponto de Cultura ArtEstação, localizado na antiga estação ferroviária Vila Siqueira, no balneário Cassino, em Rio Grande, foi cancelado em 2005 e

22 Gramado (RS) chama de morro do rabicho e posteriormente somente de rabicho. Vamos encontrar em outros museus da cidade menção ao local como ponto turístico. A cidade aguarda reconhecimento do patrimônio para Tombamento pelo IPHAE.

23 Inaugurada em 1921 e desativa em 1969. Torna-se sede do Memorial Coluna Prestes em 1996.

oferece para a comunidade atividades diversas, entre elas: biblioteca com espaço para leitura, atividades de educação patrimonial, oficinas de costura, fotografia, audiovisual, serigrafia entre outros. Possui Acordo de Cooperação com a Universidade de Rio Grande (FURG). O Ponto de Cultura Ferrinho, na Vila dos Ferroviários Diretor Pestana, em Porto Alegre, nasce do Grêmio Esportivo Ferrinho, antigo clube esportivo. O atual centro cultural comunitário resiste aos processos de apagamento, desde o fechamento da RFFSA, por meio da resistência do guardião e mestre griô Hélio Bueno da Silveira, ferroviário aposentado, morador mais antigo da Vila dos Ferroviários. O local desenvolveu oficinas de teatro com a comunidade e, posteriormente, em parceria com a Universidade Luterana do Brasil, realizou projeto de fotografia documental e Oficinas de Álbum de Família, obtendo o selo de Ponto de Cultura²⁴.

E, entre tantas questões e tantos pensares, prossigo mirando aquilo que torna um museu ferroviário parte do patrimônio industrial, as inquietações sobre a natureza dos processos de salvaguarda por bases universais e a busca dos processos colaborativos entre museu, musealidade, comunidades e territórios. Sem deixar de entender as necessidades nos modelos de gestão de museus que são praticados em instâncias municipais, estaduais, federais, privadas e comunitárias, onde se cristaliza a naturalização do lugar de abandono,

24 O selo de Ponto de Cultura é referente ao Edital de 2014, porém apenas a partir de 2019 desenvolve atividades nesse programa. Devido às dificuldades causadas pela covid-19 e pela enchente de maio de 2024, o prédio será destinado à moradia de famílias.

para além da ferrovia, ora por ser museu, ora por sua natureza ter uma discussão sobre o velho, o obsoleto, o passado distante, e não sobre presente. Carecemos do reconhecimento de profissionais e suas competências relacionadas à museologia nos espaços museais e projetos colaborativos em todas as instâncias.

O Rio Grande do Sul, a partir de ações do Museu do Trem, em São Leopoldo, tem ativado o debate sobre a musealização e o patrimônio ferroviário através de parcerias entre museus, espaços culturais e projetos de memória. Entre as mobilizações, destaco a organização do Coletivo de Museus Ferroviários Brasileiros, no ano de 2020, durante a pandemia de covid-19, por intermédio do Programa #museudotremLIVE²⁵, quando foi realizado o Ciclo de Debates: Museu e Ferrovia²⁶. A partir deste encontro, os museus identificados não apenas pelos abandonos históricos, mas pelas dificuldades atuais — como falta de regulamentação e reconhecimento dos processos museais —, além dos problemas com a salvaguarda do patrimônio musealizado, formam um

25 O programa atuou entre 2020 e 2022, tendo realizado Ciclo de Debates: Museu e Ferrovia com cinco encontros, entre eles dois reunindo museus ferroviários de diversos estados; Diálogos na Web: Ferrovia e Imigração, em parceria com o Museu da Imigração do Estado de São Paulo; Ciclo de Debate: Ferrovia e Fotografia em parceria com o Seminário do Ponto de Cultura Ferrinho, com duas mesas de debate; Vídeo Mulheres Negras, em parceria com a PUCRS; Vídeo Museu Vivo entre outras ações e projetos, disponível pelas Redes Sociais FB: MuseuDoTremOficial e Instagram @museudotremsl

26 Cf. Notícia: "Conexões para expandir os trilhos da memória", de Alecs Dall'Olmo. Jornal ABC, 23 e 24 de maio de 2020, São Leopoldo.

Coletivo²⁷ com participação dos antigos funcionários do PRESERVE e com apoio do Comitê de Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH-Brasil). Em maio de 2021, o Coletivo organiza o seminário *Museus Ferroviários, Políticas Públicas, Patrimônio e Museologia*²⁸, promove um debate entre pesquisadores, trabalhadores, gestores de museus ferroviários e membros atuantes nos órgãos de proteção, com objetivo de produzir uma Carta dos Museus Ferroviários²⁹, elaborada a partir de contribuições escrita dos participantes, sistematizada e com leitura coletiva realizada pelas Redes Sociais³⁰. No documento, constam a contextualização, a reflexão e o pedido de ajuda para os museus ferroviários. Em 2024, o conteúdo foi levado por representantes para a 4ª Conferência Nacional de Cultura, em Brasília, tendo sido aprovada em Assembleia Geral a Moção nº107, que solicita uma ação interministerial para recuperar a responsabilidade sobre os museus ferroviários, reconhecendo os antigos centros de preservação e núcleos ferroviários estruturados pelo PRESEVE/FE e os demais museus nas diversas formas

27 *Entre os museus que originam o Coletivo de Museus Ferroviários Brasileiros, estão os estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.*

28 *Realizado nos dias 05, 12, 19 e 26 de maio de 2021, de modo online, dentro da programação da 19ª Semana Nacional de Museus, IBRAM.*

29 *Cf. Nery; Bemvenuti (2022). Apresentação do Dossiê: Patrimônio Industrial, Museus e Museologia. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/issue/view/1127>.*

30 *Leitura coletiva da Carta dos Museus Ferroviários, realizada no dia 22 de setembro de 2021, disponível no Instagram: @coletivo.museus-ferroviarios.*

de gestão e estrutura contemporânea.

Considerações finais

Volto a pensar sobre as coleções, o modo como guardamos e salvamos, as bases e as escolhas que definimos para a proteção e a comunicação. As inquietações permanecem. O tema convoca a seguir. São inúmeras possibilidades. Deixo, aqui, algumas questões: como abordar o conceito de patrimônio mediado pelo museu a partir da compreensão de pluralidade? De que maneira a história dos trabalhadores e trabalhadoras da ferrovia auxilia os trabalhadores de museus, no que tange à comunicação dos enlaces entre a história e a memória? Como rever as narrativas e a comunicação museal para além de discursos proferidos, nos quais a voz do museu tradicional ainda ecoa como colonialidade? Que museu se constrói quando se prioriza a relação colaborativa com a comunidade e a qual comunidade estamos nos referindo)? Que práticas repetem o projeto de museu constituído em bases de privilégios de um grupo da sociedade? De quantas maneiras é possível rever os fazeres, a musealidade e os processos ativados no presente, por meio do exercício de práticas antirracistas e da revisão do patrimônio musealizado? E, por fim, mas não o final, de que maneira os coletivos e as organizações entre pares podem seguir atuando para promover os salvamentos e a garantia dos processos e musealização do patrimônio ferroviário?

A discussão abrange problemas amplos e diversos, a preservação do patrimônio edificado como conjunto

de um sistema de transporte, assim como no campo da preservação documental e museológica e dos projetos de memória oral estão atravessados por problemas de fragmentação e impactos irreversíveis (Matos, 2019) no que tange à sua recuperação. É preciso considerar os abandonos do patrimônio cultural, industrial e ferroviário como parte de uma estratégia de valor que demarca eminentemente, a compreensão do político (Meneses, 2009) tratados o patamar de representação do interesse público.

Retornando ao convite que me provocou essa extensa reflexão, agradeço a UFPel, a Dra. Francisca Michelon e sua equipe pela participação na mesa *Instituição e Estudos para a Memória de Portos e Ferrovias*, durante o Seminário Congresso Internacional de Patrimônio Cultural e Sustentabilidade. O desafio da síntese e da organização do pensamento perpassa o que vivemos na experiência do corpo, nos quais invisto um tratamento cuidadoso, portanto, encerro evocando algo semelhante ao movimento da doceira, na cidade de Pelotas. Ao se dedicar à abertura de uma massa manualmente, distendendo sobre uma mesa grande ou chão, deixando a superfície fina até obter uma transparência delicada e flexível, que será dobrada abraçando um creme de ovos com açúcar, dando forma a um pastelzinho de Santa Clara. Na degustação do doce, a ativação do sabor no encontro das duas texturas na boca soma os tempos e as manualidades do processo — único. O desafio de discutir as materialidades e os fazeres é um convite a seguir, isso inquieta quando nos debruçamos nos caminhos entre patrimônios, museologias e museus.

REFERÊNCIAS

BEMVENUTI, Alice. **Gestão de museu**: comunicação e público - estudo sobre o Museu do Trem, São Leopoldo, RS (2009-2012). 286 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BEMVENUTI, Alice. Aspectos históricos da musealização do patrimônio industrial ferroviário brasileiro. **Faces da História**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 123-146, 2017.

BEMVENUTI, Alice. Contribuições do caminhar, estar junto, compor a paisagem e entretecer para refletir sobre o patrimônio cultural e industrial ferroviário. In: ASSUMPCÃO, Ana Laura et al. **Patrimônios e imaginários**. Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, p. 61-77, 2024. Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1391. Acesso em: 16 out. 2024.

BRASIL. Ministério dos Transportes. **Documento nº1 – 1980/1982**. Brasília: PRESERVE/RFFSA, 1982.

BRASIL. Ministério dos Transportes. **Centro de Preservação da História da Ferrovia no Rio Grande do Sul**: Museu do Trem, São Leopoldo. Porto Alegre: PRESERVE/RFFSA. Catálogo, 1985.

BRASIL. **Lei nº 11.483, de 31 de maio 2007**: dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 maio 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11483.htm. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRULON, Bruno. Provocando a Museologia: o

pensamento geminal de Zbynek Z. Stránský e a Escola de Brno. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 403–425, 2017.

CARRAZZONI, Maria Elisa. **Diretrizes para a instalação de centros de preservação da história ferroviária**. Rio de Janeiro, 3 nov. 1981. 2 f. Documento datilografado, 1981.

CARVALHO, Clarissa Oliveira de. **Estudos Técnicos-Organizacionais**. São Leopoldo: Centro de Preservação da História Ferroviária no Rio Grande do Sul, PRESERFE/RFFSA, 22 f. Documento datilografado, 1986.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2006.

COLETIVO MUSEUS FERROVIÁRIOS BRASILEIROS. **Carta dos Museus Ferroviários**. São Leopoldo, Bauru, Recife, Tubarão, 2021. Disponível em @coletivo.museusferroviarios https://www.instagram.com/tv/CUIKvfCIYf5/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==
Acesso em: 01 out 2024.

CORDEIRO, José Manoel. Entrevista com José Manoel Cordeiro. Entrevistadores Eduardo Romero de Oliveira e Lucas Mariani Correa. **FACES DA HISTÓRIA**, Assis, SP, v.4, no1, p. 162-167, jan.-jun., 2017.

CURY, Marília Xavier. Museologia e conhecimento, conhecimento museológico: uma perspectiva dentre muitas. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 3, n. 5, p.55-73, maio/jun. 2014.

CURY, Marília Xavier. Metamuseologia – reflexividade sobre a tríade musealia, musealidade e musealização,

museus etnográficos e participação indígena. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 9, n. 17, p.129-146, jan./jul. 2020.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Marcus (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, p. 56-76, 2003.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. **Aspectos das Organizações Culturais num país em desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, FESP São Paulo, 1977.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. **Um museu de indústria em São Paulo**. 2 v. 138; 140 f. Tese (Doutorado em Museologia) – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1980.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Alguns aspectos do patrimônio cultural: o patrimônio industrial. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, p. 147-161. v. 1, 2010.

HUSSERL, Edmund. **Chose et espace**: leçons de 1907. Paris, France: PUF, 1989.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. Itália, 1964.

JORNAL DO BRASIL. **A reforma da Central do Brasil**: o novo regulamento. Rio de Janeiro, 04 jan. 1920, p. 6.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 23-27, 2010.

KÜHL, Beatriz. A expansão ferroviária em São Paulo (Brasil) e problemas para a preservação de seu patrimônio. **TST – Transportes, Servicios y Telecomunicaciones**, n. 23, p. 156-187, Dic. 2012.

LASMAR, Telma. **Manual para funcionamento dos Centros de Preservação e Núcleos Históricos Ferroviários**. 28 f. Rio de Janeiro: PRESERFE/RFFSA, Documento datilografado, 1991.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo, 1995.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e patrimônio, patrimonialização e musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan./abr. 2012.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Musealização: um juízo/uma atitude do campo da museologia integrando musealidade e musealia. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 42, n. 3, p. 379-398, set.-dez. 2013.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Musealização e Patrimonialização: Formas culturais integradas, termos e conceitos entrelaçados. In: ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (GT 9, Museu, Patrimônio e Informação), XV, 2014. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ECI, UFMG, 2014. p. 4335-4355.

LINS, Ana Paula Mota de Bitencourt da Costa. O patrimônio industrial ferroviário e os instrumentos

voltados para a sua salvaguarda. **Architecton - Revista de Arquitetura e Urbanismo**, Recife, v. 2, n. 2, p. 17-25, 2012.

MATOS, Lucina. A fragmentação da documentação ferroviária: uma perspectiva legal. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, RS, v. 7, n. 13, p. 144-156, jul.-dez. 2015.

MATOS, Lucina Ferreira. A entrada da Rede Ferroviária no campo da preservação do patrimônio público nacional. **Revista CPC**, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 86-113, 2019.

MENEGUELLO, C. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. **Anais** do 1º Seminário Internacional História do Tempo Presente. Florianópolis: UDESC; ANPHU-SC, p. 1820-1834, 2011.

MENEGUELLO, 2012. Patrimônio Industrial: memória, acervos e cidade. In: PAULA, Zueleide Casagrande de et al. **Polifonias do patrimônio**. Londrina: EDUEL, p. 91-92, 2012.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. Fórum Nacional de Patrimônio Cultural, I, 2009. **Anais** [...]. Ouro Preto, MG: IPHAN, p. 25-39, 2009.

MIRANDA, Rose M. **Redes em Itaipu: o desenvolvimento de um modelo de documentação cidadã**. Museologia & Interdisciplinaridade, Brasília, v. 10, n. Especial, p. 107-134, set. 2021.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores Negros e o "Paradigmas da ausência": contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, p. 607-627. set-dez. 2016.

NERY, Olivia Silva; BEMVENUTI, Alice (org.). Dossiê

Patrimônio Industrial, Museus e Museologias: debates e desafios. **Memória em Rede**: Pelotas, Vol. 14, nº 27, jul. dez 2022. Publicação eletrônica. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/issue/view/1127>. Acesso em: 05 out. 2024.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Museus Ferroviários do Estado de São Paulo (Brasil): as políticas de conservação e o estado atual do patrimônio ferroviário brasileiro. **TST – Transportes, Servicos y Telecomunicaciones**, v. 19, p. 190-204. dic. 2010.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. A questão industrial como herança: questões sobre o reconhecimento de um patrimônio da industrialização "tardia" no Brasil. **Oculum Ensaios**, Campinas, SP, v. 14, n. 2, p. 311-330, 2017.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de; CORREA, Lucas Mariani. Entrevista com José Manoel Cordeiro. **Faces da história** Assis, SP, v. 4, n.1, p. 162-167, jan./jun. 2017.

REDE FERROVIÁRIA Federal S.A. PRESERFE. **Resolução do Superintendente**, n. 441, documento datilografado, Porto Alegre, 30 out. 1986.

RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo André. Patrimônio industrial, memória e identidade social: "quem" são as Rotundas Ferroviárias? In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (CONINTER3), 3º, 2014. **Anais** [...]. Salvador: ANINTER-SH, v. 16. p. 355-367, 2014a.

RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo André. Patrimônio ferroviário brasileiro: da inclusão à exclusão de uma paisagem cultural. In: Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 3º, 2014. **Anais** [...]. Belo Horizonte: IEDS/MACPS/IPHAN, v. único, 2014b. SILVA, Raquel Barbosa da. **O PRESERVE e os museus:**

análise da preservação do patrimônio ferroviário musealizado brasileiro. 124 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Raquel Barbosa da; GRANATO, Marcus. Museus Ferroviários e a trajetória da preservação do patrimônio ferroviário no Brasil. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), XIX, 2018. **Anais** [...]. Brasil, set. 2018.

STRÁNSKÝ, Zbynek Zbyoslav. Sobre o tema "Museologia – ciência ou apenas trabalho prático?" (1980). Tradução: Tereza Scheiner. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 101-105, jul./dez, 2008.

TICCIH. **Carta sobre o patrimônio industrial**. Nizhny Tagil, 2003.

TICCIH Brasil. **Carta Manifesto**. Campinas, 2003.

VAZ, Ivan. **Sobre a musealidade**. 102 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

YAGUI, Mirian Midori Peres. **Museus e patrimônio industrial**: um estudo sobre a musealização do setor elétrico no estado de São Paulo. 172 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

“UM TREM QUE ANDAVA DE COSTAS” O RABICHO FERROVIÁRIO E A RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA FERROVIÁRIA EM GRAMADO-RS

Wanderley Cavalcante

Uma experiência inusitada, pode-se dizer excêntrica, fez parte da rotina de milhares de passageiros do trem que fazia a linha de Taquara a Canela¹.

Ao longo de pouco mais de 40 anos, colonos e viajantes que se dirigiam aos atuais municípios de Gramado e Canela tinham que completar parte de suas viagens ferroviárias de um jeito incomum: de costas para seu destino final, admirando a paisagem de vilarejos e vales e das então vastas plantações coloniais, com a composição trafegando em marcha à ré, em um segmento do caminho férreo que ficou conhecido como 'Rabicho'.

1 O trecho férreo (construído entre 1913 e 1924) era continuidade do ramal oficial Novo Hamburgo-Canela (NVH-CNL) sob administração, entre 1920 e o final dos anos 1950, da estatal Viação Férrea Rio Grande do Sul (VFRGS). O ramal cobria geograficamente o Vale do rio dos Sinos (localidades como Parobé, Sapiranga, Campo Bom etc.), o Vale do rio Paranhana (Taquara, Três Coroas e Igrejinha), e atingia a Serra Gaúcha, no nordeste do estado, servindo de estrutura para, entre outros, o escoamento da produção colonial, os negócios madeireiros e imobiliários (notadamente o parcelamento de terras para venda e colonização na Serra) e a integração sociocultural que redundou no veraneio e no turismo com que Gramado e Canela passaram a se notabilizar a partir dos anos 1930/40/50. O ramal Taquara-Canela foi desativado em 1963.

Esse curioso modo de operar em um trecho de uma viagem de trem animou historicamente no entorno de sua estrutura física um cenário de vivências e sociabilidades, de costumes pitorescos, de atratividades paisagísticas e de lazer, que exagerou a natural centralidade da ferrovia na vida comunitária das cidades, do interior principalmente. Ali foi amplificado, em larga dimensão, esse diálogo entre os recursos tecnológicos do transporte ferroviário e a cultura cotidiana local.

A este auspicioso legado cultural, em reconquista através de inúmeros depoimentos de contemporâneos e de fotografias da época, somam-se os extraordinários recursos técnicos necessários à constituição da inusual operação, que empreitadas arqueológicas recentes (de 2019 em diante) disponibilizaram como valiosos exemplares de **patrimônio industrial**².

2 Conforme definição do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS): "O patrimônio industrial compreende sítios, estruturas, complexos, áreas e paisagens assim como maquinaria, objetos ou documentos relacionados que fornecem evidências dos processos de produção industrial passados ou em desenvolvimento, da extração de matéria-prima, de sua transformação em bens de consumo, das infraestruturas de transporte e de energia relacionadas. O patrimônio industrial reflete a profunda conexão entre o ambiente cultural e natural, uma vez que os processos industriais – sejam antigos ou modernos – dependem de fontes naturais de matéria-prima, energia e redes de transporte para produzir e distribuir produtos para outros mercados. Esse patrimônio contempla tanto os bens materiais – imóveis e móveis – quanto as dimensões intangíveis, tais como o conhecimento técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores e o complexo legado social e cultural que moldou a vida de comunidades e provocou grandes mudanças organizacionais em sociedades inteiras e no mundo em geral".

Essa 'redescoberta' carece ainda, contudo, de valorização e salvaguarda. Revelá-la ao mundo é o primeiro passo.

O que era o Rabicho Ferroviário?

Trata-se de uma obra de engenharia ferroviária que consistia em uma solução de manobra e tráfego feita por uma composição (locomotiva e carros/vagões) em **marcha à ré**, para vencer uma subida (encosta) de um grande obstáculo natural (um morro), ultrapassando-o sem a utilização de túneis.

Quando da construção da linha Taquara-Canela (entre 1913 e 1924), havia um grande elevado (encosta de serra) de aproximadamente 115 metros de altitude entre a antiga estação da Várzea Grande (inaugurada em 1919, localizada no atual bairro de mesmo nome) e a próxima estação a ser construída, no centro de Gramado, a seis quilômetros de distância³.

Para partir dos 615 metros acima do nível do mar (na estação Várzea Grande) e atingir os mais de 800 metros da sede do município, atual centro de Gramado (então ainda 5º Distrito de Taquara), esse grande obstáculo precisava ser vencido sob as condições técnicas e os recursos de investimento disponíveis à época: a ultrapassagem somente seria possível com obras de alto custo, por meio da construção de um túnel ou, talvez, através de longos desvios onerosos e impraticáveis em

3 Esta elevação, na atualidade, já foi vencida (desde a década de 1960), obviamente por meio do uso de tecnologias modernas, na construção da rodovia estadual RS-115, que liga as cidades de Taquara, Igrejinha e Três Coroas a Gramado.

um região de vales, que afastariam a linha férrea da sede do Distrito (atual centro) e do destino final, o '*Campestre Canella*'. Tais opções eram praticamente impossíveis para as condições financeiras do empreendimento naquele período.

Segundo a tradição oral, engenheiros contratados pela firma João Corrêa & Filhos (empreiteira que capitaneava a construção da linha), alguns inclusive de referência e experiência internacional, atestaram a impossibilidade de transpor o ponto e dar continuidade à ferrovia sem o uso de um túnel.

A saída encontrada pela firma de João Corrêa para continuar levando a ferrovia ao seu destino foi avançar sobre o obstáculo utilizando a força da locomotiva em marcha à ré (situação em que o motor tem mais força).

Assim, em um trecho de aproximadamente 3 a 4 quilômetros as composições de carga ou de transporte de passageiros fizeram, ao longo dos quarenta e quatro anos de operação da ferrovia em Gramado (1919 a 1963) essa inusitada manobra, subindo e descendo o elevado em marcha à ré (ver modo de operação na Figura 1)⁴.

Do ponto de vista da distância percorrida, da aclividade do trecho e do volume de tráfego, o Rabicho representou tecnicamente (e historicamente) uma solução de excepcionalidade, um modo de operação e

⁴ *Viaturas menores, como o carro-motor, autos de linha ou locomotivas isoladas, usavam outro dispositivo, o Girador, como veremos mais à frente.*

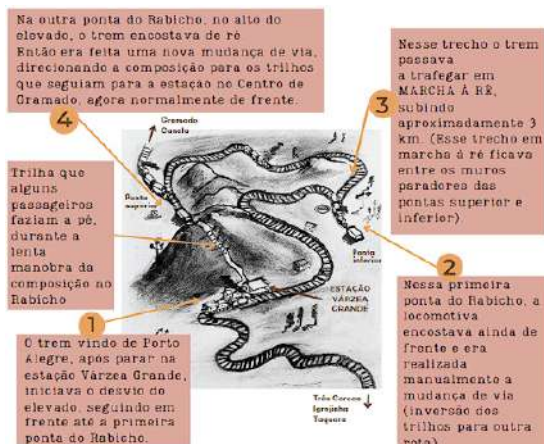
ultrapassagem de obstáculo pouco comum. Para além do arranjo técnico em si, o trecho, com suas peculiaridades geográficas em uma região de vales, tornou-se uma referência de memória dos contemporâneos do trem; o ponto mais elevado, principalmente, foi lugar de encontros, lazer, paradoro e palco de diversos costumes e sociabilidades de visitantes e moradores durante sua existência.

Modo de operação no Rabicho I (com composição com trens e carros/vagões)

A manobra e tráfego de uma composição (locomotiva e carros/vagões) está esquematizada abaixo, em passos, no sentido do trem vindo de Porto Alegre em direção à Canela (ponto final do ramal).

Figura 1: Infográfico do modo de operação no Rabicho em subida do trem em direção ao centro de Gramado e depois Canela. No sentido contrário, vindo de Canela em direção a Porto Alegre, a descida era feita também em marcha à ré.

Fonte: Produção: Wanderley Cavalcante / Arte: Willian Richard, 2019.



Modo de operação no Rabicho II (com o carro-motor)

Além do tráfego de cargas e pessoas em maior escala, existiu também o tráfego em veículos menores, como o carro-motor. Este era um veículo de transporte de passageiros, de dimensões e forma aproximadas a de um ônibus, com rodas adaptadas aos trilhos⁵.

Um carro-motor, por ser leve em relação a uma composição formada por uma locomotiva e seus vagões, não precisava fazer o percurso do Rabicho em marcha à ré. Subia e descia normalmente o elevado de frente, necessitando, contudo, de um dispositivo que alterasse sua direção.

Utilizava-se então o **girador**, um dispositivo de manobra ferroviária, que consistia em uma espécie de "bandeja" em uma estrutura circular que tem como função inverter a direção de uma máquina de tração (uma locomotiva, um carro-motor ou um auto-de-linha, por exemplo).

A viatura é posicionada em cima do trilho móvel, que faz um giro em 180 graus, colocando-a no sentido contrário (a frente para a direção oposta à que vinha). O giro pode ter acionamento manual ou motorizado.

O Rabicho Ferroviário da Várzea Grande tinha dois giradores: um na ponta inferior e outro na ponta superior. Ambos tinham acionamento manual⁶.

6 Sobre a denominação "Rabicho": o grande elevado transposto pela solução de manobra em marcha à ré tinha uma característica que acabou virando uma denominação popular. O 'rabicho' é um tipo de corda ou amarração que faz parte da montaria do cavalo. Esse artefato era colocado debaixo do rabo do animal e preso à cela. Sua função era impedir que a cela escorregasse para frente (na direção do pescoço do cavalo), em uma descida mais acentuada de um morro. Acontece que, neste morro em particular, devido à sua grande declividade, era comum que essa corda se arrebentasse. Daí o morro passou a ser conhecido, antes da chegada da ferrovia, como "Arrebenta Rabicho". Provavelmente por um processo de simplificação da linguagem cotidiana, a designação "Arrebenta Rabicho" foi dando espaço para uma forma mais curta: "Rabicho"; e o local passou a ter este nome adotado quando foi construída a linha férrea.

O empresário João Corrêa cita o morro 'Arrebenta Rabicho' em carta, datada de 2 de julho de 1917, dirigida ao Intendente de Taquara Diniz Martins Rangel, na qual ele, na busca de recursos financeiros, vale-se de diversos argumentos para ilustrar a importância da construção da linha: "...Tinha-se assim a prova dos benefícios da estrada e por esses factos se poderia julgar dos reaes merecimentos da estrada quando essa trafegasse na serra, fazendo os colonos esquecerem as ingremes rampas dos morros, das quaes lhes era pesadello a do

Os componentes de engenharia preservados

O conjunto de recursos técnicos e de engenharia que viabilizava a operação teve parte dos seus resquícios encontrados em bom estado (levando em conta que são centenários) sob densa mata, em pesquisas realizadas a partir de 2018, seguidas de um pico de intervenção comunitária realizada em 2019 que trouxe à tona o sítio, notadamente na parte superior do Rabicho.

Os itens de engenharia (re)descobertos encontram-se na ponta mais elevada do Rabicho, precisamente o segmento cuja altitude possibilita uma ampla vista de vales e, em decorrência, tem o maior destaque nos levantamentos realizados referentes à memória histórica (fotografias e depoimentos de contemporâneos)⁷.

O elemento central é uma **muralha de suporte do leito/lastro**: obra de arte de nivelamento cuja função era dar continuidade à infraestrutura sobre a qual ficava o leito (Figura 2).

Em cima da muralha tinha o **muro parador (parachoque)**, uma estrutura de pedra, cimento e trilhos,

celebrado "Arrebenta rabicho", cuja acertada denominação, como que photographa a sua declividade" (trecho de carta de João Corrêa incluída no relatório apresentado ao Conselho Municipal de Taquara pelo intendente Diniz Martins Rangel em 20 de setembro de 1917, publicado no final do mesmo ano, em Porto Alegre, pelas 'Officinas graphicas d' A Federação').

7 Aproximadamente 715 metros acima do nível do mar; 115 metros acima da estação Várzea Grande.

com função de para-choque da composição (possuía uma mola de amortecimento em seu centro). No para-choque, a composição encostava antes de ser feita a mudança de via do caminho de trilhos no qual vinha de ré para o que seguia em frente, na subida, e o contrário, na descida (ver Figura 2).

Figura 2: Painel com imagens da muralha de suporte do lastro e do muro para-choque em dois tempos: 2019 e décadas 1940/150. Fonte: Acervo Museu Estação Férrea Várzea Grande, 2019. Estimado; acervo cedido por Lisete Casagrande, décadas de 1940/1950.



O terceiro componente em bom estado de conservação é o girador do carro-motor. A estrutura é composta por 2 muros opostos circundando partes de um grande círculo onde ficava a base giratória da bandeja móvel. Cada muro possui uma parte mais rebaixada, ponto onde a bandeja se unia aos trilhos da linha (Figura 3).

Figura 3: Painel com imagens do girador do carro-motor em dois tempos: 2024 e décadas de 1940/1950.

Fonte: Acervo Museu Estação Férrea Várzea Grande, 2019. Estimado; acervo cedido por Lisete Casagrande e Iraci K. Casagrande, décadas de 1940/1950.



Sem resquícios de trilhos ou dormentes, o Rabicho contém ainda um grande **muro de contenção** do morro sobre o qual foi construída a linha.

O Rabicho no cotidiano das comunidades

O Rabicho já foi considerado como local de visitação turística, notadamente na parte mais elevada, onde dispõe de uma ampla vista do vale (a ponta superior, onde as pesquisas recentes encontraram os resquícios técnicos de sua estrutura).

Em uma espécie de Almanaque/Guia turístico publicado em Gramado, datado de novembro de 1938, vemos o Rabicho apresentado como opção de passeio, ao lado

de outras atrações de então, como Parque Joaquina Rita Bier, Cascata dos Narcisos, Fonte dos Amores, *Bella Vista*, Cascata dos Pinheirinhos, *Valle Bom Retiro* e Praça *Bello Horizonte*.

Conforme já assinalado, a ponta superior do Rabicho foi um concorrido lugar de encontros e ponto de registros fotográficos de cidadãos e visitantes (veranistas e turistas). Um bom número de fotografias das décadas de 1940 e 1950 atestam a popularidade do lugar e o quanto aquelas estruturas de engenharia ferroviária faziam parte, para além da função natural do transporte de passageiros e cargas, da vida e do cotidiano das pessoas⁸.

O girador do carro-motor, por exemplo, estava no rol de diversões juvenis. Garotos e garotas "surfavam" em pé nos trilhos enquanto a estrutura girava impulsionada manualmente por um deles. Para jovens e crianças, principalmente em uma realidade ainda muito distante dos recursos tecnológicos e das opções da atualidade, a estrutura proporcionada pelos elementos técnicos da

8 Trechos de depoimentos de moradores antigos sobre o Rabicho:

"...Era um lugar tão bonito, os namorados saíam e iam lá no Rabicho, lá gritavam, mandavam um abraço pra um, mandavam um abraço pra outro... era romântico aquilo! Gritavam lá de cima, a gente ouvia que naquele tempo não tinha essa barulheira" (OBC, abr/2019).

"Ali lá em cima naquele Rabicho, tinha [as gurias] de origem alemã, elas iam em domingo... a gente ficava lá embaixo escutando elas cantando...as 'Fischer'...uma tinha bandolim...viola...tocavam e cantavam, e nós lá embaixo...era a coisa mais linda pra nós... lindo, lindo, aquilo ali!!! Cantavam em alemão... eram umas moças bonitas, duas ou três..." (LBC, abr/2019)

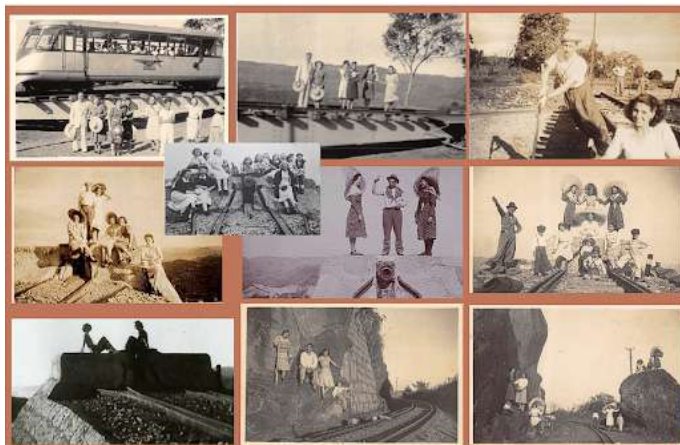
ferrovia acabava se transformando em oportunidade de lazer e divertimento.

"Nós era em quatro, cinco e fazia o girador andar... ficava rodando uma hora, duas... pensar hoje a gente não vai fazer mais... Nós subíamos lá em domingo, que não tinha ninguém e aproveitava [...] Naquela caixa d'água... tinha 15 metros de altura... a gente subia...".
(EM, fev/2020, 76 anos)

Um costume pitoresco daqueles tempos é que era comum muitos passageiros descerem na estação Várzea Grande e, enquanto o trem fazia a manobra subindo no Rabicho, dirigiam-se a uma casa comercial bem ao lado da estação, a famosa **venda de Mosé Bezzi**, e faziam algumas compras, comiam algo e de lá seguiam a pé por uma trilha até a outra ponta do Rabicho, lá em cima (ver detalhe na Figura 1).

A manobra da composição durava algo em torno de trinta a quarenta minutos, tempo suficiente para esses passageiros usufruírem dos serviços no comércio e chegarem na outra ponta antes do trem. No sentido contrário, da mesma forma, algumas pessoas (como alunos que estudavam em Canela e moravam na Várzea Grande, por exemplo), preferiam saltar do trem na ponta superior do Rabicho e descer pela trilha, a esperar que a composição fizesse a manobra de ré até a estação.

Figura 4: Pannel com imagens demonstrativas do usufruto cotidiano por populares e visitantes das estruturas do Rabicho em sua ponta superior (muralla, para-choque, girador, muro de contenção).
Fonte: Décadas de 1940/1950 (estimado; acervo cedido por Lisete Casagrande e Iraci C. Koppe).



O Sítio Ferroviário de Gramado

O sítio do Rabicho é parte de um percurso mais amplo, sugerido por um grupo de historiadores, denominado **Sítio Ferroviário de Gramado**, do qual fazem parte também o Museu Estação Férrea Várzea Grande (que com o Rabicho formam o núcleo histórico mais visivelmente relevante) e mais outros 12 pontos de memória relacionados diretamente ao percurso da linha entre a localidade do Moreira, ao sul do município e o centro.

Dentre esses pontos, temos três estações ferroviárias: a do centro (inaugurada em 1921) e duas menores (estação

Maquinista Maura, inaugurada em 1928 e estação Agente Hallan, de 1922). As três não existem mais fisicamente e, como a maioria dos outros itens, estão em franco processo de esquecimento.

Temos, ainda: duas vilas ferroviárias com duas escolas (mantidas, quando existentes, pela Cooperativa dos Trabalhadores Ferroviários - COOPFER), duas vendas contíguas a estações, uma Igreja, um hotel, uma usina elétrica no arroio Irapuru e o caminho férreo⁹.

Como vimos, a partir de 2017/18, um grupo de historiadores passou a realizar, em iniciativa particular, novas pesquisas sobre a história da ferrovia em Gramado. Buscava-se uma atualização e novas abordagens que iniciassem um processo para preencher lacunas do conhecimento sobre o tema e que dessem suporte a uma reconstrução e valorização dessa memória.

Nessa perspectiva, vislumbrou-se, também, uma dinâmica de investigação que valorizasse protagonistas e temáticas em certa medida secundarizadas, como o papel dos trabalhadores ferroviários (o tema costumeiramente era abordado sob o foco na ação

9 Desses pontos, além da Estação Várzea Grande e do Rabicho, somente a Igreja (N.Sr.a de Caravaggio, na localidade do "Moleque") continua erguida e em funcionamento após reformas. O caminho férreo não tem resquício de trilhos, é de propriedade pública, protegido por lei municipal, mas já tem trechos ocupados. As vilas e escolas desapareceram completamente, inclusive da memória mais ligada à história ferroviária. Sobre a Usina, uma expedição arqueológica realizada em 2018 pelo autor com dois antigos membros da comunidade descobriu resquícios da base da roda giratória.

empresarial empreendedora do empreiteiro João Corrêa), as memórias afetivas das comunidades e a inter-relação com o entorno socioeconômico e cultural.

Foram, assim, realizadas incursões em campo, consultas na bibliografia e dezenas de entrevistas com contemporâneos da ferrovia, e, ainda, uma sistematização do conhecimento produzido anteriormente.

Além de valiosas descobertas de elementos que estavam em avançado processo de esquecimento, um dos resultados concretos das pesquisas foi o mapeamento dos pontos de memória físicos e, a partir deste, a concepção de um SÍTIO FERROVIÁRIO com esses pontos.

O Sítio Ferroviário é, portanto, uma proposta de historiadores ao município para a construção de um suporte de conhecimento sólido para futuras ações de pesquisa e memória, museológicas e patrimoniais que contribuam com o fortalecimento da identidade cultural local e regional.

A estação-museu

O Museu Estação Férrea Várzea Grande, inaugurado em 2008 como 'Espaço Cultural Estação Férrea', foi criado sobre a edificação restaurada da antiga estação ferroviária de mesmo nome. De localização central no bairro, próximo ao pórtico de entrada da cidade (pela rodovia RS-115), a construção em madeira e a plataforma de embarque-desembarque preservam e confirmam o

significado histórico da ferrovia.

Graças ao esforço de historiadores e preservacionistas locais, no final da década de 1990, que retomaram o prédio em uso indevido particular e em avançado estágio de deterioração, o espaço tem desempenhado um inestimável papel de preservação da memória, de bastião de defesa e de simbolismo e lembrança de um passado que vem sendo apagado¹⁰.

Em 2023/24, o espaço-museu passou por um restauro estrutural, bem como por uma atualização expográfica e conceitual, com a implantação de seu Plano Museológico¹¹. O conceito novo apresenta uma proposta de territorialidade (promovendo o diálogo e a pesquisa com a história da linha Taquara-Canela e seus diversos pontos de memória, preservados ou não) e, principalmente, de diálogo intenso com a comunidade, como alternativa de inserção no turismo fundada nas raízes e memórias dos cidadãos¹².

10 Em 2007/08, foi realizado o primeiro grande restauro estrutural; e, em 2008, foi inaugurado o Espaço Cultural Estação Férrea Várzea Grande.

11 O restauro foi realizado pela Prefeitura Municipal, via Secretaria da Cultura. O museu foi reaberto em 13/agosto/2024.

12 Nessa mesma perspectiva, a ação de salvaguarda do museu, para além do prédio físico e seu entorno próximo, abarca outras dimensões igualmente em risco, referentes às memórias de vida e ao cotidiano em torno da temática e ao 'mundo do trabalho' relacionado. O tratamento dado por parte da historiografia e por memorialistas à história ferroviária não raro secundariza os trabalhadores (não só os ferroviários, mas também todo o conjunto de profissões e atividades da época). A "saga" ferroviária tem sido, em geral, descrita

Reconstrução

Em agosto de 2024, tramitam gestões no IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado) no sentido de medidas de acautelamento do sítio do Rabicho e da estação-museu (esta tem um reconhecimento como patrimônio em lei municipal de 1998). Em setembro foi aprovada a lei que altera a condição de 'Espaço Cultural' para 'Museu' (Lei N° 4339, de 03 de setembro de 2024).

De 2018 aos dias atuais, pelo que foi exposto panoramicamente acima, tem se esboçado uma retomada na temática da história ferroviária do município (cite-se ainda, de passagem: um grande movimento comunitário e de empresários locais em 2019, de recuperação do Rabicho com o suporte das pesquisas de historiadores e preservacionistas locais, um e-book¹³ e um curso na modalidade Educação a Distância - EaD, oferecido a professores da rede municipal a partir de um edital lançado pela Secretaria da Cultura do município). Mas essa reconstrução da memória do universo da história ferroviária de Gramado ainda carece de um imenso trabalho no sentido da inserção profunda

de forma laudatória sobre personagens individuais (normalmente da elite empresarial ou política) ou até coletivos (esta ou aquela etnia, obscurecendo ou mesmo apagando outros grupos, como, por exemplo, a presença afro-brasileira nessa construção).

13 Disponível em: https://play.google.com/store/books/details/Wanderley_Cavalcante_GRAMADO_NOS_CAMINHOS_DO_TREM?id=MTxvEAAAQBAJ&fbclid=IwY2xjawEOAFFleHRuA2FlbQlx-MQABHUPM33Mau25va_m5ITadqX5L77akGr8EAUettZLivv10_tMQw-14drdJuJg_aem_ldaZwycpYirZvM-Rx_qOFA.

e definitiva na vida da comunidade e nos circuitos turísticos-culturais do município.

A pesquisa de cunho científico tem, a duras penas, conseguido sistematizar o conhecimento dessa memória e se esforçado na didática para sua difusão. Porém, não obstante o apoio e reconhecimento de importantes setores da vida municipal, a reconstrução e valorização da história ferroviária ainda requer o apoio da comunidade acadêmica e do setor cultural para atingir um patamar de visibilidade e sensibilização que a ponha em destaque e em seu merecido lugar no cenário cultural da região.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Alice; ZANIM, Frinéia. **Patrimônio ferroviário no Rio Grande do Sul: inventário das estações – 1874 – 1959**. IPHAE. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

CAVALCANTE, Raimundo N. W. S.; MÜLLER, Alex J. A invisibilidade dos negros na história de Gramado/RS: levantamento preliminar. In: **Em Tempo de Histórias**, Brasília-DF, n. 36, p. 455-468, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/31760>. Acesso em 01/outubro/2021.

CAVALCANTE, Wanderley, et al. **Gramado: dos primeiros povoadores à chegada do trem (1919)**. Coleção Didática Gramado História e Turismo. V.1. Secretaria Municipal da Educação – Gramado, RS. Uberlândia, MG: Tavares & Tavares, 2020.

CAVALCANTE, Wanderley. MÜLLER, Alex J. WEBER, Eduardo da Silva. **Gramado nos caminhos do trem – Um guia para a pesquisa e reconstrução da memória**

do universo ferroviário na história da região. Gramado: Karahá História e Cultura, 2022.

CRISÓSTOMO, Tainá. SOUZA, Renata Tatiel. **Linhas e Picadas: itinerários do patrimônio cultural de Gramado.** Gramado: Karahá História e Cultura, 2023.

ENGELMANN, Erni G. **A saga dos alemães:** do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo. Igrejinha, RS: E. G. Engelmann, 2004. v.3.

FORTES, Ariosto Borges. **Relatório Viação Férrea do Rio Grande do Sul** - Suas Estações e Paradas. Porto Alegre: RFFSA, 1962.

KERN, Marilu Ana Bielski. **Montanhas e dormentes:** considerações sobre a construção do ramal ferroviário Taquara-Canela e sua influência no início do veraneio na serra gaúcha. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2006.

MOEHLECKE, Germano. **Estrada de ferro:** contribuição para a história da primeira ferrovia do Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Rotermond, 2004.

ROSENFELDT, Leopoldo. **Gramado** – A maravilha do veraneio. Pequeno guia e álbum de Gramado e seus arredores. Hamburgo Velho: Typographia Paulo Saile \$ Cia, 1938.

STOLTZ, Roger. **Primórdios de Canela:** Nascente Turístico do RS. Canela: NBS Ltda., 1992.

WEBER, Eduardo da Silva. Mozé Bezzi (1872-1957): imigração, ferrovia, comércio e relações de poder no Quinto Distrito de Taquara (Gramado-RS). Trabalho apresentado no **III seminário Internacional Micro-História, Trajetórias e Imigração.** Unisinos, São

Leopoldo, 2018. Texto não publicado.

Jornais

A Federação

Internet

ICOMOS. Princípios comuns ICOMOS – TICCIH para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens do Patrimônio Industrial - «Os Princípios de Dublin» - Adotados pela 17ª Assembleia Geral do ICOMOS em 28 de novembro de 2011. Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/cartas/os-principios-de-dublin/>. Acesso em 04/ agosto/2024.

Repositório Digital do Museu do Trem (em construção) – Disponível em: https://memorias.gramado.rs.gov.br/museu-do-trem/?order=ASC&orderby=date&view_mode=records&perpage=12&paged=1&fetch_only=thumbnail&fetch_only_meta=51%2C49%2C236%2C239%2C259%2C262%2C265%2C268%2C271%2C4360%2C274%2C277%2C285%2C440%2C427%2C649%2C1265%2C413%2C3181%2C6355. Acesso em: 22/agosto/2024.

Legislação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO. **Lei nº 1581/98, de 29 de julho de 1998**, que considera de preservação permanente a vegetação e as benfeitorias existentes sobre o antigo leito da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Gramado, RS, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO. **Lei nº 2.668 de 27 de maio de 2008**, que dispõe sobre a criação do Espaço Cultural Estação Férrea Várzea Grande e dá

outras providências. Gramado, RS, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO. **Lei Nº 4339, de 03 de setembro de 2024.** Cria o Museu Estação Férrea Várzea Grande, revoga a Lei nº 2668, de 27 de maio de 2008 e dá outras providências.

A ÁREA PORTUÁRIA DE PELOTAS/RS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL — CONFLITOS E POTENCIALIDADES

Joseane da Silva Almeida

INTRODUÇÃO

A região do Porto de Pelotas, cidade situada no sul do Rio Grande do Sul, extremamente rica em significados, é detentora de uma paisagem que oscila entre agradável e decadente, entre acolhedora e insegura. Os prédios vazios revelam abandono e, ao mesmo tempo, contam a história do lugar, no qual a indústria teve um papel fundamental na economia da cidade.

Figura 1: Fachada da antiga Cervejaria Haertel, situada no Porto
Fonte: Joseane Almeida, 2022.



Essa paisagem pode ser denominada "paisagem de produção" (fábricas, indústrias, armazéns, galpões, portos, entre outros), representando a interação entre a atividade industrial e a natureza, bem como a

influência da humanidade no ambiente construído e na configuração da paisagem (Sobrino, 2024).

As transformações sociais e urbanas vão revelando novas identidades além da portuária, e o bairro torna-se também uma área estudantil, de expressões artísticas, de eventos culturais nos espaços abertos, representando a mudança de comportamento humano.

A seguir, temos uma pequena mostra que pretende retratar a riqueza do lugar.

A ÁREA PORTUÁRIA DE PELOTAS/RS

A formação do lugar

O sítio que hoje conhecemos como Bairro Porto é o resultado de uma sobreposição de várias camadas de tempo, que foram impregnando novas identidades e vocações ao lugar.

As atividades portuárias se estruturaram na segunda metade do século XIX. O primeiro grande navio estrangeiro que atracou no Canal São Gonçalo foi em fevereiro de 1876, acontecimento muito festejado (Almeida, 2022).

Posteriormente, foi necessário remodelar o Porto. As obras demoraram de novembro de 1933 até janeiro de 1940, quando passou a operar. Neste período, foram construídos os três grandes armazéns, os quais existem ainda hoje.

Nos anos de 1990, houve uma queda no movimento de cargas, consequência do declínio econômico de Pelotas e região. A partir daí, a região entrou em processo de abandono e com sensação de insegurança.

Com a redução do transporte de cargas pelo porto, muitos prédios caíram na ociosidade. O trabalho coordenado pela Prof.^a Ester Gutierrez da FAUrb/UFPeL, denominado "A inclusão da ociosidade", identificou cerca de 35 prédios de médio e grande porte ociosos.

Conflitos e Potencialidades

Em 2002, ocorreu o atelier SIRCHAL – Seminário Internacional de Revitalização de Centros Históricos da América Latina, uma ação no âmbito da Cooperação Técnica firmada entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o governo francês, reunindo representantes da Prefeitura Municipal, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IPHAE), das universidades, da iniciativa privada, da comunidade de Pelotas e especialistas internacionais.

Do seminário, saíram diretrizes para revitalização da área portuária a partir de três temas: patrimônio arquitetônico, atividade portuária e habitação, sobre os quais pairavam alguns conflitos, tais como a existência de muitos prédios ociosos, conforme já havia sido identificado pela pesquisa da Prof.^a Ester Gutierrez. Também, o rompimento da relação das pessoas com a água pela

presença das estruturas portuárias, e o impacto sobre a área residencial pelo tráfego e poluição causados pelo movimento de caminhões. Havia, ainda, a preocupação com a população moradora da área conhecida como "doquinhas", pertencente à área retroportuária delimitada pela Lei do Porto Organizado, área esta que estava sem uso e foi ocupada por moradias populares.

As diretrizes foram elaboradas considerando as maiores potencialidades identificadas naquele momento, que eram a perspectiva de ocupação de grande parte dos prédios ociosos pelo campus da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), o reconhecimento do valor simbólico da área como identidade da cidade e, ainda, a possibilidade do incremento da atividade portuária. Ao longo do tempo, as diretrizes vêm sendo seguidas.

*Figura 2: Universidade Federal de Pelotas
Fonte: Reprodução/RBSTV – site UFPeL.*



A UFPeL adquiriu boa parte do patrimônio arquitetônico ocioso para seu novo campus, instalando neles a reitoria

e muitos cursos, imprimindo uma nova identidade ao bairro. A região do porto, junto ao sítio contíguo, onde estão a Universidade Católica e outras instituições de ensino, ficou caracterizada como a "cidade do saber" ou "cidade estudantil", conforme relatos do 1º Congresso da Cidade realizado em 2002, no qual foram aprovadas as bases para o planejamento e elaboração do III Plano Diretor de Pelotas (Caderno Sustentar, 2002). Essa denominação faz referência a um pedaço do território urbano que revela a vocação da cidade, conhecida por atrair muitos estudantes de outros municípios.

Outro reconhecimento do valor simbólico da área como identidade da cidade está na Lei do III Plano Diretor, aprovado em 2008. Segundo a Lei, o Porto está inserido numa Área Especial de Interesse do Ambiente Cultural (AEIAC), denominada Zona de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPC), onde se encontra a maioria dos prédios históricos tombados e inventariados, denotando um caráter arquitetônico e urbanístico de interesse. Apresenta uma importância histórico-cultural que está relacionada com a formação urbana da cidade (artigo 70). Dentro da Área Especial de Interesse Cultural – AEIAC-ZPPC, existem os Focos Especiais de Interesse Cultural (FEICs), dentre eles o FEIC - Zona Portuária, considerado foco de interesse da ZPPC por ser referência histórico-cultural devido à presença do Porto, por sua singularidade na relação entre espaços construídos e abertos, percebida através do conjunto de edificações industriais, vias e cais do porto, pela possibilidade de visualização da paisagem aberta em direção ao Canal e pelo conjunto de unidades arquitetônicas com potencial

de reciclagem. As diretrizes propõem a qualificação da área através da viabilização de acesso ao canal São Gonçalo e incentivo à reciclagem de prédios que estão em desuso e valorização do patrimônio arquitetônico da área (artigo 71).

A terceira potencialidade surge em final de 2014, com a notícia do incremento da atividade portuária pela empresa CMPC Celulose Riograndense, o que gerou polêmica naquele momento pela preocupação com o impacto ambiental que essa atividade traria ao bairro que, ao longo do tempo, absorveu outras funções. A Audiência Pública na Câmara de Vereadores, realizada em 22 de dezembro de 2014, foi marcada por pronunciamentos contrários e favoráveis à iniciativa. A audiência teve a participação de Sindicato dos Condutores Autônomos, Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Portuários, Federação Nacional dos Portuários, Sindicato dos Estivadores, Associação dos Moradores das Docas do Porto, o movimento Ocupa Quadrado, a UFPel, a Agência da Lagoa Mirim, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana, a Superintendência de Portos e Hidrovias, entre outros.

Após negociações, e firmado o contrato entre a empresa e o governo do Estado, em abril de 2016 foi consolidada a parceria entre a CMPC Celulose Riograndense¹, que opera no transporte de toras via Porto de Pelotas, e a prefeitura do Município, com uma previsão de um

¹ CMPC - A sigla é a abreviação da companhia chilena *Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones*.

novo movimento de cerca de 200 caminhões por dia. A Celulose Riograndense, por meio da Sagres Agenciamentos Marítimos, intensificou as operações portuárias, gerando uma nova dinâmica à região.

A empresa se comprometeu a realizar as obras necessárias para viabilizar o acesso dos caminhões e, também, para descarregar as toras a serem embarcadas no porto, além de diversas melhorias na área, como calçadas, iluminação; e, nesta esteira, reforçou a presença do Grafite, ação bastante praticada no bairro, oferecendo o muro executado para fechar o depósito das toras como suporte para esta atividade artística.

Figura 3: Fachada do Terminal das Toras do Porto em processo de revitalização através do Grafite

Fonte: Caminhos da Zona Sul, 2017, disponível em: <https://www.caminhosdazonasul.com.br/2017/02/revitalizacao-da-orla-portuaria-recupera-as-fachadas-do-armazem-sao-francisco/>.



Também fomentou a criação da Associação

OTROPORTO Indústria Criativa, que atua como elemento integrativo entre economia, meio ambiente e comunidade, focada em apoiar e desenvolver iniciativas que gerem pertencimento, fruição, educação, formação e cidadania. E, também, do Instituto Hélio D' Angola, uma entidade sem fins lucrativos cujo objetivo central é o apoio à população de baixa renda através de oficinas e atividades. A sede do instituto situa-se nas "doquinhas", local onde funcionava um bar tradicional da comunidade.

A vocação da área para atividades artísticas e culturais também é verificada pela atividade denominada "Sofá na Rua", que acontece desde 2012, e abre espaço a diversos segmentos culturais e fazedores de cultura na cidade.

*Figura 4: Roda de samba no evento Sofá na Rua
Fonte: Publicação de Sofá na Rua – Facebook.*



Cenários de Futuro

Em um território tão cheio de potencialidades, os cenários de futuro são muitos. Esses precisam ser pensados a partir das especificidades do lugar e em acordo com as diretrizes de planejamento da cidade.

O III Plano Diretor cita, dentre as diretrizes gerais (art. 7), o estímulo ao adensamento populacional em prédios ociosos, aproveitando a infraestrutura já instalada, distribuindo a população e atividades econômicas, reduzindo deslocamentos. Essa diretriz contribui para evitar a tendência de expansão horizontal da área urbana, ao mesmo tempo que contribui para recuperar e conservar o patrimônio construído. Pode, também, contribuir para uma política habitacional sustentável, que aproveita construções vazias evitando a produção de novos conjuntos na periferia, inserindo a população de baixa renda em áreas providas de serviços e equipamentos, promovendo mais diversidade aos bairros. Essa prática é denominada Reabilitação Urbana, onde se integram políticas de patrimônio às políticas urbanas, ambientais, habitacionais (PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, 2004), protegendo o patrimônio, considerando a conservação, e promovendo o desenvolvimento do bairro e da cidade.

A academia deve contribuir para o estudo, discussão e elaboração desses cenários possíveis. O Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas estrutura-se em torno da relação entre arquitetura e ambiente, explorando as transformações urbanas da contemporaneidade para entender seus

impactos.

A região portuária é objeto de estudo no nono semestre do curso, onde os alunos desenvolvem um projeto arquitetônico e o projeto urbanístico para a mesma área. As potencialidades do sítio em estudo inspiram propostas e, muitas vezes, essas propostas evoluem para trabalhos de conclusão de curso (TCC).

Em 2018, o aluno Gonçalo Freire Maiche propôs, em seu TCC, um TRANSPORTE FLUVIAL DE ESTUDANTES DA UFPEL, reconhecendo o potencial para transporte hidroviário do Canal São Gonçalo, especialmente para os estudantes da Universidade Federal, que muitas vezes precisam se deslocar do Campus Porto até o Campus Capão do Leão utilizando ônibus por 16km, atravessando a área urbana pelotense de leste a oeste, enquanto o percurso por água seria bem mais curto, cerca de 6km, e contribuiria na mobilidade urbana sustentável.

O TCC do aluno Nathan Gularte da Silva, em 2023, defende a REABILITAÇÃO E VALORIZAÇÃO URBANA DA ZONA PORTUÁRIA DE PELOTAS, apontando diretrizes de planejamento para a escala do bairro e propondo intervenções pontuais, em nível de desenho urbano, na microescala das "doquinhas", já mencionada anteriormente, buscando uma melhor inserção social dessa comunidade, ao mesmo tempo que integra os espaços abertos de todo o bairro. É a área com mais visibilidade ao Canal São Gonçalo, com possibilidade de espaços de contemplação, que o centro do bairro não tem devido à presença dos galpões portuários. A aposta

é de que uma intervenção na microescala pode ter a força de reabilitar o bairro.

Esses são apenas dois exemplos, dentre tantos outros, que ilustram a diversidade de propostas possíveis para o bairro.

CONCLUSÃO

A denominada zona do porto adquiriu, ao longo dos anos, uma importante característica de patrimônio cultural da cidade, tanto pelo aspecto histórico que conta sobre um período de desenvolvimento econômico, quanto pelo patrimônio arquitetônico singular. Também assumiu a vocação de área estudantil. Mais recentemente, com o incremento das atividades portuárias, paira uma preocupação com os impactos na região. Os processos de intervenção no bairro devem buscar um equilíbrio entre renovação e permanência. O desafio é compatibilizar o uso habitacional consagrado, o uso estudantil intensificado e o uso portuário reativado, sem destruir a marca de foco de interesse cultural da cidade.

Aqui, cabe lembrar o conceito de Patrimônio Ambiental Urbano, citado no livro PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO (2004): "Quando se pensa em termos de patrimônio ambiental urbano, já não se pensa apenas na edificação, no monumento isolado, testemunho de um momento singular do passado; torna-se necessário, antes de tudo, perceber as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si. Trata-se agora de ver o meio ambiente urbano como fruto dessas relações."

A área demanda um plano especial integrado ao plano diretor da cidade, de modo sustentável, construído com os moradores e usuários do lugar, que leve em conta as especificidades do bairro, sua paisagem urbana e o processo que a formou, bem como as transformações para conservar e proteger essa paisagem para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme Pinto de. **Porto Memória**. 2ªed. – Pelotas/RS: 222, 2022.

CADERNO SUSTENTAR. **Prefeitura Municipal de Pelotas (RS)**; Secretaria Municipal de Planejamento Urbano; Coordenadoria de Planejamento Urbano – Pelotas: CPLAN, 2002.

LEI no. 5.502, de 11 de setembro de 2008. **Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/2008/551/5502/lei-ordinaria-n-5502-2008-institui-o-plano-diretor-municipal-e-estabelece-as-diretrizes-e-proposicoes-de-ordenamento-e-desenvolvimento-territorial-no-municipio-de-pelotas-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 10 set. 2024.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO. **Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. Ministério das Cidades. Coordenação Geral e Revisão de Conteúdo: Raquel Rolnik (Secretária Nacional de Programas Urbanos) e Otilie Macedo Pinheiro (Diretora de Apoio à Gestão Municipal e Territorial), 2004.

SOBRINO, Julian. In: SCHICCHI, Maria Cristina; LÓPEZ,

Enrique Larive; FARAH, Ana Paula; OLIVEIRA, Eduardo Romero; (orgs.). **Paisagens históricas da produção na Ibero-América.** Cultura, patrimônio e infraestruturas no território. Campinas: Splendit PUC-Campinas; Cultura Acadêmica, 2024.

MUSEUS E TURISMO

A IMPORTANCIA DA PRESERVAÇÃO DAS MEMÓRIAS E DA IDENTIDADE LOCAL- GRAMADO -RS

Márcio Dillmann de Carvalho

Ao receber o convite para participar do Congresso Internacional de Patrimônio Cultural e Sustentabilidade UFPel/UCPel 2024, confesso que me veio à mente uma dualidade de sentimentos. A tristeza, pois havíamos sido atingidos por um terrível desastre natural ocasionado por chuvas e cheias que descaracterizou o Estado do Rio Grande do Sul, trazendo a destruição de patrimônio e ceifando inúmeras vidas. E a alegria do retorno à minha cidade natal, onde encontraria antigos professores e colegas que fizeram parte de minha formação até o doutorado pela UFPel. Assim como retornar ao meu antigo local de trabalho, a UCPel, onde antes de vir para ser o museólogo municipal de Gramado fui museólogo do MUCPel, Museu de História Natural.

A participação da Mesa redonda referente a Museus e Turismo me proporcionou, além da troca de conhecimento, descrever de uma forma resumida toda essa importante e vital relação Museus x Turismo que podemos observar ativa no Município de Gramado, e trazer observações de uma realidade divergente "ainda" entre as duas cidades: Pelotas e Gramado.

Antes mesmo de trazer os dados que demonstram o turismo em Gramado, acredito ser indispensável, de

forma resumida, trazer um pouco da história da cidade, pois, com certeza, somente nessa releitura interpretativa das informações históricas iniciais, será possível perceber o porquê dessa relação tão importante e antiga.

Por volta de 1904, a região em questão fazia parte do 5º Distrito de Taquara, o qual era formado por algumas regiões — entre elas os povoados da Linha Nova, Caracol e Canela —, tendo Linha Nova (interior de Gramado) como sua sede administrativa. Como sede administrativa, além de cartório, ali encontrava-se o Subintendente ou Subprefeito Major José Nicoletti Filho, o qual teve conhecimento de que a Intendência (Taquara) iria mandar uma linha férrea para o Distrito, no entanto, não iria para a sede em si, mas para um povoado pertencente ao Distrito, no caso Canela. Com isso, o Major, juntamente com moradores da Linha Nova, propuseram a mudança da sede para um outro local, com o objetivo de ser criado onde naturalmente o trem teria de passar antes de seu destino final.

Dessa forma, habitantes da Linha Nova foram incentivados a adquirir terras na localidade de Gramado, que logo se transforma na nova sede do 5º Distrito. Assim, Gramado foi criado por pessoas pré-dispostas a ir de encontro ao desenvolvimento, ou seja, o trem, que chegaria por volta de 1919 na Várzea Grande (entrada de Gramado) e, posteriormente, no coração do povoado em 1921¹. A título de conhecimento, o nome da localidade era “o Gramado”, denominado assim pelos tropeiros, que em um determinado local acharam ali um vasto

1 O trem chega em seu destino final em 1924, no povoado de Canela.

gramado onde era possível pernoitar e descansar.

Naturalmente aqui faço um comentário desprezível, a comunidade da Linha Nova vivia em uma área agrária, interiorana ou rural, onde lavouras e cultivos eram realizados há mais de uma década e, agora, parte dessa população se mudou para um local rico em belezas naturais, mas repleto de pedregulhos e enormes pedras, como podemos observar através de inúmeras imagens dos trabalhadores da Legião do Trabalho². Além disso, com a chegada do trem e o seu desenvolvimento criou um ambiente muito urbano, não agropastoril, ao menos no coração da Vila de Gramado.

*Figura 1: Legião do Trabalho - Década de 20
Fonte: Arquivo Histórico Leopoldo Lied.*



Com o advento da chegada do trem, o desenvolvimento foi constante, e para os turistas várias pousadas estavam à disposição. Esses visitantes eram chamados de

veranistas, moradores de grandes centros que fugiam do calor e vinham somente durante três meses do ano — claro, até descobrirem as belezas dos litorais e das praias, reduzindo sua presença. Fora isso, muitos foram aqueles que investiram em novos e belos locais para sua morada, assim, formaram-se loteamentos importantes, entre eles o espólio de Joaquina Rita Bier, que era formado por proprietários de alto poder aquisitivo, criando um dos seus bairros mais importantes em Gramado, o Planalto.

Gramado sempre se mostrou como um local de recepção e acolhimento, seja para os visitantes como para os novos moradores. Sua emancipação ocorreu em 1954, e não tardou para que fosse criado mais uma ferramenta para atrair a atenção de visitantes: a Festa da Rainha das Hortênsias (1958), que se tornou um evento nacional e foi propulsor de outros eventos criados em conjunto da Festa, como a Fearte, o Festival de Cinema de Gramado e o Natal Luz. Essa famosa Festa teve sua última edição em 1987, mas deixou seu legado e característica para a cidade, de sempre estar criando eventos, fazendo com que, assim, Gramado tenha atrações todo o ano.

Figura 2: Os Veranistas em Gramado - Década de 40
Fonte: Arquivo Histórico Leopoldo Lied.



A realidade do Turismo para o município

Como exposto anteriormente, nos dias finais de abril de 2024, o estado do Rio Grande do Sul sofreu com chuvas e enchentes que atingiram a maioria das cidades gaúchas. Isso não foi diferente em Gramado, onde além da destruição de vias de acesso à cidade, vidas foram ceifadas. Posterior a esse momento, estavam estampados em jornais locais de Gramado uma realidade, que a cidade deveria entrar em um processo de recuperação porque, com as estradas destruídas e aeroportos inoperantes, o turismo entraria em colapso: "Setor representa 86% da economia da cidade. Fechamento do aeroporto de Porto Alegre e estradas bloqueadas dificultam a chegada dos visitantes na

Serra"³.

A citação acima demonstra que o turismo é o carro chefe do município, mas atrevo-me lembrar a todos que Gramado nunca fora somente o Turismo, era também conhecida na área fabril, representada pela Sapatos Ortopé, pelo seu artesanato e pelos tão famosos móveis confeccionados em Gramado. Mas, atualmente, a maior parte da economia local é o turismo.

Em recentes reportagens que abordam o turismo em duas importantes cidades internacionais desse segmento, são descritos problemas com o chamado "Turismo de massas", ou seja, o excesso de pessoas em um único lugar em um determinado momento. Foi citado Barcelona na Espanha e Veneza na Itália. O Primeiro caso, Barcelona: "Milhares de pessoas se manifestaram no último sábado em Barcelona contra o turismo de massa e seus efeitos sobre os moradores da cidade espanhola, que recebe milhões de visitantes todos os anos". Segundo a reportagem⁴, os residentes da cidade da Espanha reclamavam dos aluguéis altos e da grande quantidade de imóveis voltados para visitantes, tanto

3 "Turismo em Gramado tem prejuízo superior a R\$ 100 milhões só em maio; município registra mais de mil pessoas fora de casa" (G1/RBS, 15 de maio de 2024). Para ler a matéria na íntegra: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/15/turismo-em-gramado-tem-prejuizo-superior-a-r-100-milhoes-so-em-maio-municipio-registra-mais-de-mil-pessoas-fora-de-casa.ghtml>.

4 "Moradores protestam com pistolas de água contra turistas em Barcelona" (G1, 08 de julho de 2024). Para ler a reportagem na íntegra: <https://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2024/07/08/moradores-protestam-contra-turistas-em-barcelona.ghtml>.

que os governantes locais já planejam proibir aluguel de apartamentos por temporada até 2028. E, aqui, um dado importante: a atividade turística da capital catalã, representa 14,5% do PIB e movimenta 15.000 milhões de euros⁵.

O segundo e último caso comparativo é Veneza, na Itália: "Veneza inicia cobrança de taxa diária de cinco euros para conter turismo em massa"⁶, experimento que, no caso, tenta restringir a grande quantidade de visitantes na cidade. Ambos os casos são reações de cidades internacionais que têm no turismo um produto de desenvolvimento e fonte econômica, mas que não têm tanta dependência como Gramado tem com o turismo.

Gramado configura-se como uma cidade que muito trabalhou e se desenvolveu em torno do turismo, o que fez dela um município que zela pelas suas belezas, com alto índice de segurança e com uma boa oferta de empregos, mesmo que esses trabalhadores acabem tendo de morar em outras cidades por causa do alto valor do metro quadrado. Essa mesma valorização faz

5 "Monocle" descobre Barcelona inovadora com a proposta de-centralizada para visitantes" (ECO, 11 de julho de 2024). A matéria completa disponível em: <https://eco.sapo.pt/2024/07/11/monocle-descobre-barcelona-inovadora-com-uma-proposta-descentralizada-para-o-visitante/>.

6 Informação extraída da matéria escrita por France Presse ao site de notícias G1: "Veneza inicia cobrança de taxa diária de cinco euros para conter turismo em massa" (G1, 24 de abril de 2024), disponível em: <https://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2024/04/25/veneza-inicia-cobranca-de-taxa-diaria-de-cinco-euros-para-conter-turismo-em-massa.ghtml>.

com que muitos dos antigos moradores acabem por negociar suas residências, mudando-se para outros municípios.

Com certeza são características e fatos que mostram situações divergentes de Gramado em relação a maioria dos municípios brasileiros; essa sustentabilidade econômica advinda do turismo é perseguida por muitas cidades bem mais antigas e históricas que o município, mas não alcançada. Por outro lado, esse desenvolvimento cria um afastamento visível de parte da população que não se sente pertencente ou representada pelas diversas atrações turísticas, e essa comunidade, tornando-se minoria, podem perder suas histórias e identidade, por isso, entra-se aqui no assunto relacionado com os Museus: a memória e a identidade local.

Turismo, museus, memória e identidade local

O turismo no município de Gramado sempre esteve ligado com a regionalidade, ou seja, suas belezas naturais, araucárias, xaxins e cachoeiras, seu clima, suas comidas típicas coloniais (imigrantes) servidas nas antigas pousadas, suas festas e eventos ligados à comunidade. Mas o turismo, como força propulsora da cidade, com o passar do tempo se diversificou, trazendo e ofertando para seus visitantes experiências voltadas a uma variedade de perspectivas e possibilidades não mais tão originadas da história, ou da cultura local.

Assim, atualmente temos parques, restaurantes, hotéis, e até mesmo museus privados que forneçam

momentos e experiências fantásticas, repletas de fantasias e ludicidades, mas que não remetem a uma relação de memória com a cidade, ou até mesmo com as tradições do Estado. Em nenhum momento, acredito eu, isso tira o crédito da importância do desenvolvimento turístico local, mas por causa de fatores como o afastamento dos moradores, torna-se vital o trabalho da Secretaria Municipal da Cultura de Gramado com a comunidade, para fornecer, atrair, recuperar e proteger as memórias e experiências vividas pelos mais antigos, e transmitir para os mais novos a importância do Patrimônio relacionado com as histórias, memórias e identidade da comunidade.

Para esse importante trabalho tem-se diversos equipamentos culturais, mas aqui focarei em nossos museus Municipais, ainda mais por fazer de nosso contexto, a viabilização de uma ferramenta denominada museologia social.

A museologia social tem como seu cerne a defesa de que o museu seja apropriado como uma ferramenta de uso comunitário e participativo, para que as pessoas pesquisem, compreendam, salvaguadem e divulguem suas próprias histórias nos seus próprios termos. O coração da proposta é que sejam tomadas coletivamente as decisões sobre que memórias são relevantes para serem preservadas, bem como os seus respectivos suportes, de forma que cada comunidade possa controlar a narrativa sobre si mesma, fortalecendo sua identidade ao estabelecer as conexões críticas entre o passado, o presente e os futuros desejados. (IBRAM, 2023)

O município de Gramado está localizada na 2º Região

Museológica do Estado do Rio Grande do Sul e, segundo o Sistema Estadual de Museus, em levantamento realizado pelo SEM no ano de 2020, Gramado ficou em 1º lugar em número de museus cadastrados — em uma listagem com cerca de 21 museus, ficando à frente de cidades bem maiores em números de habitantes como Caxias do Sul (19 museus – 517.451 mil habitantes) e Lajeado (com 7 museus e 85.033 mil habitantes); a cidade, naquele momento, tinha apenas 36.555 mil habitantes. Esse aspecto, com certeza, tem motivação e relação com o turismo local.

A municipalidade tem quatro museus⁷, sendo que o primeiro foi criado pelo Decreto Municipal nº 426/82 em 5 de agosto de 1982, denominado de Museu Municipal de Gramado. Foi formado através dos objetos arrecadados em um dos desafios/provas de uma gincana, chamada de Gaivota⁸. A gincana tinha a proposta de reunir e integrar a comunidade, e uma das principais tarefas era que as equipes conseguissem o maior número possível de objetos e documentos referentes à história de Gramado até o ano de 1940. Assim, formou-se o acervo do Museu.

Mesmo sendo criado por lei, o Museu Municipal não tinha local fixo, fazendo com que seu acervo ficasse

7 No momento desta mesa redonda, o Espaço Cultura da Viação Férrea da Várzea Grande está em processo de mudança legal para uma instituição museal, transformando-se no quarto museu.

8 A Gincana Gaivota foi realizada em 1978, ligada ao programa nacional da Semana Nacional da Pátria, que tinha como símbolo uma "Gaivota, ou aviãozinho de papel" nas cores da bandeira nacional.

acondicionado em depósitos. Em meados de novembro de 1988, quando da inauguração do Centro Municipal de Cultura na Rua São Pedro, local da antiga Vinícola Petronius, o museu foi aberto para a população e, neste mesmo ano, pela Lei Municipal nº 877/88, foi recriado oficialmente. Sequencialmente, pela Lei nº 878/88, o Museu recebeu seu nome em homenagem ao Prof. Hugo Daros —, importante docente, político e historiador da cidade —, Museu Municipal Professor Hugo Daros. No ano de 2019, o museu é novamente reorganizado e recebe nova sede na Rua São Pedro, ao lado da Câmara Municipal de Vereadores.

*Figura 4: Museu Professor Hugo Daros/Museu de Arte Dr. Carlos Nelz
Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Gramado.*



O segundo museu criado foi o Museu de Arte Dr. Carlos Nelz, no dia 11 de agosto de 1992, conforme Lei Municipal nº 035/92. O Museu Dr. Carlos Nelz, que

consiste em um Museu de Arte, leva o nome do antigo médico de Gramado, que além da artista era cultivador de orquídeas e criador de pombos correio. O Museu de Arte Dr. Carlos Nelz fica localizado na sede da Secretaria de Cultura de Gramado e tem em seu acervo inúmeros itens de diversos artistas do Brasil e do Exterior.

Antes de falar sobre o terceiro museu, devo informar que em 15 de junho de 2000, através da Lei nº 1.738/2000, era criado o Arquivo e Museu dos Festivais de Gramado - Cinema Latino e Brasileiro, o que conhecemos hoje como Museu do Festival de Cinema de Gramado, e faz parte da municipalidade, mas, posteriormente, por Lei, fora permitido a exploração privada por uma mantenedora.

O terceiro museu foi criado no dia 27 de maio de 2008 pela Lei nº 2.6688/2008, denominava-se: Espaço Cultural Estação Ferroviária VFRGS - Várzea Grande, conhecido por todos como "Museu do Trem". Originalmente, é a antiga estação férrea aonde chegou primeiro o trem no ano de 1919, mas que, neste ano (2024), como informado anteriormente, após uma reforma, será alterada sua designação para Museu.

Figura 5: Espaço Cultural Estação Ferroviária/ Museu José Nicoletti Filho

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Gramado.



O último Museu, não menos importante, é o Museu Major José Nicoletti Filho. O Museu Major José Nicoletti Filho é um projeto que teve início por volta do ano 2000, e que contou com a participação e colaboração de diversas pessoas, essas que lutaram para que o espaço conhecido como a “Casa do Major” fosse tombado, restaurado e, por fim, virasse um museu. O Museu foi criado em 2016, Lei nº 027/2016, mas somente foi inaugurado em dezembro de 2022. É um museu localizado ao lado da Rua Torta em Gramado, local de muita visitação turística, tanto que em 1 ano e meio de sua abertura já recebeu visitantes de 27 países e está próximo ao visitante de número 100.000.

Todos esses equipamentos culturais são vitais, pois trabalham não somente recebendo e apresentando a história da cidade para os turistas, mas executando projetos que geram a valorização da história local e da diversidade de sua comunidade. Ou seja, os museus

citados buscam proporcionar, além das suas exposições, ferramentas em forma de projetos que proporcionem a valoração das memórias e Patrimônios locais da comunidade. Cito dois em especial, denominados simultaneamente de "Memórias subterrâneas" e "Você e o Patrimônio".

O primeiro projeto está ligado a uma mudança de paradigma no que diz respeito a dignificar importantes atores da história da cidade. Como visto em todos os museus, é normal lembrar e referendar pessoas que historicamente foram fundamentais para as cidades, isso em Gramado não é diferente: inúmeras personalidades estiveram à frente da cidade e contribuíram de maneira excepcional para que ela se tornasse o que é. Porém, com certeza, faltava trabalhar nas memórias e histórias daqueles que não são lembrados comumente, que são os personagens que descrevem ou fazem parte do que chamamos de "memórias subterrâneas", ou seja, são moradores locais, construtores, artistas, professores, trabalhadores de diversas áreas, que foram fundamentais e contribuíram muito para a cidade.

O segundo é um Projeto de Educação Patrimonial, que teve início no ano de 2020 e foi elaborado para que os museus trabalhassem nos colégios municipais de Gramado. Sendo, assim, criado com o título "Você e o Patrimônio", que consiste em um trabalho com alunos e professores, dividido em três partes, essas sempre com a supervisão e a anuência dos professores das turmas. A primeira parte é realizada em sala de aula, aproveitando as disciplinas de Patrimônio Cultural que são ministradas

nos 4º e 5º anos. Nessa parte, uma equipe dos museus vai às turmas e realiza uma conversa lúdica em forma de oficina de objetos, onde as crianças inicialmente são confrontadas com acervos didáticos e percebem o que é Patrimônio e o quanto ele está no entorno delas, fazendo parte de suas vidas. São trabalhados o Patrimônio natural, familiar e escolar e, claro!, o Patrimônio Cultural.

A segunda parte do Projeto é uma visita dos alunos aos museus, onde, de forma descontraída, são mediados e conhecem mais a história de sua cidade. Na terceira e última parte, por interesse da turma, é realizada uma exposição na escola, seja ela de objetos particulares ou fotos familiares, com a supervisão e apoio dos funcionários dos museus. O projeto teve como piloto a Escola Maximiniano Han, sendo um grande sucesso, e gerando sua continuidade e o interesse da parceria com a Secretaria Municipal de Educação, posteriormente o Museu do Festival do Cinema e, recentemente, a Farmácia Viva ligada à Secretaria Municipal de Saúde. No ano de 2023 esse Projeto foi estendido aos colégios Estaduais e Privados interessados.

A grande reflexão que se pode fazer é que os equipamentos culturais, neste caso os museus, devem ser participativos⁹, percebendo os aspectos de cada comunidade, região, bairro, além das diferenças e necessidades. Dessa forma, sabendo também que cada

9 Existe a projeção da criação de um Sistema Municipal de Museus em Gramado, assim como, os museus locais são membros da AREMUS- Associação Regional de Museus do Vale do Sinos, Parahana e Serra.

museu municipal de Gramado tem suas características próprias, devem evidenciar a necessária inserção da comunidade, mesmo os museus que acabam atendendo mais os turistas, devem todos oferecer o Turismo Cultural de qualidade, e trabalhar de forma integrada inteiramente ligado à comunidade.

REFERÊNCIAS

DAROS, Marília; BARROSO, Vera Lúcia Maciel (Org.). **Raízes de Gramado: 40 anos.** Gramado: EST, 1999.

DAROS, Marília. **Grãos:** Coletânea Histórica. Porto Alegre: Editora do Autor. 2008.

GRAMADO. Secretaria Municipal de Educação. **Gramado, simplesmente Gramado.** Gramado, RS. 1987.

_____. Lei nº 035/92, de 11 de agosto de 1992. Câmara de Vereadores de Gramado. RS. Disponível em: <<https://camaragramado.rs.gov.br>> Acessado em: 2 de junho de 2024.

_____. Lei nº 1.738/2000, de 15 de junho de 2000. Câmara de Vereadores de Gramado. RS. Disponível em: <<https://camaragramado.rs.gov.br>> Acessado em: 2 de junho de 2024.

_____. Lei nº 2.6688/2008, de 27 de maio de 2008. Câmara de Vereadores de Gramado. RS. Disponível em: <<https://camaragramado.rs.gov.br>> Acessado em: 2 de junho de 2024.

_____. Lei nº 027/2016, de 31 de outubro de 2016. Câmara de Vereadores de Gramado. RS. Disponível em: <<https://camaragramado.rs.gov.br>> Acessado em: 2 de junho de 2024.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. **Museologia Social**. Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/programa-saber-museu/temas/museologia-social#:~:text=A%20museologia%20social%20tem%20como,hist%C3%B3rias%20nos%20seus%20pr%C3%B3rios%20termos>. Acesso em: 01 de junho de 2024.

KOPPE, Iraci Casagrande. Gramado, **as Hortênsias e o Turismo**. Gramado, RS: Do Autor. 2018.

PIZETTA, Mário. Gramado ontem e hoje. Gramado: Editora do Autor. 1973.

Matérias de jornais eletrônicos

"MONOCLE" DESCOBRE BARCELONA INOVADORA COM A PROPOSTA DE DECENTRALIZADA PARA O VISITANTE. Servimedia.11dejunhode2024.Disponível em:<https://eco.sapo.pt/2024/07/11/monocle-descobre-barcelona-inovadora-com-uma-proposta-descentralizada-para-o-visitante/#:~:text=GEST%C3%830,taxa%20tur%C3%Adstica%20para%204%20euros>. Acesso em: 01 de junho de 2024.

MORADORES PROTESTAM COM PISTOLAS DE ÁGUA CONTRA TURISTAS EM BARCELONA. G1. 08 de junho de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2024/07/08/moradores-protestam-contra-turistas-em-barcelona.ghtml>. Acesso em: 01 de junho de 2024.

Turismo em Gramado tem prejuízo superior a R\$ 100 milhões só em maio; município registra mais de mil pessoas fora de casa. G1/RBS TV, 15 de maio de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande->

do-sul/noticia/2024/05/15/turismo-em-gramado-tem-prejuizo-superior-a-r-100-milhoes-so-em-maio-municipio-registra-mais-de-mil-pessoas-fora-de-casa.ghtml. Acesso em: 25 de maio de 2024.

VENEZA INICIA COBRANÇA DE TAXA DIÁRIA DE CINCO EUROS PARA CONTER TURISMO EM MASSA. G1, 25 de abril de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2024/04/25/veneza-inicia-cobranca-de-taxa-diarica-de-cinco-euros-para-conter-turismo-em-massa.ghtml>. Acesso em: 25 de maio de 2024.

EXPERIÊNCIAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E DA CULTURA DO PROGRAMA DE APOIO ÀS PRÁTICAS PATRIMONIAIS

Daniele Behling Luckow

Fernanda Tomiello

Vanessa Patzlaff Bosenbecker

Laura Gomes Zambrano

INTRODUÇÃO

Nas sociedades contemporâneas, o conhecimento é um bem de grande importância, no entanto, sua distribuição ainda costuma ser desigual, assim como frequentemente ocorre com outros recursos. No Brasil, a grande maioria do conhecimento é produzido dentro das universidades e é dever dos detentores desse capital cultural (Bourdieu; Passeron, 2014) compartilhar os seus saberes com o restante da comunidade onde estão inseridos. Aliado à temática do patrimônio cultural, que tem sido cada vez mais entendido como uma construção social, e não uma atribuição de valor pré-concebido (Tolentino, 2016), a educação para o patrimônio passa a ser um processo de mediação, onde a protagonista é a comunidade detentora desse patrimônio.

O Programa de Extensão de Apoio às Práticas Patrimoniais, ligado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), tem desenvolvido diversas ações com vistas à democratização do conhecimento científico e da cultura,

com ênfase na educação para o patrimônio. Através deste texto, traz-se as ações apresentadas e discutidas no painel temático homônimo, com destaque no compartilhamento dos processos de desenvolvimento e dos seus impactos na comunidade. Como recursos, apresentam-se os materiais produzidos e a interação com eles. Serão abordadas, também, as parcerias interinstitucionais que têm qualificado essas ações, promovendo a aproximação entre diferentes instituições de ensino superior e a comunidade.

O Programa de Apoio às Práticas Patrimoniais: educação para o patrimônio

O Programa de Apoio às Práticas Patrimoniais, vinculado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas, foi criado em 2017 e tem por objetivo ser um centro de apoio para a documentação, educação, reconhecimento e valorização do patrimônio cultural de Pelotas e região. O programa se organiza a partir de dois projetos, a fim de contemplar as demandas existentes: a Documentação arquitetônica e urbana — Estudos para o patrimônio cultural de Pelotas e região — e a Educação para o patrimônio — Patrimônio Cultural comunitário. A documentação é responsável pelos levantamentos e diagnósticos arquitetônicos e urbanos, e está relacionada diretamente à curricularização da extensão no curso. Já a Educação para o patrimônio está focada na elaboração de material e atividades em conjunto e para com a comunidade visando a conscientização e valorização frente ao tema.

Nesta seção, são apresentadas duas ações desenvolvidas pelo projeto Educação para o Patrimônio, relacionados ao Dia do Patrimônio, mais especificamente o "Pelotas de Papel" e o "10/100 imagens da arquitetura pelotense". O enfoque nessas ações e sua relação com o Dia do Patrimônio se justifica por serem experiências positivas para a democratização da cultura e do conhecimento. As ações do programa em si, principalmente a partir do entendimento adotado pelo programa quanto à educação para o patrimônio. Como um processo permanente e sistemático através de metodologias mais ativa com o patrimônio cultural como fonte de conhecimento (Luckow *et al.*, 2019). E o Dia do Patrimônio por ser uma realização coletiva de grande sucesso, promovida pelo poder público por meio da Secretaria Municipal de Cultura (SECULT), em parceria com a comunidade. Desde 2013, o evento acontece anualmente no fim de semana mais próximo do Dia Nacional do Patrimônio, celebrado em 17 de agosto, consolidando-se como uma referência no município.

O "Pelotas de Papel" iniciou com a elaboração de modelos em *papercrafts* de construções presentes no acervo de bens protegidos de Pelotas. Para a sua elaboração, contou com o auxílio dos alunos da disciplina de Gráfica Digital II, que produziram 27 modelos de construções de valor cultural de Pelotas, situados nos arredores da Praça Coronel Pedro Osório e da Catedral São Francisco de Paula. Dentre os critérios de seleção, foram considerados a importância histórica para a cidade e a complexidade do modelo, pensando na facilidade da montagem em papel, para uso na educação para o

patrimônio. O trabalho dividiu-se nas etapas de seleção das edificações, elaboração da planificação dos modelos produzidos, a partir de modeladores 3D e plugins de planificação, e a aplicação em oficinas (Figura 1).

Figura 1: Modelo do papercrafts e Oficina de montagem dos Papercrafts no Dia do Patrimônio

Fonte: Programa de Apoio às Práticas Patrimoniais (2019).



Para o Dia do Patrimônio de 2018, foram usadas as maquetes que melhor estavam desenvolvidas no projeto: a Casa 8 (Museu do Doce), as Casas 1 e 3 (Casas Geminadas) e as Pompas Fúnebres. Os alunos primeiro realizaram visitas ao centro histórico e depois foram recepcionados na Secretaria Municipal de Cultura para a realização da oficina. Na oficina, eram convidados a escolher a edificação de seu interesse e proceder à montagem (Figura 1). Um dos modelos mais procurados foi o do Museu do Doce, apesar de ser mais difícil, pois a visita anterior à oficina havia sido no próprio Museu, relacionando o edifício real com a sua representação.

A experiência com o público infantil permitiu avaliar a aplicabilidade do projeto como instrumento de

educação para o patrimônio e a levantar melhorias para os modelos. Os resultados foram bastante positivos, pelo entusiasmo em realizar a tarefa e a compreensão da materialidade da arquitetura pelos participantes. Ao todo, foram distribuídas 300 maquetes entre as montadas pelos alunos e as entregues aos visitantes em outros momentos do Dia do Patrimônio.

A ação "10/100 imagens da arquitetura pelotense" faz parte do projeto "25 anos depois das 100 imagens da arquitetura pelotense", organizado pela FAUrb/UFPel em alusão aos 25 anos de publicação do livro "100 Imagens da Arquitetura Pelotense", de autoria dos professores Rosa Maria Garcia Rolim de Moura e Andrey Rosenthal Schlee (1988). Foi realizada junto ao Programa de Extensão Maquetaria Digital (MD), com apoio da Secretaria Municipal de Cultura (SECULT) e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Inovação (SDETI), que financiaram a impressão do material. A atividade reuniu estudantes, professores, pesquisadores e cidadãos, buscando relacionar a educação para o patrimônio na escala urbana, tendo como fio condutor o livro e o espaço do Dia do patrimônio de 2023, no centro histórico de Pelotas.

Tendo por base a premissa da educação para patrimônio como um processo de mediação, onde o protagonista é o sujeito, ou seja, a comunidade detentora desse patrimônio, a construção da ação valeu-se de metodologias interativas e de recursos tecnológicos como ferramentas (Figura 2).

Figura 2: Folder com as figuras e o postal com os carimbos
Fonte: Programa de Apoio às Práticas Patrimoniais (2023).



A proposta foi desenvolvida ao longo de cinco meses, contemplando as etapas de concepção, produção do material e aplicação da ação. As edificações selecionadas foram: a Secretaria de Cultura (Casa 2), a Casa 6, o Museu do Doce (Casa 8), o Clube Caixeiral, o Theatro 7 de Abril, a Biblioteca Pública, a Prefeitura Municipal, o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), o Mercado Central e o Antigo Banco do Brasil.

Em 2023, o Dia do Patrimônio em Pelotas foi realizado nos dias 18, 19 e 20 de agosto, com uma edição comemorativa de 10 anos da primeira edição deste evento no município. A atividade "10/100" ocorreu ao longo do sábado (19) e domingo (20). Desse modo, as 10 edificações do projeto receberam os carimbos e figuras e, além desses materiais, a SECULT e o Mercado

Central receberam os *folders* para serem distribuídos. Tanto os funcionários das edificações como os agentes do patrimônio tiveram um papel essencial para viabilizar a ação.

De forma lúdica, a proposta incentivou o público a visitar as 10 construções presentes nos *folders* e cartões postais para receber as figuras e carimbos correspondentes. A atividade mobilizou pessoas de todas as faixas etárias, que buscavam completar os carimbos no postal e as figuras no *folder*. As 1000 unidades produzidas esgotaram-se rapidamente, sendo que o engajamento pôde ser observado tanto presencialmente quanto através dos compartilhamentos da ação por diversas pessoas nas redes sociais.

Livro “Espaços Públicos de Pelotas: desenhos e histórias”

Nesta seção, apresenta-se e discute-se o processo de produção do livro intitulado “Espaços Públicos de Pelotas: Desenhos e Histórias” (Tomiello; Luckow, 2023), também produzido pelo Programa de Extensão de Apoio às Práticas Patrimoniais. O volume representa um produto que tem como foco a mencionada democratização da cultura e do conhecimento científico, nesse caso, relacionado aos espaços públicos abertos, e serve como um instrumento de educação para o patrimônio.

Os espaços abertos desempenham um papel significativo na configuração da paisagem cultural da cidade de Pelotas, amplamente reconhecida em níveis municipal, estadual e nacional devido ao seu patrimônio

tanto material quanto imaterial.

Buscando o reconhecimento e valorização desses espaços, foi proposto um trabalho interdisciplinar em sala de aula, implementado nas turmas das disciplinas de Expressão Gráfica II e História e Teoria do Urbano, no segundo semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo da UCPel.

Esse projeto, repetido ao longo de quatro semestres consecutivos, gerou um considerável acervo de conteúdo. Os materiais produzidos pelos alunos incluíram desenhos criados com a técnica de aquarela, retratando espaços abertos de sua escolha, bem como textos concisos que narram a história, as características e curiosidades de cada um desses lugares representados, o que pode ser observado na Figura 3. Diante da qualidade e do potencial do acervo gerado pela repetição da atividade e frente à carência de instrumentos de educação patrimonial focados em espaços abertos, surgiu a ideia de criar uma publicação com esse material. Para organizar o conteúdo, os espaços foram agrupados por tipo: praças, parques, avenidas, largos, calçadões e orlas. Em cada capítulo, apresentou-se uma definição de cada tipologia indicando quais exemplares dela serão mostrados. O livro inclui, também, propostas de atividades interativas, conforme aparece na Figura 3.

A participação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) foi essencial para viabilizar a publicação do livro, especialmente por parte da Editora da UFPEL. A colaboração de estudantes do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural

também teve grande importância, pela contribuição na revisão e complementação do conteúdo textual.

Após o lançamento da versão digital do livro e diante do seu expressivo número de acessos e downloads, decidiu-se iniciar uma campanha de financiamento coletivo para viabilizar a edição impressa. A Figura 3 mostra uma simulação da versão impressa do livro e de cartões postais que serão produzidos com alguns de seus desenhos.

Figura 3: Trecho do livro que mostra o conjunto de páginas referente a uma praça e simulações da edição impressa e dos cartões postais. Fonte: Livro Tomiello e Luckow (2023), simulações. Editora da UFPel (2024) (esquerda), e Núcleo de Publicidade e Propaganda da UCPel (2024) (direita).



A versão digital está disponível em <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/9973>, e a versão impressa será lançada na Feira do Livro de Pelotas, em novembro de 2024. Ressalta-se que o livro foi concebido como um instrumento de educação para o patrimônio, pensando

no público em geral e não apenas na comunidade acadêmica. Investiu-se nas atividades interativas e no potencial da linguagem artística dos desenhos para despertar a curiosidade e interesse da comunidade, bem como na simplicidade dos textos para incentivar sua leitura e facilitar o entendimento.

Passeios Virtuais: ferramenta para a democratização de acesso ao patrimônio edificado

Conforme já apresentado, a colaboração interinstitucional tem sido um pilar fundamental no desenvolvimento e na qualificação das ações em torno do patrimônio cultural. Um outro exemplo dos resultados dessas parcerias, que conectam o ambiente acadêmico e a comunidade, são os passeios virtuais interativos, desenvolvidos no âmbito do projeto de doutorado provisoriamente intitulado "As Múltiplas Patrimonialidades, Memórias e Afetos que Orbitam as Casas de Pedra dos Imigrantes Italianos da Serra dos Tapes." Conduzido no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (PPGMSPC-UFPel), esse projeto encontrou, na parceria com os Programas de Extensão da UCPel, uma oportunidade para experimentar novas tecnologias na documentação do patrimônio cultural.

A documentação constitui a etapa inicial fundamental na salvaguarda do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial. No caso dos bens arquitetônicos, onde a preservação física de todos os edifícios com valor patrimonial é inviável, as novas tecnologias emergem como uma alternativa eficaz para registrar a memória

dessas construções (Cavaliere; Groetelaars, 2018). Esse registro pode servir tanto para disseminar conhecimento quanto para embasar futuros processos de preservação. No caso do mencionado projeto de tese, temos como um dos objetivos específicos documentar as casas de pedra, edificadas no último quartel do século XIX por imigrantes italianos, localizadas no entorno da Colônia Maciel, no Rincão da Cruz, Oitavo Distrito do Município de Pelotas.

O uso dos passeios virtuais como método na documentação das mencionadas casas de pedra se justifica, principalmente, pela democratização da compreensão dos registros, uma vez que a linguagem técnica da documentação arquitetônica tradicional, como plantas e cortes, é predominantemente acessível apenas a profissionais da área, limitando o entendimento geral do público. Além disso, os passeios virtuais servem como uma ferramenta para os pesquisadores que enfrentam desafios logísticos e técnicos na coleta de dados em campo. Como no caso dessas casas, que estão localizadas a cerca de 40 quilômetros da zona urbana de Pelotas, essa metodologia possibilita a conferência e complementação das informações já registradas, sem a necessidade de repetidas visitas ao local.

Um tour virtual, ou passeio virtual (como nos referimos neste trabalho), pode ser entendido como uma experiência digital que permite explorar um ambiente ou local sem estar fisicamente presente nele. Os passeios virtuais podem ser criados usando tecnologias como fotografia panorâmica, vídeos em 360 graus ou ambientes

de realidade virtual (VR). Neste trabalho, optou-se por utilizar imagens panorâmicas esféricas, que são uma forma específica de panorâmica 360 graus, onde a cena é capturada de maneira esférica, incluindo todas as direções, tanto horizontalmente quanto verticalmente. Isso significa que o espectador pode olhar para cima e para baixo, bem como para os lados, obtendo uma visão completa em todas as direções, como se estivesse no centro de uma esfera, na qual a imagem é projetada. As fotografias panorâmicas esféricas proporcionam uma experiência imersiva e completa, permitindo que o espectador se sinta completamente envolvido na cena.

Além disso, explorou-se a dimensão interativa da experiência, proporcionando a interação com o ambiente virtual de maneira mais dinâmica e participativa. Assim, no passeio virtual interativo, além de explorar o ambiente, os usuários podem realizar ações como clicar em pontos de interesse para obter informações adicionais, navegar por diferentes áreas e ampliar ou reduzir a escala do ambiente. Com a interatividade, os usuários têm mais controle sobre sua experiência de exploração, podendo direcionar sua atenção para os aspectos que mais lhes interessam e descobrir mais sobre o local ou tema em questão.

Para realizar os passeios virtuais interativos, foram utilizados diversos recursos. Entre os equipamentos, destacam-se a câmera Samsung Gear 350 (SM-R210), o smartphone Apple iPhone 14, e um tripé de marca desconhecida, mas com altura regulável. Todos esses equipamentos foram disponibilizados pelos próprios

autores. No que se refere ao *software*, foi utilizado o aplicativo Gear 360, disponível na App Store. A plataforma usada para hospedar e visualizar os passeios virtuais foi o site Orbix 360.

Iniciou-se o desenvolvimento dos passeios na casa edificada pelo imigrante Giusto Casarin. Localizada em um sítio próximo à Área de Urbanização Específica (Silva; Cruz, 2007) da Colônia Maciel, conhecida como Vila Maciel, essa casa destaca-se por abrigar uma vinícola (Vinhos João Bento) aberta ao público, facilitando o acesso e possibilitando que a população em geral possa visitá-la (diferentemente das demais casas de pedra que não são abertas à visitação). Além da atividade comercial, organizada no pavimento térreo, a família proprietária organizou uma exposição de objetos antigos no segundo pavimento da casa, com o intuito de atrair visitantes.

Giusto Casarin, o construtor da casa, e sua família estavam entre os primeiros imigrantes que chegaram à Colônia Maciel. De acordo com o Livro Tombo da Igreja Matriz da Paróquia de Sant'Anna¹, a família chegou no ano de 1887 e a construção data de 1888. A casa permanece com a família, os atuais proprietários são o casal João Bento Schiavon da Silva e Mari Terezinha Blas da Silva

1 Na maioria dos trabalhos que utilizam o livro tomo como fonte, ele é referenciado como uma fonte documental consultada e não como referência bibliográfica. Por isso, comumente não é mencionado o ano (pois teve um início e foi alimentado com informações em diversos anos subsequentes e mesmo o seu início é duvidoso). No site do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, mencionam que ele é de 1883, então acredita-se que seja a informação mais precisa.

(bisneta de Giusto Casarin).

De acordo com o senhor João Bento, a maioria dos visitantes vem da zona urbana de Pelotas ou de municípios vizinhos. Ele atribui esse interesse ao fato de a Colônia Maciel ser a única colônia de imigração italiana no sul do estado do Rio Grande do Sul, o que faz com que a maioria dos descendentes de italianos da região tenha origens naquela colônia. Ele comenta que a vinícola e o espaço de exposição de objetos não atrai muitos moradores da zona rural. Porém, ao conversar com pessoas aleatórias que residem no entorno, todas citam a casa de Giusto Casarin/Vinhos João Bento como uma referência quando o assunto é arquitetura de imigração. Há duas maneiras de acessar o passeio virtual à Propriedade: clicando no link <https://orbix360.com/wCfla5yY2>, ou fazendo a leitura do *QR Code* da Figura 4.

Figura 4: Casa Giusto Casarin/Vinhos João Bento, QR Code para acesso e captura de tela do Passeio virtual

Fonte: Autoras, (2024).



Assim, os passeios virtuais surgem como uma ferramenta para democratizar o acesso ao patrimônio, à cultura e ao conhecimento, oferecendo uma experiência imersiva e educativa a pessoas de diferentes localidades. Essa abordagem interativa não só promove a valorização do patrimônio, mas também pode estimular o engajamento da comunidade na sua preservação. Utilizados neste projeto, os passeios virtuais interativos têm potencial para ser replicados em outras áreas com desafios similares, ampliando o impacto da documentação técnica e contribuindo para a memória coletiva e a identidade regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações apresentadas neste trabalho exemplificam como a democratização do conhecimento e da cultura podem contribuir significativamente para a preservação e valorização do patrimônio cultural. Essas iniciativas não apenas proporcionam um acesso mais amplo e diversificado ao conhecimento e à cultura, mas também destacam a importância da colaboração interinstitucional e da utilização de metodologias inovadoras. A inovação deste projeto está na integração das ações do núcleo de extensão com a comunidade, salvaguardando o viés educativo que promove o acesso amplo à informação e ao conhecimento sobre a riqueza cultural e arquitetônica e urbana do município, buscando democratizar a cultura, tornando-a acessível para todos. Assim, fortalecem a relação da comunidade com seu legado cultural, contribuindo para valorização da sua memória e da sua identidade.

Atualmente, dois aspectos fundamentais se destacam no debate sobre o patrimônio cultural: sua caracterização como um processo e sua apropriação social. O termo "educação para o patrimônio" tem ganhado mais relevância em comparação com "educação patrimonial", refletindo a compreensão de que se trata de um processo contínuo e sistemático, no qual o patrimônio cultural serve como uma fonte permanente de conhecimento. Esse processo educativo envolve uma aprendizagem contínua que visa estudar e reconhecer todas as formas de patrimônio por meio de metodologias mais ativas e participativas. O foco deve ser em "aprender

com" e não apenas "aprender sobre", permitindo, assim, a colaboração efetiva de todos os envolvidos, especialmente da comunidade.

Ao passar a ser visto como um processo relacionado à sua apropriação social, ganham força ações que trabalham a participação ativa da comunidade na interação com o conhecimento científico e o patrimônio cultural. Nesse contexto, a parceria entre universidades, por meio da extensão, é um caminho eficiente e promissor para o desenvolvimento da preservação do patrimônio cultural. Essa parceria auxilia a formação de agentes capazes de associar diferentes pontos de vista e contribuições para o reconhecimento, promoção e proteção ao patrimônio.

A educação para o patrimônio, a partir de ações que trabalham a participação ativa da comunidade e interação, tem-se mostrado como um instrumento relevante para a conscientização e disseminação do patrimônio cultural. Em uma reflexão sobre a educação para o patrimônio e ações de participação, o objetivo atualmente deve ser de educar para o patrimônio, com o protagonismo do indivíduo, na sua compreensão do que é o patrimônio e sua forma de interagir.

Em última análise, a preservação do patrimônio cultural depende de uma abordagem que considere tanto a dimensão material quanto a imaterial do legado cultural, integrando a comunidade em todas as fases do processo. Ao promover uma educação que valorize o protagonismo individual e as múltiplas interpretações do patrimônio, criamos as condições necessárias para

uma preservação sustentável e inclusiva, garantindo que as gerações futuras possam, também, se apropriar e valorizar esse patrimônio.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. 172 p.

CAVALIERI, Telma Victório.; GROETELAARS, Natalie Johanna. O tour virtual como ferramenta na sensibilização ao patrimônio edificado. In: Anais do 10º Mestres e Conselheiros. **Anais...** Belo Horizonte/MG. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329811374_O_TOUR_VIRTUAL_COMO_FERRAMENTA_NA_SENSIBILIZACAO_AO_PATRIMONIO_EDIFICADO. Acesso em 18 de agosto de 2024.

LIVRO TOMBO. **Paróquia da Igreja de Sant'Anna**. Pelotas, 1883.

LUCKOW, Daniele Behling et al.. PELOTAS DE PAPEL: A EXPERIÊNCIA EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COM TÉCNICAS DE PAPER CRAFTS... In: Anais do 3º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil. **Anais...** Belo Horizonte (MG) Centro de Atividades Didáticas 2 - CAD2 | Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG | Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha - Belo Horizonte/MG, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/IIISimposioICOMOSBrasil/146315-PELOTAS-DE-PAPEL-A-EXPERIENCIA-EM-EDUCACAO-PATRIMONIAL-COM-TECNICAS-DE-PAPER-CRAFTS>. Acesso em: 21/08/2024.

MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim; SCHLEE, Andrey

Rosenthal. **100 Imagens da Arquitetura Pelotense**. 1a. edição. Pelotas: Pallótti, 1988.

SILVA, Karen Melo da; CRUZ, José Antônio Weykamp da. **Projeto Identificação e Descrição de Localidades Interiores aos Distritos de Pelotas, RS** - Equipe Síntese (Relatório de Trabalho). 2007.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Atila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (org.). Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. Caderno Temático 5. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf. Acesso em 20 abril 2024.

A CONSTITUIÇÃO DE UM MUSEU NA MAIOR FAVELA DO RIO DE JANEIRO – O MUSEU SANKOFA MEMÓRIA E HISTÓRIA DA ROCINHA

Fernando Ermiro da Silva

APRESENTAÇÃO

O presente ensaio analítico versa sobre a constituição do Museu Sankofa Memória e História da Rocinha, situado na favela da Rocinha, Rio de Janeiro. É, portanto, um museu de favela, com base no conceito de museu de território. Esse museu entende a extensão da favela e seu entorno como o seu próprio acervo, o que inclui os sujeitos que o habitam e os bairros da Gávea e São Conrado.

Neste trabalho, tecemos algumas considerações sobre o conceito e origem do termo favela, o histórico da favela da Rocinha e o desenvolvimento e a constituição do Museu Sankofa. Para tanto, apropriamo-nos do conceito de Museologia Social para refletir sobre a constituição do Museu Sankofa e os deslocamentos de sentido produzidos pelo modo de organização de seus projetos ancorados na memória local.

Para entender a relação da história e as transformações que a ocupação das favelas causa na paisagem da cidade é preciso refletir sobre a própria cidade como espaço produzido e construído a partir de diferentes estruturas sociais. Também é necessário debater a

produção social do espaço, refletindo sobre a ação do capitalismo e seus efeitos no espaço urbano. Para pensar a sociedade urbana, é preciso desnaturalizar a noção de espaço como um vazio, passivo, e observar o modo como ele é produzido.

A FAVELA DA ROCINHA/RJ E O MUSEU SANKOFA MEMÓRIA E HISTÓRIA

Onde estão as pessoas moradoras de favela na história? Aquelas que não enquadradas na "normalidade" dos discursos oficiais dos livros didáticos como famílias, casas e cores tradicionais, ainda assim existiram e resistiram pelas décadas? A história, essa narrativa construída na sua maioria por homens-brancos (cisgêneros-heterossexuais), pode ser recontada? Como e onde estão os lugares de memória e o patrimônio histórico das identidades apagadas dos trabalhadores: vigias, biscateiros, crecheiras, faxineiros, domésticas e consertadores de guarda-chuva? Como esses lugares se articularam e articulam na construção de uma identidade social desse grupo de pessoas?

Em 2007, foi fundado o Museu Sankofa Memória e História da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, com base no conceito de museu de território. Esse museu entende que a extensão da favela e seu entorno é o próprio acervo, o que inclui os sujeitos que o habitam. Nesse caso, o Museu Sankofa abrange o morro da Rocinha, localizado na zona sul da cidade, entre os bairros da Gávea e São Conrado, com cerca de 120 mil moradores.

Apropriamo-nos do conceito de Museologia Social para refletir sobre a constituição do Museu Sankofa e os deslocamentos de sentido produzidos pelo modo de organização de seus projetos ancorados na memória local. Nesse percurso, norteamo-nos pelas seguintes inquietações: como se constituiu o Museu Sankofa e quais seus projetos de memória? De que modo se dá a relação do sujeito neste espaço urbano?

Para entender a relação da história e as transformações que a ocupação das favelas causa na paisagem da cidade é preciso refletir sobre a própria cidade como espaço produzido e construído a partir de diferentes estruturas sociais. Henri Lefebvre, filósofo marxista e sociólogo francês, debruçou-se sobre a questão dos fenômenos urbanos e debateu a produção social do espaço. Em 1968, ele publicou o livro *O Direito à Cidade*, no qual refletia sobre a ação do capitalismo e seus efeitos no espaço urbano. Esse era um momento em que a questão urbana começava a ser muito discutida pelas ciências sociais, e Lefebvre afirmava que, para pensar a sociedade urbana, era preciso desnaturalizar a noção de espaço como um vazio, passivo, e observar o modo como ele era produzido (Cruz, 2021).

Destaca-se, então, a concepção do espaço como produto social, porém, não um produto qualquer, mas resultado de um conjunto de relações de produção com capacidade de interferência nas forças econômicas e sociais.

Sobre o surgimento das favelas, chama atenção o

senso comum amplamente disseminado, de que elas são sempre fruto de ocupações completamente irregulares. O pesquisador Rafael Soares Gonçalves (2013) afirma que, apesar de seus aspectos muitas vezes precários, nem sempre as construções de uma favela se constituíram de forma marginal. Ele aponta que o surgimento e consolidação das favelas são frutos de processos históricos complexos. Além da situação fundiária variar muito de uma favela para outra, algumas vezes essa diversidade de estatutos de ocupação acontece até dentro de um mesmo território (Cruz, 2021). O pesquisador ressalta que a despeito dessa pluralidade é, contudo, possível perceber que elas foram sistematicamente classificadas como espaços ilegais (Gonçalves, 2013).

O termo favela foi cunhado no final dos anos 1800 para representar assentamentos irregulares no Brasil. O morro da Favella, até então denominado morro da Providência, na zona central do Rio de Janeiro, teria sido a primeira do tipo erguida pelas famílias dos soldados que retornaram da Campanha de Canudos, no estado da Bahia (Nakano; Jorente, 2013). Desde então, a denominação passa a emprestar seu nome às diversas formas de aglomerados de casebres sem traçado, arruamento ou acesso aos serviços públicos. São moradias construídas em terrenos públicos ou de terceiros, que começam a se multiplicar desde o centro e às zonas sul e norte da então Capital do Brasil (Valladares, 2000).

Favelas como espaços ainda estigmatizados, identificados, por muitos, como não integrantes da

cidade. Licia do Prado Valladares (2000) aponta que, já nas primeiras décadas do século XX, os jornalistas visitantes dos morros do Rio de Janeiro criaram uma imagem sobre as favelas que perdura até os dias atuais.

O último Censo apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE¹, em 2010, mostrou a Rocinha como a maior favela do Brasil. A metodologia utilizada apontava uma marca de quase 70 mil habitantes, o que tornava a favela mais populosa que outros cinco mil municípios brasileiros. No entanto, outras referências como os números apresentados pela Casa Civil do Estado, por ocasião das obras do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, em 2009 a Favela da Rocinha apresentava o marco de cem mil moradores. A favela está geograficamente localizada na encosta dos morros Cochrane e Dois Irmãos, entre São Conrado e a Gávea, bairros que apresentam valores bem acima da média da cidade. A Rocinha pode ser vista emoldurando a paisagem de vários bairros da região mais rica da cidade do Rio de Janeiro, e está no caminho de quem cruza uma das principais vias de ligação entre a Zona Sul e a Barra da Tijuca: a Autoestrada Lagoa-Barra (Cruz, 2021).

É justamente essa localização que faz com que, em mais de cem anos de existência, a Rocinha seja um território de disputas em diferentes campos e narrativas. Embora hoje a favela esteja cercada de casas e prédios com

¹ IBGE. **Censo Demográfico 2010, Aglomerados Subnormais - Informações Territoriais.** Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agsn_if.pdf. Acesso em: 15/05/2024

os IPTUs mais caros da cidade, quando os primeiros moradores começaram a ocupar a encosta daquele morro, os arrabaldes da Gávea, assim como os areais de Copacabana não eram mais do que um "canto do Rio" e, por isso, não tão valorizados assim. Era essa região ocupada por grandes chácaras, tal qual Botafogo, Laranjeiras, Tijuca e Gávea (Barreto, 1920).

Pontos iniciais da ocupação do morro onde está localizada a favela da Rocinha podem ser atribuídos ao loteamento, feito entre os anos de 1920 e 1937, de terrenos que pertenciam à Companhia Castro Guidão. Esse loteamento deu origem às ruas provisórias 1, 2, 3 e 4 — ainda hoje conhecidas por seus números, o uso cotidiano fez com que as pessoas se identificassem, segundo o historiador Nora (1993-2012), uma característica de grupos com forte bagagem de memória e fraca bagagem histórica.

A historiadora Mariana Costa (2019) faz um recuo para outros dois momentos da urbanização do bairro vizinho, a Gávea. Costa aponta a expansão das linhas de bonde no Rio de Janeiro para o então subúrbio da Gávea, que impacta o desenvolvimento da região, ao longo da década de 1870. Outro fator apontado pela historiadora foi a instalação de indústrias têxteis — a Fábrica de Tecelagem Carioca, a Tecelagem Corcovado e a Fábrica São Félix — entre os anos de 1886 e 1891, mudando o perfil rural da Gávea para o fabril.

Junto ao desenvolvimento fabril da Gávea, há também, no início do século XX, o desenvolvimento agrícola e a

busca por mão de obra barata para os sítios e chácaras do lugar, já então chamado Rocinha, atraindo trabalhadores com perfis diversificados vindos de outras partes da cidade, migrantes vindos do interior do Estado do Rio, de outros estados da Região Sudeste — como Minas e Espírito Santo — e do Nordeste brasileiro. Também foram contratados operários pela própria prefeitura para obras de urbanização na região, os quais acabaram por se estabelecer nas redondezas (Cruz, 2021). Desse modo, no início dos anos 1920, o morro onde está a Rocinha já era ocupado por trabalhadores de baixa renda que fizeram uso da melhoria do acesso e da estrutura da região para construir sua própria alternativa de moradia.

A ocupação da Favela da Rocinha inicia pela parte alta do morro onde está situada a Rua 1, e espalha-se em direção à antiga praia da Gávea, atual praia de São Conrado. É nesse período que os trabalhadores das fábricas de tecidos da região da Gávea trocam os subúrbios onde moram por outras residências mais próximas ao local de trabalho e, de passagem, vão dando nomes ao território: Dioneia, Jaqueira, Pocinho, Macega, Terreirão, Rua 1, Cesáreo, Pastor Almir, Sansão etc. Era o início de um movimento de crescimento populacional que atravessaria o século XX e que, de acordo com Gonçalves (2013), a Rocinha:

[...] constitui-se a partir do loteamento de uma fazenda de 550 mil m² situada nos limites da parte oeste do bairro da Gávea (no alto do morro), incorporado pela empresa Castro Guidão em 1927. Segundo o *Jornal Diário de Notícias*, de 27 de maio de 1943, essa empresa já se encontrava em situação de concordata em dezembro de 1933, o que a impediu de prosseguir com as obras de urbanização do

terreno. O loteamento não foi aprovado pelos organismos municipais competentes não só pela precariedade da urbanização, mas também pelo fato de que não respeitava as disposições estabelecidas, posteriormente, pelo Código de obras de 1937, e pelo Decreto nº 58, de 10 de dezembro de 1938, que regulamentavam os loteamentos. Os compradores não puderam, portanto, obter o registro definitivo de seus títulos de propriedade. (Gonçalves, 2013, p. 352)

A favela que aparenta ser populosa desde os anos 1940, de acordo com o decreto de desapropriação da área da Rocinha em 1944, teve, ainda, afluxo populacional em consequência das políticas de remoção dos sucessivos governos da então Capital Federal. Alguns autores (Lima, 2008; Gonçalves, 2013) apontam que houve um grande aumento populacional nessa área, nos anos 1960 a 1970, devido à política de erradicação de favelas no Rio de Janeiro, fazendo com que as pessoas oriundas das áreas mais próximas à Zona Sul se instalassem, então, na favela da Rocinha.

A favela passou a ser reconhecida como bairro desde o ano de 1993, através da Lei nº 1995 de 18 de junho de 1993. O artigo 7º dessa lei aponta, conforme previsto no Plano Diretor Decenal da Cidade, que a favela seria objeto de um programa especial que abrangeria: a regularização fundiária e urbanística, a urbanização e o reassentamento da população moradora em áreas de risco. No entanto, as melhorias prometidas pela prefeitura não aconteceram ou foram diluídas em outros projetos e obras nunca executadas.

São contínuas as ameaças de remoção ao longo da história da Rocinha, desde os governos de Carlos

Lacerda (1960), Negrão de Lima (1965), chegando a Luiz Paulo Conde (1997) e Eduardo Paes (2009-2017). O Jornal Fala Roça² divulgou, recentemente, que técnicos do Programa Comunidade Cidade, apresentado no início do ano de 2020 pelo Governo do Estado, estimam que a população da Rocinha já tenha alcançado a marca de 120 mil moradores entre os anos de 2009 e 2019 (Cruz, 2021).

Na seção seguinte, discutiremos o campo dos estudos em Museologia Social para, em seguida, apresentar o Museu Sankofa, sua trajetória e suas ações.

A MUSEOLOGIA SOCIAL

O que possibilitou a insurgência e a surgência³ de novas concepções museológicas foram os estudos da Nova Museologia. Foi a partir de tais contribuições desse campo teórico que a favela se autorizou a construir uma proposta de museu que ultrapassa as definições do ecomuseu ou museu comunitário.

Um ecomuseu é uma instituição que pensa a comunidade junto ao seu território e que incentiva a ampla participação da população local. O museu

2 FALA ROÇA. Comunidade Cidade: tudo o que sabemos sobre a reforma bilionária na Rocinha. Publicado em 4 de setembro de 2019. Disponível em: <https://falaroca.com/obras-rocinha/>. Acesso em: 12/07/2024.

3 O ato de insurgência — efeito de insurreição, de rebelião — pode ser o nascedouro da surgência — a insatisfação daqueles que estiveram sob um regime de dominação

Sankofa atende a essas características, todavia, realiza seu trabalho sem fronteiras delimitadas ou mesmo protegidas oficialmente. O museu Sankofa amplia a denominação de ecomuseu e museu comunitário, constituindo-se em museu de favela. Nesta seção da escrita, desenvolve-se a ideia de como esse processo tem se formado.

O museu tradicional ortodoxo tem sua forma desenvolvida desde o século XVII, na Europa, originado do gabinete de curiosidades, onde se guardavam objetos selecionados aleatoriamente e sem relação aparente entre si, porém, representantes de um discurso autorizado pelas elites do ter e do saber que, segundo os valores dados por esta classe, demonstravam raridade, história, beleza, excentricidade ou valor pecuniário. Esse modelo se desenvolveu e se concretizou como a instituição museu no início do século XIX, e passou a servir de base para a organização dos grandes museus. O conceito importado de museu como instituição criada para guardar/entesourar coleções ampliou seu poder de abrangência, a salvaguarda e a comunicação de coleções de objetos, direcionado pelo olhar de técnicos ou detentores do poder que a eles dão sua própria interpretação, resultou no modelo de museu tradicional hoje mais conhecido no Ocidente (Priosti; Varine, 2007).

Os praticantes dessa escola museológica estiveram, por décadas, diante de um campo tranquilo, em relação ao qual o único trabalho que restava era podar as plantas, garantir a colheita e extirpar as ervas daninhas. Intelectuais frente a um lago de águas calmas e transparentes.

Porém, o próprio conceito de campo estava em questão (Chagas, 1994). A manutenção da utilização de velhos modelos de representação de um único grupo social, em um mundo em mudança, desde finais do séc. XIX, não se mostravam suficientes para satisfazer um público diversificado. E mesmo que o acesso aos museus tenha sido democratizado, ainda era para a glorificação de uma determinada cultura material, o que, igualmente, não despertou um sentimento de pertencimento em grande parte da população-alvo. Os intelectuais da museologia compreenderam que o lago foi inundado e profundamente remexido. As águas ficaram revoltas e barrentas. Dúvidas pairam sobre o antigo paradigma museal. O momento era de crise (Chagas, 1994).

A partir da demanda por representação dos movimentos sociais e a recusa por parte do público em acessar os espaços do museu, que não espelhavam a diferença, passa-se a pensar a democratização cultural, entretanto, fazendo uso de um instrumento que continuava a serviço das elites sociais e intelectuais. Apesar do surgimento de práticas educativas dentro dos museus e de mudanças nas exposições em seu caráter pedagógico, tais alterações não foram suficientes para satisfazer o público, pois ainda representava um grupo social minoritário e, embora o acesso aos museus tenha sido democratizado, a cultura material que estava ao alcance da população não despertava um sentimento de pertencimento.

Pensar a democratização cultural, através de práticas educativas dentro de um museu que, é ele próprio um

instrumento pedagógico a serviço das elites sociais e intelectuais, marca sua continuidade e não a sua transformação. Estar a serviço de todos e ser utilizado por todos não acarreta mudança na representação, mas continuidade na forma de agir e de pensar o espaço. As instituições tradicionais de museu passaram por uma crise, pois que se encontravam em decadência devido à falta de público. Em um mesmo compasso, alguns movimentos sociais se colocavam em crítica contra os museus no final da década de 1960 do século XX. A demanda por mudanças no modo de pensar os museus, vinda dos próprios museólogos, devido à decadência de público, decorrente de uma rejeição proposital da população a esses espaços, era uma crítica sobre como os museus privilegiavam apenas parte da sociedade.

Essas primeiras discussões possuem raízes na França e Inglaterra, mas logo se expandiram para diversos países (Simões, 2017). A partir dos anos 1970 do século XX, práticas museológicas diversificadas passaram a ser desenvolvidas. Uma nova vertente da museologia, conhecida como Nova Museologia, com variadas denominações e, também, características específicas, como Museologia Social e Sociomuseologia, aportaram uma nova forma de pensar e de trabalhar com os museus, com o pressuposto de que os museus devem possuir uma função social. A Museologia Social foi colocada para pensar novas formas de se fazer museus e de se compreender as histórias, as pessoas e os lugares.

O Seminário de Santiago, Chile (1972), marca a referência-padrão do museu como ferramenta de desenvolvimento

para abordar os problemas dos museus na América Latina. Define o modelo de um museu integral, que se preocupasse de forma total com o indivíduo humano (Scheiner; Brulon, 2009). E essa transformação não pode ser realizada por um museu comum e tradicional, "simplesmente organizando a pesquisa, a exposição e a educação, como declara a definição do *International Council of Museums (Icom)*" (Varine, 1995, p. 27). Fazia-se necessário inventar um novo museu, porém, dessa vez, usando ferramentas museais previamente imaginadas em países com forte consciência comunitária.

A Museologia Social tem como pretensão uma prática que ajude e incentive a participação social. Propõe fazer do museu um dos possíveis propulsores para o desenvolvimento local, abrangendo a concepção de patrimônio, agora ligado à história, à cultura, à tradição, ao território e ao meio ambiente. Com isso, a Museologia Social está colocada para pensar outras formas de construir coletivamente museus, de compreender as histórias, as pessoas e os territórios.

No Brasil, pensar uma nova concepção de museologia é romper com o fazer museológico enraizado no país. Trata-se de uma ruptura com as práticas museológicas desenvolvidas a partir da implantação dessas instituições no Brasil. Envolve romper com as representações que se encontram conectadas à história oficial e à identidade nacional que começou a ser configurada no período imperial. Nesse sentido, as teorias da Museologia Social iriam ao encontro das teorias pós-coloniais, no que se refere a um processo de descentramento teórico e

a busca de uma vertente epistemológica crítica para desconstruir o discurso caracterizado como colonial e central (Simões, 2017).

Esta nova concepção de museologia — a Nova Museologia, Museologia Social ou Sociomuseologia —, possibilitou o surgimento da proposta de Ecomuseu cujo objetivo é o de pensar a comunidade junto ao seu território, entretanto, um projeto que deve ser desenvolvido com a participação da população local. A década de 1970, na França, foi marcada pela forte relação entre o pensamento sobre os museus e as ideias que provinham da ecologia. O termo “ecomuseu” nasce da tentativa de unir a museologia às questões ambientais.

Esta expressão, ecomuseu, foi imaginada por Hugues de Varine, e utilizado pela primeira vez em público pelo ministro do meio ambiente francês Robert Poujade, na IX Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM) (Scheiner; Brulon, 2009). Em 1971, a museologia começa a descobrir o que seria propriamente o ecomuseu e a desenvolver o conceito geral de museologia comunitária.

Este modelo de museu parte de uma vertente ambiental, com uma proposta de construção de um patrimônio junto com a população, com a pretensão de que esta reflita sobre seu território, e proponha soluções aos problemas ambientais e sociais de sua localidade, e compreenda, durante o processo, a sua própria história, a sua cultura e a sua identidade. A proposta de ecomuseu busca o ideal de um museu igualitário, onde toda a comunidade

constitui um museu "vivo" e atuante. Em essência, um museu onde não há exposição, mas participação. O foco desse modelo não é o objeto, mas os indivíduos. São os habitantes, os trabalhadores e os artesãos que se constituem, ao mesmo tempo, autores e espectadores de sua obra, eles produzem cultura e não objetos para o ecomuseu, uma vez que eles são o museu (Scheiner; Brulon, 2009).

O modelo de Ecomuseu aproxima-se do modelo de um museu comunitário e, segundo Varine (Priosti; Varine, 2007), são criações usadas pelas sociedades para gestar e processar um museu que se incorpora à vida, que integra suas ações cotidianas. Seu dever é servir ao desenvolvimento local no âmbito natural, humano e cultural, contudo, deve ser um movimento que parta da comunidade, em um movimento de pressão de baixo para cima, o que não exclui a possibilidade de utilização de recursos advindos de políticas nacionais ou internacionais.

O museu comunitário é uma forma criativa que inflama a chama inventiva e impele novas formas de produção de memória, pois é um museu feito com as pessoas. Além do que, procede de forma a ser representativo, pois não repousa sobre uma coleção, mas emana do território, das histórias e de sua população. O trabalho é feito no cotidiano do território, associando elementos do patrimônio, de algum habitante ou grupo de habitantes, no que Varine (Priosti; Varine, 2007) chama processo ecomuseal. Processo que é essencialmente cooperativo em um museu que não tem visitantes, mas habitantes

que deixam de ser público para ser a população.

A missão desse tipo de museu é a de ajudar as pessoas a se tornarem cidadãos livres e a reconhecerem o seu direito a um patrimônio cultural próprio. Da mesma forma, liberta as pessoas da alienação cultural e estimula sua capacidade de imaginação e iniciativa. Tal concepção, ainda, permite a construção da consciência dos seus direitos fundamentais, muito especialmente o direito à propriedade da terra que ocupam, o direito sobre seu patrimônio, tanto material e imaterial quanto cultural. O ecomuseu expande a autonomia local que se distancia da tutela dos governantes, que usualmente não fazem nenhuma consulta prévia para a população e não costumam considerar as tradições históricas estabelecidas pelos locais.

Mas atender à concepção da Museologia Social presente na ideia de ecomuseu possui riscos. Há riscos no que diz respeito ao tipo de gestão museal, uma vez que as comunidades envolvidas, normalmente, não estão preparadas para uma administração dessa amplitude, considerando que não há tradição de participação anterior a essa experiência, como vivências democráticas na escola, por exemplo. Tais vivências poderiam garantir maiores conhecimentos sobre as formas de participação em gestão.

Outro fator de risco é que o museu é organismo vivo que precisa viver ao longo do mesmo ciclo que a população que lhe dá apoio. O museu deve sobreviver à sua geração fundadora ou incorre no risco de desaparecer.

Nesse sentido, a opção para enfrentar o futuro incerto é aceitar sua própria reciclagem a cada 20 ou 30 anos, de modo a permanecer relevante.

As favelas do Estado do Rio de Janeiro foram responsáveis por um significativo processo de preservação de suas memórias, mais especificamente as favelas cariocas. Esse acontecimento público culmina com a inauguração do museu da favela da Maré em 2006, após uma história que remonta a década de 1990 com a criação da Rede Memória da Maré. Este complexo de favelas envolve a história e a memória de cerca de 130.000 moradores, segundo dados do IBGE (2010). Os museus de favela são os primeiros e únicos sobre cultura e memória de favelas no mundo e são uma iniciativa exclusivamente brasileira.

O museu de favela é uma experiência radical (De Cássia Santos, 2014) de comprovação de que a favela existe, embora vidas vividas ao extremo. E alguns conceitos ganharam nova significação numa iniciativa de baixo para cima dentro de um novo contexto museal, devido ao seu formato de museu vivo e em constante transformação. Embora seja uma perspectiva inovadora, os museus de favela não são uma novidade no cenário do Rio de Janeiro, já que as visitas turísticas às favelas datam da década de 1990, na favela da Rocinha (Nakano; Jorente, 2013, p. 237).

Os museus de favela têm por características ser um museu de território, ancorado na memória social e no patrimônio natural e cultural que prescinde da atuação

comunitária e participativa. Estas organizações museais têm como finalidade reconhecer e afirmar a favela como um monumento carioca, um patrimônio fundamental para a história da cidade. São tais entidades que acabam por construir referências para a cultura propondo, por exemplo, formação musical, investigação sobre origens culturais do samba, da cultura migrante nordestina, da cultura negra, entre outras.

O museu de favela realiza, também, o intercâmbio entre museus de favelas o que possibilita reafirmar identidades e raízes culturais. Para tanto, sustentam a inclusão de memórias individuais e coletivas nos processos museais e defendem o direito à memória e as relações de pertencimento com seus territórios. Além de buscar a conexão entre o saber acadêmico e os saberes e fazeres populares, constroem convênios e parcerias no intuito de estabelecer responsabilidades de parte a parte, visando melhor atender a comunidade.

Essas instituições, os museus de favela, dão um significado mais amplo ao papel de custódia que compreendia o que estava contido entre paredes nos museus tradicionais. Embora hoje o modelo tradicional dos museus ainda prevaleça (Nakano; Jorente, 2013, p. 253), o museu de favela, museu de território, avança e se constitui ancorado na memória social e no patrimônio cultural (tangível e intangível) das favelas. Semelhante ao ecomuseu, inclui em seu acervo toda a extensão territorial da favela, que se estende para as lajes. Toda população que ali reside, assim como a vida comunitária que se desenvolve, incluindo suas narrativas, suas

criações artísticas, seus saberes e fazeres são patrimônio. Além de inventariar a criatividade e a generosidade da população tem também, como patrimônio construído, todas as casas, os becos, as escadarias e ainda, os trechos de Mata, as vistas panorâmicas e as paisagens.

O museu de favela projeta suas ações com foco na população favelada, nas suas memórias, em formas de reconhecimento de suas identidades individuais e coletivas, nas suas práticas de resistência cotidiana, na busca pela perspectiva cidadã, na luta por valorizar cada território, e por fim, pela "inclusão definitiva da favela no cenário da cidade do Rio de Janeiro" (De Cássia Santos, 2014 p. 333). São entidades criadas pela inovação do tipo de baixo para cima, uma iniciativa que emerge do desejo de uma comunidade, de uma vontade popular, que é colocada em prática por ela mesma, que também gerencia, capta e administra os recursos. Ações que são realizadas pelos moradores e pelas moradoras da favela, como pressuposto da nova museologia de ação.

O museu, como uma prática cultural, tem o papel de criar contextos e crenças entre as pessoas. No museu de favela as exposições são o seu espaço físico, o lugar da criação, organização e mediação da informação. Nessa direção, o território é creditado como um ambiente de arte e cultura.

O MUSEU SANKOFA MEMÓRIA E HISTÓRIA DA ROCINHA

O Museu Sankofa Memória e História da Rocinha nasceu no ano de 2007 da iniciativa de moradores da Rocinha,

com o intuito de ser um espaço de contestação e de reflexão sobre a história do processo de ocupação local. O museu tem como proposta contrapor a narrativa hegemônica sobre as favelas; cientes do interesse pela questão da memória, a vontade por contar a própria história já era cultivado entre os moradores da Rocinha nas décadas anteriores (Varal de lembranças, 1983). A instituição surge, inicialmente, como uma proposta da criação de um Centro de Memória, porém, o grupo de moradores formou um coletivo — coletivo museu Sankofa — para iniciar as ações do museu em parceria com outras instituições. Desde 2011, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) reconhece oficialmente o Museu Sankofa Rocinha Memória e História. Ainda hoje o museu não possui o registro do estatuto e do CNPJ.

Trata-se de um modelo de museu comunitário fundamentado na relação entre o espaço, o tempo e a memória. Atua diretamente entre os grupos sociais que ali vivem, configura-se como um museu de percurso e considera toda a favela da Rocinha e, até mesmo, seu entorno, que combinado é reconvertido à categoria objeto museal. Fazem parte do acervo do museu Sankofa: os becos; a geografia; as nascentes d'água; casas; técnicas e materiais utilizados na construção; moradores e ex-moradores; profissionais que ali trabalham; o entorno da favela e adjacências.

O museu prioriza uma narrativa de história não tradicional sobre a ocupação do território, rememorando a presença quilombola e indígena que perpassa o território. A palavra Sankofa é um Adinkra⁴. Um conjunto de símbolos

⁴ Para mais informações: <https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/>

ideográficos dos povos Acã, grupo linguístico da África Ocidental da região que hoje abrange parte de Gana e da Costa do Marfim. Os símbolos vêm sendo adotados na diáspora num ato de valorização, bem como forma de recuperar o legado africano. Sankofa significa a sabedoria de aprender com o passado para construir o presente e o futuro. Seu símbolo é o pássaro que olha para trás e transmite a ideia expressa no provérbio "nunca é tarde para voltar e apanhar aquilo que ficou atrás".

A favela-texto da Rocinha tem sido escrita, apagada e reescrita ao longo deste século violento (Huysen, 2000), e sua legitimidade se deve tanto mais às marcas visíveis do espaço construído quanto às imagens e memórias reprimidas e rompidas pelos eventos traumáticos das remoções.

A missão do museu, assim como o pergaminho mouro do qual se raspava a primeira camada de tinta para ser reaproveitado na escrita de uma nova história (Cruz, 2021), é fazer permanecer a memória dos moradores e do território que, ao longo de mais de um século de existência, vivencia diferentes apagamentos não só de sua memória, mas de sua própria presença naquele local. Todavia, contrariando as narrativas oficiais, andar pelas ruas e pelos becos da Rocinha revela, aos poucos, as múltiplas e diferentes camadas que a compõem.

O processo de criação do Museu Sankofa Memória e História da Rocinha inicia, oficialmente, em 2007 com

abdias-nascimento/sankofa/?content_link=6.

a realização do I Fórum Cultural da Rocinha. Evento que contou com presença de 200 participantes entre moradores, artistas, militantes e o Secretário Estadual de Cultura. Nesse fórum, foi elaborado uma carta-documento em que continha o apoio a projetos culturais, preservação de patrimônio material e imaterial, salvaguarda da memória e história, e criação de um museu para Favela da Rocinha (Museu Sankofa, 2023)⁵.

A iniciativa pioneira do Museu foi denominada de Chá do Museu, rodas de conversas com temas de interesse coletivo que, semelhante ao Chá de bebê onde as pessoas levam presentes para a criança recém-nascida, a proposta do Chá de Museu é que as pessoas convidadas possam aportar seus conhecimentos, suas memórias, suas histórias, a partir de artefatos de memória trazidos por elas.

O primeiro Chá de Museu foi uma ação que reuniu moradores estimulados a levar fotos, documentos e qualquer material a partir do qual a história da Rocinha pudesse ser contada. A partir dessa exposição dos artefatos trazidos pelos moradores, procedeu-se uma roda de conversa acerca dos objetos, como brinquedos antigos, ferramentas de trabalho e, também, uma maquete construída por um artista local, de um modelo de barraco de pau a pique.

A partir de tais encontros promovidos anualmente são realizados registros, fotografias e captação em audiovisual. Tem-se, a partir daí, uma grande roda de

⁵ Ver: <https://museusankofarocinha.com.br/sobre-o-museu/>.

conversa com pessoas convidadas, cada uma contando as suas memórias e histórias diversas.

O Chá de Museu é considerado pela equipe da instituição como uma das ações mais importantes que o museu realiza na favela. É um projeto elaborado para os visitantes de dentro e de fora da comunidade, mas, principalmente, para os próprios moradores, entre eles os jovens, servindo de ponte intergeracional para os mais velhos compartilharem suas memórias. É uma oportunidade de acessar histórias, de acessar outras narrativas; os moradores mais antigos contam histórias sobre os objetos e demonstram as marcas de sua presença no território. Com essa ação, o museu aceita a doação de peças ou mesmo de fotografias que ajudem a narrar como a Rocinha foi construída.

Cada edição do Chá de Museu tem um tema impulsionador, e os participantes são sugeridos pelo grupo de acordo com o assunto a ser tratado, em uma espécie de curadoria coletiva. Temas relativos ao cotidiano da favela como o tempo das remoções, os mutirões, os grãos, as religiões de matriz africana, a participação das mulheres na construção da favela, o abastecimento de água, inclusive as biroskas, que passam a ser vistas não apenas com um espaço comercial, mas também um espaço de referência, um ponto de encontro, de discussões, de debate e inclusive, posto de correios. As declarações durante o evento costumam se pautar pela concordância geral, não havendo, portanto, uma disputa de memórias, uma vez que as pessoas convidadas são únicas em suas áreas,

testemunhas oculares das transformações vividas em tempos já distantes.

O Projeto Memória Rocinha converge outra ação do museu e cujo objetivo analisar as transformações na paisagem da cidade do Rio de Janeiro, tomando a favela como ponto de referência. O produto final, em parceria com o Instituto Moreira Salles (IMS), foi a criação da página de internet www.memoriarocinha.com.br, inaugurada em 2017.

A seção da página denominada "Pontos de Vista Ontem e Hoje, Olhares e Memória"⁶, apresenta dez fotografias de paisagens do Rio de Janeiro tiradas por fotógrafos como Marc Ferrez, Augusto Malta e Marcel Gautherot, entre 1885 e os anos 1960, que foram refotografadas a partir do mesmo local e enquadramento. A sobreposição das imagens fotográficas permite ver a mesma paisagem transformando-se entre o passado e o presente, ao mesmo tempo que convida à reflexão crítica sobre as transformações pelas quais passou a região onde está localizada a Rocinha e seus arredores.

E assim como o projeto Chá de museu, o projeto de refotografia permite interrogar o presente, partindo das referências das memórias locais e testemunhos vivos sobre as possibilidades e desvios que ocorreram no passado. Partindo desse ponto sensível, questionar a imagem pública predominante sobre a favela e por que a mesma se encontra em desvantagem econômica e

⁶ Disponível no endereço: <http://memoriarocinha.com.br/pontos-de-vista/>.

social. Fazendo uso da ferramenta museologia social, que tem em seu cerne a defesa de que o instrumento museu seja apropriado ao uso comunitário e participativo, para que as pessoas pesquisem, compreendam, salvaguadem e divulguem suas próprias histórias nos seus próprios termos (IBRAM, 2024).

CONCLUSÃO

O processo de criação do Museu Sankofa Memória e História da Rocinha, pelos moradores da Rocinha — já na perspectiva da preservação de patrimônio material e imaterial, salvaguarda da memória e história e criação de um museu para Favela da Rocinha —, vai de encontro à favela-texto, que tem sido escrita, apagada e reescrita ao longo deste século violento (Huysse, 2000), e sua legitimidade se deve tanto mais às marcas visíveis do espaço construído quanto às imagens e memórias reprimidas e rompidas pelos eventos traumáticos das remoções. A missão do museu busca a permanência da memória dos moradores e do território, que ao longo de mais de um século de existência, vivenciam diferentes apagamentos não só de sua memória, mas de sua própria presença naquele local.

O museu, como uma prática cultural, tem o papel de criar contextos e crenças entre as pessoas. No museu de favela, as exposições são o seu espaço físico, o lugar da criação, organização e mediação da informação. Nessa direção, o território é creditado como um ambiente de arte e cultura. Essas instituições dão um significado mais amplo ao papel de custódia que compreendia o que

estava contido entre paredes nos museus tradicionais. Embora hoje o modelo tradicional dos museus ainda prevaleça (Nakano; Jorente, 2013), o museu de favela, museu de território, avança e se constitui ancorado na memória social e no patrimônio cultural (tangível e intangível) das favelas. Semelhante ao ecomuseu, inclui em seu acervo toda a extensão territorial da favela, que se estende para as lajes.

Diante do exposto, podemos dizer que o estudo realizado mostra aspectos relevantes para as atuais discussões sobre memórias. Os museus de favela têm por característica ser um museu de território, ancorado na memória social e no patrimônio natural e cultural que prescinde da atuação comunitária e participativa. Estas organizações museais têm como finalidade reconhecer e afirmar a favela como um monumento carioca, um patrimônio fundamental para a história da cidade. Tais entidades, acabam por construir referências para a cultura propondo, por exemplo, formação musical, investigação sobre origens culturais do samba, da cultura migrante nordestina, da cultura negra, entre outras.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS

BARRETO, Lima. O Cedro de Teresópolis. In: **Bagatelas**. 1920. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/>

bbm/479. Acesso em: 17/06/2024.

CHAGAS, Mário. Da Museologia normal à Museologia extraordinária. In: CHAGAS, Mário. O campo de atuação da Museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, nº 02, 1994. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/533>. Acesso em: 04/12/2023.

COSTA, Mariana Carvalho da. **A Rocinha em Construção:** a história social de uma favela na primeira metade do século XX. 2019. 254 f - Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2019.

CRUZ, Alessandra Silveira da. **A Rocinha e a Cidade:** território, memória e visibilidade em disputa. 2021. 145 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2021.

DE CÁSSIA SANTOS, Rita. Becos e vielas do Museu de Favela. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 27, n. 41, p. 329-336, 2014. Disponível em: Acesso em: 03/12/2023.

GONÇALVES, Rafael. Soares. **Favelas do Rio de Janeiro:** história e direito. Rio de Janeiro. Pallas. Ed. PUC-Rio. 2013.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia.**

Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LEFEBVRE, Henry. Prefácio: A produção do espaço. **Revista Estudos Avançados**. USP, v. 27, n. 79, p. 123-132, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68706>. Acesso em: 22 mar. 2021.

LIMA, José Luiz de Souza. **Empreendedorismo social: uma perspectiva de cidadania social e uma alternativa de trabalho e renda nos espaços**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

NAKANO, Natália; VICENTINI JORENTE, Maria José. Um modelo de inovação bottom up: Museu de Favela (MUF). **Em Questão**, vol. 19, no. 2, julho-diciembre, 2013, pp. 236-259. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/3fb9793c-efde-4989-bfe6-578d25c9ec7f>. Acesso em: 06/12/2023.

NORA, Pierre. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. Tradução: AUN KHOURY, Y. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 10, 1993-2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 13 mar. 2024.

PRIOSTI, Odalice Miranda.; VARINE, Hugues de. O novo museu das gentes brasileiras: criação, reconhecimento e sustentabilidade dos processos museológicos comunitários. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 28, n. 28, 11. 2007. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/512>. Acesso em: 03/12/2023.

SEGALA, Lygia; SILVA, Tânia Regina (org.). **Varal de lembranças: histórias e causas da Rocinha**. Rio de Janeiro: União pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha/Tempo e Presença, 1983.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta; BRULON, Bruno. C. Soares. A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios comuns: um ensaio obre a casa. **X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em**

Ciência da Informação, João Pessoa. João Pessoa: Ideia, 2009. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/view/3311/0>. Acesso em: 03/12/2023.

SIMÕES, Débora. Museus comunitários no Brasil: descolonizando o pensamento museológico. **RELACult - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade**, [S. l], v. 3, no. 3, 2017. DOI: <https://doi.org/10.23899/relacult.v3i3.605>. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/605>. Acesso em: 02/12/2023.

VALLADARES, Licia do Prado. A Gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 5-34, out. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/pfKy4Gf3jHtVr7XqxLQjRZR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05/05/2022.

VARINE, Hugues. "O museu comunitário é herético?" **Jornal Quarteirão** - no. 67 - Maio/Junho 2006. Rio de Janeiro., pp. 12-15. Disponível em www.interactions-online.com - março/abril-2005. Acesso em: 03/12/2023.

----- **O Tempo Social.** Rio de Janeiro: Eça Editora, 1987.

Endereços de internet

Museu Sankofa Memória e História da Rocinha: <https://museusankofarocinha.com.br/sobre-o-museu/>.

Projeto Memória Rocinha: www.memoriarocinha.com.br.

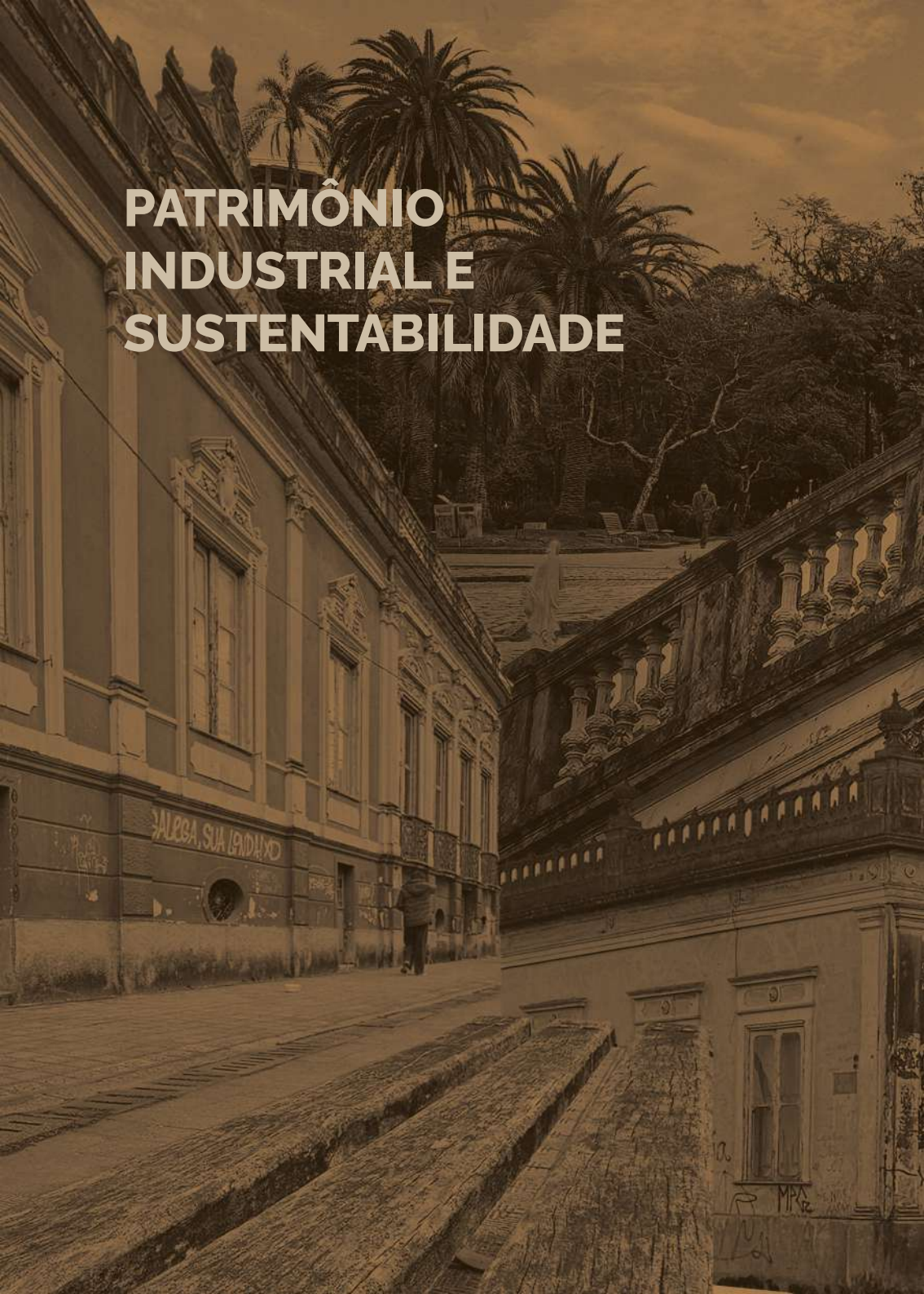
Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM: <https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos->

acoes-obras-e-atividades/programa-saber-museu/temas/museologia-social#:~:text=A%20museologia%20social%20tem%20como%20seu%20cerne%20a,divulguem%20suas%20pr%C3%B3prias%20hist%C3%B3rias%20nos%20seus%20pr%C3%B3prios%20termos.

Lei

RIO DE JANEIRO. **Lei no. 1995 de 18 de junho de 1993.** Delimita a XXVII Região Administrativa — Rocinha, criada pelo Decreto no. 6.011, de 4 de agosto de 1986. Rio de Janeiro: Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/273427/lei-1995-93>. Acesso em: 24/06/2024.

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E SUSTENTABILIDADE





**ALGUNS ASPECTOS DE
SUSTENTABILIDADE PARA FALAR DO
PATRIMÔNIO INDUSTRIAL**

**ENTRE HISTORIA Y PATRIMONIO:
UN MUSEO Y ARCHIVO TEXTIL COMO
TESTIMONIO DE UN PASADO INDUSTRIAL**

**LA “INDUSTRIA SIN CHIMENEAS” Y
LAS VIEJAS CHIMENEAS: APUNTES
PARA PENSAR EN TORNO A TURISMO,
PATRIMONIO Y SITIOS DE VALOR
PATRIMONIAL INDUSTRIAL**

**O QUE É UMA COMUNIDADE?
COMO CONSTRUIR A SUSTENTABILIDADE
A PARTIR DAS COMUNIDADES?**

**PATRIMÔNIOS INDUSTRIAIS EM
POTENCIAL NO RIO GRANDE DO
SUL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE
PRESERVAÇÃO**

**O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E
A PEDAGOGIA FREIREANA: A
IMATERIALIDADE DA FÁBRICA LANG NO
PROGRAMA MULHERES MIL**

**PATRIMÔNIO CULTURAL E
SUSTENTABILIDADE: CAMPOS DIFUSOS DE
DILEMAS E DISPUTAS**

ALGUNS ASPECTOS DE SUSTENTABILIDADE PARA FALAR DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

Francisca Ferreira Michelin

Jossana Peil Coelho

Flora Coelho Jerozolimski

INTRODUÇÃO

Durante o Congresso do qual se originou este livro, propus e coordenei um painel em que as convidadas, também autoras de outros capítulos desta publicação, expuseram estudos fundados em experiências práticas e concretas, que se inserem como objetos de uma reflexão tão contínua quanto contemporânea. Tais reflexões acabam por expor um dos aspectos que caracterizam os conflitos em manter os patrimônios industriais, qual seja, como mantê-los. Seguramente, a pergunta sobre o 'como' se segue à outra, mais primária, que parece necessitar resposta sobre o porquê de manter estruturas, documentos, memórias e o próprio lugar onde tudo isso esteve ativo um dia. E, se afinal, tudo acaba, por que manter o que sobra? É pergunta geral, aplica-se a qualquer tipologia de patrimônio, inclusive o imaterial. E parece, também, que os motivos são análogos em objetos diferentes. Voltando ao objeto específico, da imensa ocupação humana, ambiental e espacial que foram os grandes frigoríficos que operaram em algumas cidades do sul do Rio Grande do Sul às pequenas fábricas de doces da região da Serra dos Tapes, basta listar motivos e os gigantes se justificam como as borboletas. Tamanho, neste caso,

não é documento, nem razão para deixar de abordar os mesmos tópicos.

A função deste capítulo é recapitular estudos já feitos e, com essa revisão, justificar o painel proposto. Ao mesmo tempo, reforçar a convicção de que necessitamos pensar mais no inevitável destino de exemplares que desaparecem, alguns sem deixar rastro. Outros, cujas pistas já se vão, podem manter-se nas palavras do conhecimento de quem os estudou. E para organizar o conteúdo que se pretende abordar, utiliza-se uma revisão de trabalhos já publicados nos repositórios das universidades brasileiras cuja palavra de busca foi o 'Patrimônio Industrial'. A este resultado, oriundo de etapas das pesquisas que coordeno, segue-se outro, no qual relato de que modo o tema passou a ser frequente no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, o que, neste momento, aproxima-se de vir a configurar uma linha de pesquisa.

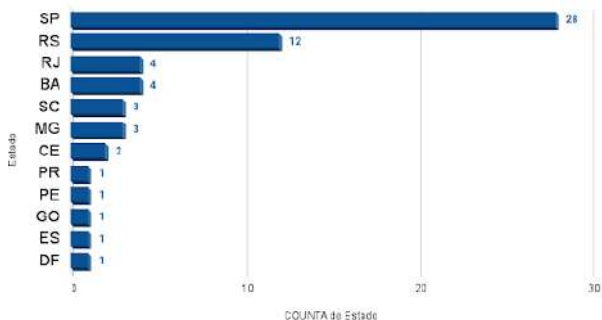
REVISÃO

Os dados obtidos, e que servirão para a análise que se apresenta na conclusão, foram feitos em uma revisão narrativa, aqui entendida como aquela que, justamente pelo que é, não pretende esgotar as fontes. O critério utilizado foi o de que os estudos estivessem em repositórios de universidades cujo acesso se deu pela busca na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT). Portanto, foram buscadas dissertações e teses cujo um dos indexadores fosse o

patrimônio industrial. O objetivo da revisão foi responder a algumas perguntas: desde que existe uma base comum de busca, no caso específico a BDTD, quantos trabalhos estão disponíveis, em que quantidade nos estados do Brasil e em quantos programas de pós-graduação. A estratégia de busca empregada foi simples, e a necessária seleção dos estudos levou em conta a sua adequação, verificada no resumo, para que pudesse fornecer informações que subsidiassem a compreensão do crescimento do interesse acadêmico pelo tema. O recorte da busca é de 2008 a 2022, porque se trata do primeiro ano em que a plataforma registra um trabalho com o indexador específico e porque, nos meses de 2023 quando foi feita a busca, não havia registro disponível. Evidentemente, que passado um ano, já seria possível encontrar mais alguns títulos.

Como a coleta dos dados se dá em uma base que os busca na produção dos programas de pós-graduação, mestrado e doutorado, e como os programas se localizam em universidades, e estas em estados, iniciamos relacionando a produção total encontrada por Estado, tal como se vê no gráfico da Figura 1.

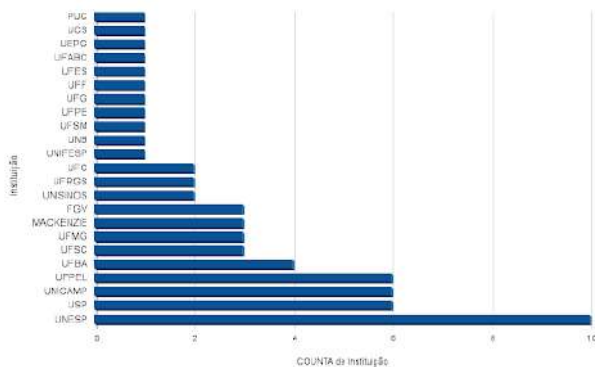
Figura 1: Gráfico dos Estados do Brasil com maior número de dissertações e teses sobre patrimônio industrial de 2008 a 2022
Fonte: Gráfico elaborado por Flora Coelho Jerozolimski, na base de dados BDTD/IBICT, 2023.



Uma vez obtido o panorama dos Estados, passou-se a especificar as instituições, mantendo o mesmo recorte temporal. Como era esperado, as três universidades com maior produção também se encontram em São Paulo, tal como se pode observar no gráfico da Figura 2. O curioso do levantamento é o Rio Grande do Sul dividir o quarto lugar com Minas Gerais.

Figura 2: Gráfico das instituições com maior número de dissertações e teses sobre patrimônio industrial de 2008 a 2022

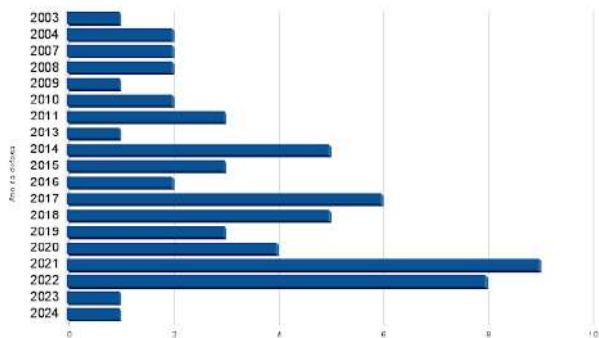
Fonte: Gráfico elaborado por Flora Coelho Jerzolinski, na base de dados BDTD/IBICT, 2023.



A terceira relação estabelecida foi de ano com o número de produções publicadas, sem identificar Estado, universidade e tampouco nível, dissertação e tese.

Figura 3: Gráfico que relaciona o ano com o número de dissertações e teses publicadas com o tema patrimônio industrial de 2008 a 2022

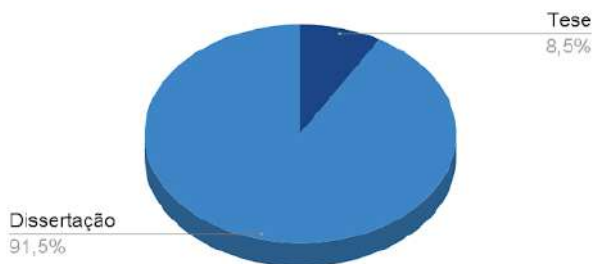
Fonte: Gráfico elaborado por Flora Coelho Jerolimski, na base de dados BDTD/IBICT, 2023.



Por fim, ainda se buscou diferenciar na mesma base o número de teses e dissertações que se relaciona no gráfico da Figura 4.

Figura 4: Gráfico que relaciona o número de dissertações e teses publicadas com o tema patrimônio industrial

Fonte: Gráfico elaborado por Flora Coelho Jerozolinski, na base de dados BDTD/IBICT, 2023.



A relação referenda um aspecto inerente à produção dos trabalhos nos PPGs. O tempo de pesquisa demandado pelos programas para uma dissertação é bem menor do que para uma tese. E os temas conquistam espaço dentro das linhas de pesquisa, geralmente, pelas dissertações. Outro aspecto que pode explicar a disparidade entre os quantitativos é que os programas também iniciam a operar com o nível de mestrado, para depois conquistarem o doutorado. Portanto, em muitos casos, haverá um espaço de tempo entre a produção de uma dissertação e a produção de uma tese que decorre tanto do que demanda uma e outra, quanto do que é possível dentro de um programa a partir da oferta dos dois níveis.

A busca por "patrimônio industrial" não especificando o campo resultou em 461 documentos, sendo dois de

acesso restrito. No entanto, neste tipo de busca simples, as palavras não são consideradas como compostas e o universo pesquisado se amplia de forma desconectada com o tema. Ainda assim, a busca geral confirmou o ano de início do primeiro trabalho a ser considerado específico do assunto nesta plataforma. Assim, ao especificar o assunto, foram encontrados 65 resultados, e o primeiro concluído em 2003. Nessa contagem, a Universidade Estadual Paulista (UNESP) é a que conta com maior número de trabalhos (12) seguida pelas Universidades Estaduais de Campinas (Unicamp), de São Paulo (USP) e pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) (todas com 6). Essa contagem se reflete no gráfico das instituições.

O número obtido não corresponde ao que empiricamente se conhece sobre o assunto. No entanto, é uma consequência do fato de que os repositórios que alimentam a BDTD disponibilizam ou não os trabalhos da época anterior ao início da biblioteca. Em muitos casos, a instituição teria de digitalizar teses e dissertações, fato trabalhoso e com implicações que precisam ser verificadas com os autores. Sem dúvida, esse é um fator importante que restringe o recorte temporal da pesquisa. No entanto, ainda assim, trata-se de uma produção informada em um período de duas décadas. Considera-se uma boa amostragem para inferir sobre a evolução do interesse no tema.

Para avançar em outra possibilidade que justificaria o baixo número de trabalhos localizados, especificou-se um novo indexador: patrimônio ferroviário. Sobre essa

tipologia, há de se lembrar que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) recebeu, através de uma lei específica, em 2007, a incumbência de administrar os bens de valor cultural remanescentes da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). O volumoso conjunto foi primeiramente inventariado pelo Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário (Preserfe), então à cargo do Ministério dos Transportes, instituição que realizava a gestão da RFFSA. Desse modo, a lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, atualizada em fevereiro de 2024, enumera 591 dos 67 mil bens móveis e imóveis identificados pelo projeto, por categorias que em si mesmas já oferecem subsídios para pesquisa. Portanto, esperava-se que a relação entre a lista do Patrimônio Cultural Ferroviário disponível no site do IPHAN estivesse relacionada com esse número, mas não se encontrou evidência para tal relação.

Insistimos nos dados disponíveis verificando a "Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento do patrimônio material" que consta no site do IPHAN, atualizada em junho de 2024. Nela, encontram-se 2.495 bens classificados quanto à forma de proteção em: patrimônio natural, edificação, acervo, coleção, conjunto arquitetônico, conjunto urbano, bem móvel ou integrado, infraestrutura, equipamento urbano, conjunto rural, ruína, sítio arqueológico, jardim histórico, bem paleontológico, terreiro, quilombo. Desses, 1.193 estão tombados. Nas demais categorias de avaliação os números variam de três (processos homologados) até 774 (indeferidos). Ao se buscar pelo título do processo, que refere o bem, foi encontrado um com a palavra

exata Fábrica, Fábrica de Ferro Patriótica, inscrita como ruínas; com a palavra exata Indústria apenas a Antiga Cia. Têxtil Brasil Indústria. As palavras Engenho e Moinho oferecem um número maior de itens, nem todos deferidos, e as palavras Fazenda e Conjunto rural oferecem a possibilidade de recorrer a um número maior de bens que inclua a atividade industrial. O mesmo acontece com as Estações (rodoviárias e ferroviárias), mas o número é escasso. E há de se considerar que vários processos nestes enquadramentos encontram-se indeferidos. Comparando a lista do IPHAN com os números encontrados pela busca na BDTD, podemos pensar que a inespecificidade do patrimônio industrial pode gerar sombreamentos na lista. Se a fábrica está, por exemplo, em um conjunto rural, será difícil especificá-la como um patrimônio em si mesma.

CONCLUSÕES

A revisão feita mapeou a produção científica do patrimônio industrial no Brasil, e constituiu a primeira etapa do levantamento bibliográfico das referências encontradas sobre o tema. Especificou-se o formato somente por teses e dissertações por se entender que artigos, ensaios e capítulos de livro apresentam como base a produção científica gerada nos programas de pós-graduação. Demais pesquisas, geradas por pesquisadores ativos, portadores do título de doutorado, ou mestrado ou sem titulação, não foram levantadas neste primeiro momento, porque teriam de ser buscadas em outras bases de dados, diversas entre si. Portanto, os resultados dizem respeito a uma amostragem,

que pressupõe a importância da produção científica no âmbito da formação de novos pesquisadores nos programas de pós-graduação no Brasil.

Conclusivamente, até o momento, o Estado do Brasil no qual há maior concentração de estudos no tema é São Paulo. Isso em três universidades estaduais, das quais se destaca a UNESP. As cinco universidades que apresentam um volume significativo são federais, e se encontram em outros Estados. É necessário lembrar que a base de dados utilizada iniciou seu trabalho em 2002. Assim, uma parte da produção anterior a esse ano pode não estar sendo computada, ainda que hoje o volume apresentado na busca se origina dos repositórios de 145 instituições cadastradas na BDTD. E outro aspecto a ser considerado é o modo como as instituições participam da BDTD. Só participam as instituições que possuem programas de pós-graduação *stricto sensu* e, para integrar-se, a instituição deve formalizar o interesse e aderir às diretrizes do Padrão Brasileiro de Metadados para Descrição de Teses e Dissertações. Portanto, a amostragem foi definida pela base de dados utilizada e confirma que as inferências apresentadas levam em conta essa situação, ao mesmo tempo que sugerem ampliação do estudo.

O estudo do patrimônio cultural é documental, mas não somente usa documentos escritos ou visuais. No caso do patrimônio industrial, observa-se que a maior parte dos estudos debruça-se sobre o que ainda existe do espaço ocupado pela fábrica. Desse modo, acabam sendo em parte significativa, estudos de caso

ou estudos comparativos. E conforme o curso no qual foram concluídos, são estudos de memória do trabalho ou memória de trabalhadores.

Apenas para garantir a suposição, os dois indexadores — patrimônio industrial e memória do trabalho — foram combinados em uma pesquisa avançada na BDTD, e o resultado indicou 86 trabalhos, sendo o mais antigo de 2009. E outro dado que chama a atenção é que a Universidade Federal do Rio de Janeiro lidera o quantitativo com 25 publicações, seguida da UFPel, com nove, sendo 8 dessas no PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Assim, com estes dados verificados, pode-se realizar duas inferências: 1. o número de teses e dissertações tendo "patrimônio industrial" como assunto vem crescendo de 2003 ao presente. 2. o número de trabalhos relacionados ao Estado é uma consequência da existência dos programas de pós-graduação que oferecem linhas de pesquisa relacionadas ao assunto.

O que não é possível inferir, fora de um estudo específico que pode vir a ser realizado ainda sobre o mesmo repositório, é o quanto a produção acadêmica influi na conservação dos espólios fabris. Uma suposição a ser verificada é que a disponibilidade de documentos influi sobre a produção dos trabalhos. Portanto, ainda não há um reflexo dos estudos sobre a sustentabilidade desta tipologia de patrimônio industrial que possa vir a ser afirmada, embora acredite-se que, de modo indireto, isso aconteça.

No entanto, há outro elemento fundamental que indica possível verificar-se um ânimo e uma vontade de memória muito grande: a história das fábricas contadas pelos que nela viveram como trabalhadores, dirigentes e familiares. O patrimônio industrial emana este assunto e o faz um vetor para abordagens essencialmente interdisciplinares. Neste momento, aposta-se que é nele que reside a vitalidade do tema. Forma-se, nesta perspectiva, um coro de vozes que não leem a mesma letra, ainda que cantem a mesma música. A polissemia reitera a vida polifacetada da fábrica e, ao longo do tempo, pode parecer-se a um livro de contos, escritos por diferentes autores. Nem por isso, a unidade se desfaz. A fábrica continua sendo o assunto e o patrimônio comum a essas memórias.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. IBICT. **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD**. Disponível em: <https://bdttd.ibict.br/vufind/>. Acesso em 02 set. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO. IPHAE. **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul**: Inventário das Estações 1874 – 1959. Porto Alegre, RS: Pallotti, 2002. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=DownloadDetalhesAc&item=57600>. Acesso em 02 set. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN. **Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento** (atualizado em junho/2024). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 13 mar. 2024.

ENTRE HISTORIA Y PATRIMONIO: UN MUSEO Y ARCHIVO TEXTIL COMO TESTIMONIO DE UN PASADO INDUSTRIAL¹

Mariela Ceva

INTRODUCCIÓN

Si bien es cierto que desde hace varias décadas la Argentina viene asistiendo a debates en torno al patrimonio también es cierto que sólo recientemente éstos se han concentrado en el industrial. Un recorrido por las diversas experiencias ocurridas en la Argentina podría dividirse claramente en dos, por un lado, aquellas que se centraron en la re-funcionalización de antiguos espacios industriales, por otro lado, las que se dedicaron a su re-habilitación. Simultáneamente algunas empresas han iniciado relevamiento en sus archivos, catálogos, inventarios, publicaciones, videos, muestras fotográficas y demás medios de difusión, como formas de visualizar su patrimonio.

Cualquiera sea el camino la elección implica la puesta en escena de un conflicto de intereses individuales y colectivos en torno a qué se conserva, cómo se conserva y para qué se conserva. De esa forma se podrá abordarlo en términos dinámicos y activos con su herencia y simultáneamente en el presente y hacia el futuro. En ese proceso se re-significan partes del

1 Este artículo es una síntesis de publicaciones de la autora, en torno a la temática patrimonio industrial, entre los años 2001-2024.

pasado y se los expone en un nuevo contexto en el que se intenta reconstruir ese pasado, pero al mismo tiempo se lo dota de una nueva "versión de aquella historia". Así, podría decirse que el patrimonio se encuentra enmarcado entre la voluntad de transmitir una herencia sociocultural específica y la de reinterpretarlo en función de un contexto y de una intención precisa. Para lograrlo es necesario que a la identificación realizada por parte de la sociedad se la relacione con el conocimiento académico interdisciplinario. Para ello se requiere de la articulación entre el trabajo de campo y las investigaciones teóricas sobre el patrimonio industrial para a partir de ambos definir enfoques y estrategias sobre sus abordajes. Asimismo, diversos actores locales, municipales, universitarios y asociativos se involucran e inciden en la memoria a transmitir.

Para el caso argentino este cruce ha sido escaso. Diversas organizaciones dedicadas al tema, distintos emprendimientos locales, pero pocas discusiones teóricas y mínimas iniciativas grupales. En parte esta falencia obedece a que los campos académicos vinculados a la temática del patrimonio industrial en Argentina han transitado por carriles estancos y paralelos. Poco a poco las investigaciones han tendido a incluir el entorno y ambiente circundante de los lugares industriales como testimonio y valor histórico no solo de los modos de producción económica sino también de su expresión arquitectónica y significación social. Esto es sumamente importante puesto que el trabajo en fábrica implicaba una disciplina diferente, nuevos códigos y también un acercamiento a nuevas culturas.

Si se considera el caso argentino durante el período 1900-70 se crearon muchas industrias, es decir, que su importancia fue decisiva y transformadora. Por ello el patrimonio tangible como el intangible que ha dejado su funcionamiento resulta importante como rescate patrimonial de carácter histórico y sociocultural de las comunidades (Ceva; Tuis; Tellechea, 2004).

Todas estas cuestiones se nos hicieron presentes, en enero del año 2002, al momento de "crear" el museo y archivo textil de Algodonera Flandria. En estas líneas nos limitaremos a realizar una breve y parcial síntesis de los estudios y experiencias sobre patrimonio industrial en el ámbito argentino, para luego exponer, también sucintamente y, en base a nuestras publicaciones previas, el origen de una villa obrera en torno a la Algodonera Flandria, el posterior cierre de esa fábrica textil y la experiencia de reconstrucción de ese pasado a partir de la organización de un museo textil.

UNA MIRADA SOBRE EL PATRIMONIO INDUSTRIAL EN ARGENTINA

Desde hace muchos años, casi medio siglo, los vestigios del desarrollo industrial llamaron la atención de los especialistas en temas de patrimonio. Tempranamente y en torno a lo que se ha denominado "Industrial Archaeology" se ha ido configurando un campo de acción/investigación complejo y heterogéneo interesado en rescatar ese pasado industrial.

En el caso argentino un primer espacio de estudio provino desde los estudios de arquitectura. Entre las primeras

iniciativas se encuentra la creación de la cátedra de Arquitectura Industrial, en la FADU/ UBA en 1992. Es en ese ámbito donde se observan estudios exploratorios de edificios industriales. Con un abordaje desde la arquitectura, pero más relacionados a la historia urbana se encuentran los trabajos que se dedicaron a identificar áreas de la historia de la técnica y de la administración de grandes emprendimientos, por ejemplo, de la industria de la carne, el transporte ferroviario y las obras hidráulicas urbanas².

Casi en paralelo, durante esos años, se han producido varias re-funcionalizaciones como: el Museo del Patrimonio de Aguas Argentinas; la ex Usina Pedro de Mendoza, hoy Usina del Arte, en La Boca; el restauro de Retiro; el Tornavías de la UNSAM; el ex "Puerto Madero", Barrio de Puerto Madero; el ex Depósito y Manufactura de Tabacos; la ex Fábrica de tubos de gas y el ex "Molino el Porteño" entre otros muchos. Las Re-funcionalizaciones han sido muy variadas, sólo resaltaremos dos: uno la vieja fábrica de tabacos Piccardo & Cía., nacida en 1898 y trasladada en 1918 a un inmenso edificio — de más de 1000 metros cuadrados, ubicado en avenida San Juan 350 de la Capital Federal, que luego de su puesta en valor, fue inaugurado en el año 2013 como "MAMBA-Museo de Arte Moderno de Buenos Aires". Los trabajos incluyeron la conservación de los rasgos típicos del edificio de impronta industrial de origen inglés del siglo XIX, incluso en su frente en los ladrillos se mantuvieron los logotipos de los característicos cigarrillos "43" de la firma (Leguizamón, 2015). Otro, el emplazamiento de

2 Por ejemplo, véase los trabajos de: Tartarini, 2000; 2014.

la Usina del Arte, instalada sobre los espacios de la antigua Usina Pedro de Mendoza de la Compañía Ítalo Argentina de Electricidad, en La Boca, que había sido inaugurada en 1916 y que, en el año 2011, luego de un proceso de puesta en valor de más de once años, fue re-funcionalizada en un amplio y completo espacio multifunción para actividades culturales y artísticas. En los últimos años las investigaciones desde la arquitectura se han visto potenciados muestra de ellos son las investigaciones sobre las plantas industriales de la General Motors Argentina (Gruschetsky; Alvite, 2024); sobre FIAT (Fiorito, 2024), y la puesta en valor de las estaciones ferroviarias (De Marco et al. 2023). Sobre este tema y sobre el sistema portuario se ha creado una reconocida red³ de trabajo.

Los estudios antropológicos y arqueológicos también han aportado al estudio del patrimonio industrial en la Argentina, consolidando una serie de iniciativas como, por ejemplo, el Grupo de Arqueología y Antropología Industrial de la UNICEN, en Olavarría, que ha generado una cantidad importante de bibliografía sobre su zona de asentamiento. Entre ellos se destacan los trabajos de Carlos Paz quien ha reflexionado sobre las acciones tendientes a la valorización del patrimonio en todas sus manifestaciones y a los procesos que las sustentan y atraviesan (Paz, 2022). En la misma zona y más

3 En los últimos años diferentes grupos de investigación conformaron redes de trabajo entre ellas se encuentran: el Núcleo de Ciudades Portuarias Regionales, IDEHESI-CONICET, Argentina; y el Foro de Ciudades Portuarias y Vías Navegables (NCPR+OCI, Universidad Nacional de Luján).

recientemente los trabajos que focalizan en los paisajes técnicos productivos (Pallicer, 2023); como también otros llevados a cabo en la actualidad sobre la recuperación y puesta en valor del patrimonio industrial en la localidad minera de Sierras Bayas (Recavarren, 2024). Por su parte, en la provincia de Entre Ríos, el caso Liebig's ha sido muy estudiado desde la arquitectura (Magadán; Ortea, 2024; Lupano, 2009) y la antropología presentando la cuestión patrimonial, pero a partir de narraciones, objetos, lugares, archivos y marcas (Gonzalez, 2020). La región cuyana con sus numerosas industrias, sobre todo vitivinícolas, también han dejado un rastro imborrable en el territorio y ha sido abordado por numerosos arquitectos, antropólogos e historiadores (Girini; Médico; Vicchi; Rusca, 2024). Ya en territorio capitalino los trabajos sobre regeneración industrial en Buenos Aires pueden observarse casos como el de la Barraca Peña y las viviendas de madera en el río Matanza/Riachuelo (Weissel; Willemsen 2010), entre tantos otros.

Por su parte desde los estudios históricos la mirada sobre el patrimonio comenzó a desarrollarse hacia fines de los años noventa e inicios del 2000. Una muestra de ello fueron las Jornadas realizadas en el año 2002, en la ciudad de La Plata, sobre Patrimonio Cultural. En el año 2003 la SPU - Secretaria de Políticas Universitarias comenzó a otorgar subsidios para proyectos de investigación sobre patrimonio, a partir de ese esfuerzo, surgieron algunos equipos de trabajo que produjeron artículos sobre ingenios, frigoríficos, petroleros e industrias textiles. Algunos casos fueron paradigmáticos, como por ejemplo el de Pueblo Liebig's, en la provincia

de Entre Ríos⁴. El trabajo desarrollado a partir del caso de los frigoríficos Swift y Armour en el que se destaca el sector de la calle Nueva York como epicentro de la comunidad de Berisso (Lobato, 2020) y el de Algodonera Flandria, en la provincia de Buenos Aires, sobre la que posteriormente nos explayaremos. En la provincia de Buenos Aires, los ferrocarriles, los silos y algunos asentamientos de antiguas fábricas que habían entrado en proceso de disolución durante la década del noventa también concentraron la atención. Por ejemplo, la fábrica Lanera Argentina, en General Cerri, inició durante el 2004 una etapa de revalorización en conjunción con el municipio a partir de la re-funcionalización de las antiguas instalaciones en un parque agroalimentario en el 2008. El caso del molino Tassara en la ciudad de Junín, Buenos Aires con más de 100 años también se vio afectado a su valorización patrimonial (Yuln, 2023; 2024).

También, se destacaron algunas zonas en las provincias de Chaco, Córdoba, Tucumán, Santa Fe, y Mendoza. En el caso del patrimonio industrial chaqueño los estudios se han desarrollado en torno a la importancia que ha tenido la producción agroindustrial en la construcción del territorio chaqueño y en la identidad provincial. La agroindustria azucarera, elemento impulsor de extensas regiones, están siendo actualmente identificadas, por sus características, como paisajes culturales producto de la actividad. En el caso de la ciudad de Santa Fe, en los últimos años se produjeron casos de recuperación

⁴ Pueblo Liebig, *Patrimonio Industrial*, marzo 6, 2018. Consultado en: <https://monumentos.cultura.gob.ar/pueblo-liebig-patrimonio-industrial/>, 14 sept. 2018.

edilicia. Desde el gobierno municipal hay dos casos que se destacan: la estación del Ferrocarril Gral. Manuel Belgrano, re-funcionalizada como centro de exposiciones y oficinas municipales, y el segundo un molino harinero privado ubicado en el puerto de la ciudad, (Molino Marconetti de fines del siglo XIX), habilitado como Centro Metropolitano de Arte y sede del Liceo Municipal. Mientras que, desde el ámbito del gobierno provincial, se produjeron otras dos intervenciones: El Molino, sobre un molino harinero y la Fábrica Cultural y La Redonda, sobre un taller ferroviario (Ceva; Dahhur, 2022). El patrimonio petrolero también fue analizado por Ciselli y Hernández (Ciselli; Hernández, 2015). Otro ejemplo en el interior del país es el de la ex fábrica de pastas Tampieri, en la Ciudad de San Francisco, Córdoba, donde llevaron a cabo un gran proyecto de revalorización⁵. Por su parte en el caso de Mendoza se encuentra el rescate de los molinos hidráulicos en el Área Metropolitana de los Molinos de Reynaud y La Banderita (Ceva; Dahhur, 2022).

Otras empresas buscaron rescatar su pasado durante los años de la década del 2000, a través de diferentes medios, desde muestras fotográficas, como fue en el caso del Grupo Bunge y Born y la Fábrica Argentina de Alpargatas hasta exposiciones colaborativas con las comunidades locales como el caso de la empresa Techint en Campana. También grandes empresas difundieron su patrimonio a partir de la reconstrucción de sus historias

5 Sobre el proyecto de refuncionalización y re-habilitación Cfr. PATRIMONIO INDUSTRIAL EN SAN FRANCISCO: <http://2016.biaar.com/realizaciones/patrimonio-industrial-en-san-francisco-fabrica-tampieri/>.

como fue el caso de Arcor, Canale; y Rigoleau. A partir de la década del 2010 el número se fue incrementando (Ceva; Dahhur, 2022). Hacia inicios del 2020 comienza un despegue, apoyado sobre todo en una revalorización de los archivos de empresas, como parte del patrimonio industrial, en ese sentido el caso del Archivo Bunge y Born es testigo de la importancia que puede significar el valor de su puesta en valor (Ceva; Araujo, 2022). La creación de la Red de Archivos de Empresas⁶ es otro de los cambios observados en esta década. Sin embargo, los esfuerzos aún son escasos comparado con el gran desarrollo industrial que se evidenció en la Argentina durante el siglo XX.

Empero sí se observa una toma de conciencia sobre el valor de este patrimonio reflejado en emprendimientos de catalogación, clasificación de edificios y complejos industriales, como también por el desarrollo de programas de másteres y doctorados especializados en la temática. Durante los últimos años a grandes rasgos la gestión de este patrimonio ha primado sobre la investigación y la generación de conocimiento (Ceva; Dahhur, 2022).

DE LA VIEJA ALGODONERA FLANDRIA A LA NUEVA ALGOSELÁN FLANDRIA

La empresa Algodonera Flandria entró en crisis a la muerte, en 1975, de Julio Steverlynck, aunque luego de una reestructuración y de fuertes altibajos logró

⁶ Sobre los objetivos de la red. Véase: <https://iniciativadearchivos.org/red-de-archivos-de-empresas/>.

sobrevivir por veinte años. Ese proceso se vinculó a varias cuestiones entre ellas: dos grandes inundaciones que provocaron pérdidas enormes a la fábrica; la apertura de las importaciones durante el período 1989-1992; y cambios en la gestión empresarial de la firma. La combinación de estos cambios marcó el proceso de derrumbe de la empresa textil. Entre 1992-1995 el proceso se agudizó, luego de varios intentos de recuperación y de tránsito de diversos tipos de reclamos como, por ejemplo, ollas populares. Finalmente, para 1995 la empresa presentó su quiebra y sus puertas se mantuvieron cerradas hasta el año 2001. Durante el mes de diciembre de ese año, y en medio de la crisis política y económica de la Argentina, se producía el remate público y su posterior venta. El estado en el que el nuevo dueño recibía la empresa era de derrumbe generalizado. A partir de ese momento comenzó a gestarse un proceso de reconstrucción del pasado de la Algodonera Flandria en diferentes planos y a través de diversas acciones. El más importante, duradero y con repercusiones más fuertes fue la creación del museo textil y del archivo empresarial. (Ceva; Tuis, 2018)

Fotografía 1: Faja de Clausura en el ingreso al predio de Algodonera Flandria, 2021.

Fuente: Archivo Algoselán Flandria.



Para concretar la creación del museo y del archivo en enero del 2002 se estableció contacto con el nuevo propietario, quien rápidamente aceptó la propuesta. Para cristalizarla se dotó al proyecto de un marco institucional de cooperación entre la Universidad Nacional de Luján, el municipio de Luján y el empresario. La propuesta se centraba básicamente en:

“...incorporar a la empresa Algodonera Flandria al proyecto de creación del Área Forestal Protegida de José M. Jáuregui; incluir a la empresa en los Circuitos Históricos-Ambientales que se organizan en forma conjunta desde la ONG y la Unlu; crear un archivo documental con el material existente de la Ex Flandria; fundar un museo con objetos vinculado con la producción industrial histórica de la Algodonera...” (Ceva; Tuis; Tellechea, 2004).

Todo ello implicaba identificar el patrimonio del grupo

Steverlynk en la Argentina y su puesta en valor. Para lograr el objetivo se decidió crear un museo textil; constituir un archivo histórico; identificar el patrimonio cultural (al interior de la empresa, pero también en la localidad); reconocer el acervo ambiental (a partir de la realización de un inventario natural), y finalmente rescatar el patrimonio inmaterial de la comunidad obrera textil.

La empresa Algodonera Flandria, había surgido en el año 1924, bajo la dirección de su propietario Julio Steverlynck y en el 1928 había dado origen a dos núcleos urbanos en el partido de Luján, con una población que a partir del asentamiento de la industria trabajaba un 80 por ciento de su población económicamente activa en la misma (Ceva, 2010). En la empresa el catolicismo social como estrategia empresarial marcó el desarrollo de la relación entre los obreros y el patrón. Ese vínculo no sólo fue establecido hacia el interior de la firma, sino que trascendió sus puertas por lo cual, también, las manifestaciones artísticas están presentes en toda la localidad, entre ellas se pueden observar: el Arco del Triunfo⁷, según puede verse en la Fotografía 2; las esculturas de San Martín y los escudos cívicos de las provincias belgas, ambos de Fioravanti; y murales costumbristas vinculados a las diferentes fases de la industria textil.

⁷ El Arco del Triunfo se construyó para conmemorar la liberación de Bélgica de los alemanes.

*Fotografía 2: Arco del Triunfo de Algondera Flandria, ca.1945.
Fuente: Archivo Algoselán Flandria.*



Asimismo, la inscripción Plus Ultra y los leones de Flandes se observan en las columnas del portal de entrada al predio industrial. El epígrafe aparece inserto en la serie de escudos cívicos belgas que se encuentran en el vestíbulo administrativo del edificio principal. En el mismo edificio se destaca la obra pictórica de Bernier que representa la evolución de la industria textil (véase Fotografía 3).

*Fotografía 3: Representación del trabajo textil, Alfredo Bernier.
Fuente: Archivo Algoselán Flandria. Fotografía gentileza Claudio Tuis.*



El carácter religioso es reafirmado al interior de la fábrica a través de numerosas obras. Dentro de cada una de las secciones y calles internas, se encuentran representados santos patronos y frases religiosas inscriptas en cerámicas (Ceva; Tuis; Tellechea, 2004).

Como puede percibirse al momento de la puesta en valor era necesario también la recuperación simbólica de un pasado, que se consideraba glorioso, representado en obras de arte y también la inclusión de las instituciones que habían sido directamente solventadas por la Algodonera Flandria, como: el estadio de fútbol Carlos V; la banda de música Rerun Novarum y el club náutico el Timón⁸. Así la patrimonialización incluyó el predio en el que se encontraba la empresa y que abarca aproximadamente 100.000 m², cuenta con 44 cuerpos cubiertos, 23.000 metros cuadrados de pavimento más

usina y represa y las localidades que habían surgido en sus alrededores.

Numerosos fueron los desafíos que se presentaron al momento de iniciar el proyecto entre los principales se encontraba el acondicionamiento del edificio de dos plantas que serían destinadas para el museo y para el archivo. Para llevar a cabo los trabajos fue necesario establecer contactos periódicos con el arquitecto responsable, con el dueño de la empresa y con los trabajadores de obra. En la planta baja (museo) había que pulir el piso, abrir una pared, para ingresar el telar (Jacquard); reparar cableados eléctricos; consultar con los bomberos para planificar la seguridad y pintar el espacio. Mientras que en el primer piso era preciso la limpieza total, e instalar estanterías adecuadas para la guarda de los documentos de archivo.

A los problemas generales de creación de estos espacios, en este caso particular, se sumaba otra cuestión inédita: construir un museo y un archivo, ubicados en la propiedad de una empresa privada, pero surgidos por la solicitud de dos docentes/investigadores pertenecientes a una universidad pública nacional y que a su vez contaban con el respaldo de vecinos, profesionales e instituciones de la localidad. Es decir, era un proyecto original y complejo de concretar.

Desde ese momento y con la reapertura del predio industrial, en enero del 2002, diversas fueron las acciones que empezaron a conjugarse para revalorizar no sólo el antiguo espacio laboral sino también el mundo

del trabajo. Así, una de las primeras activaciones fue a partir de la realización de un documental sobre la banda de música de la antigua Algodonera. El film denominado "Rerun Novarum" obtuvo numerosos premios en Argentina y en el exterior. Su proyección se realizó por primera vez en la calle principal de la localidad. La banda de música había sido un símbolo de la fábrica y a partir de ese documental la banda fue el símbolo de la resistencia de un pasado glorioso. Otro tipo de activación de ese pasado fue el conjunto de acciones llevadas a cabo por el nuevo propietario, por ejemplo, realizó una entrevista periodística, que se publicó en el Enfoque del diario La Nación, -uno de los principales diarios de la Argentina- en la cual el empresario rememoraba que desde pequeño había tenido vínculo con la antigua empresa, puesto que la visitaba con su padre y a partir de ese relato tejía una continuidad entre el pasado y el presente personal, colectivo e industrial.

Ese vínculo con el pasado también lo hicieron antiguos trabajadores ya que, ante la noticia de la reapertura del establecimiento, y sin mediar ninguna convocatoria, 800 extrabajadores textiles se concentraron en las inmediaciones de la empresa para obtener un puesto de trabajo en la nueva fábrica. Varios de ellos fueron entrevistados y argumentaban que buscaban el nuevo trabajo no sólo por una necesidad económica sino como forma de recuperar su historia de vida. Desde ese momento comenzó a percibirse la apertura de la empresa como un resurgir no sólo de la industria sino como el regreso a una forma de "pertenecer" a una comunidad laboral. En ese marco de "reinterpretación" del pasado el

nuevo propietario fue identificado como un nuevo "Don Julio"⁹. Esa actualización del pasado en el presente se produjo a partir de diferentes gestos y actitudes. Una de ellas fue cuando el empresario rescató el logo "AF" que representaba a la Algodonera Flandria y los colores (amarillo y negro) con los que la empresa se identificaba históricamente. Ambos símbolos se mantuvieron iguales, aunque su significado, -por cuestiones vinculadas al proceso de la quiebra-, pasó a ser la "A" por Algospelán y "F" por Flandria. Así, pasado y presente se fundirían en el logo (Ceva; Tuis, 2018).

Quizás la reconstrucción o rememoración del pasado quedó plasmada en el momento de la inauguración del parque industrial cuando, -ante la mirada atenta de los antiguos pobladores de la localidad-, se produjo el ingreso de la banda de música por la avenida principal del predio. La actividad central de la inauguración fue la visita de las autoridades nacionales, provinciales y municipales al museo textil. Luego del recorrido por las instalaciones de la fábrica y por las nuevas pequeñas empresas asentadas en antiguo predio, se ingresó al pequeño museo. Museo que se convertía en un representante del mundo del trabajo, reinterpretado como de "grandeza" no sólo local sino nacional, de una industria textil motora del mercado interno argentino y de trabajadores habituados al trabajo estable, familiar y comunitario. En ese contexto el nuevo propietario era homenajeado por antiguos obreros con una poesía escrita para él. Luego de su lectura, los antiguos trabajadores y

9 Don Julio era la forma en la que los antiguos trabajadores llamaban a Julio Steverlync, propietario de la Algodonera Flandria.

los pobladores de Villa Flandria ingresaban al antiguo comedor, para enfrentarse al museo que buscaba condensar sus memorias a partir de sus instrumentos de trabajo y de una reinterpretación histórica realizada en el cruce de investigadores sociales y pobladores históricos (Ceva; Tuis, 2018).

Desde ese momento y a lo largo de estos años se han desarrollado numerosas actividades entre las que destacamos las siguientes: recepción y visita guiada a las autoridades nacionales, provinciales y municipales, alumnos de universidades nacionales y extranjeras, diversas instituciones escolares primarias y secundarias, y centros de jubilados y de rotarios. Asimismo, nos hemos abocado a ofrecer un ámbito para la investigación y difusión y desde el año 2002 hasta el presente se mantiene un Programa de Investigación especializado en las diferentes aristas del patrimonio industrial, cultural, y ambiental de este polo industrial. Este equipo se ha dedicado a generar contenidos educativos, didácticos, turísticos y tareas de extensión comunitaria (Ceva; Luchetti; Tuis, 2016). Una actividad central en la actualidad es la participación en la noche de los museos, día en el que se abren las puertas de la fábrica y con la presencia de la banda de música se recorre el predio y el museo (Fotografía 4).

Fotografía 4: La Noche de los Museos en el Parque Algoselán Flandria.

Fuente: Archivo Algoselán Flandria, Fotografía Luis Giachino.



A MODO DE CIERRE

A modo de cierre resaltamos que el caso de la empresa textil Algodonera Flandria, en la provincia de Buenos Aires, Argentina se encuadra en las escasas experiencias desarrolladas, en los inicios de la década del 2000, en el país en torno a la recuperación y re-habilitación del patrimonio industrial y que aún persiste. En este caso particular una de las singularidades se relaciona con la presencia de diversos actores sociales, políticos y económicos encuadrados a través de un acuerdo entre un empresario privado, una universidad nacional, un municipio y los pobladores de la zona. Ese vínculo se asentó en diversas actividades de activación de la memoria local y del sentido de pertenencia que la misma tenía con la empresa textil.

Fue la memoria común de los habitantes de la localidad

y la interpretación histórica de la presencia de la empresa en la zona la que permitió construir las bases necesarias para la definición de una identidad particular, que contribuyó a fortalecer local y regionalmente la presencia de este enclave industrial. Asimismo, fue el arraigo comunitario; el soporte académico y el respaldo empresarial los que permitieron que la experiencia sobreviviera más de veinte años.

REFERENCIAS

CEVA, Mariela. **Empresas, Inmigración y Trabajo en la Argentina: dos estudios de caso (Fábrica Argentina de Alpargatas y Algodonera Flandria)**. Buenos Aires: Biblos. 2010.

CEVA, Mariela. Villa Flandria. En Giovanni Luigi Fontana y Andrea Grippi (Eds.) **Architecture at work**. Towns and Landscapes of industrial Heritage. pp.300-306. Florence, Italy: Forme Edizione. 2020.

CEVA, Mariela; DAHHUR, Astrid. Problèmes et perspectives d'un développement tardif du patrimoine des archives industrielles : le cas argentin. **Archives**, n. 50-2. Quebec, 2022.

CEVA, Mariela; TUIS, Claudio; TELLECHEA, Domingo. El arte en la industria: el patrimonio cultural de Algoselán-Flandria. En: **I JORNADAS DEL MERCOSUR SOBRE PATRIMONIO CULTURAL Y VIDA COTIDIANA Y II JORNADAS BONAERENSE**. La Plata: Instituto Cultural Gobierno de la Provincia de Buenos Aires-Dirección provincial de Patrimonio Cultural. 2004.

CEVA, Mariela; LUCHETTI, Cristina; TUIS, Claudio. Un proyecto urbano industrial innovador: El caso de Villa Flandria, Luján, Buenos Aires, en **Publicaciones del**

PROEG, 16, pp. 550-559. Universidad Nacional de Luján, 2016.

CEVA, Mariela; TUIS, Claudio. Herencia industrial de la empresa textil Algodonera Flandria. Re-habilitando el patrimonio de una villa obrera de la provincia de Buenos Aires, Argentina. **Ricerche Storiche**, XLVIII, (3), pp.75-99. Pisa, Italia. 2018.

CEVA, Mariela; ARAUJO, Juan Facundo. Entre la burocracia empresarial y la práctica archivística. Un caso destacado para archivos históricos de empresas en Argentina. **Le Carte e la Storia, Rivista di storia delle istituzioni**, (2), pp. 153-169, 2022.

CISELLI, Graciela; HERNÁNDEZ, Marcelo. **El patrimonio industrial como la huella del trabajador petrolero en el territorio. El caso de Y.P.F.en Comodoro Rivadavia y su impronta cultural**. Buenos Aires: Edit. Dunken. 2015.

DE MARCO, Miguel Ángel (h) et al. Ciudades portuarias, patrimonio histórico y desarrollo sustentable. En: **VII COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE PATRIMONIO PORTUARIO Y I ENCUENTRO INTERDISCIPLINARIO: LAS CIUDADES PORTUARIAS EN LOS PROCESOS DE GLOBALIZACIÓN**: Actas digitales - Rosario: IDEHESI-Instituto De Estudios Históricos, Económicos, Sociales e Internacionales del Conicet. 2023.

FLORITO, Mariana Inés. Enclave de producción diversificada para el "desarrollo": Fiat y la motorización en Argentina (1948-1966). En: **CONGRESO INTERNACIONAL I ESTADO GENERAL SOBRE EL PATRIMONIO INDUSTRIAL EN LA ARGENTINA**. Buenos Aires, 2024.

GIRINI, Liliana; MÉDICO Carina; VICCHI, María Jimena; RUSCA, Martín. Registro del patrimonio vitivinícola del departamento de San Rafael, Mendoza. Una herramienta

para su gestión y protección. En: **CONGRESO INTERNACIONAL I ESTADO GENERAL SOBRE EL PATRIMONIO INDUSTRIAL EN LA ARGENTINA**. Buenos Aires, 2024,

GONZALEZ, Alba. **Los herederos. El imaginario de gran familia en Pueblo Liebig, Entre Ríos**. Buenos Aires: Biblos. 2020.

GRUSCHETSKY Valeria; ALVITE Silvia. De Barracas a San Martín. El caso de las plantas industriales de la General Motors Argentina como marca de la transformación tecnológica y la expansión urbana (Buenos Aires, 1925-1978). En: **CONGRESO INTERNACIONAL I ESTADO GENERAL SOBRE EL PATRIMONIO INDUSTRIAL EN LA ARGENTINA**, Buenos Aires, 2024.

LEGUIZAMÓN, Eduardo. De fábrica tabacalera a sede del MAMBA. En: **HABITAT Conservación, Reciclaje y Restauración**. A. XXI, n.81, pp.32-46, 2015. Disponible em: <https://arqa.com/editoriales-arqa/revista-habitat-no-81.html>"<https://arqa.com/editoriales-arqa/revista-habitat-no-81.html>. Acceso em: 20 out. 2024.

LUPANO, María Marta. **La Gran Familia Industrial. Espacio urbano, prácticas sociales e ideología (1870-1945)**. Buenos Aires: Santiago Arcos Editor. 2009.

LOBATO, Mirta Zaida. (Ed.) **Comunidades, historia local e historia de pueblos. Huellas de su formación**. Buenos Aires: Prometeo. 2020.

MAGADÁN, Marcelo; ORTEA, Adriana. Pueblo Industrial Liebig: memorial del trabajo de la carne en Entre Ríos. En: **CONGRESO INTERNACIONAL I ESTADO GENERAL SOBRE EL PATRIMONIO INDUSTRIAL EN LA ARGENTINA**. Buenos Aires, 2024.

RECAVARREN, Ana Pía. Recuperación, puesta en valor y reapropiación comunitaria del patrimonio industrial en la localidad minera de Sierras Bayas (Argentina). En: **CONGRESO INTERNACIONAL I ESTADO GENERAL SOBRE EL PATRIMONIO INDUSTRIAL EN LA ARGENTINA**. Buenos Aires, 2024.

PALLICER, Rodrigo, **La evolución del paisaje industrial de la ciudad de Olavarria**. Inmigración, tecnologías productivas, patrimonio y espacio social. Paris: 2023. Tesis: (Maestría en Técnicas, Patrimonio y Territorio de la Industria (TPTI) – Máster Erasmus Múndus)- Universidad de Padova (Italia), la Universidad de la Sorbona (Francia) y la Universidad de Évora (Portugal), 2023.

FERRERO, I., PERROTE, G., UNAMUNO, M. et WILLNECKER, A. Patrimonio industrial en San Francisco. Fábrica Tampieri. 2018. Disponible em: https://el-periodico.com.ar/local/la-recuperacion-de-tampieri-un-proyecto-dormido_a60cfbc1515f9b452215eb85a. Acceso em: 30/10/2024.

PAZ, Carlos. **Arqueología industrial, inmigración italiana y culturas del trabajo en las Sierras de Olavarria: una mirada antropológica del territorio**, Tandil: UNICEN. 2022.

TARTARINI, Jorge. **Arquitectura Ferroviaria**. Buenos Aires: Ediciones Colihue. 2000.

TARTARINI, Jorge. **Sobre el patrimonio industrial y otras cuestiones: escritos breves**. 1a ed. (electrónica) - Buenos Aires: Lazos de Agua. 2014.

WEISSEL, Marcelo; WILLEMSSEN, Jorge. La gran espuma: arqueología industrial y arquitectura fabril cervecera en Buenos Aires. **En Estudios del Hábitat**, 11, pp. 97-108, 2010.

YULN, Melina. El ferrocarril: tres siglos de transformación territorial en Latinoamérica. Reflexiones sobre el pasado, presente y futuro. En **PLANEIO**: Santiago. 2023.

YULN, Melina. Unraveling the Legacy of Estancias: Territorial Development and Housing Transformations in Buenos Aires. En **Frontiers of Architectural Research**, 5, pp-1-11, 2024.

LA “INDUSTRIA SIN CHIMENEAS” Y LAS VIEJAS CHIMENEAS: APUNTES PARA PENSAR EN TORNO A TURISMO, PATRIMONIO Y SITIOS DE VALOR PATRIMONIAL INDUSTRIAL

Laura Ibarlucea

Tourism ...lils not self-directed but externally directed. You go not where you want to go but where the industry has decreed you shall go. ... Tourism requires that you see conventional things, and that you see them in a conventional way.
Rudy Koshar (2002, p. 39 apud Hanley; Walton, 2010)

Viajar no es difícil, lo difícil es atreverse a habitar la extrañeza. Visitamos países y paisajes, calles y templos, construcciones sostenidas por un andamiaje de conceptos y una urdimbre de deseos: en todo lo que miramos anidan símbolos. No basta pasear los lugares, hay que pensarlos. El auténtico viaje exige emigrar de nuestras arquitecturas interiores y ablandar el caparazón perezoso de los tópicos. En nuestras tercas cabezas hay marcos mentales que no vemos, porque los confundimos con lo evidente, lo lógico, lo natural. En realidad, todos somos estafalarios. Acostumbrados a nuestras rarezas, las hemos bautizado como normalidad...
Irene Vallejo (El País – Madrid, 30 de junio de 2024)

Introducción

Como breve introducción, es importante comenzar este escrito aclarando dos cosas. En primer lugar, se trata de un ejercicio meramente reflexivo, todo lo que se propone y expone en las páginas que siguen es opinable, rebatible, discutible, pero, sobre todo, es una síntesis de algunos asuntos que parece interesante considerar a la hora de

pensar sobre las maneras en que se usa lo patrimonial y el estrecho vínculo que se ha forjado con las actividades turísticas en ese uso. En segundo lugar, hay que aclarar que el uso de la expresión “industria sin chimeneas” en el título de este artículo obedece exclusivamente a un recurso de la escritura. Es inoportuno aplicar esa expresión a la actividad turística, dado que en ningún caso se trata de una actividad del tercer sector y no se dedica a la transformación de materias primas o bienes intermedios en otros bienes. Y, sobre todo, por el hecho de que, por los innumerables impactos que tiene — de algunos de los cuales se hablará en las páginas que siguen —, lejos está de ser una actividad económica que no deja huellas.

A los efectos de este texto, como ejercicio reflexivo, se definen algunos conceptos que sirven para proponer algunos asuntos y pensar sobre ellos. El turismo, por un lado, sirve para pensar las formas de consumo de los bienes públicos y algunos de sus efectos, pero también, repasar su historia ofrece la oportunidad de poner en evidencia su vínculo estrecho con el patrimonio. Lo patrimonial sirve para pensar las formas en que la comunidad se quiere contar a la vez que da cuenta de cómo estas formas de relación con el pasado no escapan a las lógicas del sistema. La relación entre turismo y patrimonio sirve para pensar los mecanismos de uso de lo patrimonial desde una perspectiva que permite considerar algunas incidencias económicas y culturales, aunque sin profundizar en ellas por los alcances del trabajo.

Para atender a estas intenciones, el texto que sigue, entonces, tiene una primera sección en la que se propone una síntesis de la historia del turismo, en la que definen algunos elementos que orientan la discusión y se propone pensar la relación histórica que existen entre éste y lo patrimonial. En un segundo tramo del trabajo, se aportan que permiten delimitar y caracterizar al turismo patrimonial y su aplicación en el turismo patrimonial industrial, para presentar algunas posibilidades de reflexión en torno a estos fenómenos a partir de la referencia a distintos elementos teóricos y operativos. Por último, se repasan algunos de los efectos que surgen del desarrollo de la actividad turística en los lugares, independientemente de si son o no bienes patrimoniales industriales.

El turismo, un hijo de la contemporaneidad

En su definición tradicional y general, el turismo es un fenómeno social, cultural y económico que implica el desplazamiento de personas a lugares fuera de su entorno habitual, por un período inferior a un año, por motivos personales, profesionales, de ocio o de negocios. Este fenómeno no solo abarca el desplazamiento físico, sino también las actividades que las personas desarrollan durante su viaje y estancia fuera de su residencia. Siempre supone un vínculo entre los viajeros y las comunidades anfitrionas, que genera interacción con otros universos culturales, la exploración de entornos naturales y urbanos distintos de los habitados y la vivencia de experiencias que difieren de las cotidianas.

Más allá de esta definición técnica general es interesante proponer algunas ideas que permiten ampliar la perspectiva. Por una parte, aunque no sea original es imprescindible señalar el peso económico que tienen las actividades turísticas en el mundo contemporáneo y su relevancia en los modelos de desarrollo a escala nacional e internacional. Por otro lado, si se tiene en cuenta que es fenómeno esencialmente moderno y, en ese sentido, parte importante del universo cultural contemporáneo, resulta fácil articularlo con la noción, también hija de la modernidad, de patrimonio, lo que permite comprender que la relación entre estos fenómenos es intrínseca y no circunstancial.

Respecto del primer aspecto, es decir el peso la relevancia económica y social que tiene el turismo a escala global, vale repasar algunos datos que ilustran al respecto. En ese sentido, el impacto en la actividad turística mundial que supuso el período de reducción e, incluso, supresión de viajes durante la fase álgida de la pandemia covid-19 sirve de indicador respecto de la importancia que tiene en términos financiero y económicos. De acuerdo con los datos que recogen las organizaciones internacionales, como la Organización Mundial de Turismo de Naciones Unidas (OMT), o las agencias nacionales de distintos países sobre el desarrollo del sector, a partir de 2023 los movimientos turísticos y su consecuente impacto económico, parecen estar volviendo a la situación previa a 2020 y, la expectativa es que la tendencia siga. De ese modo, los organismos y agentes públicos y privados proyectan que los movimientos de turistas alcancen las previsiones de hace más de una década: llegar a 1800

millones de arribos en 2030 (OMT, 2011; 2021).¹

Por otra parte, más allá de su significativo impacto en la economía, la actividad turística es, también, una de las prácticas culturales características de nuestro tiempo. Si bien los antecedentes de la circulación de personas se remontan a los orígenes de la especie humana, el traslado con fines turísticos solo puede asociarse históricamente con la época contemporánea. Al igual que la noción de patrimonio cultural que usamos hoy, el turismo es un fenómeno que nació en el marco del desarrollo de las sociedades capitalistas de la era industrial. Esta coincidencia temporal no es casual y resulta interesante enfocar brevemente la mirada en ella.

En efecto, a modo de baliza, cabe recordar que el proceso de conformación de la noción de patrimonio cultural se consolidó en el mundo occidental a partir, sobre todo, del siglo XIX, en paralelo con los procesos de afirmación de las unidades nacionales y el desarrollo del capitalismo industrial y colonialista (Choay, 2007;

¹ En su informe de prospectiva de 2011, la OMT afirmaba categóricamente: "International tourist arrivals will reach 1.8 billion by 2030. At the projected pace of growth, international tourist arrivals worldwide are to surpass 1 billion by 2012, up from the 940 million of 2010. By 2020 the number is expected to reach close to 1.4 billion. The 1.5 billion mark will be in sight by 2023 and 1.8 billion by 2030." (OMT, 2011, p. 15). Aunque, claramente, las expectativas para 2020 se frustraron, y la circulación de viajeros por turismo se redujo en un 74% respecto del año anterior (OMT, 2021), la recuperación de la actividad en 2024 está próxima a las proyectadas por el informe de 2011 para 2023. En todo caso, solo parece haber un leve "delay" en las aspiraciones de crecimiento del sector que ha recuperado su optimismo (WTTC, 2024).

Hobsbawm; Ranger, 2002; Anderson, 1993). Asimismo, aunque no se desarrollará esta cuestión pues escapa a los objetivos de este trabajo, es oportuno recordar que, en las últimas décadas, la concepción misma de lo que es digno de ser patrimonializado ha vivido un enorme proceso de expansión, tanto en contenidos como en alcances temporales y tipológicos. Puesto así, es evidente que tanto el nacimiento como el desarrollo del patrimonio como categoría y práctica cultural moderna coinciden con el nacimiento y desarrollo del turismo como actividad económica y práctica, primero de los sectores ricos de la sociedad europea y, luego, progresivamente extendido a los sectores medios emergentes. Esto no es una coincidencia fortuita, por el contrario, ambos abrevan en elementos comunes y se vinculan con el desarrollo de particulares condiciones históricas.

Es decir, la relación estrecha que existe en la actualidad entre el turismo y el patrimonio no es en ningún sentido novedosa, sino que se trata de un vínculo histórico central y, muchos elementos constitutivos de lo que define a ambos fenómenos tienen orígenes comunes. A efectos de facilitar ese repaso, resulta útil hacer un sintético recorrido por el desarrollo histórico del turismo desde sus orígenes ilustrados y románticos a la actualidad a la vez que se observa la configuración de lo patrimonial en el mismo período.

Del Grand Tour al turismo de masas entre John Ruskin y Thomas Cook

(...) A Lucy se le llenaron los ojos de lágrimas de indignación,

en parte porque la señorita Lavish la había abandonado y en parte porque se había llevado su Baedeker. ¿Cómo podría encontrar el camino a casa? ¿Cómo podría orientarse en Santa Croce? Su primera mañana quedó arruinada y tal vez nunca volviera a estar en Florencia. Unos minutos antes estaba muy animada, hablando como una mujer culta y medio convencida de que estaba llena de originalidad. Ahora entró en la iglesia deprimida y humillada, sin siquiera poder recordar si fue construida por los franciscanos o los dominicos. Por supuesto, debe ser un edificio maravilloso. ¡Pero qué parecido a un granero! ¡Y qué frío! Por supuesto, contenía frescos de Giotto, ante cuyos valores táctiles era capaz de sentir lo que era correcto. ¿Pero quién iba a decirle cuáles eran? Caminaba con desdén, sin querer mostrarse entusiasmada ante monumentos de autoría o fecha inciertas. Ni siquiera había nadie que le dijera cuál, de todas las losas sepulcrales que pavimentaban la nave y el crucero, era la realmente hermosa, la más elogiada por el señor Ruskin.
(Foster, 2000, p. 15)²

Esta cita es de la novela *Habitación con vistas* que, pese a su contemporaneidad, fue escrita en 1908 por EM Forster, y describe, con una elocuencia y calidad literaria envidiables, la dimensión más prosaica del turismo y muestra la manera banal y frívola en que se establece el vínculo con los objetos estéticos, poniendo en evidencia cuánto tiene el *ritual* turístico de simulacro (Debord, 1995). Además de mostrar que muchos de los rasgos que se atribuyen al turismo en la actualidad — y que son objeto de análisis desde diversos campos, no solo para entenderlo como fenómeno sino para comprender sus efectos — no son nuevos, expone varios elementos

2 Si bien la novela ha sido traducida al español, la versión que se utilizó en este caso está en inglés y el texto citado es una traducción hecha por la autora.

que resulta interesante destacar por la importancia que tienen en la configuración temprana de la práctica turística.

El desasosiego de Lucy, no se debe tanto a que está perdida en las callecitas de Florencia, sino a que no tiene a mano las claves para decodificar lo que ve y, sobre todo, para saber cómo actuar ante lo que ve, desconoce dónde maravillarse ante la belleza, perder el aliento y "sentir lo que era correcto". En efecto, la manera de relacionarse con el edificio y su contenido –en este caso, pero que puede aplicarse a cualquier ejemplo de bien histórico, artístico o cultural material o inmaterial– está pautaada por fórmulas bastante estereotipadas cuyos orígenes se pueden encontrar en los inicios de la contemporaneidad. En ese sentido, la obra de John Ruskin, especialmente la que está vinculada con la práctica del Grand Tour operó como una especie de manual del buen turismo (Hanley; Walton, 2010). A su vez, desde la segunda década del siglo XIX, esa mirada permeó los criterios acerca de qué y cómo disfrutar de las maravillas del arte y la historia al viajar y se popularizó a través de las primeras guías de viajeros publicadas por Karl Baedeker quien bien puede ser considerado su inventor (Bruce, 2010).

No resulta sorprendente descubrir que el turismo es una creación del Romanticismo y, consecuentemente, tampoco que uno de sus principales exponentes, como es el caso de Ruskin, haya tenido que ver en su configuración. Si bien la práctica del Grand Tour, que prefigura y anticipa muchas de las características que se asocian al turismo, tiene sus orígenes a finales del siglo

XVII y se extendió en el ambiente Ilustrado, las prácticas del viaje que dan forma al turismo que conocemos se asientan sobre todo a partir del siglo XIX. Esto tiene que ver con varios fenómenos asociados, entre los cuales vale destacar, como una síntesis no exhaustiva: la industrialización, la revolución de los transportes, el ascenso de los sectores medios en algunos países de Europa y EUA, la acelerada urbanización, la ampliación de la educación, etcétera. Estos son, también, algunos de los ingredientes del caldo de cultivo para el desarrollo del movimiento Romantista cuyo espíritu se popularizó en especial, aunque no exclusivamente, a través de la literatura.

Ruskin y sus seguidores concebían el *buen* turismo como una manera de formar moral y académicamente a los sectores medios y trabajadores, pero, por otro lado, "(... sus) exigentes supuestos (...) sobre el grado necesario de ocio, tiempo, conocimiento y comprensión apropiados para el desempeño satisfactorio del papel de turista cultural podían derivar fácilmente en fines esnobes y exclusivos" (Hanley; Walton, 2010, p. 154). Más allá de la influencia que pudo tener Ruskin en la cultura de los sectores acomodados de la sociedad británica, en gran medida la popularización del turismo y la difusión de las formas de conducirse y actuar al hacerlo, así como de la manera en que se "disfruta" de las bellezas naturales o las grandes obras de arte se disciplinó mucho más claramente en base a la expansión de las guías de viaje y las agencias de viajes, el otro gran invento de la época. En este sentido, junto a Baedeker, es indispensable mencionar a Thomas Cook y su hijo John como los

primeros en desarrollar este tipo de propuestas para los viajeros³. Las guías de Cook incorporaron hacia finales del siglo XIX fragmentos de la obra de Ruskin para describir, fundamentalmente, las ciudades del norte de Italia, con lo que tuvieron un papel fundamental en la difusión de la mirada del crítico romántico (Hanley; Walton, 2010, p. 146 y ss.).

La larga (y tormentosa) relación entre turismo y patrimonio

En la misma época en que se fueron asentando las bases para el desarrollo del turismo como una actividad habitual en el mundo capitalista y, tal como se vio, también se establecieron las fórmulas generales de su ritualidad, se asentaron muchos de los componentes que dieron forma al patrimonio cultural, tal como lo conocemos hoy. Si bien el término comenzó a ser aplicado más tarde, la noción moderna de monumento, que es constituyó en base para el desarrollo de los repertorios patrimoniales de los distintos países, está fuertemente ligada a la concepción romántica y la afirmación de los estados

3 Thomas Cook era un misionero bautista que en 1845 organizó un viaje para más de 150 personas con destino a un congreso antialcohol, diez años después, con esa experiencia, organizó el primer recorrido por Europa, que incluía viajes, alojamiento y comida, creando un concepto de viaje turístico y que fue dominante por más de 150 años, y más tarde fundó, junto a su hijo, una empresa dedicada a preparar este nuevo producto a escala masiva, con lo cual crearon la primera agencia de viajes. Por más de un siglo fue una de las agencias de viaje más importantes del mundo y, aunque las transformaciones en el consumo le afectaron duramente y dio quiebra en 2019, el gobierno británico debió organizar el rescate de más de 600.000 personas diseminadas por el mundo.

nacionales⁴.

Gran parte de la construcción de la noción de arte moderno y cómo se establece la relación con él se configuró a partir del Romanticismo (Aizpún Vilches, 2018; Barasch, 2000; Marchán-Fiz, 2008). Puesto que, en el origen, la noción de patrimonio está estrechamente asociada a la conservación de bienes considerados de alto valor estético esta concepción le permea, los bienes patrimonializados quedan rodeados de un aura simbólica similar a la que se asigna a los objetos artísticos, independientemente de que no sean bienes artísticos. Del mismo modo, en sus orígenes, el turismo, como práctica romántica era una actividad destinada a deleitarse con los tesoros de la cultura, rendir tributo a las mayores obras de la genialidad humana y conocer de primera mano la magnitud del talento de los héroes del pasado, por lo tanto, también está asentada en la concepción romántica del arte.

Del mismo modo que se ha visto la influencia del pensamiento ruskiano en la configuración de algunas de las formas de ver y actuar cuando se viaja, también enorme su influencia en la configuración de lo patrimonial y, por eso, ha sido ampliamente analizada. Si bien no es objeto de este trabajo extenderse en este asunto, vale la pena referir algunos datos. En efecto,

4 Resulta revelador, a estos efectos, repasar las fechas en que se crearon los primeros organismos vinculados con la protección de los bienes histórico-culturales en Europa occidental, cuyo cometido era la preservación de los monumentos históricos nacionales (Choay, 2007).

la ajetreada vida que se asomaba en las primeras décadas de la industrialización y con el empuje de la urbanización rápidamente generaron la inquietud de muchos intelectuales en torno a qué hacer con las obras del pasado frente a la voracidad de la especulación inmobiliaria y la presión urbana. En ese contexto se dio el debate fundacional de la noción moderna de patrimonio pues ante la pregunta ¿de qué hacer con él? surgieron dos tendencias principales.

Por un lado, la obra de Ruskin, que es paradigmática de la vertiente conservacionista, afirmando que nunca podrían justificarse intervenciones que llevaran a la restauración de una condición perdida. En diversos escritos John Ruskin, como uno de los principales referentes de la corriente anti-mecanicista británica, fue el vocero de quienes sentían la fascinación por los objetos del pasado que exponen sin maquillaje la pátina del tiempo, de aquellos que vibraban de emoción ante la ruina. Ruskin es de los románticos que elevaban al rango de sublime lo que da cuenta de la finitud y la decadencia, atribuyéndole a los objetos una condición orgánica que se expresaba en la crítica romántica a la tendencia acelerada y fugaz de la industrialización. Del otro lado del debate estuvo Viollet-le-Duc, aunque también con raíces románticas e igualmente influyente en la valorización y construcción de una percepción sobre la arquitectura histórica, era partidario de la recreación, promoviendo una práctica que reconstruyera hasta lograr recomponer — o crear lisa y llanamente — las obras del pasado tal como fueron — o, incluso, como debieron ser.

Resulta interesante, visto que hay una estrecha relación de origen entre la práctica del turismo y el nacimiento del concepto de patrimonio, considerar algunos aspectos, aunque no todos, que hacen a la especie de "simbiosis" — particularmente evidente en el llamado turismo cultural— que se ha dado a lo largo de su desarrollo paralelo. Existe una mutua influencia en la configuración de fórmulas y rituales entre patrimonio y turismo. En el sentido que ya se ha visto, esta interacción está vinculada con la noción de prestigio que deriva del capital cultural (Bourdieu, 1987), por ejemplo, y redundando en la difusión de patrones de gusto y modelos de disciplinamiento estético a la hora de consumir bienes culturales, entre los cuales el patrimonio mediado por el turismo ocupa un lugar fundamental en la sociedad contemporánea.

Consumos culturales: turismo y turistas

En este punto vale la pena enfocar la mirada sobre las formas que adquiere, en la actualidad, este consumo de lo cultural y lo patrimonial mediado por el turismo. En términos generales, el turismo patrimonial se inscribe en la categoría más amplia de turismo cultural — con toda la vaguedad que esta tiene —, fundamentalmente asociándola con el tipo de recursos que son visitados (consumidos), es decir, espacios o actividades cuyo atractivo principal está vinculado con su condición patrimonializada.

Sin embargo, no hay que olvidar que, más allá de las particularidades del destino y las actividades que estén asociadas a él, quienes hacen turismo cultural, al igual que

cualquier otro turista, tienen como principales objetivos el descanso, el cambio de ritmo y de contextos respecto de la vida cotidiana y el entretenimiento. En una gran parte de los casos, se visita los espacios patrimoniales “porque están en su camino o, más aún, por lo que en prestigio social supone hablar y/o demostrar la visita a tal o cual entidad de valor sociocultural reconocido” (Santana, 2003, p. 6), puesto que el objetivo la principal motivador del viaje es disfrutar del ocio.

En este esquema, los espacios de visita, aun si se trata de *las más importantes maravillas del genio humano o los más sublimes espacios naturales*⁵, en tanto son utilizados como *destinos turísticos*, deben satisfacer las expectativas de quienes los eligen para disfrutar de su escaso tiempo de ocio: entretener, distraer, ser disfrutables, tener equipamientos que hagan la estancia agradable y, especialmente, repetible. Esto se aplica a cualquier destino turístico, independientemente de si su valor deviene de condiciones climáticas privilegiadas o de la alta calificación patrimonial, si no ofrecen las condiciones que exige la demanda — intensamente mediada por los mensajes de los agentes creadores de necesidades — puede pasar que pierdan su poder de atracción.

En el caso de los destinos de valor cultural/patrimonial, las expectativas de la experiencia del visitante suman a las condiciones de confort las derivadas del deleite estético. Existe una especie de ritual asociado con la exposición a

⁵ Se usa, en forma consciente, fórmulas comunicacionales propias del lenguaje publicitario asociado con el mercado del turismo.

los valores culturales (entendidos como *altos valores* en la medida que los bienes o prácticas a ser explorados han sido seleccionados, de entre todos los posibles, para su exhibición, conservación y sacralización (Urry; Larsen, 2011)). En un mundo bombardeado de imágenes que posibilitan el acceso a casi cualquier producto cultural a través de medios digitales, el valor de los lugares está en conocer de primera mano la obra original, aunque, finalmente, muchas veces, solo sea posible verla desde muy lejos, atrás de varios cristales blindados y rodeada de cientos de personas que se hacen una *selfie*. La ilusión del acceso muchas veces solo se ve satisfecha mediante un complejo conjunto de intervenciones que facilitan el consumo y complementan la experiencia turística, sea porque quienes los operan adecuan las ofertas para que respondan a las expectativas, sea porque quienes los visitan así los usan.

Antes de analizar algunas de las derivaciones que estas operaciones pueden tener sobre los bienes y prácticas patrimoniales, parece oportuno caracterizar mejor a los turistas, en la medida que son parte fundamental de la fórmula. Una manera de clasificar las formas de hacer turismo cultural puede atender a la motivación emocional o intelectual (Kirshenblatt-Gimblett, 2001, p. 57-58; Poria; Butler; Aireiy, 2003), lo que permite distinguir tres tipos generales de turista de acuerdo con la forma en que se vinculan con los bienes culturales.

Una primera categoría sería la de quienes consideran los bienes culturales como parte de su propio patrimonio, para quienes, la motivación emocional o afectiva está

vinculada con la idea de que existe una identidad colectiva trascendente, «*un mouvement de la sensibilité*» (Turgeon, 2003, p. 132). En estos casos el destino es visto como parte de un mundo simbólico extenso que supera la escala de la comunidad que habita, una comunidad que se imagina mucho mayor que la nacional (los límites de esta comunidad variarán de acuerdo con cada persona).

En un segundo tipo, cercano al anterior, están aquellos que visitan los bienes culturales por el valor identitario y afectivo que tienen para otros colectivos y, aunque no los consideren suyos, les atribuyen significado como elementos patrimoniales lo que los convierte en atractivos para justificar la visita. Para algunos, la vinculación con los bienes culturales viene dada menos por la información que por su apreciación (Lowenthal, 1998, p. 19) mientras que para otros la visita a los lugares está justificada en la adquisición de adquirir nuevos conocimientos (es el caso de los turistas históricos).

Por último, están los turistas que no son conscientes de las características patrimoniales del bienes o lugares y que los visitan simplemente porque están en un itinerario preestablecido, sea que lo compraron como parte de un paquete, sea porque es un punto en una lista de *lo que hay que hacer* en determinado lugar. Esto no supone que no disfruten de estos destinos, simplemente implica que hay algunas de las prácticas que se espera que cumplan que no son importantes. No obstante, las cuestiones vinculadas al prestigio sí suelen tener impacto en la elección de los destinos.

Nueva vida para las chimeneas que dejaron de humear

Luego de esta extensa contextualización, parece posible atender el caso concreto del turismo patrimonial industrial como una propuesta de turismo específica que se ha ido extendiendo en los últimos 30 años, especialmente a partir de la crisis del modelo fordista y la emergencia de nuevas formas económicas. En la medida de que los espacios industriales tradicionales comenzaron a ser desplazados por otras formas de organización de la producción, lo que también afectó las maneras de trabajar y ser trabajador, los lugares del trabajo y la producción se convirtieron en espacios de la nostalgia, primero, y, luego, en exóticos restos de un pasado cada vez más distante. Como práctica turística conjuga elementos del turismo patrimonial, es decir el que tiene como factor de atracción bienes patrimoniales y del turismo industrial, una práctica y se nutre del interés o curiosidad que despierta la tecnología y la tendencia nostálgica de la modernidad tardía.

Si bien los destinos industriales no son, en términos generales, de los más importantes en los itinerarios turísticos, progresivamente han ido adquiriendo cierta presencia en la narrativa turística. En este sentido, aunque sin lograr una total autonomía, la temática vinculada al turismo patrimonial industrial ha ido adquiriendo cierto interés en la investigación y el análisis, aunque, los focos y temas no difieren radicalmente de los abordados en otros tipos de turismo y rondan en torno asuntos que preocupan en general a quienes analizan los fenómenos vinculados con las prácticas turísticas y sus efectos en

los destinos del tipo que sean.

Se puede sintetizar las tendencias de investigación en torno al turismo patrimonial industrial en cuatro líneas, que a su vez ofrecen diversos abordajes. Una línea es la de los estudios enfocados en preservar y gestionar de manera sostenible los sitios industriales históricos, considerando el impacto ambiental y social de su uso. En una segunda vertiente se pueden clasificar los proyectos que reflexionan sobre el turismo en áreas urbanas, buscando la integración del patrimonio industrial en contextos urbanos, generalmente asociados a la revitalización de espacios y su promoción a través del turismo. Muchos de estos trabajos giran en torno a cómo mitigar los efectos no deseados que pueden producir las intervenciones destinadas a la oferta turística en zonas industriales y espacios asociados. Una tercera línea de investigación aborda los problemas que surgen en torno a las narrativas y memorias de los lugares de trabajo. En este campo se abren cuestiones vinculadas a la preocupación acerca de cómo contar historias sobre la industria, su impacto en la sociedad y la conexión entre pasado y presente, etcétera. Finalmente, la cuarta línea, un enfoque que ha tenido mucho impulso en los últimos años, se centra en el desarrollo de propuestas para mejorar la experiencia de los turistas en lugares industriales. En este sentido se pueden encontrar proyectos que atienden aspectos relativos a la interpretación, la accesibilidad y la protección de la autenticidad, y, en otra línea, propuestas centradas en el desarrollo de herramientas de mediación con tecnología digital para enriquecer la visita a sitios industriales.

A efectos de este texto, y en virtud de lo expuesto en las páginas anteriores, se ha optado por focalizar en el aspecto vinculado a las narrativas y las memorias ya que permite considerar algunos asuntos que son interesantes. Estos elementos no son excluyentes del caso del patrimonio industrial, pero su repaso puede servir para comprender mejor no solo efectos de la actividad turística cuando se dan en este tipo de lugares, sino que echa luz y ofrece un repertorio de preguntas interesante sobre otros escenarios.

El primer asunto que se puede señalar tiene que ver con cuestiones derivadas del hecho de que, en tanto narrativa, el patrimonio industrial influye en la construcción de identidades, discursos y memorias, e influye en la comprensión histórica. Las comunidades históricas conformada en torno a enclaves industriales construyen su identidad en base a esa condición. La crisis del modelo productivo impacta en esa configuración identitaria y altera las formas de vincularse con el pasado, incluso las operaciones de la memoria. En muchos casos la romantización y poetización intersectan el recuerdo y construyen un relato que olvida partes y exalta otras, esto se ve intensificado, muchas veces, en la construcción del relato turístico que busca simplificar los mensajes y facilitar su fácil interpretación. Para el turismo, estos relatos adquieren valor de verdad, en especial cuando se tiene en cuenta que la conducta de los turistas suele ser de un acercamiento superficial y, en muchos casos, incluso frívolo a los lugares. Esto ocurre en general con los destinos turísticos, pero cabe preguntarse de qué modo impacta esta banalización del

pasado en las formas en que conforman su identidad quienes fueron parte de esos universos industriales o sus descendientes (Ricoeur, 2004; Pollack, 2006).

Para la actividad turística, lo patrimonial es un recurso que puede ser un activo y dinamizar un destino. En tal sentido, los espacios patrimoniales vinculados a la industria pueden ser aprovechados para la reflexión hacia el pasado, establecer vínculos genuinos y virtuosos con el desarrollo local y la pedagogía civil, o simplemente ser un punto más en un recorrido. Al igual que otros, los espacios productivos son espacios simbólicos con significados diversos y, eventualmente, pueden convertirse en *lieux de memoire* (Nora, 2008), y ser asociados, o no, a formas de sociabilidad y vida, a hechos trágicos y pasados traumáticos, a etapas del desarrollo tecnológico, etcétera.

¿Es inevitable corrosión?

En este punto, vale la pena considerar que, puesto que son prácticas de origen moderno y occidental, tanto el turismo como el patrimonio están afectados por las condiciones históricas e ideológicas del sistema cultural que le dio origen y lo ha configurado. En ese sentido, es posible señalar que la práctica turística sigue estando vinculada con la atracción por lo exótico y diferente y reproduce perspectivas ideológicas relacionadas con esquemas jerárquicos en la concepción de los valores culturales y los estereotipos étnicos. Es poco probable que quienes viajan puedan escapar a estas implicaciones, aún si se trata del primer tipo de turistas

mencionado.

Aparte de esta dimensión relacionada con la manera de vincularse como turista con los bienes y prácticas patrimoniales, hay otros elementos que puede ser interesante considerar, no solo porque contribuyen a dimensionar el fenómeno, sino, sobre todo, porque aportan información para analizarlo en forma más compleja y mostrar luces y sombras de la relación. El peso que ha tenido la democratización de los consumos culturales, fruto de la expansión de la educación y las mejoras en las condiciones de vida de los sectores trabajadores medios, supuso un impacto evidente en la expansión del turismo como actividad económica, pero también un estímulo para la expansión del campo de lo patrimonial y su consumo.

Esa expansión, que por mucho tiempo fue considerada una oportunidad, hoy muestra algunos efectos colaterales no deseados. La percepción, más menos generalizada por mucho tiempo, sobre la potencialidad de la actividad turística como factor para el desarrollo económico, se ve cuestionada con cada vez mayor frecuencia y bullicio en la actualidad. Las comunidades receptoras de turistas hoy son bastante más críticas acerca de las virtudes de las que se hablaba hace algunos años. La evidente saturación y los excesos de explotación a los que son sometidas algunas regiones del mundo, ponen en evidencia los efectos destructivos que puede tener el uso indiscriminado y escasamente regulado de los espacios comunes.

En esta línea están problemas como la gentrificación y los procesos de turistificación como los que han provocado movilizaciones multitudinarias de denuncia en los últimos meses en varias ciudades de España. O los fenómenos que llevan a la espectacularización y tematización de ciudades o partes de ellas para satisfacer la expectativa del consumo, y que fácilmente se asocian a la "inflación patrimonial" para ofrecer bienes consumibles. Todo esto contribuye, además, a la banalización y homogeneización de los significados. El patrimonio, sin importar mucho de qué se trate, tiende a ser en la actualidad un recurso económico más, los bienes culturales, sometidos a la lógica del mercado deben responder a las exigencias de ese mercado y adecuarse. Por otro lado, más allá de las intenciones y fines que pueda tener la puesta en valor de un bien o una práctica patrimonial, poco se puede hacer para dominar la manera en que es comprendido por los visitantes. En todo caso:

Aunque el mensaje mediático o, incluso, patrimonial sea uniforme, no se puede deducir que la recepción del mensaje lo sea también (Cucho, 2002: 94), ni los motivos para exponerse a él. Los turistas tienen agencia; actúan según sus valores, intereses y deseos (Leite y Graburn, 2009: 47) y el consumo patrimonial, lejos de ser un hecho plano y mecánico, es polifónico (Hernández-Ramírez; Ruiz-Ballesteros, 2008, p. 138).

REFERENCIAS

AIZPÚN VÍLCHEZ, Iosune. La teoría de la obra de arte total como categoría formal en el primer Romanticismo alemán. **Revista humanidades**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2018. DOI: 10.15517/h.v8i1.31464.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexiones sobre el origen y difusión del nacionalismo. México: FCE, 1993.

BARASCH, Moshe. **Theories of art:** From Winckelmann to Baudelaire. Nueva York: Routledge, v. 2, 2000.

BOURDIEU, Pierre. Los Tres Estados del Capital Cultural. **Sociológica**, México, p. 11-17. 1987.

BRUCE, David. Baedeker: the perceived inventor of the formal guidebook, a "bible" for travellers in the 19th Century. In: R. W. BUTLER, R. R. **Giants of Tourism**. Melbourne: RMIT University, p. 93-110, 2010.

CHOAY, Françoise. **Alegoría del patrimonio**. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.

DEBORD, Guy. **La sociedad del espectáculo**. Santiago de Chile: Naufragio, 1995.

FORSTER, Edward Morgan. **A Room with a View**. (1908 1ª ed). ed. [S.L.]: Penguin Classics, 2000.

HANLEY, Keith; WALTON, John. **Constructing Cultural Tourism:** John Ruskin and the Tourist Gaze. [S.L.]: Channel View Publications, 2010.

HERNÁNDEZ-RAMÍREZ, Macarena; RUIZ-BALLESTEROS, Esteban. El patrimonio como proceso social. Intervención, desarrollo y consumo del patrimonio minero en Andalucía. En ARRIETA, Iñaki (coord.). **Participación ciudadana, patrimonio cultural y museos: entre la teoría y la praxis**. pp.129-148. Donostia: Servicio editorial Universidad del País Vasco. 2008.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **La invención de la tradición**. Barcelona: Crítica, 2002.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. La cultura de les destinacions: teoritzar el patrimoni. **Revista d'Etnologia de Catalunya**, 19, 2001. 44-61.

LOWENTHAL, David. **El pasado es un país Extraño**, Madrid, Akal, 1998.

MARCHÁN-FIZ, Simón. La obra de arte total: Génesis de una categoría estético -artística y sus transformaciones. In: DE ARGILA, M. (.). **Arte Moderno: Ideas y conceptos**. Madrid: Fundación Mapfre, 2008.

NORA, Pierr. **Pierre Nora en Les lieux de mémoire (selección y prólogo de J. Rilla)**. Montevideo: Trilce, 2008.

OMT. **Tourism towards 2030 / Global overview**. Organización Mundial de Turismo de Naciones Unidas. Madrid. 2011.

OMT. **2020: el peor año de la historia del turismo, con mil millones menos de llegadas internacionales**. Organización Mundial de Turismo de Naciones Unidas. [S.l.]. 2021.

POLLACK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 3-15, 1989.

POLLACK, Michael. **Memoria, olvido, silencio. La producción social de identidades frente a situaciones límite**. La Plata: Ediciones Al margen, p. 3-15, 2006.

PORIA, Yaniv; BUTLER, Richard; AIREIY, David. The core of heritage tourism. **Annals of Tourism Research**, 30, n. 1, p. 238-254, 2003.

RICOEUR, Paul. **La memoria, la historia y el olvido**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

SANTANA, Agustín. Turismo cultural, culturas turísticas. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, año 9, n. 20, p. 31-57, 2003.

TURGEON, Laurier. **Patrimoines Métissés**: Contextes Coloniaux et Postcoloniaux. Paris & Quebec: Éditions de la Maison des sciences de l'homme & les Presses de l'Université Laval., 2003.

URRY, John; LARSEN, Jonas. **The Tourist Gaze 3.0**. Londres: Sage, 2011.

VALLEJO, Irene. Viaje a las miradas. **El País**. Madrid. 30/06/2024. Tribuna. Disponible en: <https://elpais.com/opinion/2024-06-30/viaje-a-las-miradas.html>. Acceso en: 03 de out. 2024.

WTTC. Economic Impact Research. **WTTC.ORG**, 2024. Disponible en: <https://wttc.org/research/economic-impact>. Acceso en: 03 de out. 2024.

O QUE É UMA COMUNIDADE? COMO CONSTRUIR A SUSTENTABILIDADE A PARTIR DAS COMUNIDADES?

*Celeste Afonso
Luiz Oosterbeek*

APRESENTAÇÃO

Embora as estratégias e políticas públicas orientadas para a sustentabilidade refram o papel central das comunidades nos processos de base territorial, não existe um conceito suficientemente estabilizado que se possa traduzir em procedimentos claros na operacionalização desses processos.

Num exercício simples de pesquisar o termo comunidade, a google devolve cerca de 696 000 000 resultados, em 0,23 segundos. Controverso e polissêmico, o conceito de comunidade aparece nos discursos como símbolo e aspiração, sugerindo aspetos apelativos das relações sociais humanas. Por um lado, reporta-se à noção de vizinhança, por outro à de relações de parentesco, noutra ainda à de convergência de interesses, ou ainda noutros à afinidade linguística, comportamental, social ou outra. Mas o uso comum de comunidade também denota segregação e exclusão. De facto, a palavra comunidade mascara uma real polissemia que, não raro, integra recortes distintos e, mesmo, contraditórios. Neste sentido vivemos, pois, a época da Comunidade enquanto narrativa, com o que de atraente e perigoso,

quando não totalitário, a narrativa sem base reflexiva implica.

Confrontando escalas e dicotomias (urbano e rural, norte e sul, local e global, individualidade e comunidade, identidade e partilha etc.), o objetivo deste estudo é fazer uma aproximação teórica ao real analisado e formular o conceito de comunidades rizomáticas. Com este conceito, objeto de uma investigação *ongoing*, procuraremos contribuir para uma construção conceptual de comunidade(s) que nos aproxime de uma definição funcional.

COMUNIDADE E IDENTIDADE: DINÂMICAS E DILEMAS

A aceleração da globalização e da percepção de perda de identidade em muitos contextos populacionais reavivou a procura por laços comuns, traduzidos numa ideia romantizada de identidade e de comunidade. Comunidade tornou-se sinónimo de paraíso perdido, aliado à narrativa contemporânea da sustentabilidade e à ideia que as comunidades tradicionais eram guardiãs dos preciosos recursos do planeta. O termo comunidade, por oposição a individualismo e relações contratuais, passou a fazer parte dos discursos e campanhas de marketing.

Em rigor, a identidade é um processo de "identificação com", e é normal que em contexto global de transição e incerteza, as identidades existentes se enfraqueçam, para poderem gerar novas identidades; desde logo, a construção de uma "identidade humana" implica

a superação da centralidade de quaisquer outras “identidades”. Dito de outra forma, certamente mais provocatória mas, também, conceptualmente rigorosa, as agendas “identitárias” (de comunidades nacionais ou apoiadas em outras configurações “comunitárias”) que tomam como foco segmentos da população, não deixam de enfraquecer a “identidade humana” (e aí se pode encontrar uma raiz profunda do atual congelamento do processo de globalização, com tudo o que implica à escala global, do empobrecimento das classes médias ao crescendo de conflitos e guerras).

“Comunidade” e “identidade” são, pois, processos dinâmicos e interdependentes, que se estruturam como dilemas: o seu reforço faz-se na pequena escala (cultural), em redes de proximidade e de comunhão de sentidos e interesses, mas a sua consolidação em paz requer a grande escala (civilizacional, ou seja, multicultural).

Embora estejamos a assistir ao ressurgimento do debate sobre o conceito de comunidade, este dilema radica no racionalismo setecentista e oitocentista (cruzando os debates sobre a relação entre indivíduo e coletivo e sobre a segmentação social em classes sociais, profissionais ou outras) e prolongou-se nos finais do século XIX, com os estudos de Ferdinand Tönnies sobre Comunidade e Sociedade.

O século XVIII foi marcado pela Revolução Francesa, pela Revolução Industrial, pelo êxodo do campo para a cidade e a conseqüente alteração das interações sociais e das condições de trabalho. A modernidade dissolveu as

formas de organização social e desintegrou a comunidade rural tradicional. A partir deste argumento, surgem as reflexões sobre eventuais dicotomias "comunidade – sociedade" (Tönnies, 1957)¹ e "solidariedade mecânica – solidariedade orgânica" (Durkheim, 1999)², que alimentaram a discussão, ao longo do séc. XX, na antropologia, sociologia, história, psicologia, política, filosofia e literatura, ora convergindo com Tönnies, ora convergindo com Durkheim, ora divergindo de um ou de outro, mas acrescentando camadas ao debate. Uma perspectiva histórica não pode deixar de sublinhar que a industrialização dissolveu comunidades tradicionais para gerar outras (industriais, urbanas, coloniais, etc.), tal como as afinidades comunitárias que caracterizaram os últimos dois séculos, em especial no meio urbano, se reconfiguram, hoje sob novas formas, que melhor se adequam aos processos económicos e comunicacionais contemporâneos.

Dos inúmeros pensadores que problematizaram esta questão, desde os anos 80 do séc. XX até à atualidade, assistiu-se à ideia de recuperar um equilíbrio entre comunidade e individualismo. A sociedade contemporânea líquida (Bauman)³, desajustada do seu

1 Ferdinand Tönnies publicou "*Gemeinschaft und Gesellschaft*" em 1887.

2 Émile Durkheim publicou "*De la division du travail social*" em 1893.

3 BAUMANN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

tempo (Agamben)⁴, híbrida (Mafessoli)⁵ ou extrativa (Saskia Sassen)⁶ é estimulante para pensarmos a urgência de uma reinterpretação do conceito de comunidade.

Zigmund Bauman (2001) definiu o período pós Segunda Guerra Mundial como modernidade líquida onde as relações (a qualquer nível) são fugazes, frágeis e líquidas, por oposição ao período anterior que definiu por modernidade sólida pela rigidez e durabilidade das relações. Na linha de Tönnies, Bauman (2003) defende que a transição da comunidade para a sociedade é a transição do entendimento (partilhado e duradouro) para o consenso (efêmero e líquido). Na sociedade líquida, incompatível com a comunidade organizada no entendimento partilhado e na segurança dos seus membros, a identidade ganharia importância ao ponto de ser a substituta contemporânea de comunidade.

Uma abordagem mais prudente, porém, evitará encontrar "novidade absoluta" sempre que algo muda. O processo mundial de globalização acelerada (inaugurado após 1945, aprofundado com a crise petrolífera e o fim da paridade dólar-ouro na década de 1970, de novo acelerado após a queda do muro de Berlim) exprime a contradição profunda entre um modelo social que sabe

4 AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos Editora, 2009.

5 MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

6 SASKIA, Sassen. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

que não consegue prosseguir e a inexistência de uma alternativa global que o possa substituir. Desse ponto de vista, as comunidades são necessariamente coletivos sociais (sociedades) e as sociedades são constituídas por redes de proximidade com graus diferenciados de formalização (comunidades).

Uma vida dedicada à procura da identidade é cheia de som e de fúria. "Identidade" significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença, singular – e assim a procura da identidade não pode deixar de dividir e separar. E no entanto a vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os construtores da identidade a procurar cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e, depois disso, realizar os ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos. (Bauman, 2003, p. 21)

Por oposição às comunidades éticas, orientadas por normas, destinos partilhados e tradição, defendidas por Tönnies, Bauman fala-nos de comunidades estéticas, flexíveis, mutáveis, líquidas — que também apelidou de comunidades cabide (*cloakroom communities*) —, inseridas nas sociedades modernas, integradas e globais, onde é impossível a recriação do modo de vida comunitário no seu sentido tradicional.

Para Michel Maffesoli (1998), a coletivização dos sentimentos, a partir do vínculo entre a ética e a estética, é um dos fatores essenciais da vida social que está a renascer nas sociedades contemporâneas.

Sobre alguns assuntos, nós vibramos em uníssono. (...) Esta nebulosa "afetual" nos permite compreender a forma específica que toma a sociabilidade em

nossos dias: o vaivém de nossas tribos. De facto, diferentemente do que prevaleceu nos anos 70, se trata menos de se agregar a um grupo, a uma família ou a uma comunidade do que o ir e vir de um grupo a outro. (Maffesoli, 1998, p. 6)

São as novas tribos que fazem a cidade. Os indivíduos circulam em tribos heterogêneas, integrando várias tribos em simultâneo, dando origem a hibridismos e diversas identidades de grupo. Como sempre na História, aliás, pois a filiação dos indivíduos do passado a comunidades fechadas e reificadas foi mais um erro dos estudiosos do que uma realidade dos vivos.

COMUNIDADE(S) RIZOMÁTICA(S): FIXANDO O CONCEITO

Um exemplo das novas configurações das relações de comunidade são as chamadas "redes sociais". Elas não substituem a relevância das redes socioculturais, mas compensam a sua fragilidade em tempos de transição. O que as diferencia, desde logo, é que não são produtoras de conhecimento, mas meras consumidoras e reprodutoras que o distribuem de forma segmentada. Facto, aliás, que as aproxima das redes dos chamados "movimentos de massas", que no passado ocorreram em momentos de transição (como as revoluções), não raro com efeitos muito violentos (das crucificações às guilhotinas ou às câmaras de gás). Esse tipo de redes tem, também ele, dimensões positivas (espírito de comunidade, esperança no futuro, vontade de ação convergente), mas rapidamente tendem a criar problemas profundos.

O WhatsApp é a aplicação móvel mais usada e, por

isso, o seu funcionamento é facilmente perceptível. Num primeiro momento, a aplicação disponibilizava as funcionalidades "contactos" e "grupos." Permitia interagir por mensagens, áudios, textos, vídeos e documentos com pessoas, individualmente, ou criar / pertencer a grupos (até um máximo de 1024 pessoas por grupo) onde todos os membros têm acesso, em simultâneo, a todas as mensagens e arquivos enviados. Mais recentemente, disponibilizou a funcionalidade "comunidade". Dando respostas virtuais à demanda da vida real, uma comunidade no WhatsApp é a junção de vários grupos num só lugar. Além de manter as funcionalidades já permitidas aos grupos, alargadas exponencialmente, os membros de cada grupo podem navegar livremente entre cada grupo pertencente à comunidade, aderir a uns, "sair" de outros, criar novo grupo e convidar membros... num máximo de 50 grupos com limite de 5 mil membros no total, por comunidade. Mas os indivíduos e os grupos não têm limite de comunidades, podendo pertencer a tantas quantas as suas afinidades. Observamos, assim, uma teia de conexões com aqueles que fazem parte do universo de contactos do indivíduo, de comunidades (feitas de indivíduos e de grupos) dentro de uma comunidade virtual, de redes dentro de uma grande rede, de indivíduos e de massas, numa troca de histórias, de saberes, com todo o tipo de agenciamento e de devires. O que as caracteriza é, em todo o caso, o monotematismo, com a conseqüente redução do espaço do debate e da dúvida.

Podemos dizer que o WhatsApp (e outras comunidades virtuais) apresenta uma constituição rizomática. Partindo

do conceito de Deleuze e Guattari (1995), o rizoma tem seis princípios: conexão e heterogeneidade (qualquer ponto do rizoma pode ser conectado a qualquer outro, de qualquer natureza, sem hierarquia); multiplicidade (*“As multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras”*).

É aqui que se produzem os agenciamentos, *“o crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta as suas conexões”* (Deleuze & Guattari, 1995, p.16); ruptura a-significante (*“Um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retomado segundo uma ou outra das suas linhas e segundo outras linhas”*. *“Todo o rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar”* (Deleuze & Guattari, 1995, p.17)); cartografia e decalcomania (*“um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural ou gerativo”* (Deleuze & Guattari, 1995, p. 20). O rizoma é uma construção sempre em processo, que produz mapas e não decalques, e não pode ser modelado a partir de estruturas universais). Uma caracterização que se poderia aplicar aos grandes movimentos de massas que conduziram à II Guerra Mundial.

O exemplo do WhatsApp serviu para mostrar de forma simples o conceito de rizoma, de Deleuze e Guattari, aplicado às comunidades contemporâneas, ainda que

o modelo possa ser questionado nas comunidades indígenas e nas comunidades tradicionais com reduzido contacto com o exterior. Contudo, também entre estas comunidades as fronteiras são fluídas e possibilitam a interseção do dentro e do fora. Na verdade, a recente pandemia que confinou o mundo, a covid-19, chegou a todo o lado, contaminando, também, comunidades indígenas e tradicionais. A massificação das contaminações ocorreu a partir da intensificação dos contactos e desenvolveu-se em várias direções e a partir de vários centros, por influência das interações múltiplas e das conexões globais entre indivíduos, grupos e comunidades. Estas comunidades tradicionais, rizomáticas, são também constituídas por linhas segmentárias que as estratificam, organizam e territorializam e podem ser "rompidas" ou interrompidas, ainda que possam ser retomadas - já que há uma pressão muito forte para que a territorialização se perpetue - mas com novas configurações em devir.

No entanto, apesar de fixarmos o conceito comunidades rizomáticas, o termo continua ambíguo e pouco funcional quando aplicado às abordagens ao Património. Também neste âmbito, comunidade surge como um conceito indiferenciado e/ou excludente, ora abarcando tudo ou distinguindo comunidade de povos indígenas, populações autóctones e grupos. Mas, não são estes, também, comunidade(s)? Quando os documentos orientadores apelam a uma maior participação da comunidade nos processos de inventariação, valorização, salvaguarda e gestão do património cultural, surge a dúvida: qual comunidade? Como definir, de forma clara e transparente, os critérios que permitam aferir se, por

exemplo, num processo de classificação patrimonial, a comunidade participou efetivamente no mesmo?

Embora desde a criação da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972) a questão das comunidades e da sua participação estivesse sempre presente, só nos finais do século XX e início do sec. XXI surgiram documentos estruturantes e orientadores com enfoque na questão da participação e, conseqüentemente, nas comunidades. Em 1992, o reconhecimento da categoria Paisagens Culturais na Convenção para a Salvaguarda do Património Mundial, Cultural e Natural - UNESCO foi um marco importante na afirmação das comunidades como estruturantes em todo o processo de patrimonialização de bens culturais, ao aproximar a natureza da cultura conjugadas pelo homem. Outros documentos seguiram esta tendência (que fazia eco dos debates internacionais e regionais): Em 1999, a Carta de Burra, no seu artigo 12º, Participação, lê-se *“A conservação, a interpretação e a gestão de um sítio devem prever a participação das pessoas para quem esse sítio tem associações e significados especiais, ou que têm responsabilidades sociais, espirituais ou outras responsabilidades culturais para com esse sítio”*; na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003), a participação das comunidades passou a ser uma exigência⁷ e orientou

7 171: “Na medida em que os seus planos, políticas e programas de desenvolvimento envolvam património cultural imaterial ou possam eventualmente afetar a sua viabilidade, os Estados Parte devem: (a) assegurar a participação mais ampla possível das comunidades, dos grupos e, sendo o caso, dos indivíduos que criem, mantêm e transmitem esse património, e

a própria definição de património cultural imaterial, porquanto estabelece que o PCI deve ser reconhecido a partir das percepções dos sujeitos (comunidades, grupos e indivíduos) que o praticam e que estes devem ter um papel ativo na sua gestão; em 2007, em Christchurch e por proposta da Nova Zelândia, foi acrescentado um "quinto C" para "Comunidades" aos Objetivos Estratégicos na implementação da Convenção do Património Mundial, adotados como a Declaração de Budapeste (2002), com a seguinte redação: *"Reforçar o papel das comunidades na implementação da Convenção do Património Mundial"*. Pouco meses depois era proclamada a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), para referir apenas alguns documentos.

Importa perceber, porém, que esta afirmação crescente da importância da "participação comunitária" avançou no campo do património a reboque de um outro campo no qual a precisão conceptual foi muito maior: o campo da confrontação política e das políticas que emergiram do Fórum Social Mundial, entre as quais a proposta de orçamentos participativos. Neste campo, a definição de comunidade, embora não muito detalhada, teve umnexo claro: a oposição entre comunidades (entendidas como dinâmicas e "de base") e instituições (entendidas como retrógradas e "de topo"). Mas esta dicotomia, quando aplicada ao património, só poderia quebrar os instrumentos de afirmação da unidade da Humanidade, por enfraquecer a noção de "humano" (e, com ela, de

envolvê-los ativamente na elaboração e implementação desses planos, políticas e programas". In Diretrizes Operativas para a Aplicação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial.

“direitos humanos”) e reforçar a noção de “identidade segmentária” (e, com ela, uma lógica neoliberal que, paradoxalmente, os proponentes desta abordagem tendem a criticar).

De facto, se por um lado, estes documentos apelam a uma maior participação das comunidades em todo o processo de patrimonialização de bens, por outro é notória a ambiguidade do conceito “comunidades”, traduzido no quinto C dos objetivos estratégicos. Nas orientações técnicas para a aplicação da Convenção do Património Mundial (2023), lê-se:

A participação efetiva e inclusiva das comunidades locais, dos povos indígenas/populações autóctones, de organizações governamentais, não governamentais e privadas e de outras partes interessadas no processo de proposta de inscrição é essencial para que partilhem com o Estado Parte a responsabilidade de manutenção do bem. Os Estados Parte são encorajados a assegurar que os pedidos de Análise Preliminar envolvem as partes interessadas relevantes e os titulares de direitos. São também incentivados a preparar as propostas de inscrição com a participação de um leque de intervenientes o mais vasto possível e devem demonstrar, de forma adequada, que foi obtido o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas/populações autóctones, mediante, entre outros meios, a publicitação das candidaturas nas línguas apropriadas e consultas e audições públicas.

Nesta amálgama sintetizada em “partes interessadas relevantes e os titulares de direitos” adensa-se a ambiguidade dos conceitos. Na gestão cultural integrada de um território urbano, por exemplo, quem constitui a comunidade? São comunidades éticas, de base territorial? “As organizações governamentais, não-

governamentais e privadas e outras partes interessadas" não fazem parte dessa comunidade, traduzindo-se "num leque de intervenientes o mais vasto possível"?

Num estudo publicado em 2013, "Engaging local Communities in Stewardship of World Heritage", Jessica Brown e Terence Hay-Edie registam que, a nível nacional e local, há um reconhecimento crescente da necessidade e importância de envolver povos indígenas e comunidades locais em todo o processo de patrimonialização do bem, desde o momento da elaboração de Listas Indicativas até à gestão do bem. No entanto, *"Os resultados do recente Relatório Periódico indicam que os gestores de sítios estão motivados a envolver as comunidades locais na conservação de seus sítios, mas frequentemente enfrentam dificuldades em colocar isso em prática."* (Brown, Hay-Edie, 2014 p.12) As autoras atribuem essas dificuldades à metodologia usada. No entanto, como referimos anteriormente, não existe um conceito de comunidade suficientemente estabilizado que se possa traduzir em procedimentos claros na operacionalização dos processos de patrimonialização. Embora a metodologia adequada seja importante, como desenvolvê-la sem a identificação da comunidade a envolver?

Nestes e noutros normativos, parte-se do senso comum dos termos "comunidade", "povos indígenas" e "comunidades tradicionais", o que permite várias interpretações. Se é certo que o conceito comunidade(s) é polissémico, os termos "comunidades locais, povos indígenas/populações autóctones", apresentados como

sinónimos, também são ambíguos. Embora não haja uma definição universal para povos indígenas, nem mesmo na Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), segundo Mattias Åhrén (2021, p. 2 e 6) a descrição de Martínez Cobo (1982) é a mais elaborada e a mais citada. Para Cobo, a característica central desses grupos é a determinação de *“preservar, desenvolver e transmitir às gerações futuras os seus territórios ancestrais e a sua identidade étnica, como base da sua existência continuada como povos”*. Nesta observação, ele coloca ao mesmo nível identidade e terra como pré-requisitos para a existência continuada dos povos indígenas, inferindo que, separados da terra, os povos indígenas não podem existir.

Para Cobo, as terras e as identidades dos povos indígenas são intrínsecas. Algumas organizações mundiais, como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), também sublinham esta relação terra/identidade na sua compreensão de povos indígenas. A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, das Nações Unidas (1989), na mesma linha mas com nuances, no seu Artigo 1º, apresenta critérios objetivos e subjetivos para identificar os povos em questão, distinguindo povos indígenas de povos tribais:

*Figura 1: Who are the indigenous and tribal people?
Fonte: International Labour Organization*

	Subjective criteria	Objective criteria
Indigenous peoples	Self-identification as belonging to an indigenous people	Descent from populations, who inhabited the country or geographical region at the time of conquest, colonisation or establishment of present state boundaries. They retain some or all of their own social, economic, cultural and political institutions, irrespective of their legal status.
Tribal peoples	Self-identification as belonging to a tribal people	Their social, cultural and economic conditions distinguish them from other sections of the national community. Their status is regulated wholly or partially by their own customs or traditions or by special laws or regulations.

Da mesma forma, na Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas, adotada em 2007, o direito à autodeterminação e os direitos às terras, territórios e recursos são nucleares. Os Artigos 25 a 32 da Declaração abordam especificamente terras, territórios e recursos, a relação espiritual e cultural dos povos indígenas com as suas terras, reparação e compensação, consentimento livre, prévio e informado, proteção do meio ambiente e conhecimento tradicional dos povos indígenas e responsabiliza os Estados para o desenvolvimento de instrumentos e estratégias que operacionalizem os direitos dos povos indígenas. Segundo o Relatório do Fórum Permanente das Nações Unidas para Questões Indígenas "State of the World's Indigenous Peoples -

Rights to Lands, Territories and Resources", de 2021⁸, enquanto muitos Estados começaram a reconhecer os direitos indígenas na sua legislação, "*existe uma ampla lacuna entre o reconhecimento formal e a implementação real*". De facto, "*em países onde esses direitos são reconhecidos, eles não são totalmente implementados, ou os procedimentos para a implementação desses direitos, como mapeamento de terras ou recursos, demarcação e titulação, muitas vezes não foram concluídos, sofrem atrasos significativos ou são arquivados*". Na realidade, estas comunidades enfrentam muitos desafios para fazerem valer os seus direitos à terra, em contexto de agronegócio, indústrias extrativas, desenvolvimento e turismo.

De acordo com a ONU⁹, os povos indígenas somam mais de 476 milhões de indivíduos espalhados por mais de 90 países em todos os continentes. Os povos indígenas, com mais de 5000 etnias, representam cerca de 6,2% da população mundial.

A Organização Internacional do Trabalho acrescenta que¹⁰:

8 ONU, *State of the World's Indigenous Peoples, Rights to Lands, Territories and Resources*" Secretariat of the Permanent Forum on Indigenous Issues within the Division for Inclusive Social Development of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, New York, 2021, xi. Disponível em: <https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789210054881>.

9 <https://www.un.org/en/fight-racism/vulnerable-groups/indigenous-peoples>, acedido em 15 de Julho, 2024.

10 <https://www.ilo.org/resource/who-are-indigenous-and-tribal-peoples>, acedido em 15 de Julho, 2024.

Os povos indígenas e tribais são frequentemente conhecidos por termos nacionais como povos nativos, povos aborígenes, primeiras nações, adivasi, janajati, caçadores-coletores ou tribos das colinas. Dada a diversidade de povos que visa proteger, a Convenção utiliza a terminologia inclusiva de "povos indígenas e tribais" e atribui o mesmo conjunto de direitos a ambos os grupos.

A 17 de Dezembro de 2018, a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Zonas Rurais (UNDROP), iniciando um novo capítulo para atender às necessidades e interesses dos camponeses e garantir o respeito pelos seus direitos. No Artigo 1º da Declaração, afirma-se:

1. Para os efeitos da presente Declaração, entende-se por "camponês" toda a pessoa que se envolve ou procure se envolver, seja de maneira individual ou em associação com outras ou como comunidade, na produção agrícola em pequena escala para subsistência ou comercialização, ou a utilização em grande medida, mas não exclusivamente, da mão de obra dos membros de sua família ou de seu lugar e a outras formas não monetárias de organização do trabalho, que tenham vínculo especial de dependência e apego a terra.
2. A presente Declaração aplica-se a toda pessoa envolvida na agricultura artesanal ou de pequena escala, plantação de culturas, criação de gado, pastoreio, pesca, silvicultura, caça ou coleta, assim como do artesanato relacionado com a agricultura ou outras ocupações conexas a zona rural uma ocupação relacionada numa área rural. Também se aplica aos familiares dependentes dos camponeses.
3. A presente Declaração aplica-se também aos povos indígenas e às comunidades locais que trabalham com a terra, às comunidades transumantes, nómades e seminómades e às pessoas sem-terra que realizam tais atividades.
4. A presente Declaração aplica-se ainda aos trabalhadores assalariados, incluindo todos os

trabalhadores migrantes, independentemente de sua situação migratória, e aos trabalhadores sazonais, que estejam empregados em plantações, explorações agrícolas, florestas, explorações em aquicultura e em empresas agroindustriais.

Sem desconsiderar a importância fulcral da luta política por reconhecimento e inclusão nos planos político, jurídico, económico e social e percebendo que as organizações internacionais procuram proteger e garantir direitos a estas comunidades, este sectarismo identitário assente no marcador "trabalhar a terra" apresenta uma constelação de pertenças (e também de exclusões) redundante e inoperante relativamente à longa lista de instrumentos internacionais relevantes adotados a nível universal ou regional, elencados nos considerandos da Declaração. Não são os "camponeses" parte das "comunidades locais, povos indígenas/ populações autóctones"?

A propósito do seu livro "Expulsões: Brutalidade e Complexidade na Economia Global", numa entrevista concedida à editora da revista King's Review (KR) Giulia Torino¹¹, Saskia Sassen defende que:

a expulsão é, na verdade, um ato de profundo descarte conceitual, de eliminação. E estou convencida de que isso será cada vez mais comum no futuro, como pode ser ilustrado pela apropriação de grandes lotes de terra no "Sul Global" por parte de governos e corporações estrangeiras. Pequenos proprietários estão se tornando totalmente irrelevantes, invisíveis, e

¹¹ A entrevista pode ser lida na íntegra em: <https://blogdaconsequencia.wordpress.com/2018/12/04/a-erada-extracao-uma-entrevista-com-saskia-sassen/>.

chegam a ser vistos como um empecilho a grandes projetos corporativos de uso intensivo de áreas rurais – para mineração, apropriação dos recursos hídricos, desenvolvimento de grandes áreas para cultivo em detrimento de pequenos proprietários fundiários etc. Esses pequenos proprietários – que detêm conhecimento secular sobre métodos de reciclagem da terra – são invisibilizados e reaparecem como moradores das favelas das grandes cidades ou tentam a sorte emigrando em barcos de contrabandistas.

É verdade que, no plano diplomático, a indefinição conceptual por vezes ajuda na construção de instrumentos operacionais, num primeiro momento, por um lado por permitir usar as mesmas palavras com sentidos diversos (a palavra "sustentabilidade" é um exemplo), por outro lado por contornar divergências que se centram em detalhes.

Porém, quando se aprofundamos processos, a imprecisão conceptual tende a gerar problemas agravados. No caso que nos ocupa, a reificação das comunidades, definidas a partir de fragmentos identitários (a cor da pele ignorando as contradições sociais, o género ignorando as convergências linguísticas, a língua ignorando as divisões ideológicas, etc.) comporta riscos para a relação entre os grupos humanos, pelo que a reflexão sobre o conceito tem, não apenas na lógica da gestão patrimonial, mas de forma mais ampla numa estratégia de convergência para a equidade e para a paz.

Elisabeth Roudinesco abre o seu livro *O Eu Soberano – Ensaio sobre as derivas identitárias* (2021) com a afirmação *"Depois de vinte anos, os movimentos de emancipação parecem ter mudado de direção. Já não se perguntam*

como transformar o mundo para que ele seja melhor, mas dedicam-se a proteger as populações daquilo que as ameaça: desigualdades crescentes, invisibilidade social, miséria moral." Enviesando a expressão de Paul Ricoeure "si mesmo como um outro" em "si-mesmo como um rei" Roudinesco discorre sobre os movimentos identitários, refletindo sobre identidade e identitarismo e desenvolve o conceito da deriva identitária. E nesta deriva identitária, os grupos enclausuram-se nos seus demarcadores em vez de explorarem conexões. Embora a autora parta da "*autoafirmação de si – transformada em hipertrofia do eu – (...) como o sinal distintivo de uma época em que cada um tenta ser si-mesmo como um rei, e não como um outro*" aplicada, sobretudo, a contextos urbanos, ao longo da obra desenvolve a ética da alteridade que entronca na nossa questão base.

Com efeito, na contemporaneidade, comunidade é cada vez mais entendida nesta aceção de pluralismo, singularidades plurais, alteridade. Na recente cerimónia de abertura dos Jogos Olímpicos de Paris, para toda a "comunidade" Olímpica, ao lema da Revolução Francesa, "Liberdade, Igualdade, Fraternidade", juntaram "Sororidade" e "Diversidade", criando um novo lema para a Humanidade.

Roberto Esposito, em *Communitas*¹², palavra latina para designar comunidade, extrai dois radicais: *cum* e *munus*.

¹² ESPOSITO, Roberto, *Communitas : origen y destino de la comunidad*. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

Enquanto *cum* revela a presença de um outro, no radical *munus*, Esposito aponta o significado *donum*, dom, doação. E adverte:

Não pode passar despercebido que este périplo etimológico nos conduziu a um resultado polêmico em relação às diversas filosofias da comunidade. Como indica a etimologia complexa, mas ao mesmo tempo unívoca, a que temos apelado, o *munus* que a *communitas* partilha não é uma propriedade ou pertença. Não é uma posse, mas, pelo contrário, uma dívida, uma prenda, um dom-a-dar. E é, portanto, o que vai determinar, o que está para se tornar, o que virtualmente já é, uma falta. Um "dever" une os sujeitos da comunidade - no sentido de "eu te devo algo", mas não "tu me deves algo", o que faz com que não sejam inteiramente donos de si mesmos". (Esposito, 2003, p. 30)

Esta interpretação contraria a lógica da comunidade como uma posse, uma propriedade, um apagamento do sujeito; antes afirma uma experiência da comum expropriação, isto é, não como a partilha de algo que seria próprio a cada sujeito, mas como a partilha de um comum não pertencimento, de uma comum singularidade. *"Não é o próprio, mas o impróprio - ou, mais drasticamente, o outro - o que caracteriza o comum. (...) Uma desapropriação que investe e descentra o sujeito proprietário, e o força a sair de si mesmo. A alterar-se."* (Esposito, 2003, p.31).

Voltando ao conceito de rizoma de Deleuze e Guattari (1995) e à(s) comunidade(s) do século XXI (tribos, comunidades estéticas, comunidades locais, "camponeses", povos indígenas/autóctones...), cremos que os indivíduos (heterogêneos) se conectam uns aos

outros, independentemente da sua natureza e sem hierarquização, que mudam (alteram) a sua identidade na sua relação/conexão com o outro – num processo de desterritorialização-territorialização – fruto dos agenciamentos. A qualquer momento e em qualquer lugar, o indivíduo pode sair da comunidade (e reingressar mais tarde, ou não) sem pôr em causa essa comunidade. A comunidade não respeita nenhum modelo estrutural universal. Ela é uma construção sempre em processo, onde os indivíduos que a compõem se alteram face ao outro, se doam numa construção em devir.

COMUNIDADES RIZOMÁTICAS: DO CONCEITO À APLICAÇÃO

A partir do estudo de caso da paisagem cultural Serra do Caramulo, no centro de Portugal, estamos a refletir sobre comunidades e a sua ação para a sustentabilidade territorial, à luz da Gestão Cultural Integrada do Território (GCIT).

A Serra do Caramulo é uma elevação com 1075 metros de altitude, pertencente aos concelhos de Vouzela, Tondela, Oliveira de Frades, Mortágua (no Distrito de Viseu) e Anadia e Águeda (no Distrito de Aveiro).

Partindo do entendimento do património cultural como organizador do território, iniciámos o trabalho fazendo o mapeamento dos marcadores culturais (património cultural natural, material e imaterial) com o objetivo de valorizar cada um deles. Num primeiro momento, identificaram-se os bens patrimoniais que já tinham

alguma classificação, os que seriam objeto de um processo de candidatura ao Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial e os que seriam estudados e valorizados mas sem objetivo de classificação. Esta primeira fase foi relativamente simples, pois a equipa era constituída maioritariamente por locais que conheciam bem o território.

Na segunda fase, selecionaram-se três marcadores territoriais (Festa das Cruzes do Guardão; Barro Negro de Molelos e Construções de Pedra Seca) e iniciaram-se os processos de inventariação, estudo e valorização de cada um destes bens, em separado.

Foi pedido à equipa local que convidasse a comunidade para um primeiro encontro para apresentação e discussão do projeto. Dois dias depois, sem uma lista de participantes, o coordenador da equipa local, preocupado, disse não saber quem convidar para esse encontro, não saber quem era a comunidade. No caso da Festa das Cruzes do Guardão, tinham identificado os Párcos das paróquias envolvidas, os Presidentes de Junta das duas Freguesias e os mordomos da Festa. Face a esta situação (que era expectável), fez-se um exercício de identificação de outras pessoas ou grupos que tinham alguma relação com a Festa: mordomos de anos anteriores, pessoas que enfeitam as cruzes, armadores de andores, pessoas que organizam e participam nas ladainhas, autores de trabalhos académicos, centros de investigação, confrarias que, de alguma forma, participam na Festa, professores que trabalham o tema com os seus alunos, emigrantes que

regressam todos os anos para participarem na Festa, e os párocos, os presidentes de Junta, o Executivo municipal. Mas esta (ainda) não era a comunidade! A maioria das pessoas e grupos convidados compareceu no primeiro encontro para apresentação e discussão do projeto e foram indicando outras pessoas que não tinham sido identificadas. A equipa participou em todos os momentos preparatórios da Festa, foi conhecendo e ouvindo outras pessoas, viveu naquele território durante algum tempo, ao ritmo do lugar. O processo repetiu-se com o marcador barro negro de Molelos. Algumas pessoas e alguns grupos coincidiam numa e noutra comunidades. Alguns envolveram-se muito num primeiro momento, chamaram outros que se mantiveram ou que saíram. Ao longo do processo de patrimonialização destes bens, a maioria das interações era presencial e física, mas houve muitas via e-mail, zoom e WhatsApp porque embora algumas pessoas não vivam no território, à distância, continuam a fazer parte da comunidade.

Os processos de patrimonialização da Festa das Cruzes do Guardão e do Barro Negro de Molelos já estão concluídos e foram desenvolvidos com a participação alargada de pessoas, associações e instituições. Embora haja núcleos fixos, não nos é possível identificar todos os que fazem parte destas comunidades porque elas não são estanques.

A cada dia, elas se alteram, entrando uns e saindo outros. Estamos há dois anos a desenvolver este projeto na Serra do Caramulo. Iniciámos há alguns meses o processo de patrimonialização das Construções de

Pedra Seca e repetiu-se o problema central dos outros dois marcadores: quem faz parte desta comunidade? Quem chamar para este processo?

De forma radical: um projeto como este deve excluir os habitantes de Lisboa e do Porto? Ou os de Paris e de Pelotas? Ou deve construir-se, numa lógica humanista, com todos os que se quiserem empenhar no processo?

Num processo de patrimonialização ou intervenção e valorização de um bem cultural, a "comunidade" não está pré-definida. Para a sustentabilidade do bem, a tarefa primordial é o envolvimento da comunidade, mas é necessário deixar que as pessoas, grupos e instituições se conectem, se ouçam e se deem, sem hierarquias pré-definidas. Pediram-nos que trabalhássemos a comunidade do Caramulo. À distância, olhamos a Serra do Caramulo como um todo, uma paisagem que sabemos cultural. Ao aproximarmos, ao adentrarmos, percebemos as múltiplas comunidades, nas suas múltiplas conexões, fazendo presente e construindo futuros distintos, devires. Esta discussão deve prosseguir, evitando a simplicidade das definições que pode esconder algo de essencial na evolução da Humanidade: a sua crescente noção de identidade coletiva, feita de diversidade.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **A comunidade que vem**. Lisboa: Presença, 1993.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros**

ensaios. Chapecó: Argos Editora, 2009.

ÅHRÉN, Mattias. **Recognition of indigenous peoples' rights to lands, territories and resources, in State of the World's indigenous Peoples Rights to Lands, Territories and Resources**, New York, United Nations Department of Economic and Social Affairs (pp. 1-30), 2021. Disponível em: <https://www.unilibrary.org/content/books/9789210054881c004/read>. Acesso em: 23 mai. 2024

BAUMNN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMNN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BROWN, Jessica; HAY-EDIE, Terence. **COMPACT: Engaging Local Communities in the Stewardship of World Heritage**, 2014 World Heritage Paper Series No. 40 Disponível em <https://whc.unesco.org/en/news/1203/>. Acesso em: 03 mai. 2024.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs.** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ESPOSITO, Roberto. **Communitas : origen y destino de la comunidad**, 1a ed.- Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

ICOMOS. **Carta de Burra, Para Lugares de Significado Cultural, 1999.**

ILO. **Indigenous and Tribal Peoples Convention**, 1989. Disponível em <https://normlex.ilo.org/dyn/normlex/en/>

f?p=NORMLEXPUB:55:0::NO::P55_TYPE,P55_LANG,P55_DOCUMENT,P55_NODE:REV,en,C169,/Document
Acesso em: 12 mar. 2024.

ILO. **Who are the indigenous and tribal peoples?**
Disponível em <https://www.ilo.org/resource/who-are-indigenous-and-tribal-peoples> Acesso em 01/06/24.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa.** 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas,** 2007.

ONU. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Zonas Rurais (UNDROP),** 2018.

ONU. **State of the World's Indigenous Peoples, Rights to Lands, Territories and Resources.** Secretariat of the Permanent Forum on Indigenous Issues within the Division for Inclusive Social Development of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, New York. 2021. Disponível em: <https://www.unilibrary.org/content/books/9789210054881> Acesso em: 03/05/24.

ROUDINESCO, Elisabeth. **O eu soberano: Ensaio sobre as derivas identitárias.** Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

SASKIA, Sassen. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global.** 1.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

TÖNNIES, Ferdinand. **Community and society.** (Gemeinschaft und Gesellschaft). Translated and edited by Charles P. Loomis. New York: Harper and Row, 1957.

UNESCO. Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, 1972.

UNESCO. Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, 2003.

UNESCO. Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention.
Paris: World Heritage Centre, 2023.

PATRIMÔNIOS INDUSTRIAIS EM POTENCIAL NO RIO GRANDE DO SUL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE PRESERVAÇÃO

Jossana Peil Coelho

O patrimônio cultural teve seu conceito aprimorado, pensado e estudado de tal modo que, atualmente, não apenas os monumentos ou grandes obras arquitetônicas são valorizados e preservados, mas os mais diversos bens culturais. Não apenas materiais, mas também imateriais. Esses bens são reconhecidos pelos mais diversos valores, como os mais recorrentes, o arquitetônico, o histórico e o artístico, mas, também, por valores sociais, tecnológicos, científicos. É nesse contexto que o patrimônio industrial se apresenta, detentor de diferentes valores, e entendido como documento da trajetória local, das técnicas, das relações entre grupos sociais e de histórias de vidas.

O patrimônio industrial tem o seu primeiro conceito elaborado em 2003 pelo Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH)¹, durante assembleia geral realizada na Rússia, ocasião na qual se originou a Carta de Nizhny Tagil, que expõe os valores e as recomendações para a preservação, conservação e pesquisa dos patrimônios industriais.

1 O TICCIH foi criado em 1978, com o objetivo de promover cooperação, preservação, documentação, pesquisa, educação e interpretação do patrimônio industrial.

A preocupação e o debate sobre os bens da industrialização surgem na década de 1950 na Inglaterra quando a expressão "arqueologia industrial" começa a ser usada, mas a apropriação e valorização são expandidas, na década de 1960, quando exemplares arquitetônicos representativos da industrialização são destruídos. Assim, pesquisas e iniciativas para a preservação do patrimônio industrial deram início e são difundidas. Na década de 1970, essas ações surgem em outros países (Kühl, 2008).

Recentemente no Brasil, o patrimônio industrial tem um espaço considerável no meio acadêmico, apresentando pesquisas que contribuem para a valorização e preservação, principalmente dos bens fabris arquitetônicos. Bens esses que possuem maior atenção e visibilidade quando são patrimonializados, porém, como apresentado na Carta de Nizhny Tagil, "O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico" (Carta de Nizhny Tagil, 2003, p. 3). Conseqüentemente essa composição implica que o patrimônio industrial, para a sua real compreensão e preservação, seja também composto por múltiplos bens, conforme defendido na Carta de Sevilla²:

Se entiende por patrimonio industrial el conjunto de los bienes muebles, inmuebles y sistemas de sociabilidad

2 Documento elaborado no seminário do Centro de Estudos Andaluces e do TICCIH – Espanha (Comitê Internacional de Conservação do Patrimônio Industrial – Espanha) em Sevilla / Espanha, no ano de 2018.

relacionados con la cultura del trabajo que han sido generados por las actividades de extracción, de transformación, de transporte, de distribución y de gestión generados por el sistema económico surgido de la "revolución industrial". Estos bienes se deben entender como un todo compuesto por el paisaje en el que se integran, las relaciones industriales en que se estructuran, las arquitecturas que los caracterizan, las técnicas utilizadas en sus procedimientos, los archivos generados durante su actividad y sus prácticas de carácter simbólico (Sobrino; Sanz, 2018, p. 13).

Devido aos múltiplos valores e bens que um patrimônio industrial abrange, sua preservação é complexa. No cenário brasileiro, mais precisamente no estado do Rio Grande do Sul, nota-se, após breve observação dos patrimônios culturais situados no estado, que o industrial é pouco expressivo e valorizado, provavelmente por sua complexidade. Essa hipótese foi pesquisada pontualmente nas cidades de Porto Alegre, capital do Estado, em Caxias do Sul e em Pelotas — municípios escolhidos por possuírem na sua trajetória marcante industrialização— e potencialmente essa história deveria estar refletida nos seus patrimônios culturais e na legislação municipal que regem o seu patrimônio, como visto a seguir.

As cidades, suas histórias e suas legislações patrimoniais

As cidades elencadas para a pesquisa apresentada estão entre as cinco mais industrializadas do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XX, período em que o patrimônio industrial começa a ganhar espaço entre os demais patrimônios já consagrados. Entendendo, dessa forma, que as cidades com passado de forte industrialização e maior número de estabelecimentos

fabris podem ter esse passado repercutido no patrimônio cultural.

Começando por Porto Alegre, seu surgimento se dá com a imigração de açorianos, em meados do século XVIII, que se instalam às margens do lago Guaíba para trabalhar com agricultura. Ao passar do tempo, chegam outros imigrantes de diversas nacionalidades povoando o local, e são implantados estabelecimentos de manufaturas artesanais que, depois, viriam a ser tornar empresas fabris. Esse fato se deve ao desenvolvimento local, pois as margens do Guaíba foram construídos trapiches e pequenas docas por onde os imigrantes desembarcavam e, assim, o espaço foi se modernizando e crescendo, proporcionando um local para escoar a produção colonial, contribuindo para que, ao final do século XIX, fosse o principal local de importação e de exportação do Estado, bem como de grande industrialização. Outro fator foi a instalação estratégica da linha férrea junto ao Guaíba, em 1874, ligando os principais municípios do estado. A localidade ficou conhecida por "Bairro das Chaminés".

Devido ao aumento de postos de trabalho nesses espaços fabris, o entorno das fábricas começa a ser preenchido por residências de trabalhadores e, conseqüentemente, de serviços para atender a essa comunidade.

No século XX, o bairro já se apresenta como a zona industrial da cidade e, em constante crescimento, os operários começam a se instalar em bairros vizinhos. Na primeira metade desse século, há uma crescente urbanização da cidade, como principal fator: a

industrialização da capital. Porém, na década de 1970, o bairro começa um processo inverso, o esvaziamento, devido ao fechamento das fábricas— seja por mudança ou término das operações. E, assim, a localidade passa a contar com imóveis fabris desocupados, causando abandono e degradação dessa área urbana.

Nos anos 2000, começa um processo de revitalização do bairro, atualmente denominado 4º Distrito³, incentivado pela administração municipal, pelo setor acadêmico e pelo setor imobiliário; afinal, é uma área urbana com infraestrutura e boa localização, próximo ao centro e às principais vias de acesso da cidade.

O poder público municipal, nesse sentido, sancionou uma lei complementar que alterou o seu Plano Diretor⁴, prevendo a revitalização do 4º Distrito, com estruturação urbana, qualificação ambiental, promoção econômica e produção da cidade. O Plano Diretor apresenta os elementos estruturadores do modelo espacial da cidade, sendo um deles o chamado Corredor de Urbanidade, composto por quatro bairros limitrofes⁵, e dois pertencentes ao 4º Distrito, que possuem vias estruturadoras e se diferenciam pela presença do patrimônio cultural. O documento também determina Áreas de Ambiência Cultural, que são espaços que

3 O 4º Distrito é formado pelos bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Farrapos e Humaitá.

4 Plano Diretor é um instrumento legal que visa orientar o desenvolvimento urbano, considerando os aspectos ambientais, econômicos e sociais.

5 Cidade Baixa, Bom Fim, Independência e Navegantes.

possuem peculiaridades ambientais e culturais, e essas são elencadas em uma lei complementar, onde são listadas 134 áreas. Pela denominação dada a cada uma, encontram-se nove que podem apresentar potencialidade de patrimônio industrial, sendo que se trata apenas de três antigas fábricas que se repetem.

Ressalta-se que essa região está incluída na Lei do Inventário— documento que determina a elaboração de uma listagem de imóveis com características de patrimônio cultural. Nessa listagem, há aproximadamente 5.300 bens, desses, em torno de 2.200, estão localizados no 4º Distrito, 40% do total. No entanto, analisando os dados disponíveis na listagem, apenas onze bens possuem potencial de patrimônio industrial; desses, somente três estão localizados na antiga localidade industrial. Vale destacar que foi aprovada uma lei municipal em 2019 com novas diretrizes sobre o Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município de Porto Alegre, cuja listagem deve passar por uma revisão por regiões. Até o momento, essa revisão ainda não foi feita no 4º Distrito.

Outra legislação patrimonial relevante é a Lei de Tombamento, que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural e natural de Porto Alegre. Até o momento, há 80 bens tombados; desses, apenas sete, pela denominação, poderiam ser considerados patrimônios industriais, porém, nenhum deles está localizado no 4º Distrito.

Outros documentos citam o patrimônio cultural e dão

diretrizes para a sua preservação, porém, as citadas acima são as únicas que, de alguma forma, poderiam indicar bens ou considerá-los como patrimônio industrial.

A segunda cidade analisada é Caxias do Sul. Enquanto espaço urbano, sua história tem início quando imigrantes, em busca de trabalho, começam a chegar ao local, por volta da década de 1870. Nessa época, a localidade ficava isolada do restante do Estado pela falta de infraestrutura de estradas; dessa forma, os imigrantes focaram na economia de subsistência, proporcionando um desenvolvimento de uma economia dinâmica. Cerca de 40 anos depois, o município começou a se integrar com outras regiões — período marcado pela instalação da estrada de ferro, que foi um marco para o desenvolvimento local, ao possibilitar a exportação dos produtos produzidos na cidade. Posteriormente, com a chegada da eletricidade, as fábricas, antes unidades artesanais, expandiram-se para unidades fabris.

Nos anos 1950, a indústria metalúrgica começa a ganhar espaço e destaque na cidade, assim, a cultura da uva (base da economia local) e a indústria de transformação são as principais atividades econômicas, e Caxias do Sul é um dos principais centros industriais do Estado. Nessa mesma época, as fábricas ocupavam o centro da cidade, mas a localidade não atendia mais as demandas, seja pelos prédios que já estavam obsoletos ou pela dificuldade de escoar seus produtos. Logo, começam a esvaziar o bairro, deixando imóveis desocupados.

Na década de 1970, a indústria metalúrgica faz da cidade

um polo do setor metalomecânico no Estado, mesma época em que a administração municipal passa a pensar na preservação dos patrimônios culturais. Atualmente, a cidade é a segunda maior do Estado em importância econômica, ficando atrás da capital.

Referindo-se à preservação do patrimônio cultural da cidade, há diversos documentos que tratam desse tema, porém, destaca-se apenas duas legislações que, de alguma maneira, podem citar e/ou indicar os patrimônios industriais. O documento de grande importância para o patrimônio é o Plano Diretor, que apresenta a preservação do patrimônio cultural, material e imaterial como diretriz para o desenvolvimento da cidade. Também, elenca Setores Especiais de Interesse Patrimonial, Histórico, Cultural e Paisagístico (SIH), que são áreas que, devido a suas características, sejam arquitetônicas, histórica, cultural, paisagística ou arqueológica, devem ser preservadas. No documento, não há descrição desses setores, são apenas indicados suas localizações e os bens culturais que abrangem em mapas anexos. Dentre as 22 áreas apresentadas na lei, cinco possuem potencial de patrimônio industrial.

Nessa legislação, há uma seção destinada à cultura, onde são indicados dois mapas (anexos), o Primeiro, Anexo 14, apresenta os Setores de Interesse, Patrimonial, Histórico, Cultural e Paisagístico - SIH - Área Urbana, com 158 setores divididos por localidades, desses 28, conforme a denominação, possuem potencial de patrimônio industrial. O segundo, Anexo 9, que localiza os Setores de Interesse Patrimonial, Histórico, Cultural e

Paisagístico - SIH - Área Rural, dos 108 bens presentes, apenas 11 possuem potencial de patrimônio industrial, devido a suas denominações.

Outro documento relevante é a lei que dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural, orientando os processos de tombamento em nível municipal. Caxias do Sul possui 53 bens tombados, dentre eles, 11 podem ser considerados patrimônios industriais.

Por fim, a terceira cidade analisada, Pelotas, tem seu início nas primeiras décadas do século XIX, com a instalação de charqueadas ao longo da margem do Arroio São Gonçalo, proporcionando grande desenvolvimento econômico do local, criando, assim, condições para a organização do núcleo urbano. Essa fase econômica durou cerca de 100 anos, no século seguinte com o fim da escravidão, mão de obra amplamente usada pelos charqueadores, e o surgimento de frigoríficos, as charqueadas começam a decair. A próxima fase econômica pelotense é marcada pelo crescimento das fábricas de transformação, localizadas, em sua maioria, na zona portuária— espaço desenvolvido anteriormente devido à produção do charque, facilitando a mudança econômica.

Na década de 1930, a cidade já recuperada economicamente se encontra entre as mais industrializadas do Estado. Porém, seu maior crescimento industrial se dá na década de 1970, mesma época de grande desenvolvimento de Caxias do Sul, mas Pelotas se destaca pela indústria conserveira, beneficiamento

de arroz e outros tipos de transformação.

Entretanto, na década seguinte, as indústrias entram em declínio devido à recessão que toma todo o país, fazendo o município perder posições como centro industrial do Estado, chegando nos anos 2000, em décimo lugar. Assim, os prédios que abrigavam fábricas e conseguiram permanecer na paisagem urbana hoje encontram-se vazios ou com diferentes usos. Esses que sobrevivem ao tempo são potenciais patrimônios industriais, dessa forma, buscou-os na legislação municipal sobre patrimônio cultural.

Como nas outras cidades pesquisadas, Pelotas apresenta um número representativo de documentos referentes à preservação do seu patrimônio cultural, mas apenas dois se destacam por terem a possibilidade de indicar e valorar o patrimônio industrial. A primeira é a Lei do Inventário, que define a delimitação de zonas de preservação e institui os bens integrantes do inventário. O documento apresenta quatro zonas, sendo uma a zona portuária, como dito acima, localidade que abrigou diversas fábricas, mas não a caracteriza. Quanto à listagem de bens inventariados, consta em torno de 1.700 imóveis; desses, foram identificados⁶ apenas 32 com potencial de patrimônio industrial.

6 Na lista dos integrantes do inventário do patrimônio cultural de Pelotas, consta apenas o endereço do bem, dessa forma, a autora utilizou o seu conhecimento da cidade apoiada em bibliografias que falam nas antigas fábricas da cidade para localizar esses imóveis na listagem.

Como nas outras cidades, o Plano Diretor também é uma lei importante para a preservação do patrimônio, sendo em Pelotas a mais significativa. Ela apresenta 11 Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural, que possuem distribuídas entre elas 20 Focos de Interesse Cultural. Analisando cada um desses focos foi possível perceber que apenas seis Focos — que estão distribuídos em quatro Áreas —, que poderiam ser classificados como patrimônio industrial.

Pelotas não possui uma lei específica para o tombamento de seus patrimônios nem um livro tomo, os bens são patrimonializados através de decretos. Até o momento, a cidade possui 12 patrimônios tombados; desses, apenas a Estação Férrea pode ser considerada um potencial patrimônio industrial.

Ao pesquisar sobre a história de cada município individualmente, e após identificar e analisar as legislações patrimoniais foram selecionados um exemplo, em cada cidade, de imóveis de antigas indústrias que possuíam algum tipo de patrimonialização considerando os documentos legislativos aqui apresentados. Esses bens são apresentados a seguir.

Os bens, suas intervenções e seus usos

Ao analisar as legislações sobre o patrimônio cultural, foi possível conhecer os bens que essas protegem, ou seja, bens que possuem algum nível de patrimonialização e devem ser preservados. Ao verificar a atual situação desses bens, qual a sua relevância na história do seu

município e se são destaque nas suas paisagens, chegamos a três bens de considerável valor histórico, arquitetônico, tecnológico e social, valores presentes em um patrimônio industrial.

O primeiro está localizado em Porto Alegre, no 4º Distrito, construído às margens do Guaíba, a Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense (Fiateci) foi fundada e inaugurada no início da década de 1890. Nessa época, a localidade ainda estava praticamente desabitada, mas já havia a linha férrea que passava na frente da fábrica, essa localização facilitou muito para receber e despachar matérias-primas. A fábrica contava com uma área, em torno de 8 mil m², com prédios voltados para a produção e administração, e possuía uma particularidade para o ambiente fabril, um jardim tratado paisagisticamente.

Na década seguinte, a Fiateci estava entre as maiores empresas do Estado, e todo o seu desenvolvimento contribuiu para estimular e promover o crescimento do bairro. Em 1919, uma vila operária é edificada para atender sua mão de obra.

A fábrica se manteve funcionando no local até 2010 quando se mudou para uma cidade vizinha, dois anos após, as antigas instalações são vendidas para a construção de um condomínio de uso misto. Importante mencionar que, em 2008, o espaço fabril da Fiateci foi incluído no Inventário do Patrimônio Cultural de Bens imóveis do Bairro São Geraldo, por ser relevante para a paisagem urbana cultural da cidade. Dois núcleos da vila operária também foram incluídos no Inventário.

Após a venda, o antigo espaço fabril passou por intervenção arquitetônica para abrigar o novo uso, a técnica utilizada, segundo divulgação da construtora, foi o Retrofit⁷. O condomínio conta com três torres residenciais, uma torre comercial e uma área condominial. Das edificações fabris inventariadas, que devem ser preservadas e conservadas, apenas uma passou por intervenção, e abriga o estacionamento, as demais — as mais antigas e voltadas para o jardim — seguem sem uso, e pelo projeto inicial devem ser ocupadas com um centro comercial e um memorial da Fiateci. Salienta-se que a chaminé, importante marco industrial, foi mantida por também ser inventariada, embora sua visibilidade foi afetada, devido à grande altura das torres construídas.

Para as vendas das unidades habitacionais e comerciais do condomínio, a construtora responsável utilizou como campanha de vendas o fato do espaço ser inventariado e o projeto de revitalização do 4º Distrito, mas as edificações fabris que ainda esperam pela intervenção foram isoladas da área condominial por tapumes; e a que já está com novo uso, internamente, não há indícios da fábrica, e na fachada as aberturas foram trocadas e a cobertura foi movimentada, aumentando o pé-direito, causando uma descaracterização.

O segundo bem cultural é o imóvel da antiga Metalúrgica Abramo Eberle (MAESA), situada em Caxias do Sul,

7 Retrofit é uma atualização de um edifício através da incorporação de novas tecnologias e da utilização de materiais de última geração, com a finalidade de prolongar a vida útil, com conforto e funcionalidade para um novo uso e valorização do imóvel.

inaugurada em 1948, ficou conhecido como fábrica dois, pois se tratava da expansão de uma indústria de reconhecido valor econômico e social na cidade.

A metalúrgica passa a existir em 1896, como uma funilaria de administração familiar bem no centro da cidade, em um imóvel de madeira. O empreendimento teve grande desenvolvimento, e no lugar da funilaria, em 1946, é inaugurada a sua sede, um prédio de cinco andares. O espaço funcionou até os anos 1990, e foi desocupado pela dificuldade de se manter no centro urbano. Hoje é uma universidade particular e é tombada em nível municipal.

A fábrica dois foi construída em um bairro afastado do centro, próximo à principal via de acesso à cidade e praticamente desabitado. O espaço fabril, ao longo do seu funcionamento, expandiu-se, recebendo reformas e modernizações, contribuindo para o desenvolvimento da localidade, transformando-a em um bairro tipicamente operário, alterando a paisagem e estimulando a instalação de diversos serviços.

A MAESA encerrou suas atividades em 1994 quando a empresa foi vendida para outra metalúrgica, assim, as instalações da fábrica dois continuaram funcionando. Em 2010, o imóvel teve sua propriedade transferida ao Estado como pagamento de dívidas. Em 2016, foi doado ao município de Caxias do Sul, com o acordo que ele abrigasse setores públicos e culturais. Mesmo com o espaço ainda funcionando, a indefinição do futuro do imóvel motivou a Associação de Bairros da cidade,

reconhecendo o valor da MAESA, pedir à administração municipal o seu tombamento, e em junho de 2015 o complexo recebe essa proteção.

Devido ao acordo firmado entre Estado e município, em 2017, a prefeitura começa a ocupar parte do prédio já desocupado pela metalúrgica, transferindo a Divisão de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria da Cultura, que se mantém no espaço, e o posto de monitoramento 24 horas da Guarda Municipal, que já não está mais no prédio. A parte do prédio que ainda era ocupado pela metalúrgica tinha o prazo de desocupação até o segundo semestre de 2018, que não foi cumprido, sendo desocupado apenas em 2020, após um decreto de falência em 2019. Com o decreto de falência em 2019, seus móveis e maquinários com valor econômico foram a leilão, e nessa época a prefeitura de Caxias do Sul tomba o maquinário considerado histórico da Maesa, e com essa decisão, parte de bens incluídos no leilão da massa falida são retirados em função do tombamento. O espaço fabril da MAESA ainda não passou por intervenção arquitetônica, porém há um projeto de ocupação que se preocupa com a memória do espaço e do entorno, com um programa de necessidades que determina os espaços públicos e culturais que serão instalados, entre eles, o Museu do Trabalho, com o objetivo de preservar a memória da Metalúrgica. Uma licitação municipal foi feita para contratação de uma empresa que elaborou o plano geral do espaço, prevendo, entre outras ações, a indicação do tipo e grau de intervenção e medidas de conservação, assim como a preservação do maquinário mantido e a implantação do Museu do Trabalho.

O último bem cultural está localizado em Pelotas e trata-se da Laneira Brasileira S.A, construída em 1949, em local estratégico, bairro pouco ocupado, próximo ao arroio Santa Barbara e da estação férrea. Na década de 1960, o lanifício já era reconhecido por contribuir com o desenvolvimento econômico do Estado e exportava lã beneficiada para centros industriais do país. Na década seguinte, continua expandindo, tanto fisicamente, ampliando seu espaço fabril, e de produção, que continua a crescer até a década de 1980.

Como nos outros casos, a expansão da fábrica colaborou para o crescimento e desenvolvimento do seu bairro, embora não tenha proporcionado uma vila operária, o seu operariado residia em seu entorno.

Nos anos de 1990, com o mercado da lã decrescendo, começa um período de dificuldades, setores são desativados e salários dos funcionários parcelados, como consequência desse período, em 2003, a Laneira encerra suas atividades por falência. Com o fechamento, maquinário e móveis com valor comercial foram retirados, permanecendo apenas duas máquinas (prensas de lã), sem valor de mercado e alguns documentos sem qualquer valor aos proprietários.

O imóvel permanece fechado até 2010 quando a Universidade Federal de Pelotas o compra. Nos primeiros anos, a universidade utilizou o espaço para usos temporários, como exposições; atualmente, está sofrendo diversas patologias pelo desuso, com a cobertura em ruínas. Foi elaborado um projeto, em 2013, de reciclagem e requalificação com a proposta de

transformar a fábrica em espaços de ensino, de eventos e de cultura, que conta com o Memorial da Laneira que, no entanto, nunca foi levado adiante. No mesmo ano do projeto, o espaço foi incluído no Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas.

Considerações finais

Dado o exposto, percebe-se que as legislações dos três municípios, de maneira semelhante, não contemplam os patrimônios industriais. Embora encontre referências às antigas fábricas, essas são apenas citadas como patrimônio cultural, sem uma maior atenção às suas especificidades. Isso resulta na proteção exclusiva dos bem imóveis, que, apesar de estarem diretamente ligados às histórias locais, não recebem a valorização e preservação adequadas para um patrimônio industrial.

Em Caxias do Sul e Pelotas, em maior número do que em Porto Alegre, as fábricas são citadas nas legislações, mostrando, mesmo implicitamente, a intenção de preservar o legado fabril. Porém, devem ser agregados aos seus discursos preservacionistas todos os valores que os dispõem para além do arquitetônico, como o paisagístico, técnico e social, fortalecendo, dessa forma, o patrimônio industrial.

Essa observação fica mais clara quando analisados bens patrimonializados de antigas fábricas. Dos três exemplos aqui ilustrados, mesmo com diferentes tipos de preservação, nenhum deles tem além das edificações preservadas. No caso da MAESA, há uma preocupação

pela manutenção do maquinário em local original através do seu tombamento em 2020. Já no caso da Laneira, as máquinas ficaram no local apenas por não terem valor de mercado, mas nada garante que em uma intervenção sejam mantidas, apenas o bom senso de salvaguardar a memória fabril. Na Fiateci, até mesmo as edificações estão em segundo plano, o espaço fabril foi usado para a construção de um moderno condomínio, já em uso, mas a maioria dos imóveis da antiga fábrica ainda esperam por intervenção, e estão isolados da área condominial, mesmo usados como propaganda para vendas das unidades do novo uso e da revitalização do bairro.

Confrontando os bens exemplificados com a definição de patrimônio industrial da Carta de Sevilla (Sobrino; Sanz, 2018), percebe-se que nenhum deles vai além da preservação dos bem imóveis, sendo dois deles — Fiateci e Laneira — apenas as edificações, e no caso da Maesa as máquinas compõe o edifício. E quanto aos sistemas de sociabilidade, não são citados em nenhum momento, muito menos os valores técnicos e sociais. Mesmo as vilas operárias da Fiateci, também consideradas patrimônios, não há relação com a sua função inicial, moradia dos operários; apenas são considerados elementos significativos da paisagem cultural da cidade.

Sem espaço nas legislações municipais, os potenciais bens industriais acabam com seus valores apagados pela falta de uma valorização adequada. Os projetos e intervenções para novos usos das antigas fábricas preservam apenas as edificações, sem qualquer

indicação para os bens imóveis, imateriais ou do seu entorno, por falta de diretrizes mais rígidas.

Para que ganhem representatividade e consequentemente sua valorização, o patrimônio industrial precisa ter seus valores preservados de forma conjunta e, para isso, as legislações devem entender a sua complexidade.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Abramo e seus filhos: cartas familiares 1920- 1945.** Caxias do Sul: EDUCS, Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2005.

BISOL, Letícia Eloisa. **O patrimônio urbano-arquitetônico de Caxias do Sul (RS): Resgate memorial das edificações para possível utilização turística.** Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul – RS, 2017.

BRITTO, Natália Daniela Soares Sá. **Industrialização e desindustrialização do Espaço Urbano em Pelotas/RS.** Dissertação Pós-graduação em Geografia - Universidade Federal de Rio Grande. Rio Grande, 2011.

BUENO, Eduardo; TAITELBAUM, Paula. **Indústria de ponta: uma história da industrialização do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Buenas Ideias, 2009.

COELHO, Jossana Peil. **De Fábrica para patrimônio: estudo comparativo da condição de remanentes no Rio Grande do Sul / Brasil.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2021.

COELHO, Jossana Peil. **Os significados do lugar: memórias sobre a extinta fábrica Laneira Brasileira S.A. (Pelotas / RS)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2017.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

MIRANDA, Adriana Eckert. **Planos e Projetos de Expansão Urbana Industriais e Operários em Porto Alegre (1935-1961)**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre, RS. 2013.

PELOTAS, Secretaria Municipal de Cultura. **Patrimônio Cultural de Pelotas. Manual do Usuário de Imóveis Inventariados**. Pelotas: Nova Prova, 2008.

CAXIAS DO SUL. **Plano Geral Maesa**. Caxias do Sul, 202. Disponível em: <https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2021/08/Oaca6752-af5d-4565-9a94-85a100056ea3.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Disponível em: <http://www.pelotas.com.br/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/>. Acesso em: 23 ago. 2020.

SALES, Fabiana de lima. O desenvolvimento econômico de Caxias do Sul na perspectiva do acervo do Museu

Municipal. **Anais do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL**, Universidade de Caxias do Sul, Mestrado em Turismo, Caxias do Sul / RS, 7 e 8 jul. 2006. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/3/58.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2020.

SILVEIRA, Ana Cristina dos Santos Amaro da. **Uma face da industrialização pelotense na década de 1970: a gênese da Agência de Treinamento Eraldo Giacobbe, SENAI/Pelotas**. Dissertação Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

SOBRINO SIMAL, Julián; SANZ CARLOS, Marina (ed.). **Carta de Sevilla de patrimônio industrial 2018: los retos del siglo XXI**. Sevilla: Centro de Estudios Andaluces. Consejería de la Presidencia, Administración Pública e Interior. 2018.

THIESEN, Beatriz Valladão. **Fábrica, identidade e paisagem urbana: Arqueologia da Bopp Irmãos**. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre. 2005.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil sobre Patrimônio Industrial**, TICCIH, 2003. Disponível em: <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2020.

O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E A PEDAGOGIA FREIREANA: A IMATERIALIDADE DA FÁBRICA LANG NO PROGRAMA MULHERES MIL

*Laiana Pereira da Silveira
Caterine Henriques Mendes
Francisca Ferreira Michelin*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho reflete sobre a antiga Fábrica de Velas e Sabão F. C. Lang & Cia. como patrimônio industrial da cidade de Pelotas e seus novos usos. A partir da concepção de patrimônio como vetor de bem-estar social e em consonância com os objetivos do desenvolvimento sustentável. Desse modo, temos como objetivo apresentar aqui o uso desse patrimônio como uma pedagogia do afeto, numa visão decolonial, onde este patrimônio, em sua dimensão simbólica, é um dos pilares de um projeto de emancipação social e econômica de mulheres, intitulado Mulheres Mil.

Pelo viés de que o patrimônio é um instrumento para o desenvolvimento local, por meio de uma perspectiva do presente para e com a sociedade na qual ele está inserido (Varine, 2013), partimos das seguintes reflexões: Como esse patrimônio cumprirá sua função social? Como ele poderia agir enquanto um vetor de bem-estar social e instrumento de desenvolvimento para esse público específico, ou seja, para essas mulheres inseridas em um contexto de violências e exclusões

diversas? A resposta a todos esses questionamentos foi se tornando mais cristalina a partir da seguinte reflexão: por que a Fábrica de Velas e Sabão Lang não poderia voltar a ser uma fábrica de velas? Ora, o terreno da antiga fábrica é, agora, ocupado pela reitoria de uma escola — o IFSul. Então, em que sentido tal provocação é possível? Sob qual prisma voltaremos nosso olhar para essa possibilidade?

E foi a partir dessas reflexões que a semente do projeto de capacitação de mulheres para o mundo do trabalho em fabricação de velas e sabonetes aromáticos, assim como o curso de Bordados em pedrarias, dentro do Programa Mulheres Mil, começou a germinar. O objetivo do curso é capacitar mulheres em situação de vulnerabilidade social, resgatando a autoestima, a consciência crítica e o empoderamento como sujeitos de sua própria história, numa perspectiva libertadora do sistema de opressão e violência em que essas mulheres se encontram. Promovendo a cidadania social através da economia criativa e do ensino gratuito da produção de velas e bordados.

Nos aspectos introdutórios do curso, seguimos pela perspectiva histórica, onde é ensinada a importância do saber-fazer, da manualidade e da história de ambos os produtos. A Fábrica Lang, aqui, na sua dimensão simbólica, no seu aspecto imaterial, será um instrumento da pedagogia afetiva. Com base Freireana, a metodologia adotada é de uma pedagogia dialógica, onde o conhecimento parte das experiências de vida do educando e, a partir da sua realidade, as trocas de

saberes são estabelecidas.

Os trabalhadores e artesãos são reconhecidos historicamente na produção, em seu saber-fazer, entrelaçando suas memórias e identidade aos produtos como construção sociocultural, agregando valor simbólico e inserindo esta parte específica da população enquanto sujeitos do patrimônio, reconhecendo-se como produtores no sistema cultural. Portanto, neste estudo, abordaremos um novo uso desse patrimônio industrial: a educação por meio do patrimônio industrial que, além de ter tido seu território ressignificado pelo uso de uma instituição de ensino, serve como inspiração para as aulas do curso Mulher Mil.

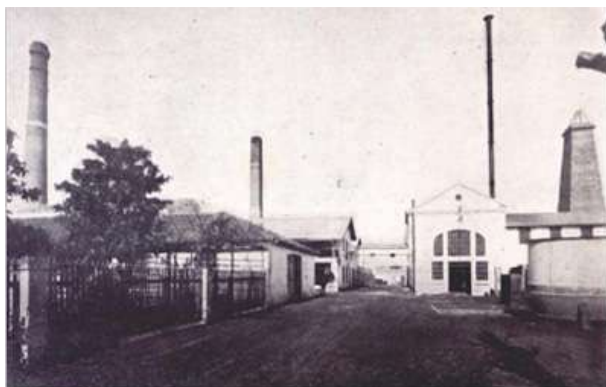
A FÁBRICA LANG E O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

A Fábrica F. C. Lang & Cia. de velas e sabão foi inaugurada na cidade de Pelotas, extremo sul do Rio Grande do Sul, no ano de 1864, auge do período charqueador, de acordo com Moraes (2014). E, assim, a Fábrica Lang, que utilizava subprodutos do boi, matéria-prima das charqueadas, deu início às suas atividades, com apenas dois funcionários, na produção de sabão comum e velas de sebo. Moraes (2014) destaca que pelo fato de não haver, ainda, energia elétrica a vela era uma mercadoria muito procurada para consumo. Além disso, como destaca a Revista do 1º Centenário de Pelotas (1912), organizado por Simões Lopes Neto, devido à grande procura pelo produto e a boa qualidade oferecida pela Fábrica Lang, em 1870 Lang teve que ampliar a sua fábrica, estabelecendo-se na Estrada da Costa, uma localização estratégica e de fácil acesso às charqueadas, num terreno próximo ao

Arroio Pepino; onde hoje se encontra o que ainda resta da Fábrica Lang.

E, ainda, conforme a Revista do 1º Centenário de Pelotas (1912), no ano de 1910, a fábrica já contava com 100 funcionários de ambos os sexos, obtendo grandes resultados no processo de industrialização e na diversificação dos produtos. A revista do 1º Centenário de Pelotas (1912) relata que em 1911 a Fábrica foi equipada com modernos geradores próprios, que produziram luz elétrica para todo bairro, então conhecido bairro da luz, e gerando força motriz para a fábrica. Sem dúvida nenhuma, influenciando novas formas de viver e conviver aos habitantes, ao menos nesse bairro, com o advento da luz, ficando evidente aqui a relação da fábrica com o seu território. Durante a sua existência, a fábrica Lang se destacou como empreendimento fabril da cidade de Pelotas, participando de feiras nacionais e internacionais e ganhando diversos prêmios. O complexo fabril, com uma arquitetura característica do período industrial, compreendia diversos edifícios com vários pavimentos, um conjunto de galpões térreos, dos quais se destacavam as chaminés da indústria.

Figura 1: Fábrica F. C. Lang & Cia
Fonte: Costa, 1922, p. 88.



É evidente o seu valor histórico para a cidade de Pelotas, contribuindo diretamente nos modos de viver de seu território (com destaque, como dito, para a geração de luz elétrica para o seu bairro), para o desenvolvimento econômico, político e social da cidade. Iniciando suas atividades no período de transição do que o pesquisador Julián Sobrino (2019) chamou de protoindústria para a era industrial na cidade de Pelotas:

O Patrimônio Industrial em Pelotas constitui uma encruzilhada onde se cruzam os caminhos da arquitetura, das paisagens, da história social, da vida empresarial, das máquinas e procedimentos e das estruturas simbólicas. Forma um território conceitual muito amplo que se estende no tempo, desde o final do século XVIII e início do século XIX, nas charqueadas de São João, Santa Rita ou Boa Vista, durante a fase proto-industrial, até a obsolescência desses modelos econômicos, energéticos e técnicos, de uma incipiente estrutura econômica agropecuária e sua transformação em um

sistema plenamente industrial. Traduzido com a versão gratuita do tradutor. (Sobrino, 2019, p. 13, tradução nossa)

A fábrica fechou suas portas no ano de 1994, restando na área as antigas construções fabris, que assim permaneceu, em estado de abandono, tanto dos prédios como das chaminés, mas como parte integrante da paisagem do território industrial/produção, impondo-se numa área nobre e central da cidade, como um espaço de memória, onde se pode ler no presente a sua história e a sua trajetória de desenvolvimento econômico, cultural e social. E, atualmente, nenhum maquinário se encontra no interior da fábrica. Do conjunto de prédios da antiga Fábrica Lang, permanece a entrada da fábrica que já sofreu inúmeras interferências, um prédio em ruínas e uma torre; seu terreno é ocupado pelo prédio da reitoria do Instituto Federal Sul-rio-grandense. Pois, no ano de 2011, o terreno onde se encontra a antiga fábrica Lang foi comprado pelo Instituto Federal Sul-Rio-Grandense e, devido a um Termo de ajustamento de conduta (TAC) celebrado entre a prefeitura e o IFSul, o local deverá ser revitalizado, e o espaço da Antiga Fábrica será um Centro Cultural denominado: IFSul - memória, cultura, formação e cidadania. O projeto busca, através de editais, apoio e fomento para a revitalização deste único prédio, para sua reapropriação com foco na reutilização do espaço como centro educacional e cultural. O IFSul se torna, então, o gestor desse patrimônio industrial/cultural e de sua memória.

*Figura 2: Fachada atual da entrada da reitoria do IFSUL
Fonte: Acervo das autoras, 2021.*



A considerar, o patrimônio industrial passou a ser objeto de pesquisa no Brasil somente a partir de 2003, com a fundação do Comitê Brasileiro de Preservação Industrial, como informa Nascimento (2010), ocorrendo dois grandes encontros para debater o tema, em 2004 e 2009, além do desenvolvimento de fóruns e grupos de pesquisadores que se debruçam sobre o tema, ao longo desses anos. Entretanto, mesmo com esses avanços a preservação do patrimônio industrial, por parte dos órgãos responsáveis, ainda é incipiente em nosso país. Diante disso, observa-se em muitas cidades os prédios das antigas fábricas em situação de abandono, em ruínas, são prédios de grande porte ocupando um espaço considerável da sua cidade. Estão ali há espera do tempo: ou serem tombados pelo tempo (literalmente ruir) ou pela lógica do mercado imobiliário, dando lugar a novos empreendimentos, ou serem tombados pela memória e terem seu merecido reconhecimento como patrimônio e de sua contribuição para nossa história e

desenvolvimento.

Conforme a Carta de Nizhny Tagil (2003):

O patrimônio industrial é composto pelos restos da cultura industrial, que possui valor histórico, social, tecnológico, arquitetônico ou científico. Esses restos consideram-se os edifícios, as máquinas, as oficinas, moinho, minas, locais de processamentos e refino, armazéns e depósitos, lugar onde se gera, se usa e transmite energia, além dos meios de transporte e toda a sua infraestrutura, bem como os locais onde são desenvolvidas as atividades sociais relacionadas à indústria, e cita a moradia, cultos religiosos e educação (TICCIH, 2003, s/p).

Dessa forma, como afirma Ferreira (2009), o patrimônio industrial surge quando os antigos métodos produtivos vão sendo substituídos, ao longo da segunda metade do século XX, pelo desenvolvimento de tecnologias avançadas se tornando então obsoletos — seus prédios, maquinários e seus processos de produção, e cumprindo seu ciclo produtivo, desaparecem.

Atualmente, os numerosos debates acerca do patrimônio industrial resultam numa grande diversidade de possíveis abordagens relativamente aos seus fundamentos teóricos, procedimentos de proteção, potenciais utilizações, como destaca a Carta de Sevilha: "assumindo que a adequada reutilização dos referidos bens do Patrimônio Industrial em benefício da sociedade constituem um exemplo de sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural" (TICCIH, 2018, p. 95, tradução nossa).

Assim, diante do exposto, o grande desafio era: como aproximar a temática do patrimônio cultural/industrial às alunas do Programa Mulheres Mil do IFSul? Como aproximar este patrimônio industrial, este lugar de memória, a Fábrica Lang, ao Programa Mulheres Mil, de modo que este patrimônio cumpra a sua função social, e se torne um vetor de bem-estar social? Como, por meio da educação e do patrimônio cultural, contribuir para a capacitação profissional, independência financeira e empoderamento dessas mulheres, para que elas se reconheçam como sujeitos ativos do nosso patrimônio cultural e da nossa sociedade? Como unir o patrimônio cultural e o Mulheres Mil às metas e objetivos do Desenvolvimento Sustentável?

O PROGRAMA MULHERES MIL E O PATRIMÔNIO COMO VETOR DE BEM-ESTAR SOCIAL: A FÁBRICA LANG COMO UMA PEDAGOGIA DOS AFETOS

Apresentamos, então, o Programa Nacional Mulheres Mil, que foi instituído pela Portaria MEC nº 1.015, de 21 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União, em 26 de julho de 2011. Desenhado a partir da observância das diretrizes do governo brasileiro, em torno da redução da desigualdade social e econômica de populações marginalizadas e do compromisso do país com a defesa da igualdade de gênero. A proposta apresenta a metodologia Mulheres Mil - Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, desenvolvida para acolher mulheres cis, transgêneros e travestis que se encontram em diversos contextos sociais de marginalização e vulnerabilidade social, e inclui-las no processo educacional e no mundo do trabalho.

O Programa possibilitou a elas o acesso a uma formação educacional, profissional e tecnológica, que permitisse sua elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, por meio do estímulo ao empreendedorismo, às formas associativas solidárias e à empregabilidade (MEC, 2011). Em 2016, o Programa foi suspenso e, em 2018, o IFSul-Rio-Grandense retomou o Programa Mulheres Mil com verbas próprias, denominando-o Programa Ana Terra.

Em 2023, a retomada do Programa Mulheres Mil foi anunciada com um conjunto de políticas públicas voltadas às mulheres, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, no dia 14 de abril, foi publicada a Portaria nº 725 que objetiva o acesso à educação, promovendo a inclusão social e o acesso à cidadania, além de defender a igualdade de gênero e combater a violência contra as mulheres, bem como contribuir na redução dessas desigualdades e desenvolver estratégias para garantir ao cesso das mulheres ao mercado de trabalho (MEC, 2023).

O empreendedorismo feminino tem lutado pelo seu espaço de destaque na sociedade, e a proposta do projeto é oportunizar a esse universo independência financeira além de lhes permitir explorar seus talentos, criando peças únicas para que tenham renda familiar própria. O IFSul – Campus Pelotas, desde a implantação do Programa, conta com o apoio de instituições voltadas ao atendimento da mulher, que indicam um número elevado de mulheres em situação de vulnerabilidade social, vítimas de violência doméstica, dependentes

financeiramente de companheiros, família etc., e não inseridas no mundo de trabalho por várias razões, entre elas a falta de qualificação profissional, o que reduz drasticamente sua autonomia financeira e impossibilita, muitas vezes, o rompimento desse ciclo de violência.

E que lugar tem o patrimônio nisso? Como aproximar a Fábrica Lang, esse patrimônio industrial/cultural, a esse projeto? Como este patrimônio poderia agir como um instrumento de desenvolvimento para esse público específico, ou seja, a essas mulheres inseridas num contexto de violências e exclusões diversas? A resposta a todos esses questionamentos foi se tornando mais cristalina a partir da seguinte reflexão: "Porque a Fábrica de velas e sabão Lang não poderia voltar a ser uma fábrica de velas?"

Ora, o terreno da antiga fábrica agora é ocupado pela reitoria de uma escola — o IFSul —, as chaminés foram derrubadas e só sobraram suas bases e uma torre, e o prédio remanescente encontra-se em situação de ruína esperando verbas para uma revitalização. Então, em que sentido tal provocação é possível? A partir de qual dimensão vamos refletir sobre esse questionamento?, essa provocação? Sob qual prisma vamos voltar o nosso olhar para essa possibilidade? Como no mundo das ideias isso poderia se tornar possível? E foi a partir de todas essas reflexões que a semente do projeto de capacitação de mulheres, em situação de vulnerabilidade social, ao mundo do trabalho em Bordados em Pedraria (o bordado como uma representação cultural) e a fabricação de velas e sabonetes aromáticos a partir de ervas medicinais, dentro do Programa Mulheres Mil,

começou a germinar.

Assim, partindo da concepção de que o patrimônio industrial é multidisciplinar, considerando o alargamento de sua dimensão decorrente das pesquisas desenvolvidas ao longo dos anos, marcada por uma maior representatividade das temáticas e a necessária participação cidadã, e as novas fronteiras patrimoniais, como nos traz o pesquisador e historiador Sobrino (2018), na Carta de Sevilha: "entre patrimônio natural e patrimônio cultural, entre patrimônio móvel e imóvel, entre patrimônio material e imaterial, entre objeto e contexto, entre gestão técnica especializada e participação cidadã, entre o urbano e o rural, entre o local e o global [...]" (Sobrino; Sainz, 2018, p. 96, tradução nossa), este projeto trabalha com a interdisciplinaridade entre patrimônio industrial, memória, saber fabril, educação pelo patrimônio, pedagogia Freireana e considera a participação cidadã de extrema importância, com sua atuação ativa de reconhecimento e pertencimento. Trabalhamos, então, mulheres como sujeitos culturais desse patrimônio industrial, através dos rastros simbólicos e memoriais, enquanto produtoras, dentro do sistema cultural, dos saberes e fazeres fabris, tirando essas mulheres do campo da invisibilidade e colocando-as como sujeitos produtoras de conhecimento, saberes, fazeres e cultura.

Desse modo, o conceito que a Carta de Sevilha (2018), nos traz, abarca esse alargamento e as novas fronteiras patrimoniais:

Entende-se por património industrial o conjunto dos bens móveis, imóveis e sistemas de sociabilidade relacionados com a cultura do trabalho que decorreram das atividades de extração, de transformação, de transporte, de distribuição e de gestão, geradas pelo sistema económico que emergiu da "revolução industrial". Estes bens devem ser entendidos como um todo, composto pela paisagem em que estão integrados, às relações industriais em que estão estruturados, as arquiteturas que os caracterizam, as técnicas utilizadas nos seus procedimentos, os arquivos criados durante a sua atividade e as suas práticas de carácter simbólico (TICCIH, 2018, p. 96, tradução nossa).

A Fábrica Lang, aqui neste projeto, na sua dimensão simbólica, vai ser um instrumento da pedagogia afetiva. A metodologia adotada pelo programa Mulheres Mil é de uma pedagogia dialógica e de acolhimento, onde o conhecimento parte das experiências de vida do educando, e a partir de sua realidade as trocas de saberes são estabelecidas. Essa prática pedagógica, de base Freireana, como nos traz Boff (2021), "parte de uma clara opção ético-humanística prévia: o amor ao ser humano oprimido contra a sua opressão e em favor da vida e da liberdade" (Boff, 2021, p. 9). O objetivo aqui é resgatar a autoestima, a consciência crítica e o empoderamento como sujeitos de sua própria história, oportunizando a capacitação ao mundo do trabalho, numa perspectiva libertadora do sistema de opressão e violência em que essas mulheres se encontram. Portanto, a Fábrica Lang será entendida como um instrumento dessa pedagogia afetiva onde, a partir das suas experiências de vida e do reconhecimento da memória de trabalhadores industriais como parte desse patrimônio, elas se enxerguem como cidadãs ativas participantes no seu saber técnico e,

também, no seu saber tradicional (o saber fazer, o saber bordar, o saber representar), atuando na sociedade e no campo patrimonial como produtoras de cultura.

O projeto desses cursos ainda está em desenvolvimento, como um projeto piloto. Em andamento, temos a turma de Bordado em pedraria. A turma de fabricação de velas e sabonetes ainda não começou — sofrendo um atraso em seu início devido às condições climáticas em nosso Estado, e visto que a maioria de nossas mulheres moram em áreas de risco e alagamentos. Assim, a previsão é de que esta turma comece no segundo semestre de 2024.

Desse modo, o Curso de Bordado em Pedrarias justifica-se pela ausência de profissionais em nosso município. Pois temos muitas lojas e confecções de vestuário para festas, por exemplo, noivas e debutantes, bem como a tradição do carnaval de Pelotas que até hoje investe muito em suas fantasias e adereços. Portanto, o município de Pelotas possui mercado para esse tipo de artesanato. Esse tipo de indústria é formada por profissionais que prestam serviços como autônomo ou participando de grupos de economia solidária. E a relação do Bordado com o sistema cultural, com o patrimônio e com a economia criativa é trabalhada de forma transversal nas disciplinas e de forma mais direta na disciplina de História do Bordado, onde as origens do bordado ao longo do tempo, relacionando sua prática milenar à oralidade, ao saber fazer, a sua relação direta com a memória, a manifestação cultural e identitária, a questão de gênero e, por fim, a economia criativa e solidária. Instrumentalizando as mulheres de

seu ofício enquanto artesãs produtoras de arte e de cultura, tornando possível o diálogo sobre as diversas manifestações culturais, quais as dimensões da cultura e as categorias patrimoniais e qual a inserção do bordado e do artesanato nessas categorias, e conseqüentemente, empoderando as mulheres enquanto produtoras de cultura e economia.

Vinculando ao curso a Agenda 2030 da ONU, podemos perceber como a capacitação que está em curso busca atingir diversos dos objetivos da agenda. Desde o primeiro, onde o objetivo visa eliminar a pobreza em suas diversas formas e lugares. Através dessa formação, o grupo estará capacitado a produzir e gerar sua própria renda, auxiliando a diminuir a desigualdade de gênero existente atualmente. É também coerente pontuar entre os diversos objetivos, o objetivo 4, voltado para a educação de qualidade, pois, por meio de profissionais qualificados, este grupo teve sua reinserção no ambiente escolar, ainda que por um curto prazo. O objetivo 5 também está presente no ideal do programa, onde o empoderamento feminino é o centro, assim como outros fatores, e busca-se a igualdade de gênero e a diminuição da discriminação contra mulheres. Com relação a outros dois objetivos que podemos vincular a realização do curso de bordados estão o 8 e o 10. O objetivo 8 onde aborda a questão do trabalho decente e visa o crescimento econômico inclusivo. E o objetivo 10, sobre a redução das desigualdades, onde visa promover o empoderamento e a inclusão social, econômica e política de todos os grupos da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, de forma otimista e amorosa, inspirada na pedagogia da esperança de Paulo Freire, visamos caminhar em direção ao que é recomendado por Sobrino e Sanz (2018) através da Carta de Sevilha. Sobre trazer e abordar esse novo modelo de sociedade, na qual interage participativamente no que tem relação com o patrimônio cultural. Embora o foco do estudo seja o patrimônio industrial, o novo modelo está focado em como as pessoas e o patrimônio são usados pelas comunidades.

Assim, pensar numa sociedade mais justa e equitativa como preconiza os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e pensar no programa Mulheres Mil como capacitação por meio da educação e do patrimônio, permite-nos pensar que este projeto trabalha diretamente com as formas de combate à desigualdade de gênero. Também, ao combate a todas as formas de preconceito e violência às quais essas mulheres estão submetidas, ao combate à fome e à pobreza, promovendo crescimento econômico sustentável e solidário por meio do trabalho a ser desenvolvido por essas mulheres.

Trabalhamos diretamente na educação inclusiva e no empoderamento dessas mulheres, garantindo o acesso à educação e formação profissional para os mais vulneráveis. Garantindo, igualmente, a participação efetiva das mulheres na discussão ao mundo do trabalho, na sua efetiva participação na sociedade como produtora

de cultura e economia criativa e sustentável. Ao mesmo tempo que salvuardamos o nosso patrimônio cultural, com ações de pertencimento das mulheres em relação ao patrimônio em geral, e ao industrial em particular, por meio da sua dimensão intangível, onde é possível abordar as relações sociais e trabalhistas, o papel da mulher no mundo do trabalho, o saber técnico, entre outros.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 2ª ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

COSTA, Alfredo da. **O Rio Grande do Sul**: completo estudo sobre o estado. Cidade: Porto Alegre, Ed. Globo, 1922.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzuchi. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. **Museologia e Patrimônio**. Vol. II, n. 1, 2009. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/43/23>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MEC. Ministério da Educação. **Programa Nacional Mulheres Mil**. Portaria Nº 1.015, de 21 de julho de 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 ago. 2024.

MEC. Ministério da Educação. **Programa Mulheres Mil**. Portaria MEC nº 725, de 13 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-725-de-13-de-abril-de-2023-476993529>. Acesso em: 30 ago. 2024

MENDES, Caterine Henriques; SILVEIRA, Laiana Pereira da. Fábrica Lang: os processos de ocupação e ressignificação do patrimônio cultural. **Actas Gestão Integrada do Patrimônio Cultural: humanidades, sociedade, saúde e ambiente**. Anais. 1ª ed. Pelotas: UFPEL, 2021, v. 1, p. 1-12. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/gipc2021/428027-fabrica-lang-os-processos-de-ocupacao-e-ressignificacao-do-patrimonio-cultural/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MORAIS, Cleonice Terezinha Gonçalves de. **Contribuições dos industriais alemães imigrantes à economia e cultura de Pelotas**. Monografia (Especialização em Artes Visuais) – Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2014. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/especializacaoemartesvisuais/files/2014/07/Cleonice-Terezinha-Gon%C3%A7alves-de-Morais-2014.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

NASCIMENTO, Rodrigo M. Patrimônio industrial na cidade de Marília SP: preservação e descaso. **Museologia e Patrimônio**. Vol. III, n. 1, 2010. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/100/128>. Acesso em: 16 jun. 2024.

OLIVEIRA, Ana Lúcia et al. Dossiê: **A chaminé, a fábrica e as moradas de Frederico Carlos Lang**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFPel, 2002.

SOBRINO, Julián. El Patrimonio es como un Río: Entre Lete y Mnemosine. Patrimônio Industrial da Universidade Federal de Pelotas, in: **O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas** [recurso eletrônico] / Francisca Ferreira Michelin, organizadora. – Pelotas: Ed. UFPel, 2019.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio**

a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

Fontes

Revista do **1º Centenário de Pelotas** – Publicação auxiliar para a comemoração projetada pela Biblioteca Pública Pelotense. Pelotas, 1912, fascículo no 5, p. 72-73.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil**. 2003. Disponível em: www.icomos.org.br. Acesso em: 16 jun. 2024.

TICCIH. **Carta de Sevilha de Patrimônio Industrial**. 2018. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/sempias2023/files/2023/08/4.-Carta-de-Sevilha.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

PATRIMÔNIO CULTURAL E SUSTENTABILIDADE: CAMPOS DIFUSOS DE DILEMAS E DISPUTAS

João Fernando Igansi Nunes

A relação entre o patrimônio cultural e a sustentabilidade é multifacetada, envolve interseção da sua constituição, preservação, distribuição, acesso, ampliação e a atualização de práticas culturais, bem como a necessidade de garantir o ambiente, a sociedade e a economia em um contexto de incertezas, de um mundo observável, de uma realidade difusa, nada fixa ou absoluta, constantemente moldada por percepções, memórias ou subjetividades constantemente transformáveis.

A cultura pode ser definida como um conjunto de práticas, crenças, valores e expressões artísticas que caracterizam um grupo social. Indubitavelmente, ela é essencial para a identidade e coesão das comunidades ao potencializar um sentido de pertencimento e de continuidade. Complementar, distinta e singular, a sustentabilidade refere-se à capacidade atual dos sujeitos atenderem às suas necessidades, sejam individuais e/ou coletivas, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de também satisfazerem suas próprias necessidades. Isso implica uma gestão equilibrada dos recursos naturais, econômicos e sociais.

Conforme argumentam os editores Luiz Oosterbeek, Maurizio Quagliuolo e Laurent Caron em *Sustainability*

Dilemmas: Transdisciplinary Contributions to Integrated Cultural Landscape Management (2016), a sustentabilidade não pode ser alcançada apenas por meio de soluções técnicas ou normativas, mas requer uma compreensão profunda das interações entre cultura, sociedade e meio ambiente. Essa perspectiva destaca a necessidade de integrar conhecimentos das ciências humanas, sociais e naturais para enfrentar os desafios complexos relacionados à sustentabilidade e à gestão territorial.

Entretanto, o patrimônio cultural desempenha um papel crucial na defesa da sustentabilidade, pois ele influencia comportamentos e práticas que podem ameaçar ou contribuir para um futuro mais igualitário e equitativo. De acordo com Oosterbeek, a separação artificial entre economia e sociedade, bem como a negligência da diversidade cultural e da condição climática, são desafios que precisam ser enfrentados. Nesse sentido, o patrimônio cultural tem uma função estratégica no direcionamento de transformações essenciais.

Neste modelo, estruturado a partir de um paradigma que privilegia as estratégias de médio prazo, se centra na identificação e superação de dilemas e coloca o conhecimento como núcleo das transformações necessárias em tempos de incerteza, o patrimônio cultural tem uma importância nuclear. (Oosterbeek, 2007, *apud* Oosterbeek, 2020, p. 34)

As dimensões fenomenológicas da cultura, territorialidade, memória, economia, políticas públicas e o que Joseph Nye tratou de *Soft Power*, enquanto poder dos discursos acerca da diversidade e da criatividade, são

complementares e, por serem da ordem da sociedade organizada (povos e comunidades), têm o potencial de impulsionar o desenvolvimento sustentável. Como um sistema de forças de tensão, funcionam em torno de dilemas e disputas, aqui caracterizado por sentidos ou dimensões empiricamente observados, cada um com seu aspecto específico e de interseção.

1. Da episteme e turismo

A definição de patrimônio cultural, considerando as tipologias de patrimônio material e imaterial, pode variar significativamente entre diferentes contextos e disciplinas. A UNESCO, por exemplo, define o patrimônio cultural material como monumentos, grupos de edifícios e sítios que são reconhecidos como de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 2003). No entanto, essa premissa não abrange completamente as práticas culturais intangíveis, as tradições orais e outros elementos dinâmicos da cultura.

Em contrapartida, o patrimônio imaterial contempla os saberes, práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas — com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados — que, em alguns casos, as comunidades, os grupos e os sujeitos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Enquanto dilema epistemológico, importante salientar/ verificar como integrar efetivamente as abordagens de sustentabilidade nas práticas de preservação do

patrimônio cultural incluindo, por exemplo, os discursos acerca da sua intrínseca relação com o turismo. Timothy (2011), nesse certame, argumenta que a sustentabilidade no contexto do patrimônio cultural não deve apenas focar na conservação dos bens materiais, mas também deve considerar o bem-estar social e econômico das comunidades que vivem nesses locais.

O patrimônio cultural, seja construído ou vivo, é um dos elementos mais salientes do sistema turístico global. Muitos destinos dependem quase inteiramente da arte, da cultura e do patrimônio construído para o seu bem-estar econômico, e mesmo os destinos não patrimoniais mais devotos têm alguns elementos de cultura que podem ser partilhados com os visitantes como parte do mix de produtos turísticos. Mais locais, como algumas ilhas das Caraíbas, estão a começar a perceber o patrimônio como uma ferramenta potencial para diversificar as suas economias turísticas. (Timothy, 2011, p. 08)

Enquanto abordagem holística, exige novos modelos de governança e gestão que sejam inclusivos e participativos, envolvendo as comunidades locais na tomada de decisões sobre a preservação e uso de seus próprios patrimônios culturais. O turismo pode impactar, preservar e promover o patrimônio cultural ao tratá-lo como um dos principais atrativos turísticos globais, no qual os viajantes buscam uma crescente demanda por experiências autênticas e educativas, e como isso influencia a gestão e a apresentação dos "lugares" de patrimônio. Nessa relação, Timothy examina tanto os impactos positivos quanto negativos do turismo. Entre os positivos, destaca-se a geração de recursos para a conservação e a conscientização cultural. Entre os negativos, aborda o desgaste físico das paisagens, a

comercialização excessiva e a perda de autenticidade cultural. Para tanto, a gestão eficaz é crucial para equilibrar conservação e turismo. Como estratégias de gestão, o autor inclui como principal planejamento sustentável o envolvimento comunitário para monitorar e proteger o patrimônio.

Os dilemas epistemológicos também se estendem às implicações sociais e ambientais das práticas de preservação do patrimônio cultural. A necessidade de equilibrar a conservação do patrimônio com as demandas ambientais, como a proteção dos ecossistemas naturais, é um desafio constante. Segundo Rizzo e Throsby (2006), a implementação de políticas de preservação cultural pode, por vezes, resultar em impactos negativos não intencionais sobre o meio ambiente, como a utilização intensiva de recursos naturais para a manutenção de paisagens patrimoniais.

Uma das principais disputas, nesse sentido, reside na tensão entre os critérios de preservação do patrimônio cultural e os objetivos do desenvolvimento sustentável. Conforme Bandarin e Van Oers (2012), a preservação do patrimônio cultural frequentemente requer restrições rígidas ao uso e desenvolvimento de recursos locais, o que pode entrar em conflito com as necessidades de desenvolvimento econômico e social das comunidades locais.

O surgimento de processos globais criou uma tensão palpável no mundo da conservação urbana. Por um lado, critérios e princípios amplamente baseados na experiência ocidental tiveram que confrontar a variedade de tradições, sistemas de valores e

práticas existentes no mundo, e passar por ajustes e reavaliações. Por outro lado, processos de mudança foram acelerados por transformações sociais ligadas a mudanças econômicas e políticas. O aumento da gentrificação, usos turísticos e pressões imobiliárias dentro e ao redor das cidades históricas representaram ameaças significativas à imagem idealizada da cidade histórica como uma das modernas utopias. (Bandarin; Van Oers, 2012, p. 09)

Este conflito é evidente em muitos projetos de desenvolvimento onde as exigências de modernização e crescimento econômico podem levar à degradação ou até destruição de territórios históricos e culturais.

A disputa e os dilemas epistemológicos do turismo entre patrimônio cultural e sustentabilidade refletem a complexidade de equilibrar a preservação cultural com o desenvolvimento sustentável. A busca por soluções integradas que respeitem tanto os valores culturais quanto as necessidades que precisam ser enfrentadas para efetivar o desenvolvimento sustentável continua sendo um campo de intenso debate e necessária inovação.

2. Do território

A relação entre patrimônio cultural e sustentabilidade se complica ainda mais quando consideramos as dimensões do território, periferia, comunidades indígenas, afrodescendentes, imigrantes e/ou de gêneros. As disputas nesse campo envolvem não apenas as ações de conservação material e imaterial dos bens culturais, mas também a necessária capilaridade da inclusão e do reconhecimento das culturas marginalizadas, pela

integração de atividades sustentáveis que respeitem e promovam a diversidade cultural. Importante concepção, permite perceber como o território resulta da prática das culturas dos povos tradicionais, com seus conhecimentos e práticas ancestrais que contribuem para a sustentabilidade, condicionada às políticas de preservação e promoção dessas culturas. A noção de território, assim, é fundamental na discussão sobre patrimônio cultural e sustentabilidade. Para Haesbaert (2004), o território não é apenas um espaço físico, mas um espaço vivido, carregado de significados culturais e sociais. A disputa, recorrentemente, surge quando as políticas de preservação do patrimônio cultural não levam em conta a relação intrínseca que as comunidades têm com seu território. A imposição de critérios externos de preservação pode desconsiderar as vivências culturais locais, desvalorizando saberes tradicionais e modos de viver e de fazer.

As comunidades periféricas, incluindo tribos urbanas, comunidades indígenas, afrodescendentes e imigrantes, frequentemente enfrentam marginalização tanto econômica quanto cultural. Smith (2006) destaca que as políticas de patrimônio cultural, muitas vezes, privilegiam monumentos e sítios reconhecidos internacionalmente, negligenciando o patrimônio cultural das periferias urbanas e rurais. Sua disputa envolve a necessidade de reconhecer e valorizar as culturas periféricas e marginalizadas, incorporando suas práticas culturais e modos de vida nas políticas de sustentabilidade e preservação.

Para as comunidades indígenas, o patrimônio cultural é indissociável de seu território e das suas experiências de vida. De acordo com Alfred (2005), as políticas de preservação muitas vezes falham em reconhecer a relação sagrada que os povos indígenas têm com suas terras e com seus recursos naturais. A sustentabilidade, nesse contexto, não é apenas ambiental, mas filosófica e espiritual dentro do território cultural.

A terra não é uma mercadoria; é um relacionamento, uma fonte de identidade e força. Nossa conexão com a terra nos define como um povo, e é por meio desse relacionamento que sustentamos nossas culturas.
(Alfred, 2005, p. 56)

As disputas intensificam-se quando as práticas de conservação não consideram os direitos territoriais, tampouco os conhecimentos tradicionais das comunidades, resultando em conflitos e resistências.

As comunidades afrodescendentes e imigrantes, por exemplo no Brasil, enfrentam desafios na preservação de seu patrimônio cultural. Azevedo (2004) argumenta que as práticas culturais dessas comunidades são frequentemente subvalorizadas ou apropriadas, muitas vezes, pela exploração comercial sem o devido reconhecimento. Efeito bilateral, a disputa envolve a necessidade de políticas inclusivas que reconheçam e promovam a diversidade e a equidade, combatendo a invisibilidade e a marginalização dessas comunidades.

As dimensões de gênero também são cruciais nessa discussão. Butler (1990) destaca que as práticas culturais e a herança patrimonial são frequentemente moldadas

por normas de gênero, que podem excluir ou neutralizar as contribuições das mulheres e de outras identidades de gênero. Sob essa lógica de legitimidade, há necessidade de se adotar, também, uma perspectiva de gênero nas políticas de gestão pública e privada. As políticas sociais devem ser inclusivas e respeitar os saberes e modos de vida das comunidades marginalizadas, promovendo uma sustentabilidade que seja culturalmente sensível e socialmente equitativa.

3. De memória

A relação entre patrimônio cultural, sustentabilidade e memória [coletiva] é complexa e envolve várias disputas e dilemas, especialmente quando considerada nas dimensões sociais, incluindo oralidades, tradições e ritos. Essas dimensões, muitas vezes intangíveis, desafiam as abordagens tradicionais de preservação e exigem uma compreensão mais totalizante e inclusiva do que constitui o patrimônio cultural e como ele pode ser mantido de maneira sustentável. A memória social é um componente essencial do patrimônio cultural, compreende as histórias, tradições e práticas que são transmitidas de geração em geração. Halbwachs (1992) afirma que a memória coletiva é um produto social que depende do contexto comunitário para sua preservação e transmissão. Isso contrasta com as abordagens mais tangíveis de preservação patrimonial, que se concentram em monumentos e artefatos físicos.

Focando nas práticas alimentares tradicionais, a preservação e a valorização desse patrimônio cultural

podem promover a sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar para contribuir com a memória e a erradicação da fome. Oralidades, como histórias narradas, canções e poemas, são formas vitais de transmissão cultural. Segundo Vansina (1985), as tradições orais são fontes históricas valiosas mesmo que, frequentemente, subvalorizadas pelas políticas de preservação patrimonial. A disputa, nesse cenário, envolve a dificuldade de registrar e manter vivas essas tradições orais dentro de um paradigma de sustentabilidade que deve obrigatoriamente priorizar o imaterial sobre o material. A UNESCO, através de sua Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003), reconhece a importância dessas práticas, mas ainda há desafios significativos na implementação de políticas eficazes que assegurem a sua sustentabilidade.

Tradições e ritos são aspectos centrais que frequentemente enfrentam dilemas existenciais na sua preservação. Geertz (1973) argumenta que a arte, religião, ideologia, ciência, lei e moralidade são expressões simbólicas profundas das culturas, mas são frequentemente vulneráveis à erosão em face da modernização e da globalização.

É por isso que eu escrevi sobre nacionalismo, violência, identidade, a natureza humana, a legitimidade, revolução, etnicismo, urbanização, status, a morte, o tempo e, principalmente, sobre as tentativas particulares de pessoas particulares de colocar essas coisas em alguma espécie de estrutura compreensiva e significativa. Olhar as dimensões simbólicas da ação social — arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum — não é afastar-se dos

dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não-emocionalizadas; é mergulhar no meio delas. A vocação essencial da antropologia interpretativa não é responder às nossas questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que outros deram — apascentando outros carneiros em outros vales — e assim inclui-las no registro de consultas sobre o que o homem falou. (Geertz, 1973, p. 21)

Suas disputas envolvem a necessidade de práticas que respeitem e integrem essas tradições e ritos sem os transformar ou descontextualizar.

A integração da sustentabilidade na preservação das tradições orais, ritos e memórias sociais exige uma abordagem participativa, necessitando estar incluídos todos os interatores. Smith (2006) enfatiza que a sustentabilidade cultural deve ser vista como um processo dinâmico que envolve as comunidades na gestão de seu próprio patrimônio. Isso implica em políticas que não apenas protejam esses elementos culturais, mas que também promovam a sua relevância e prática contínua no cotidiano das comunidades.

Seus dilemas, especialmente nas dimensões da memória social, refletem a necessidade de um enfoque mais acolhedor e sistêmico na preservação cultural. É essencial reconhecer e valorizar as práticas culturais intangíveis e garantir que as políticas de sustentabilidade promovam a continuidade e a vivacidade dessas tradições, respeitando o contexto e o agenciamento das comunidades envolvidas, para além do patrimônio edificado.

4. Da economia

A relação entre economia e patrimônio cultural, dentro do contexto da valorização local de matéria-prima e mão de obra artesanal, turismo e sustentabilidade, envolve uma série de tensões entre a necessidade de desenvolvimento econômico e a preservação cultural, especialmente no contexto do saber-viver/fazer artesanal, da economia criativa e circular. A valorização local de matéria-prima e mão de obra artesanal é um aspecto crucial da economia criativa, que se baseia na utilização de recursos locais para criar produtos e serviços culturalmente significativos e economicamente viáveis. Bianchini e Parkinson (1993) destacam que a economia criativa promove o desenvolvimento econômico local através da inovação cultural, mas também enfrenta desafios na integração com práticas sustentáveis e na proteção dos saberes tradicionais.

O saber-viver/fazer artesanal representa uma forma de conhecimento tradicional que é transmitida através de gerações e está profundamente enraizada nas práticas culturais de uma comunidade. Richard Sennett (2008), nesse sentido, esclarece que o trabalho artesanal não é apenas uma técnica, mas uma forma de vida que valoriza a habilidade, a criatividade e o comprometimento com a qualidade. No entanto, a comercialização dessas práticas pode levar à sua descontextualização e à perda de autenticidade, criando um dilema entre a preservação desses saberes e o desenvolvimento econômico.

O turismo, especialmente em locais de relevância

cultural e natural, com suas ferramentas promotoras de experiências em museus, bares, restaurantes, parques, praias, montanhas ou qualquer outro contexto de visitas, pode ser uma fonte significativa de renda e de desenvolvimento local. No entanto, o turismo também pode gerar impactos negativos sobre o patrimônio cultural e natural se não for gerido de forma sustentável. Smith (2006) alerta que o turismo cultural precisa ser equilibrado com práticas de conservação que envolvam as comunidades locais, garantindo que os benefícios econômicos sejam compartilhados e que o patrimônio seja preservado para futuras gerações.

Assim, também, a economia criativa é considerada como um motor para o desenvolvimento sustentável, pois combina inovação cultural com práticas econômicas e formação de renda. De acordo com Throsby (2001), a economia criativa tem o potencial de promover o desenvolvimento sustentável ao valorizar a diversidade cultural e integrar as práticas econômicas com as necessidades ecológicas. No entanto, isso requer um equilíbrio delicado entre a valorização econômica desses produtos e a preservação dos contextos culturais e naturais em que são produzidos, buscando políticas que integrem de forma equilibrada o desenvolvimento econômico com a preservação cultural e ambiental.

5. Das políticas públicas

As políticas públicas culturais, recorrentemente aqui citadas, são essenciais para o desenvolvimento sustentável. Elas auxiliam a integrar considerações ambientais e sociais nas práticas culturais, incentivando

a adoção de comportamentos sustentáveis. As políticas públicas culturais são ferramentas indispensáveis também no apoio à economia criativa que, dentro da formação de capital, é uma ferramenta significativa para o desenvolvimento econômico sustentável. A economia criativa em foco abrange, entre tantos outros, os setores das artes, design, mídia e turismo cultural, que não só geram emprego e renda, mas também promovem o aproveitamento de diversas e fecundas habilidades, a inovação e a diversidade cultural.

O patrimônio cultural, especialmente quando focado na valorização local de matéria-prima e mão de obra artesanal, turismo e convivências urbanas, envolve disputas e dilemas significativos, incluindo o conflito entre a comercialização e a autenticidade cultural, a exploração econômica versus a sustentabilidade ambiental, além de problemas como gentrificação, que pode deslocar comunidades locais. Também, há tensões entre a preservação do patrimônio material e imaterial, o uso comunal versus a privatização dos recursos culturais, e a luta entre memória coletiva e interesses comerciais. Tudo isso é permeado por desafios de inclusão social, com riscos de exclusão econômica, e as influências da globalização, que ameaçam a identidade local. Esses dilemas se tornam ainda mais complexos quando consideramos o papel das políticas públicas na mediação entre o desenvolvimento econômico e a preservação cultural e ambiental.

A disputa central gira em torno de como equilibrar a valorização econômica do patrimônio cultural com sua

preservação. Para Smith (2006), o patrimônio cultural frequentemente se vê preso entre ser um recurso econômico e um bem cultural imaterial. As políticas públicas promotoras do turismo e da economia criativa tendem a priorizar o aspecto econômico, o que pode levar à comercialização excessiva e à descontextualização dos elementos culturais.

A economia criativa é vista como uma solução para promover o desenvolvimento sustentável. No entanto, Throsby (2001) aponta que há um risco de que o foco excessivo na criação de valor econômico comprometa a integridade cultural. A sustentabilidade, nesse contexto, não se refere apenas à viabilidade econômica, mas também à capacidade de manter a autenticidade cultural e as práticas tradicionais.

O turismo é um setor chave onde esses dilemas se manifestam. Enquanto o turismo pode gerar receitas significativas e promover a valorização cultural, também pode causar danos irreparáveis ao patrimônio cultural e natural se não for gerido de forma sustentável. Ashworth e Tunbridge (1990) destacam que o turismo cultural precisa ser planejado e gerido cuidadosamente para evitar a "museificação" das culturas vivas, onde as tradições são preservadas apenas como atrações turísticas, perdendo seu contexto e significado originais.

As políticas públicas desempenham um papel crucial na mediação desses dilemas. Elas têm a responsabilidade de criar um equilíbrio entre desenvolvimento econômico, preservação cultural e sustentabilidade ambiental.

Uma abordagem inclusiva é essencial. Políticas públicas devem ser formuladas com a participação ativa das comunidades locais envolvidas, garantindo que suas vozes e necessidades sejam ouvidas. Segundo Garcia (2004), as políticas culturais urbanas bem-sucedidas são aquelas que envolvem as comunidades na gestão do patrimônio cultural, promovendo tanto a inclusão social quanto o desenvolvimento econômico. As políticas públicas devem, também, assegurar que a valorização econômica não comprometa a integridade cultural. A UNESCO, através de sua Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003), enfatiza a importância de salvaguardar práticas culturais tradicionais de forma que estas permaneçam vivas e significativas para as comunidades que as praticam.

No entanto, a introdução de políticas culturais urbanas tem sido muito mais lenta do que a tendência de mercantilizar a cultura urbana. Em nível europeu, não foi até o início dos anos 1990 que os círculos acadêmicos iniciaram um debate explícito sobre essa área. O debate foi iniciado por Bianchini & Parkinson (1993) com a publicação de uma coleção de ensaios que exploraram uma série de cidades da Europa Ocidental e argumentaram sobre o efeito da política cultural no contexto da regeneração urbana. Bianchini (1993, pp. 201-204) conclui identificando uma série de dilemas que mantêm sua relevância hoje. Estes são 'dilemas espaciais' como tensões entre o centro da cidade e a periferia e o risco de gentrificação; 'dilemas de desenvolvimento econômico' como o de incentivar o consumo em vez da produção; e 'dilemas de financiamento cultural' na escolha de apoiar atividades 'efêmeras' como eventos e festivais ou atividades 'permanentes' como infraestruturas. (Garcia, 2004, p. 314)

Finalmente, políticas públicas eficazes devem integrar considerações de sustentabilidade em todos os níveis de planejamento. Elas devem promover práticas econômicas que respeitem e preservem os recursos naturais e culturais para as futuras gerações. Para isso, é necessário um planejamento a longo prazo que considere os impactos econômicos, sociais e ambientais de forma holística.

Os dilemas epistemológicos entre a valorização econômica do patrimônio cultural e sua preservação sustentável requerem políticas públicas que sejam inclusivas, equilibradas e orientadas para a sustentabilidade. A participação das comunidades locais e a integração de considerações culturais e ambientais nas políticas econômicas são fundamentais para resolver essas disputas.

6. De educação

A educação desempenha um papel crucial na formação de público e na transmissão da cultura, representando uma interface vital entre as políticas públicas de cultura e os processos educativos. No entanto, está repleta de disputas e dilemas que giram em torno de como integrar educação e cultura de forma eficaz e sustentável. A UNESCO e pesquisadores, já aqui citados, têm explorado essas questões, destacando os desafios e propondo abordagens para equilibrar essas dimensões.

A formação de público através da educação cultural é um processo complexo que envolve a criação de

uma consciência crítica e a valorização do patrimônio. Segundo Pierre Bourdieu (1984), a educação cultural pode reforçar desigualdades sociais se não for acompanhada por políticas inclusivas que permitam o acesso igualitário a todos os grupos. A disputa intensificada aqui está entre uma educação que perpetua o capital cultural das elites e outra que democratiza o acesso e valorização da cultura.

A educação é, importante frisar, uma interface essencial para a transmissão e acesso à cultura. Paulo Freire (1987) argumenta que a educação deve ser um processo de conscientização que valorize os saberes populares e tradicionais. No entanto, há um dilema em como integrar esses saberes nos currículos formais de maneira que respeite suas especificidades e contextos. A transmissão cultural pode ser comprometida se for reduzida a uma abordagem meramente acadêmica, desconsiderando as práticas e conhecimentos vivenciados pelas comunidades, considerando que as políticas públicas destinadas à cultura e educação enfrentam o desafio de criar sinergias que promovam a sustentabilidade cultural. A UNESCO (2005), em seu Relatório sobre Diversidade Cultural e Educação, destaca a necessidade de políticas integradas que reconheçam a cultura como um pilar do desenvolvimento sustentável e da coesão social.

Destarte, uma das principais disputas epistemológicas está na integração de políticas culturais e educacionais. As políticas educacionais, muitas vezes, priorizam a formação técnica e científica, enquanto as políticas culturais podem ser vistas como secundárias ou

suplementares. A UNESCO (2010) enfatiza que a educação deve ser culturalmente relevante, bem como promover a diversidade cultural. Isso requer um reequilíbrio das prioridades políticas, onde a educação cultural não seja marginalizada, mas central para o desenvolvimento educativo.

As políticas públicas também devem considerar a sustentabilidade cultural como um objetivo central. Throsby (2001) argumenta que a sustentabilidade cultural implica na preservação de práticas culturais significativas através de gerações, o que só pode ser alcançado se essas práticas forem integradas no sistema educacional. Isso inclui desde a inclusão de línguas e literaturas locais nos currículos até o apoio a projetos comunitários de transmissão de saberes tradicionais.

Alguns países têm implementado programas de educação patrimonial que buscam integrar o patrimônio cultural nos currículos escolares. Esses programas envolvem visitas a sítios históricos, participação em oficinas de artesanato tradicional e aprendizado de histórias locais. Esse modelo promove uma educação que é diretamente conectada com o contexto cultural dos estudantes.

A promoção de parcerias entre escolas e comunidades é outra estratégia eficaz. Segundo Bianchini e Parkinson (1993), comungado com Pablo Lacoste (2019) (...), as parcerias podem incluir a participação de artistas e artesãos locais nas escolas, proporcionando aos estudantes uma educação vivencial que valoriza as

práticas culturais locais.

Os dilemas epistemológicos entre educação como formação de público, valor como veículo de transmissão da cultura e políticas públicas destinadas à cultura exigem também uma abordagem integrada e inclusiva. A educação cultural deve ser vista como central para a formação de cidadãos conscientes e culturalmente informados. As políticas públicas devem promover essa integração, garantindo que a cultura e a educação trabalhem juntas para a sustentabilidade cultural.

7. De poder

Perpassada pelos itens anteriores, a cultura é interface de poder social. Considerada por Nye (2004) enquanto poder macio, contrapõe-se ao poder duro: as políticas totalitárias, as regras da economia e do militarismo, dimensões pautadas no poder da força e, em consequência, matrizes mantenedoras da desigualdade.

A distinção entre poder duro ("*hard power*") e poder macio ("*soft power*"), como formulada por Joseph Nye (Quadro 1), envolve significativas disputas e dilemas epistemológicos no campo das relações internacionais e da ciência política. Essas disputas referem-se às formas como o poder é conceitualizado, exercido e legitimado nos contextos das políticas públicas, de diplomacia e hegemonia cultural. Nye (2004) define o poder duro como a capacidade de um país de influenciar outros através de meios coercitivos, como força militar e

sanções econômicas. Por outro lado, o poder macio refere-se à capacidade de atrair e persuadir, utilizando meios culturais, ideológicos e diplomáticos. Segundo ele, ambos os tipos de poder são necessários para a eficácia da política externa de um país, mas o poder macio tem ganhado crescente importância no contexto globalizado em favor às expressões locais.

Quadro 1: Os três tipos de poderes

Fonte: Nye, 2004, p. 31.

	Comportamentos	Moedas primárias	Políticas governamentais
Poder militar	coerção dissuasão proteção	ameaças força	diplomacia coerciva guerra aliança
Poder econômico	indução coerção	sanções de pagamento	ajuda subornos sanções
Poder suave	agenda de atrações	valores cultura políticas instituições	diplomacia pública diplomacia bilateral e multilateral

Uma das principais disputas epistemológicas entre poder duro e poder macio reside na natureza e legitimação do poder. O poder duro é frequentemente associado a uma abordagem realista das relações internacionais, onde o poder é visto em termos de capacidade material e força bruta. Autores como Morgenthau (1978) argumentam que o poder é essencialmente coercitivo, e que a segurança e os interesses nacionais dependem da capacidade de impor a vontade de um estado sobre outro.

Em contraste, o poder macio é associado a abordagens liberais e construtivistas que enfatizam a importância das normas, valores e instituições. Nye (2004) ainda argumenta que a atração cultural e a legitimidade

são fontes cruciais de poder na política global contemporânea. Essa visão é contestada por realistas, que veem o poder macio como uma forma secundária ou mesmo ilusória de influência.

Outro dilema epistemológico envolve os instrumentos de poder e sua eficácia. A aplicação do poder duro, como intervenções militares, é direta e tangível, mas muitas vezes resulta em resistências e custos elevados, tanto humanitários quanto econômicos. Em contrapartida, o poder macio, que utiliza diplomacia pública, intercâmbios culturais e promoção de valores democráticos, pode ser mais sustentável e eficaz a longo prazo, mas é menos imediato e mensurável.

Gramsci (1971) contribui para essa discussão ao introduzir o conceito de hegemonia cultural, onde o poder é exercido através do consentimento e da liderança cultural, ao invés da coerção direta. Essa perspectiva sugere que o poder macio pode ser uma forma mais profunda e duradoura de influência coletiva, de participação ativa do todo, embora mais difícil de implementar e medir.

A UNESCO tem desempenhado um papel significativo na promoção do poder macio através de suas iniciativas culturais, educacionais e científicas. A organização enfatiza a importância do diálogo intercultural, da preservação do patrimônio cultural e da promoção da educação para a paz como meios de fortalecer a compreensão mútua e a cooperação internacional. Essas iniciativas refletem uma aposta no poder macio

como instrumento para construir uma ordem global mais justa e sustentável.

Países como a França, o Japão e o Brasil têm investido significativamente em diplomacia cultural como meio de exercer poder macio. Programas como a Aliança Francesa, os Institutos Confúcio da China e a difusão da música e da cultura brasileira no exterior exemplificam como a cultura pode ser um veículo poderoso para influenciar percepções e construir redes de influência.

Intercâmbios educacionais e programas de bolsas de estudo, como o Fulbright dos Estados Unidos, o Erasmus da União Europeia, a Associação de Universidades do Grupo Montevideo (AUGM) e o programa BRIDGES da UNESCO, são exemplos de como o patrimônio cultural pode ser defendido como um instrumento de poder macio. Esses programas promovem a formação de redes de conhecimento e a disseminação de valores que podem gerar impactos positivos a longo prazo.

Enquanto dilemas, forças disruptivas entre o poder duro e o poder macio, envolvem questões fundamentais sobre a natureza, a legitimação e a eficácia dessas tensões. Enquanto o poder duro é direto e coercitivo, o poder macio baseia-se na atração e na persuasão cultural e ideológica.

A UNESCO e diversos especialistas renomados destacam a importância crescente do poder macio no cenário global contemporâneo, promovendo a cultura, a educação e o diálogo intercultural como

meios de construir uma ordem mundial mais pacífica e cooperativa. O programa BRIDGES da UNESCO é uma iniciativa que visa fomentar a colaboração transdisciplinar e intercultural para enfrentar os desafios globais complexos. Apesar de suas intenções nobres, essa iniciativa enfrenta disputas e dilemas significativos relacionados à maneira como diferentes sistemas de conhecimento são integrados, valorizados e aplicados para resolver problemas contemporâneos.

O BRIDGES (Building Resilience in Disaster Governance for the Enhancement of Societal Resilience) busca, assim, criar conexões entre diferentes áreas do conhecimento e entre comunidades locais e científicas para promover a resiliência social e ambiental. O objetivo é construir uma abordagem irrestrita e integrada para a governança de desastres, que considere tanto as ciências naturais quanto as ciências sociais, além dos saberes tradicionais. Um dos principais dilemas do BRIDGES pode ser considerado a integração de diferentes sistemas de conhecimento. Segundo Santos (2007), a coexistência de saberes científicos e tradicionais pode ser tanto enriquecedora quanto conflituosa. A disputa reside na valorização equitativa desses saberes, onde os conhecimentos locais, a exemplo dos povos originários, muitas vezes são marginalizados ou subsumidos pela ciência hegemônica ocidental.

A UNESCO (2018) enfatiza a importância de incorporar o conhecimento tradicional nos esforços de resiliência e governança. Como esses conhecimentos podem ser integrados de maneira que respeite sua autenticidade e

o contexto cultural? O risco é que esses saberes sejam apropriados e utilizados de forma descontextualizada, perdendo seu valor intrínseco e cultural.

O BRIDGES promove a participação de comunidades locais na tomada de decisões, mas, enquanto dilema, a implementação prática desse princípio enfrenta desafios. Habermas (1984) já apontou claramente a dificuldade de se criar uma comunicação ideal entre diferentes atores com diversos interesses e níveis de poder. A inclusão efetiva das vozes comunitárias requer não apenas mecanismos participativos, mas também uma mudança nas estruturas de poder que tradicionalmente excluem essas vozes.

Na busca pela dissolução desses problemas, a abordagem prática promovida pelo BRIDGES é a criação de parcerias entre comunidades locais e cientistas para cocriar soluções para a resiliência. Por exemplo, em algumas regiões da América Latina, parcerias entre universidades e comunidades indígenas têm permitido o desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis que combinam saberes tradicionais e técnicas científicas modernas.

A capacitação de comunidades locais faz-se essencial para a eficácia do BRIDGES. Programas educacionais que valorizam o conhecimento local e promovem a troca de saberes entre gerações são fundamentais. A UNESCO tem apoiado iniciativas que buscam empoderar comunidades através da educação participativa e do fortalecimento de suas capacidades locais.

A valorização equitativa dos saberes científicos e tradicionais, a criação de governança participativa e a capacitação das comunidades locais são desafios centrais que exigem abordagens sensíveis e inclusivas.

Reitera-se, para tanto, para todos e para cada um, a importância de enfrentamento desses dilemas, promovendo uma colaboração genuína entre os atores envolvidos para que essas disputas sejam erradicadas e, com uma verdadeira gestão cultural integrada do território, possamos chegar no pretendido futuro melhor.

Referências

ALFRED, Taiaiake. **Wasase**: Indigenous Pathways of Action and Freedom. Toronto: University of Toronto Press, 2005.

ASHWORTH, Gregory J.; TUNBRIDGE, John E. **The Tourist-Historic City**. London: Routledge, 1990.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Afro-descendentes no Brasil**: Racismo, Identidade e Patrimônio Cultural. São Paulo: Annablume, 2004.

BANDARIN, Francesco; VAN OERS, Ron. **The Historic Urban Landscape**: Managing Heritage in an Urban Century. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

BIANCHINI, Franco; PARKINSON, Michael (Eds.). **Cultural Policy and Urban Regeneration**: The West European Experience. Manchester: Manchester University Press, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **Distinction**: A Social Critique of the Judgement of Taste. London: Routledge, 1984.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity.** New York: Routledge, 1990.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCIA, Beatriz. **Cultural Policy and Urban Regeneration in Western European Cities: Lessons from Experience, Prospects for the Future.** University of Liverpool, 2004.

GEERTZ, Clifford. **The Interpretation of Cultures.** New York: Basic Books, 1973.

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the Prison Notebooks.** New York: International Publishers, 1971.

HABERMAS, Jürgen. **The Theory of Communicative Action: Reason and the Rationalization of Society.** Boston: Beacon Press, 1984.

HALBWACHS, Maurice. **On Collective Memory.** Chicago: University of Chicago Press, 1992.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: Do 'Fim dos Territórios' à Multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LACOSTE, Pablo. **La vid y el vino: en el Cono Sur de América Argentina y Chile: 1545-2019.** Pablo Lacoste; fotografías de Alexandra Kann; ilustrado por Alexandra Kann. -1ª. ed. – Mendonza: Pablo Alberto, 2019.

MORGENTHAU, Hans. **Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace.** New York: Knopf, 1978.

NYE, Joseph S. **Soft Power: The Means to Success in**

World Politics. New York: PublicAffairs, 2004.

OOSTERBEEK, Luiz. A Cátedra Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território: um contributo em rede para um novo paradigma de Sustentabilidade. *In: **Gestão integrada do patrimônio cultural**: humanidades, sociedade e ambiente [recurso eletrônico] / org. Luiz. Oosterbeek et al. - Pelotas: Ed. da UFPEL, 2020.*

RIZZO, Ilde; THROSBY, David. **Cultural Heritage**: Economic Analysis and Public Policy. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2006.

SENNETT, Richard. **The Craftsman**. New Haven: Yale University Press, 2008.

SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**. London: Routledge, 2006.

TIMOTHY, Dallen J. **Cultural Heritage and Tourism**: An Introduction. Bristol: Channel View Publications, 2011.

THROSBY, David. **Economics and Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

UNESCO. **Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**. Paris: UNESCO, 2003.

UNESCO. **Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions**. Paris: UNESCO, 2005.

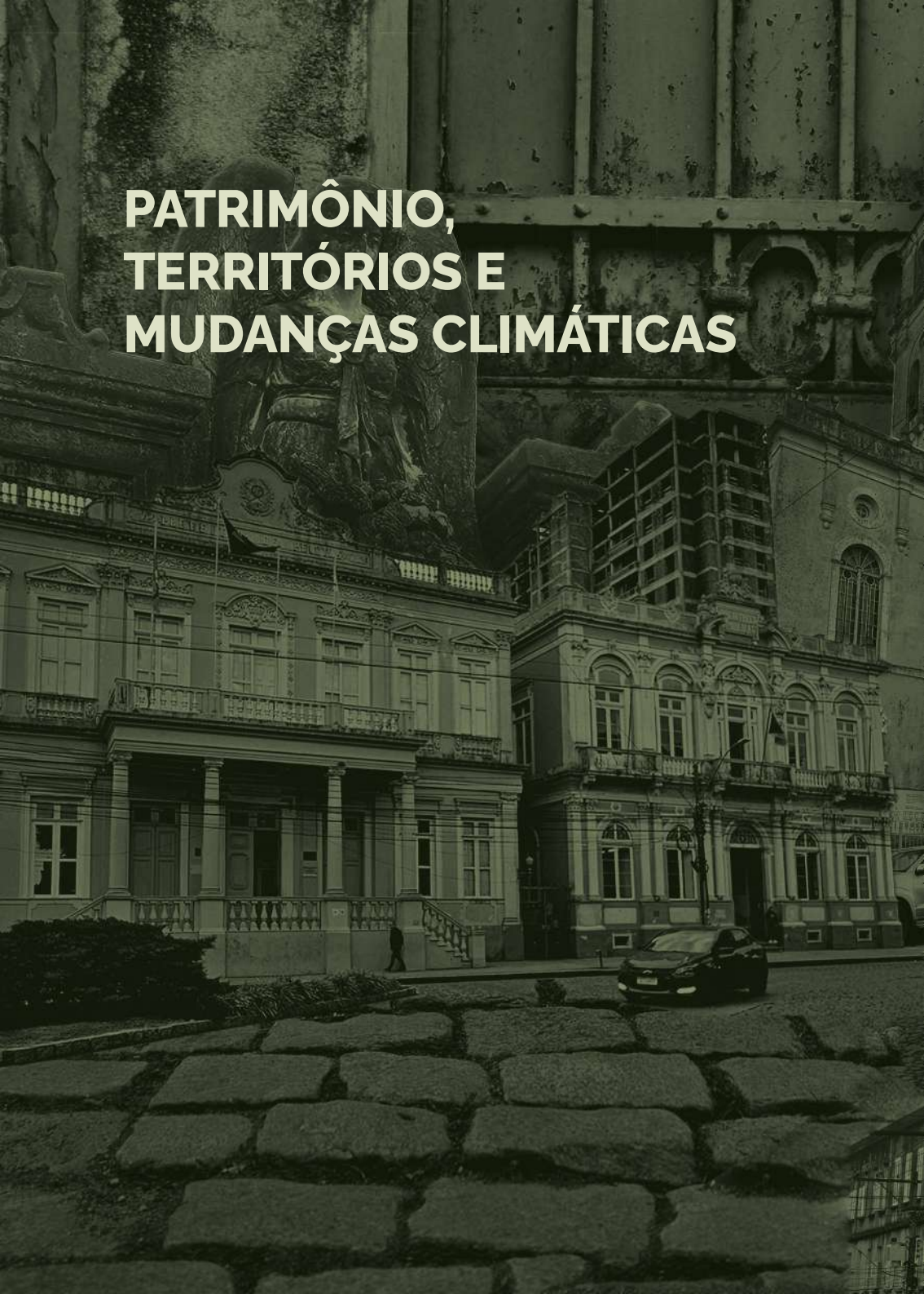
UNESCO. **The UNESCO World Report**: Investing in Cultural Diversity and Intercultural Dialogue. Paris: UNESCO, 2010.

UNESCO. **Local Knowledge, Global Goals**. Paris: UNESCO, 2018.

UNESCO. **Building Resilience in Disaster Governance for the Enhancement of Societal Resilience.** Paris: UNESCO, 2020.

VANSINA, Jan. **Oral Tradition as History.** Madison: University of Wisconsin Press, 1985.

PATRIMÔNIO, TERRITÓRIOS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS





**MUDANÇAS CLIMÁTICAS E EVENTOS
EXTREMOS: O FUTURO JÁ CHEGOU**

**A GEOGRAFIA E A CLIMATOLOGIA
HISTÓRICA DAS ENCHENTES E OUTROS
EVENTOS EXTREMOS NO RIO GRANDE DO
SUL DE 1900 A 2024**

**AGRICULTURA FAMILIAR, PATRIMÔNIO E
MUDANÇAS CLIMÁTICAS: INTERRELAÇÕES
EXISTENTES E NECESSÁRIAS**

**VARIEDADES CRIOLAS E PLANTAS
NATIVAS NO BIOMA PAMPA: UM
PATRIMÔNIO QUE DEVE SER PRESERVADO**

**DESENVOLVIMENTO, EVOLUÇÃO E
CULTURA**

**A CONSCIÊNCIA DO PAPEL DA EXTENSÃO
RURAL OFICIAL NA PRESERVAÇÃO
E VALORIZAÇÃO DO SABER-FAZER
E DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS DOS
AGRICULTORES FAMILIARES**

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E EVENTOS EXTREMOS: O FUTURO JÁ CHEGOU

Ricardo Acosta Gotuzzo

Introdução

As mudanças climáticas configuram-se como um dos maiores desafios do século XXI, com repercussões profundas e abrangentes tanto para o meio ambiente quanto para a sociedade. Desde a Revolução Industrial, a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera tem aumentado drasticamente, em grande parte devido à queima de combustíveis fósseis e ao desmatamento. Esse processo tem levado a um aquecimento global, alterando padrões climáticos em escala planetária. O aumento das temperaturas médias globais tem intensificado a frequência e a severidade de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, tempestades intensas e inundações. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) alerta para os riscos dessas alterações, apontando que o aquecimento global pode causar mudanças irreversíveis nos ecossistemas e intensificar a ocorrência de eventos climáticos extremos.

A Situação Climática no Brasil

No Brasil, os efeitos das mudanças climáticas manifestam-se de maneira particular, dada a ampla diversidade climática do país. Alterações nos padrões de precipitação e temperatura são cada vez mais frequentes, afetando tanto o ambiente natural quanto

às atividades humanas. A intensidade e a frequência de eventos climáticos extremos, como secas prolongadas e inundações severas, têm se tornado mais evidentes. Fenômenos como *El Niño* e *La Niña* acentuam a variabilidade climática, influenciando diretamente as condições meteorológicas do país. A região Nordeste, por exemplo, enfrenta secas graves, enquanto a Amazônia e o Sul do Brasil sofrem com inundações intensas, destacando os desafios significativos que as mudanças climáticas impõem ao Brasil.

A Região Sul do Brasil, que inclui os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, é especialmente vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas. Localizada em uma zona subtropical, a região é influenciada pela interação entre massas de ar tropicais e polares, resultando em um clima com precipitações distribuídas ao longo do ano e eventos extremos sazonais. As mudanças climáticas têm alterado os padrões de precipitação e intensificado eventos extremos na região. Durante os períodos de *El Niño*, a região enfrenta chuvas intensas e inundações, enquanto nos anos de *La Niña*, longos períodos de seca são comuns. Recentemente, o Rio Grande do Sul sofreu o maior desastre climático já registrado no estado, com eventos de precipitação extrema que resultaram em graves danos humanos e econômicos.

Essa introdução estabelece o contexto global e local das mudanças climáticas, destacando a importância de compreender como esses fenômenos impactam diferentes regiões e como os eventos extremos

se manifestam em diversos cenários climáticos. A seguir, exploraremos o desenvolvimento do assunto, abordando os mecanismos e as consequências das mudanças climáticas e eventos extremos, culminando em considerações finais sobre o futuro e as possíveis ações para mitigação e adaptação.

O Aumento da Temperatura Global e Seus Impactos

O aumento das temperaturas médias globais é uma das manifestações mais evidentes das mudanças climáticas. Desde a Revolução Industrial, a concentração de gases de efeito estufa, como dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e óxidos de nitrogênio (NO_x), tem crescido significativamente em decorrência das atividades humanas. O IPCC (2021) relatou que a temperatura média global já subiu cerca de 1,1°C em relação aos níveis pré-industriais. Esse aumento impacta profundamente o clima global, afetando não apenas os padrões de temperatura, mas também os de precipitação e a frequência e intensidade de eventos climáticos extremos.

As consequências do aquecimento global incluem a elevação do nível do mar, decorrente do derretimento das calotas polares e das geleiras, além da expansão térmica dos oceanos. Isso tem levado ao aumento na frequência e severidade de eventos extremos, como tempestades, furacões e ondas de calor. Pesquisas indicam que eventos extremos, como ondas de calor e tempestades severas, estão se tornando mais frequentes e intensos. Por exemplo, os furacões no Atlântico têm aumentado em intensidade, e as ondas de calor estão mais frequentes e prolongadas, impactando a saúde

humana e a biodiversidade.

Além disso, o aquecimento global está provocando mudanças significativas nos ecossistemas e nas cadeias alimentares. O derretimento dos glaciares e o aumento da temperatura das águas oceânicas estão afetando a vida marinha e as espécies que dependem dos glaciares para seu habitat. A acidificação dos oceanos, resultado da absorção de CO₂, também está prejudicando os recifes de corais e as espécies marinhas que deles dependem.

O IPCC e a Modelagem Numérica para Cenários Futuros

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) é uma entidade científica fundada em 1988 pelas Nações Unidas, com o objetivo de fornecer uma avaliação criteriosa e atualizada sobre as mudanças climáticas e seus impactos. Composto por cientistas renomados de várias partes do mundo, o IPCC tem a missão de revisar e sintetizar uma vasta quantidade de pesquisas científicas sobre o clima global.

A principal tarefa do IPCC é reunir e avaliar o conhecimento científico disponível sobre as mudanças climáticas, abrangendo suas causas, consequências e possíveis estratégias de mitigação e adaptação. Seus relatórios periódicos são fundamentais para formuladores de políticas, pesquisadores e o público em geral, orientando decisões e ações frente à questão climática.

Os relatórios do IPCC são divididos em três grupos de

trabalho: o primeiro grupo examina a base científica das mudanças climáticas; o segundo avalia os impactos, a vulnerabilidade e as opções de adaptação; e o terceiro analisa as estratégias para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa. Além disso, o IPCC publica relatórios de síntese que consolidam as conclusões dos três grupos, proporcionando uma visão integrada das mudanças climáticas e suas implicações.

Relatórios Recentes e Avanços em Modelagem Numérica

O Sexto Relatório de Avaliação (AR6) do IPCC marca um avanço importante no entendimento das mudanças climáticas, reunindo descobertas anteriores e incorporando as mais recentes pesquisas científicas. Esse relatório apresenta uma análise detalhada do estado atual das mudanças climáticas e faz projeções sobre cenários futuros, baseando-se em diferentes trajetórias de emissão de gases de efeito estufa.

Uma das inovações mais notáveis do AR6 é o aprimoramento da modelagem numérica para prever cenários futuros. Essa modelagem é essencial para compreender as mudanças climáticas, pois permite simular o comportamento do sistema climático global sob diferentes condições de emissão. Esses modelos são baseados em equações físicas e químicas que descrevem as interações entre a atmosfera, os oceanos, a superfície terrestre e os processos associados.

Os modelos climáticos avançados, como os Modelos de Circulação Geral (GCMs), são utilizados para prever como o clima pode mudar sob diferentes cenários de emissão. O AR6 utiliza essas projeções para apresentar uma

gama de possíveis futuros, desde cenários de emissões controladas até cenários de altas emissões. Essas simulações fornecem previsões sobre o aumento das temperaturas médias globais, mudanças nos padrões de precipitação, elevação do nível do mar e a frequência e intensidade de eventos climáticos extremos.

Os resultados dessas modelagens indicam que, mesmo com a implementação completa dos compromissos climáticos atuais, será difícil manter o aumento da temperatura global abaixo de 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais. As projeções sugerem que o aquecimento global pode ultrapassar esse limite, resultando em impactos mais graves, como a intensificação de eventos climáticos extremos e mudanças irreversíveis em ecossistemas críticos.

O IPCC também destaca a importância de investir em tecnologias para a remoção de carbono e em práticas de gestão de terras que ajudem a capturar e armazenar carbono da atmosfera. A modelagem numérica é fundamental para avaliar a eficácia dessas abordagens e orientar políticas que busquem equilibrar as emissões e a absorção de carbono.

Os relatórios do IPCC e os avanços na modelagem numérica fornecem uma base científica sólida para compreender as mudanças climáticas e seus impactos futuros. Embora os desafios sejam significativos, a combinação de mitigação eficaz, adaptação estratégica e inovação tecnológica oferece uma perspectiva de esperança para limitar os efeitos mais severos das

mudanças climáticas e proteger os ecossistemas e comunidades ao redor do mundo. Ações rápidas e coordenadas são essenciais para enfrentar a crise climática e garantir um futuro sustentável para as próximas gerações.

Impactos das Mudanças Climáticas no Brasil

No Brasil, as mudanças climáticas têm causado variações significativas nos padrões de precipitação e temperatura, afetando a biodiversidade e as atividades econômicas. Devido à vasta extensão territorial e à diversidade climática do país, os impactos variam entre as diferentes regiões. O aumento da temperatura média tem provocado alterações nos padrões de precipitação, com algumas áreas enfrentando secas prolongadas e, outras, inundações severas.

O Nordeste do Brasil tem sofrido com secas graves e prolongadas, impactando a agricultura e o abastecimento de água. Por outro lado, a Amazônia tem experimentado um aumento na frequência e intensidade de eventos de precipitação extrema, o que traz consequências devastadoras para os ecossistemas e para as comunidades locais. A mudança na distribuição das chuvas tem levado a um aumento das queimadas e à degradação florestal.

Além disso, o fenômeno *El Niño*, que se caracteriza pelo aquecimento anômalo das águas do Oceano Pacífico, tem um impacto significativo no clima brasileiro. Durante os eventos de *El Niño*, o Brasil geralmente

enfrenta um aumento na intensidade das chuvas, resultando em inundações e deslizamentos de terra em diversas regiões. Em contraste, *La Niña*, que resulta no resfriamento das águas do Pacífico, pode provocar secas severas, especialmente no Nordeste e em partes da Região Sul.

A Situação na Região Sul do Brasil

A Região Sul do Brasil, composta pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, é particularmente vulnerável aos impactos das mudanças climáticas. Situada em uma zona subtropical, essa região é influenciada pela interação entre massas de ar tropicais e polares, resultando em um clima com precipitações ao longo do ano e eventos extremos sazonais. As alterações climáticas têm exacerbado a frequência e a severidade desses eventos extremos na região.

Durante os períodos associados ao fenômeno *El Niño*, a Região Sul enfrenta chuvas intensas e inundações, enquanto eventos de *La Niña* tendem a provocar secas prolongadas. Recentemente, o Rio Grande do Sul vivenciou o mais severo desastre climático já registrado no estado, com eventos de precipitação extrema em abril e maio de 2024 que desencadearam deslizamentos de terra, enxurradas, inundações e alagamentos. Esses eventos extremos causaram danos consideráveis à infraestrutura, à agricultura e à vida das populações, evidenciando a gravidade dos impactos climáticos na região.

As alterações nos padrões de precipitação e a

intensificação dos eventos climáticos extremos na Região Sul servem como evidências claras dos efeitos das mudanças climáticas sobre a dinâmica climática local. O aumento das temperaturas, as mudanças nos padrões de precipitação e a maior frequência de eventos extremos destacam a necessidade premente de implementar estratégias eficazes de adaptação e mitigação para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Chuvas Extremas no Rio Grande do Sul

Durante o recente fenômeno *El Niño*, que começou em 2022 e persistiu até 2024, o Rio Grande do Sul vivenciou uma série de eventos de precipitações extremas, evidenciando o agravamento das mudanças climáticas e suas consequências para a região. Esses eventos climáticos severos ocorreram em quatro períodos distintos: junho de 2023, setembro de 2023, novembro de 2023 e abril-maio de 2024, afetando diversas áreas do estado e provocando impactos significativos.

Eventos de Precipitação em 2023

Em junho de 2023, o Vale do Rio dos Sinos e o Litoral Norte do Rio Grande do Sul foram atingidos por um evento de precipitação intensa, que marcou o início de um padrão de chuvas extremas persistente ao longo do ano. Em setembro, o Vale do Rio Taquari-Antas enfrentou outro evento severo de chuvas, aumentando os níveis dos rios e saturando os solos, o que intensificou a instabilidade hídrica na região.

A situação se agravou em novembro de 2023, quando precipitações extremas atingiram simultaneamente os vales dos rios Taquari-Antas e Caí, a Serra Gaúcha e a Região Metropolitana de Porto Alegre. Durante esse evento, as chuvas intensas provocaram inundações significativas, exacerbando os impactos dos eventos anteriores e demonstrando a limitação da infraestrutura local em lidar com o volume de água acumulado.

Evento de Chuvas Extremas em Abril-Maio de 2024

Entre abril e maio de 2024, o Rio Grande do Sul experimentou um dos períodos mais críticos em termos de precipitação extrema registrados até então. Durante essas semanas, as precipitações atingiram níveis sem precedentes, conforme indicam os dados das principais estações meteorológicas, incluindo a Agência Nacional de Águas (ANA), o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) e o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). Em grande parte do estado, o acumulado de chuva superou 500 mm em apenas duas semanas, com algumas localidades registrando mais de 1.000 mm.

Esse volume excepcional de precipitação, em um intervalo tão curto, resultou em consequências devastadoras. Houve deslizamentos de terra, enxurradas, inundações e alagamentos em várias regiões, levando à perda de mais de 170 vidas, com outras 40 pessoas ainda desaparecidas no momento da elaboração deste relatório.

Além das tragédias humanas, o evento causou danos

ambientais significativos, como a erosão do solo e a degradação de habitats naturais. Socialmente, os impactos foram igualmente severos, com milhares de famílias desalojadas e a infraestrutura local, incluindo estradas e pontes, gravemente comprometida. No aspecto econômico, os prejuízos foram sem precedentes e ainda estão sendo avaliados, o que sublinha a necessidade urgente de estratégias de adaptação e mitigação para enfrentar futuros eventos extremos.

Esses desastres climáticos expõem e acentuam a vulnerabilidade do Rio Grande do Sul aos eventos extremos associados às mudanças climáticas e enfatiza a importância de uma resposta coordenada e eficaz para reduzir os riscos e proteger as comunidades afetadas.

Considerações Finais

Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas

As mudanças climáticas estão transformando nosso ambiente de maneiras profundas e complexas. No entanto, isso não significa que nosso futuro esteja irrevogavelmente traçado. Cada incremento na temperatura média global traz consigo consequências significativas para a frequência e gravidade de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, tempestades, inundações e secas. Entender essas consequências reforça a importância das ações individuais e coletivas para limitar futuros aumentos de temperatura, com especial atenção à proteção das comunidades mais vulneráveis.

Para enfrentar os desafios das mudanças climáticas de maneira eficaz, é crucial estabelecer compromissos globais mais firmes e implementá-los com urgência. A transição para fontes de energia renovável é uma das medidas mais urgentes, e alcançar a neutralidade nas emissões de carbono o mais rápido possível é fundamental para mitigar os impactos futuros. Além disso, os relatórios do IPCC ressaltam a necessidade de, além de reduzir as emissões, remover uma quantidade significativa de carbono já presente na atmosfera.

Felizmente, a natureza oferece uma solução poderosa para a captura de carbono: a fotossíntese. As plantas desempenham um papel vital na absorção do dióxido de carbono da atmosfera e no armazenamento desse carbono em suas raízes e no solo. Esse processo natural pode ser intensificado para ajudar na mitigação das mudanças climáticas.

Além de reduzir o uso de combustíveis fósseis, é essencial proteger e conservar os habitats naturais, que atuam como grandes reservatórios de carbono. Também é importante otimizar a gestão das áreas produtivas, como propriedades rurais, para aumentar a retenção de carbono e restaurar habitats desmatados ou degradados. Essas práticas não só contribuem para a mitigação das mudanças climáticas, mas também trazem benefícios adicionais, como a melhoria da qualidade do solo e da água, e o suporte à biodiversidade.

Portanto, a estratégia para mitigar as mudanças climáticas deve combinar a redução das emissões

de gases de efeito estufa com o aproveitamento dos processos naturais para a remoção de carbono. Essas ações são fundamentais para limitar os impactos futuros e garantir um futuro mais sustentável.

Diante das crescentes evidências dos impactos das mudanças climáticas, é imperativo que nossas estratégias não se limitem à mitigação, mas também incluam a adaptação às novas realidades climáticas que já estão em curso. Embora seja essencial reduzir as emissões de gases de efeito estufa e adotar práticas sustentáveis para conter o agravamento da situação, também é necessário reconhecer que algumas mudanças são inevitáveis e já estão acontecendo. Isso exige ajustes em nossas infraestruturas, políticas e práticas para enfrentar eventos climáticos extremos, como inundações, secas e ondas de calor, que se tornam cada vez mais frequentes e intensas. A adaptação, portanto, é uma parte essencial da resposta global, garantindo que comunidades e ecossistemas possam suportar e se recuperar dos impactos inevitáveis das mudanças climáticas. Em resumo, a necessidade de adaptação é clara, pois o futuro já chegou.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). **Relatório de Eventos Hidrológicos Extremos: Chuvas e Inundações no Rio Grande do Sul em 2023 e 2024**. Brasília: ANA, 2024.

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS

DE DESASTRES NATURAIS (CEMADEN). **Boletim de Monitoramento:** Chuvas Extremas no Rio Grande do Sul - Abril e Maio de 2024. São José dos Campos: CEMADEN, 2024.

DEFESA CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de Impacto e Resposta às Chuvas Extremas no Estado - 2024.** Porto Alegre: Defesa Civil do Rio Grande do Sul, 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA (INMET). **Relatório Climático: Precipitações Intensas e Anomalias no Rio Grande do Sul - 2023 e 2024.** Brasília: INMET, 2024.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Global Warming of 1.5°C:** An IPCC Special Report on the Impacts of Global Warming of 1.5°C Above Pre-Industrial Levels and Related Global Greenhouse Gas Emission Pathways, in the Context of Strengthening the Global Response to the Threat of Climate Change, Sustainable Development, and Efforts to Eradicate Poverty. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Climate Change 2023:** Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Core Writing Team: H. Lee e J. Romero (eds.). IPCC, Geneva, Switzerland, 2023. p. 35-115.

NASA. **Global Temperature. Vital Signs of the Planet.** 2023. Disponível em: <https://climate.nasa.gov/vital-signs/global-temperature/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION (WMO). **State of the Global Climate 2022.** Geneva: WMO, 2023.

A GEOGRAFIA E A CLIMATOLOGIA HISTÓRICA DAS ENCHENTES E OUTROS EVENTOS EXTREMOS NO RIO GRANDE DO SUL DE 1900 A 2024

Pedro Teixeira Valente

Eventos extremos como enchentes, inundações, estiagens e movimentos de massa são recorrentes no Rio Grande do Sul (Galarça, 2003). Eles nada mais são do que episódios extremos de variáveis atmosféricas. Em Climatologia, diferenciamos os conceitos de anomalia e eventos extremos. O primeiro consiste em uma oscilação natural de alguma variável presente em nossa atmosfera (temperatura, chuva, vento, umidade, entre outros). As anomalias variam, podendo ser próximas ou muito superiores às médias (padrão de comportamento dessas variáveis). Os eventos extremos, por sua vez, consistem em episódios intensificados, superiores às médias dessas variáveis em muitos desvios padrões (Marengo 2010). Esses episódios intensos costumam gerar os fenômenos descritos anteriormente e, após sua passagem, trazem danos materiais, emocionais e humanos.

A periodicidade dos eventos extremos de precipitação varia conforme a intensidade deles. Chuvas mais fracas podem ocorrer de seis em seis meses, anualmente, bianualmente; chuvas de médio porte a cada três, cinco, e chuvas de alta intensidade de dez anos para mais. Esses, até o final do século XX, costumavam ser os ciclos padrões. As enchentes e inundações podem derivar

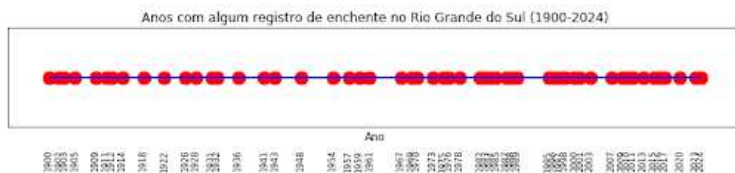
de três fatores: da intensidade do evento extremo de precipitação, do tempo do qual a chuva caiu e do tamanho da bacia do rio que recebeu essa chuva. Em 2024, o Rio Grande do Sul superou o seu recorde anterior de evento extremo de precipitação (1941). Ambos os episódios ocorreram durante a mesma estação, nos mesmos meses. A comparação é inevitável, porém precisamos estabelecer quais argumentos devem ser comparados e quais devem ser vistos separadamente. Afinal, estas não foram as únicas enchentes e inundações ocorridas em nível estadual nos últimos 83 anos.

A Figura 1 ilustra todos os anos entre 1900 e 2024 que apresentaram algum evento extremo de precipitação. Como é possível observar, esse é um fenômeno recorrente em todo o período. Contudo, é notável a sua intensificação a partir da década de 1960 e, especialmente, após o ano de 1980. Essa intensificação é um padrão global. Em qualquer país é possível observar o aumento de potência e abrangência de um ou mais eventos extremos decorrentes de alguma variável atmosférica. No Brasil, estamos vivenciando isso com as enchentes e inundações na região Sul, ondas de calor no Centro-Oeste e Sudeste e estiagens no Norte e Nordeste.

Uma das melhores maneiras de se estudar a periodicidade dos eventos extremos de precipitação é a partir do seu histórico e o impacto que cada episódio trouxe ao patrimônio histórico, econômico, cultural e humano das diferentes épocas vividas e registradas no Rio Grande do Sul. A quantidade de dados muda

conforme a época: períodos mais antigos apresentam menor disponibilidade de dados, porém, a análise e compilação é mais rápida. Por sua vez, momentos mais contemporâneos apresentam maior quantidade e qualidade nos dados. Contudo, o tempo de análise, compilação e padronização é maior. Assim, também se dá com os registros e conhecimentos adquiridos acerca dos rios. No final do século XIX e início do século XX, quando os municípios apresentavam menor densidade demográfica, a área de registro de uma enchente ou inundação era equivalente às dimensões ocupadas pelos habitantes. Ao passo que as cidades crescem, em especial na zona urbana, cresce também o número de registros de enchente.

Figura 1: Anos com registros de eventos extremos de precipitação encontrados no Rio Grande do Sul nos últimos 125 anos
Fonte: Elaborado pelo autor e adaptado do material criado por Valente (2018).

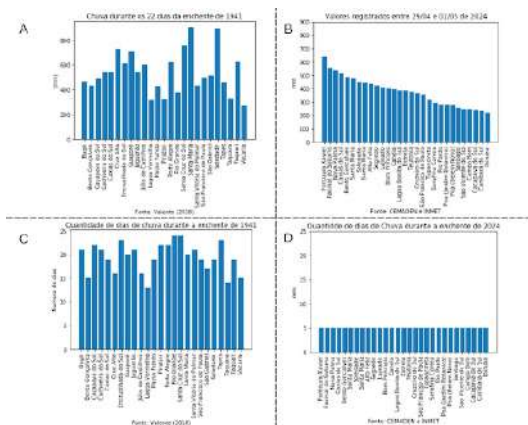


Esse mecanismo funciona como uma faca de dois gumes, onde em parte o registro cresce porque se descobre uma outra região do rio que também supera os limites da planície de inundação e parte porque o próprio uso e ocupação indevidos do solo, ao remover as áreas úmidas e demais ecossistemas que ajudam a conter os aportes hídricos, permite que regiões

que não seriam fáceis ou historicamente inundadas recebam o excedente oriundo de eventos extremos de precipitação. Da mesma maneira, o tamanho da bacia de um determinado setor do rio pode ser crucial para a detecção, diminuição ou amplificação da área de enchente. Esses pontos, comumente, costumam ser ocupados por populações marginalizadas pelo sistema econômico-social, tornando-as os núcleos demográficos mais vulneráveis às inundações.

Com a intensificação de eventos extremos sendo uma das principais consequências das mudanças climáticas, fica o questionamento: será que hoje estamos vivendo o evento mais extremo do RS no século XXI? A enchente de abril e maio de 2024 superou a de 1941, porém, não necessariamente em valores de precipitação, pois esta é uma informação que varia de município para município no Rio Grande do Sul. Em alguns, o evento de 2024 foi maior. Em outros, 1941 ainda permanece como o maior episódio. A grande diferença entre os dois eventos se dá, principalmente, no número de dias de chuva, como ilustra a Figura 2.

Figura 2: Quantidade de chuva no evento de 1941 (A), no evento de 2024 (B) e número de dias de chuva nos eventos de 1941 (C) e 2024 (D)
 Fonte: Adaptado de Valente (2018), CEMADEN (2024) e INMET (2024).



Como podemos observar, o evento de 2024 ultrapassou ou equivaliu ao de 1941 em quantidade de precipitação. Entretanto, o número de dias de chuva para gerar a inundação de abril/maio de 2024 foi quatro vezes menor que a média do número de dias de chuva da enchente de 1941. Essa informação é crucial para o estudo das mudanças climáticas ocorridas no Rio Grande do Sul. Assim como em outras localidades do Brasil e do mundo, os eventos extremos de qualquer variável atmosférica estão se alterando em três diferentes escalas: intensidade, duração e frequência. Isso significa que não somente a intensidade dos eventos é alterada, mas o período no qual o evento ocorre também está se modificando, bem como a sua ciclicidade.

Em outras palavras, no caso da precipitação, podemos dizer que eventos que ocorriam a cada dois anos correm o risco de se repetirem semestralmente; eventos que ocorriam a cada década podem ocorrer a cada dois anos, eventos que ocorriam a cada cinquenta podem passar a acontecer a cada década e, nas escalas de tempo maiores como 80, 100 anos ou mais, podem passar a ocorrer em escalas de tempo menores. A intensificação das emissões de gases de efeito estufa contribuem para o aumento da temperatura média do planeta. Em 2023, a temperatura média global ficou 1,17°C acima da média (NASA, 2024). Copernicus (2024) estima que a Terra estará 1,5°C mais quente até 2033 e 2°C até 2050. O aumento da temperatura média do planeta altera o balanço de umidade, vento e precipitação. No Brasil, o sexto relatório do IPCC estima que as ondas de calor se tornem mais frequentes nas regiões Centro-Oeste e Sudeste. Hoffman et al. (2023) apontam que o desmatamento e as queimadas no cerrado estão contribuindo para uma movimentação anômala do fluxo de umidade para a região Sul do Brasil (já naturalmente úmida). Em todos os cenários exibidos pelos relatórios do IPCC, o Rio Grande do Sul apresenta um aumento dos aportes mensais e anuais de precipitação, variando de quatro a nove vezes maior do que o padrão de chuva atual. Isso significa que não somente os totais pluviométricos tendem a subir e se tornarem mais frequentes, mas eles também podem se formar e ocorrer durante um período muito menor que o tempo médio da primeira metade do século XX, por exemplo.

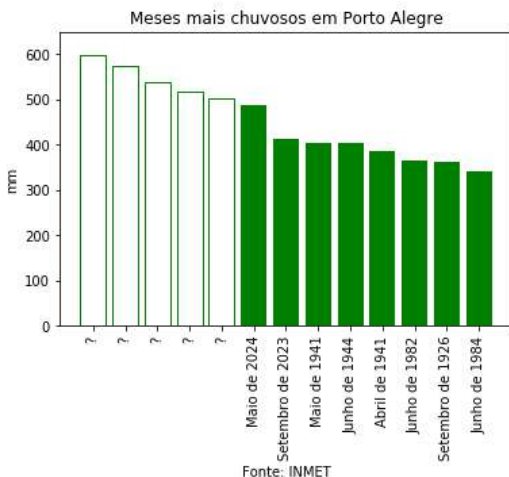
Essa alteração no padrão de chuvas é um ponto

crucial para o gerenciamento rural e urbano de um município. Diversas esferas são afetadas: o âmbito econômico, social, cultural, histórico, emocional. Uma enchente ou uma inundação não traz somente prejuízos humanos, animais e econômicos, pode também destruir patrimônios históricos, modificar lugares e ambientes cruciais para a história de um povo. Toda e qualquer relação humana está suscetível à intensificação de qualquer evento extremo de uma variável atmosférica.

Se analisarmos a Figura 3, observamos o exemplo de Porto Alegre. Nela, podemos conferir os oito meses mais chuvosos já registrados no município entre os anos de 1900 e 2024. Chama a atenção que os dois maiores recordes, até então, ocorreram em um intervalo de oito meses. Existem oito meses de diferença entre os dois meses mais chuvosos de Porto Alegre e 83 anos entre o primeiro e o terceiro lugar. Ressalta-se, aqui também, a inundação de novembro de 2023, totalizando, portanto, três grandes eventos extremos de precipitação em um intervalo inferior a um ano.

Figura 3: meses mais chuvosos registrados no município de Porto Alegre entre 1900 e 2024 e próximos recordes ainda não ocorridos

Fonte: Adaptado de INMET (2024) pelo autor.



A Figura 3 também aponta uma preocupação no que tange aos estudos dos eventos extremos: ela questiona quando ocorrerão os próximos recordes e quais serão os seus valores. Essa crítica denota um novo pensar, um construir ao invés de reconstruir. Devemos trabalhar com a possibilidade de o Rio Grande do Sul enfrentar cenários como os vistos em 2023 e 2024 em menos de dez anos. Com as projeções, globais e locais, realizadas pelos relatórios do IPCC (2024), fortalece cada vez mais a tendência do aumento de eventos extremos de precipitação em todas as suas escalas.

Além dos estudos do clima, muito mais pode ser feito. Muito mais do que as dezessete metas para um

desenvolvimento sustentável estabelecidas pela ONU (2024). São necessários mais estudos acerca das condições, adaptações e mitigações do impacto das mudanças climáticas no Rio Grande do Sul. Para isso, é preciso ampliar o corpo técnico-científico não somente no âmbito universitário, mas em órgãos públicos que realizam o monitoramento, prevenção e salvamentos das pessoas atingidas por esses fenômenos. Da mesma maneira, toda a população deve estar mais consciente e envolvida nesse processo. Tão necessária é uma ação do meio público quanto também do setor privado, onde haja uma real consciência de que o consumo desenfreado dos recursos naturais gera um lucro meramente momentâneo, incapaz de continuar crescendo pelos próximos trinta anos. Muito mais do que a economia está ameaçada: a vida animal, a vida humana, a cultura, as relações sociais e de lazer, a própria ciência em si.

Tanto no que tange à memória e patrimônio quanto nas demais esferas sociais, econômicas e culturais, é cada vez mais necessária a formação de grupos de estudos interdisciplinares, onde seja possível abordar o mesmo objeto de estudos sob diferentes lógicas de análises e combinar os resultados encontrados por cada profissional em um projeto sério e implementável com urgência. Devemos aprender agora o que já deveríamos ter aprendido com os eventos extremos anteriores. Há urgência em pesquisar, estudar, analisar, aprender e ensinar aos demais o real perigo que as mudanças climáticas trazem para o Brasil.

As universidades locais possuem o conhecimento

necessário para a criação desses grupos. Devem operar em parceria com as prefeituras de demais órgãos públicos de cunho ambiental para reduzir os danos de uma enchente, estiagem ou onda de calor. Esse movimento deve ser local, pois os cientistas formados nessas universidades, além da sua pesquisa, também possuem uma bagagem histórica ou cultural com esses espaços geográficos refletidos na forma de vivência, de cotidiano. Unir esses dois elementos pode ser uma peça-chave na preservação da memória e do patrimônio.

Muitas comparações acerca das inundações de 1941 e 2024 foram realizadas. No entanto, é urgente e necessário saber distinguir a mensagem na qual essa comparação deve passar. Muitos usam os volumes de chuva dos dois eventos para negar as mudanças climáticas, outros apelam para uma mensagem de urgência gerando pânico ao não passar a informação correta. É necessário cuidado para não se deixar levar por comparações que caem em argumentações que geram medo ou negacionismo de um problema real, que cada vez mais tem se tornado presente no nosso cotidiano. A proliferação desenfreada de uma desinformação climática pode ultrapassar a esfera domiciliar. Essa ideologia pode enviesar decisões políticas e resultar na aprovação de projetos que ou não consideram outros fatores ambientais e, para impedir o avanço da inundação, acabam criando outro problema que refletirá na transformação da flora, fauna e corpos hídricos locais (vide Laguna dos Patos).

A Figura 4 exibe um exemplo, registrado em 1941, de

que soluções imediatas podem ser errôneas para a mitigação do impacto das enchentes e inundações. Obviamente, toda a urgência é necessária no que tange salvamento da vida humana, animal, da memória e do patrimônio. Contudo, a notícia ressalta justamente o cuidado que deve ser tomado ao planejar meios de diminuição do impacto. Canais que ligam a Laguna dos Patos ao Oceano Atlântico, aterros, entre outras propostas podem, além de modificar os ecossistemas locais, causar danos irreversíveis para o nosso cotidiano.

Figura 4: Reportagem do diário de notícias sobre soluções imediatas para a enchente de 1941

Fonte: Diário de Notícias (05/11/1941).



Esses danos, por sua vez, não afetam somente nossa economia, mas nossa cultura, nossa história, nossa memória e nosso patrimônio. A tendência de eventos extremos cada vez mais intensos e frequentes já está se provando verdadeira. Devemos fortalecer a aliança

entre universidades e prefeituras, enriquecer nosso corpo técnico-científico em órgãos públicos e privados, auxiliar a população com menor recurso financeiro e acesso à informação a se proteger e agir durante a ocorrência de um evento extremo e conscientizar a população, em diferentes escalas etárias e escolares, de que esse é um perigo real que não pode ser combatido pelo medo irracional do fim do mundo. É necessária uma reestruturação do modelo econômico, local e global, para que essas mitigações sejam construídas de forma efetiva. Ainda há o que ser feito, mas devemos agir rápido para que não tenhamos o mesmo impacto.

REFERÊNCIAS

CEMADEN. **Inundações**. Disponível em: <http://www2.cemaden.gov.br/inundacao/>. Acesso em: 06 set. 2024.

COPERNICUS. **Latest projections of future climate now available**. Online. Disponível em: <https://climate.copernicus.eu/latest-projections-future-climate-now-available>. Acesso em: 02 set. 2024.

GALARÇA, Paulo Jolar Pazzini. **O Clima do Rio Grande do Sul ao longo do século XIX**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2003.

HOFFMAN, Gabriel Selbach; SILVA, Rafael Cesar; WEBER, Eliseu José; BARBOSA, Alexandre Augusto; DE OLIVEIRA, Luiz Flamarion Barbosa; ALVES, Ruy; HASENACK, Heinrich; SCHOSSLER, Venisse; AQUINO, Francisco Eliseu; CARDOSO, Manoel Ferreira. Changes in land cover and atmospheric circulation are reducing rainfall in the Brazilian Cerrado. **Scientific Reports**. V. 13. P 1-14. 2023. Disponível em: <https://www.nature.com/>

articles/s41598-023-38174-x. Acesso em: 08 de out. 2024.

INMET. **Eventos extremos**: chuvas acima da média no RS. Online. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/noticias/eventos-extremos-chuva-acima-da-m%C3%A9dia-marcam-maio-de-2024>. Acesso em: 13 set. 2024.

IPCC. Mudança do clima 2023, Relatório Síntese. Um relatório do painel intergovernamental sobre mudança do clima. Online. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_LongerReport_PO.pdf. Acesso em: 7 set. 2024.

MARENGO, José. **Mudanças climáticas e eventos extremos no Brasil. Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS**. 2010. Online. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2014/05/mc_eventos_extremos_brasil.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

NASA. **Global temperature**. On-line. Disponível em: <https://climate.nasa.gov/vital-signs/global-temperature/?intent=121>. Acesso em: 01 ago. 2024.

ONU. ODS em ação. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 13 set. 2024.

VALENTE, Pedro Teixeira. **Eventos extremos de precipitação no Rio Grande do Sul no Século XX a partir de dados de reanálise e registros históricos**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 100 p., 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/10183/174485/1/001063496.pdf>. Acesso em 13 set. 2024.

AGRICULTURA FAMILIAR, PATRIMÔNIO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: INTERRELAÇÕES EXISTENTES E NECESSÁRIAS

Adriane Lobo Costa

A ideia de agregar as áreas das ciências agrárias e humanas é inerente à prática extensionista rural e social. O convite para organizar um painel no Congresso Internacional de Patrimônio Cultural e Sustentável foi aceito como um desafio. Partimos do princípio de que é necessário dialogar e construir conhecimentos que agreguem inovação, tradição, culturas e cultivares autóctones. Todas as crises que para nós se apresentam (a enchente de maio/24 se deu durante o processo de organização do CIPCS) apontam para a mesma direção de repensar nossos modelos produtivos e o fortalecimento de processos sociais e comunitários, que podem contribuir para o desenvolvimento do território, de forma mais harmônica, equânime e democrática. Na visão de uma "Nova Extensão Rural Agroecológica", esse esforço é fundamental, haja visto a subjacência da visão sistêmica e holística que a Agroecologia apresenta. Como nos diz Caporal: "exige (...) que se adote uma formação mais multidisciplinar ou, pelo menos, se ampliem aspectos formativos que levem a uma maior capacidade de dialogar com outras profissões e interagir com outras disciplinas." (Caporal, 2009, p. 209). Dessa forma, o painel buscou trazer, ao debate do Congresso, as transformações que estão em curso no campo desde a Revolução Verde, passando pela Revolução Verde-

Verde, bem como apontar alternativas e exemplos de resiliência no que diz respeito aos ambientes naturais e às culturas que por ele perpassam, sendo assim, também fatores de conservação e preservação.

Agricultura Familiar, Patrimônio e Mudanças Climáticas: Interrelações Existentes e Necessárias foi o fio condutor para o desenvolvimento do painel, sabendo que o enfrentamento que temos em curso com relação aos patrimônios culturais (mais ainda, os sustentáveis), passam pela manutenção de um banco genético em coevolução com os saberes e fazeres das famílias e pessoas do lugar. O uso do meio ambiente produtivo com uma única planta estabelece uma guerra ao próprio ambiente, sendo necessário o uso de químicas contra tudo e todos que não sejam aquela determinada planta. A homogeneização e simplificação do ambiente só o torna cada vez mais vulnerável, perdendo a característica da resiliência que um ambiente diverso apresenta. A ameaça aos biomas, em especial o Pampa, é também uma ameaça aos saberes e fazeres, ao Patrimônio Cultural do território.

A agricultura familiar traz, em seu cerne, a diversidade, a sazonalidade, a inovação, a pluriatividade, o contato e interdependência com os fatores climáticos, de geografia, topografia, enfim, de profundo contato com a natureza das coisas. E, principalmente, a nobre tarefa da produção de alimentos, fibras e demais produtos, o que torna essa categoria social fundamental para todo o conjunto da sociedade.

No entanto, o processo de mudanças climáticas afeta profundamente os ciclos produtivos, prejudicando a renda dos agricultores e agricultoras; em alguns casos, tornando a permanência no lugar impossível. Mas, para além das mudanças climáticas, essas ameaças estão em várias frentes: o desmatamento, o uso de químicos e contaminantes, a expansão das cidades, os usos indevidos da água; todos, e muitos outros, afetando as comunidades e suas interações com esse ambiente.

Para preservar esse enredo todo, é necessário conhecer e respeitar o uso dado aos seus elementos. As culturas e tradições podem se transformar em produtos de interesse e gerar renda para as pessoas do lugar. Como exemplo, temos o Registro do Patrimônio Imaterial das Tradições Doceiras, que foi concedido à Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu), inscrito no Livro de Registro dos Saberes do IPHAN, em 2018.

A partir da pesquisa registrada no Inventário Nacional de Referências Culturais (2008), foi possível determinar que os doces tradicionais apresentam duas vertentes: os doces de confeitários, ou de bandejas, ou de ovos ou, ainda, doces finos e os doces de frutas, ou de tacho ou coloniais, que têm a sua origem diagnosticada nas localidades de Santo Amor e Açoita Cavallo, hoje, município de Morro Redondo. Mesmo que a cultura de fazer doces de frutas já estivesse no repertório de muitas famílias que aqui acabaram se instalando por vários episódios históricos, tudo indica que a passa de pêssego (e, também, de goiaba e figo) tenha sido

criada nessa região. Então, o que constatamos é que os doces, além de serem uma forma de consumo da fruta durante todo ano, ou seja, uma forma de conservação e armazenamento, também foi e continua sendo uma fonte de renda para muitas famílias. Esse é um forte exemplo da cultura alimentar se tornando um patrimônio cultural imaterial, pois está viva na comunidade e em constante renovação.

Da mesma forma, o uso de plantas nativas para os mais variados fins, como ornamentação, "é também uma estratégia para a valorização e a conservação da biodiversidade e uma possibilidade a mais de geração de renda" (Marchi; Barbieri, 2015).

Destarte, os convidados para o painel foram pessoas referências em suas áreas de atuação. Cada um com suas trajetórias conectando o respeito àquilo que é próprio das culturas, dos conhecimentos, dos ambientes, das tecnologias, da natureza local. O objetivo foi partir da visão dos painelistas para construir a visão das possibilidades de desenvolvimentos locais num diálogo com as pessoas, saberes, ambiente: o patrimônio cultural. Esse Patrimônio se torna mais vivo o quanto mais estiver sendo construído no próprio território e pode se expressar na forma de preservação de sementes e produtos alimentares e artesanais ali existentes e realizados por pessoas.

Uma visão sistêmica, numa perspectiva da interdisciplinaridade, cada disciplina se encontra nos princípios agroecológicos, e desvenda as conexões

sociais e ambientais necessárias para a produção de alimentos saudáveis, num ambiente saudável, com animais saudáveis e pessoas saudáveis, como diz Primavesi (2016).

No que diz respeito aos aspectos mais intrínsecos às escolhas de um modelo produtivo artificializado e homogêneo, com uso de modificações genéticas para aumentar incessantemente a necessidade do uso de mais substâncias químicas, agora, inclusive, misturadas, está apresentado por Leonardo Melgarejo no texto: Desenvolvimento, evolução e cultura.

A preservação do bioma Pampa, pela sua importância em sociobiodiversidade, através do conhecimento de pesquisas e observações, como em um dos estudos desenvolvidos, por exemplo, onde uma centena de plantas pampeanas, com potencial ornamental, são estudadas profundamente, no habitat natural, pelo trabalho cuidadoso de uma equipe inteira (Stumpf et al., 2009), nos mostra o quanto ainda necessitamos conhecer do Bioma Pampa. Rosa Lia Barbieri descreve essa importância e os esforços que são feitos com o intuito da preservação do patrimônio genético e paisagístico que o bioma apresenta.

A ciência deve ser colocada como balizador de decisões políticas. Temos dados e informações suficientes para fazer a escolha sobre nossas preferências. Apoiar os processos de produção e consumir produtos do território, respeitando suas histórias, seus saberes é uma política no sentido de promover o Patrimônio cultural a

se manter (muitas vezes, com inovações) e gerar renda para as famílias e jovens rurais.

As agroindústrias familiares são um patrimônio cultural incomensurável e são necessárias políticas públicas que aportem recursos e caminhos burocráticos possíveis de serem trilhados, como nos mostra Renato Cougo dos Santos em seu texto.

Assim, com esse entrelaçamento de ideias e conhecimentos, buscamos contribuir com as reflexões sobre a Agricultura Familiar, Patrimônio e Mudanças Climáticas: Interrelações Existentes e Necessárias.

REFERÊNCIAS

CAPORAL, FRANCISCO ROBERTO, (Org.). **Extensão Rural e Agroecologia:** temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília: MDA, 398 p. 2009.

MARCHI, Marene Machado; BARBIERI, Rosa Lia, ed. **Cores e formas no Bioma Pampa:** gramíneas ornamentais nativas. Embrapa, Brasília – DF. 2015, 276 p.

PRIMAVESI, Ana Maria. **Manual do solo vivo.** Expressão Popular, 2 ed. São Paulo. 2016.

RIETH, Flávia; CERQUEIRA, Fábio Vergara, FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; et alii. **Inventário Nacional de Referências Culturais – Produção de Doces Tradicionais pelotenses,** v. 2. Pelotas, UFPel. 2008. (várias paginações).

STUMPF, Elisabeth Regina Tempel; BARBIERI, Rosa Líia; HEIDEN, Gustavo, ed. **Cores e formas no Bioma Pampa:** plantas ornamentais nativas. Pelotas: Embrapa Clima

Temperado, 276 p, 2009.

VARIEDADES CRIOULAS E PLANTAS NATIVAS NO BIOMA PAMPA: UM PATRIMÔNIO QUE DEVE SER PRESERVADO

Rosa Lia Barbieri

As variedades crioulas de plantas cultivadas pelos agricultores e as plantas nativas no bioma Pampa são recursos genéticos, isto é, uma parte da biodiversidade que é usada pelas pessoas, e é um patrimônio que deve ser preservado. Como recursos genéticos, estas plantas são importantes para garantir a segurança alimentar e nutricional para a geração atual e futura, prospectar novos usos, como base para desenvolver produtos inovadores, produzir avanços no conhecimento científico e formar recursos humanos.

Com base em uma biodiversidade que evoluiu ao longo de milhões de anos neste território, sob ação da seleção natural e, nos últimos 10 milênios, sob o manejo dos povos originários, o bioma Pampa tem seu uso associado à pecuária extensiva (desde a chegada dos jesuítas no século XVI), à agricultura familiar (desde a chegada de imigrantes europeus no século XIX), e às lavouras de arroz (desde a segunda metade do século XX). Mudanças mais recentes no bioma Pampa são a silvicultura com espécies exóticas, as lavouras de soja, a viticultura, a olivicultura e o crescimento das áreas urbanas. Nesse contexto, os recursos genéticos do bioma Pampa estão ameaçados tanto pelas mudanças no uso da terra quanto por mudanças no contexto social, e precisam ser conservados como um

patrimônio cultural. Esses recursos genéticos são as plantas forrageiras que compõem o campo nativo (uma grande diversidade de espécies, com predominância de gramíneas e leguminosas), plantas nativas para uso na alimentação (como butiá, araçá e pitanga), uso medicinal (como carqueja, espinheira-santa e guaco) e ornamental (como várias orquídeas, cactos e bromélias), além de variedades crioulas de plantas cultivadas e que não são nativas do Pampa, mas que aqui desenvolveram características especiais como resultado da seleção realizada pelos agricultores neste ambiente (como milho, feijão e abóbora).

Várias instituições e pessoas se dedicam a conservar os recursos genéticos no bioma Pampa: a Embrapa, o IFSul, a UFPeL, a UFRGS, a UFSM, a Secretaria da Agricultura do RS (ex Fepagro), além de povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e proprietários rurais (Abreu *et al.*, 2022). Destacam-se, no bioma Pampa, os trabalhos com recursos genéticos de variedades crioulas, de espinheira-santa (uma planta medicinal nativa), e de frutas nativas, que são desenvolvidos pela Embrapa Clima Temperado. As variedades crioulas que hoje são cultivadas no Pampa são o resultado do processo histórico de ocupação do território por diferentes etnias: indígenas, portugueses, espanhóis, africanos, pomeranos, alemães, italianos e franceses. Ao longo do tempo, os agricultores foram selecionando as plantas de acordo com critérios próprios, o que, associado à ação da seleção natural nos ambientes de cultivo, resultaram em uma grande diversidade de variedades crioulas de milho, feijão, batata-doce,

mandioca, abóboras, melão, melancia, cenoura, cebola e pimentas, adaptadas às condições locais (Rivas et al., 2023). Alguns agricultores desempenham o papel de guardiões de sementes crioulas, pois são pessoas que mantêm os recursos genéticos, e realizam intercâmbio dessas sementes com parentes e vizinhos, e em várias Feiras de Sementes Crioulas realizadas periodicamente em diversos municípios (Abreu *et al.*, 2022). Ao longo das últimas cinco décadas, a Embrapa Clima Temperado vem realizando o resgate das sementes dessas variedades crioulas, e as conserva em vários Bancos Ativos de Germoplasma, em Pelotas. Uma cópia de segurança das sementes de um grande número destas variedades crioulas é mantida no Banco Genético da Embrapa, em Brasília. Uma segunda cópia de segurança destas sementes foi enviada para depósito no Svalbard Global Seed Vault, o banco mundial de sementes que fica no arquipélago de Svalbard, no Círculo Polar Ártico, um local que oferece instalações de segurança máxima para conservação de sementes a longo prazo (por centenas de anos).

No caso da espinheira-santa, a conservação de plantas, cujas sementes foram coletadas há mais de 20 anos em diferentes municípios, é realizado a campo, no Banco Ativo de Germoplasma de Espinheira-santa. Esse material serviu de base para várias dissertações de mestrado e teses de doutorado, cumprindo seu papel na formação de recursos humanos e no avanço do conhecimento científico, com estudos sobre variabilidade genética dessas plantas (Mariot *et al.*, 2010), biologia reprodutiva, identificação de polinizadores e dispersores de sementes

(Perleberg *et al.*, 2021). A Embrapa também mantém um Banco Ativo de Germoplasma de Frutas Nativas do Sul, com várias espécies de frutas nativas conservadas em campo.

Além dos trabalhos de conservação nos bancos de germoplasma, chamada de conservação *ex situ* (em latim, *ex situ* significa fora do local de origem), a Embrapa também atua promovendo a conservação *in situ* (em latim, *in situ* significa no local de origem) de recursos genéticos. Nesse caso, um exemplo é a conservação pelo uso de butiazeiros, palmeiras nativas que produzem frutos conhecidos como butiás, a qual é estimulada pelo projeto Rota dos Butiazais, uma rede coordenada pela Embrapa Clima Temperado que conecta várias instituições no Brasil, no Uruguai e na Argentina, com o objetivo de promover a conservação pelo uso sustentável (Barbieri *et al.*, 2021).

Todas as pessoas que vivem no Bioma Pampa podem ajudar a conservar os recursos genéticos: valorizando os agricultores que mantêm as sementes crioulas e comprando seus produtos, cultivando plantas nativas no jardim ou no quintal (frutas nativas, plantas medicinais e ornamentais nativas).

REFERÊNCIAS

ABREU, Aluana Gonçalves; PADUA, Juliano Gomes; BARBIERI, Rosa Lia. (Org.). **Conservação e uso de recursos genéticos vegetais para a alimentação e a agricultura no Brasil**. Brasília: Embrapa, 112 p., 2022.

BARBIERI, Rosa Lia; MUNIZ, Ana Veruska Cruz da Silva; MARCHI, Marene Machado; SOSINSKI JUNIOR, Enio Egon. Ações de conservação in situ de fruteiras nativas. In: SILVA JÚNIOR, J. F.; SOUZA, F. V. D; PÁDUA, J. G. (Org.). **A arca de Noé das frutas nativas brasileiras**. Brasília: Embrapa, 2021, p. 198-205. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1137945/acoes-de-conservacao-in-situ-de-fruteiras-nativas>. Acesso em: 10 set. 2024.

MARIOT, Márcio Paim.; BARBIERI, Rosa Lia. Divergência genética entre acessos de espinheira-santa (*Maytenus ilicifolia* Mart. ex Reiss. e *M. aquifolium* Mart.) com base em caracteres morfológicos e fisiológicos. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v. 12, p. 243-249, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpm/a/pNysc9sTPhkhNFZwFrnq4rh/#>. Acesso em: 05 set. 2024.

PERLEBERG, Tângela Denise; BARBIERI, Rosa Lia; MARIOT, Márcio Paim.; PETER, Rejane; GOMES, Gustavo Crizel; SILVA, Tamires Ebeling; VITORIA, Josiane Mendonça; SILVA, Patrick da Silva.; MAGALHAES, Rafaela de Sousa Corrêa. Pollinators and seed dispersers of espinheira-santa (*Monteverdia ilicifolia* - Celastraceae), a Brazilian medicinal plant. **Ciência e Natura**, v. 43, p. 1-27, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1133428/pollinators-and-seed-dispersers-of-espinheira-santa-monteverdia-ilicifolia---celastraceae-a-brazilian-medicinal-plant>. Acesso em: 05 set. 2024.

RIVAS, Mercedes; VIDAL, Rafael; NEITZKE, Raquel Silviana; PRIORI, Daniela; ALMEIDA, Natália; ANTUNES, Irajá Ferreira; GALVÁN, Guillermo A.; BARBIERI, Rosa Lia. Diversity of vegetable landraces in the Pampa biome of Brazil and Uruguay: utilization and conservation strategies. **Frontiers in Plant Science**, v. 14, p. 01-26, 2023.

Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/plant-science/articles/10.3389/fpls.2023.1232589/full>. Acesso em: 05 set. 2024.

Figura 1: Conservação in situ de um butiazal em fazenda no município de Tapes. Na foto pode-se observar a neblina típica de uma manhã de inverno nas proximidades da Lagoa dos Patos
Fonte: Rosa Lia Barbieri.



Figura 2: Variedades crioulas de abóboras cultivadas pelos agricultores no bioma Pampa
Fonte: Rosa Lia Barbieri.



DESENVOLVIMENTO, EVOLUÇÃO E CULTURA

Leonardo Melgarejo

Minha participação no painel AGRICULTURA FAMILIAR, PATRIMÔNIO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: INTERRELAÇÕES EXISTENTES E NECESSÁRIAS abordou impactos do modelo de agronegócio hegemônico sobre os serviços ambientais naturais e as relações socioeconômicas e culturais deles dependentes. Ao final, a conclusão reclama apoio a processos educativos e a sistemas produtivos de base agroecológica, aqui interpretados como mecanismos essenciais para o enfrentamento de causas e consequências da crise climática.

Inicialmente, aponta-se para fragilidades na fundamentação científica do modelo de agronegócio empresarial hegemônico em nosso território. Sendo dominadas por perspectiva de curto prazo e enviesadas em termos analíticos, aquelas bases científicas, ignoram externalidades (custos sociais não incorporados ao processo produtivo dos empresários rurais) e minimizam a relevância de serviços socioculturais desenvolvidos por uma agricultura familiar histórica e simbioticamente conectada a processos ecossistêmicos coevolutivos. Por esse motivo, uma vez que em visão abrangente se revela a expansão continuada de prejuízos sociais e danos estruturais de larga intensidade, afeitos a toda sociedade, afirma-se que aquelas fundamentações são enganosas, comprometem a democracia e a credibilidade de instituições públicas, devendo ser

revisadas e adaptadas ou substituídas por outro tipo de abordagem. Afirma-se, ainda, que essa outra abordagem precisa retomar processos de construção participativa, apoiando-se na cultura de comunidades responsáveis pela produção de alimentos limpos e pela proteção de bens naturais e serviços ecossistêmicos. Recomenda-se especial atenção aos fundamentos e princípios da agroecologia, bem como às políticas públicas orientadas ao fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica.

Vejamos, por partes, alguns dos argumentos utilizados para defender essa perspectiva.

Interpretando o desenvolvimento cultural como uma trajetória coletiva em busca de melhoria nas condições de vida, aqui, entende-se a "cultura" como uma expressão evolutiva sintetizada em acordos e relações de parceria, com divisões de responsabilidades e funções, em processos associativos desenvolvidos a partir das condições ambientais.

Trata-se de trajetória humana, que pode ser visualizada a partir de transições ocorridas desde que nossa espécie se desprende da coleta, evoluindo para a caça e depois para o domínio da agricultura, das máquinas a vapor, chegando, agora, à digitalização de tudo... em saltos culturais de interesse coletivo, sempre apoiados pela idealização, construção e socialização de instrumentos e tecnologias que, em se fixando, alteraram/alteram as formas de "ser e estar" no planeta. Desde as grandes descobertas que possibilitaram a construção

e interligação de cidades, passando pelas grandes navegações marítimas e pela manipulação das bases da vida, aquelas transições nunca se afastaram de uma premissa ensinada pelo que observamos na natureza: a resiliência e a evolução dos sistemas biológicos dependem de laços de interdependência que apontam para (e dependem da) diversificação e multiplicidade das espécies ali estabelecidas.

Em outras palavras, as mutações biológicas, assim como as inovações tecnológicas, só seriam incorporadas às populações quando estimulassem tanto a especialização como a redundância de serviços capazes de ampliar a eficácia no uso de elementos básicos à vida (luz, água, nutrientes e território). Haveria uma regra "natural", fundamental aos processos evolutivos, funcionando como uma espécie de filtro que só levaria adiante aquelas transformações que fortalecessem e complexificassem as tramas simbióticas onde atuam. Evidentemente, existem exceções que, fraudando aquela lógica, estabelecem processos de degradação responsáveis pelo surgimento de monopólios, pela destruição de redes de serviço sociocultural e por lógicas econômicas tão irracionais como aquelas que, com financiamento público, determinam o êxodo de populações rurais e a substituição de biomas tão especializados como a caatinga, o cerrado, a Amazônia e o pampa por monocultivos de soja transgênica dependentes do uso massivo de agrotóxicos. É nesta "passagem" simplificadora e empobrecedora da realidade que se centra o presente artigo.

Aquela lógica da evolução coletiva apoiada na multiplicidade de relações baseadas em regras de interdependência, que se observa em todos os ecossistemas, é por esta razão aqui chamada de "natural". Entretanto, ela não se limita à biologia e aos sistemas naturais. Ocorrendo também na sociologia, na economia, na arte, na ciência, na literatura, na música, na moda, na história e nas redes que dão operacionalidade a sistemas complexos, trata-se de elemento normativo que explica a importância das sinergias positivas para os avanços da vida, em todas suas dimensões.

Basta observar: na natureza, inexistem espécies campeãs. Não há território algum dominado por uma única espécie. Por isso, quando ocorrem circunstâncias que favorecem tal distorção, o sistema se degrada, rumando ao colapso e à substituição das condições que o possibilitaram. Isso, a exemplo do que se observa em mercados monopolizados, em territórios dominados por monocultivos de exportação e em sistemas ditatoriais, ocorre apenas em formas organizativas degeneradas, dependentes de relações capturadas por interesses específicos capazes de gerar as distorções e os artificialismos que, como os impérios, jamais perduram no tempo. Além disso, mesmo em ecossistemas pobres em termos da diversidade das espécies que o compõe, e independente das causas que o determinaram, sempre atuam mecanismos evolutivos de alteração ambiental que contribuem para a lenta expansão das formas de vida ali estabelecidas. Afinal, este planeta, que já foi tão somente uma pedra iluminada por uma estrela (situada na distância certa do sol e com água

suficiente para gerar tudo o que por aqui respira e evolui), não permite dúvidas em relação a isso. Basta um olhar para a composição simbiótica de populações megadiversas estabelecidas nos diferentes estratos de uma mata atlântica, por exemplo (a microvida e os insetos do solo e do subsolo, somados a plantas, fungos e animais do estrato herbáceo, da camada arbustiva, e a todos os organismos associados às árvores de porte médio e do dossel superior) para entender o significado da substituição de tudo aquilo, por uma lavoura de soja. Na palavra síntese: a degradação.

Degradação corresponde à homogeneização, à simplificação, ao resultado da ruptura de laços fornecidos pelas conexões intra e interespecíficas, cuja expansão é comandada pela orientação da energia vital, rumo à construção e ao fortalecimento de relações de interdependência. É ou não é verdade que a expansão das atuais músicas sertanejas apoiadas pelo marketing do agronegócio¹, e onipresentes nos grandes meios de comunicação, ofende e degrada a cultura musical de nossos povos?

Nessa perspectiva, é possível afirmar que, assim como ocorre no campo da cultura musical, distorções impostas por interesses econômicos, quando levam à degradação de mecanismos orientadores da ocupação diversificada e simbiótica do território, por serem antagônicas à expansão e ao fortalecimento

¹ Ver: Chã, 2018, e comentários em: <https://mst.org.br/2019/01/05/a-perigosa-relacao-entre-o-agronegocio-e-a-industria-cultural/>.

das articulações diversificadas e das oportunidades de expressão da vida, que elas trazem, acabam comprometendo a qualidade e a estabilidade do todo (Melgarejo, 2024). E evidentemente, uma vez inseridos em processo de degradação das bases da vida, aqueles mecanismos são responsáveis pelas implicações que lhes são consequentes.

Nesse texto, a crítica ao embasamento científico que alimenta esse processo parte da evidência de que o discurso embelezador de um agronegócio de exportação dependente de agrotóxicos e transgênicos está se dando com o apoio de universidades, empresas de pesquisas e formadores de opinião empenhados em esconder os problemas causados por esse modelo à sociedade e ao meio ambiente.

Para exemplificar esse argumento, vejamos o caso particular² de recente decisão da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança que, em 01 de agosto de 2024 (curiosamente, no dia da Pachamama³), aprovou a mais recente evolução tecnológica do campo da engenharia genética, oferecida a agricultores do Brasil. Trata-se da soja MON 94313⁴. Até então inédita no mundo inteiro, aquela planta foi aqui autorizada para plantio, consumo e todas as formas de uso de seus derivados,

² Para discussão abrangente, ver: Fernandes, 2019.

³ Ver: <https://www.brasildefatores.com.br/2024/08/01/um-canto-por-pachamama>.

⁴ Ver: <https://ojoioeotriga.com.br/2024/07/brasil-pode-ser-primeiro-pais-do-mundo-a-aprovar-soja-que-bebe-mistura-inedita-de-agrotoxicos/>.

com dispensa de monitoramento (acompanhamento de seus impactos no mundo real).

Produzida pela Monsanto (hoje sob controle da Bayer), a soja MON 94313 foi geneticamente modificada para resistir aos herbicidas 2,4-D⁵, Glufosinato de Amônio⁶, Dicamba⁷ e Mesotriona⁸. Uma vez que o ministério da agricultura autoriza as "misturas no tanque"⁹, para economizar combustível gasto em "tratos culturais", os agricultores que plantarem aquela soja farão a pulverização com coquetéis venenosos, sobre os quais nada sabemos, uma vez que os estudos de danos à saúde, causados pelos agrotóxicos, são realizados produto a produto. Além disso, como na maior parte do Brasil o clima permite sucessão de plantios, os grãos

5 Ver: <https://docplayer.com.br/9283696-Universidade-federal-de-mato-grosso-instituto-de-saude-coletiva-nota-tecnica-sobre-os-impactos-na-saude-e-ambiente-do-herbicida-2-4-d.html>.

6 LAJMANOVICH, Rafael C. et al. Induction of micronuclei and nuclear abnormalities in tadpoles of the common toad (*Rhinella arenarum*) treated with the herbicides Liberty® and glufosinate-ammonium. *Mutation Research/Genetic Toxicology and Environmental Mutagenesis*, v. 769, p. 7-12, jul. 2014. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S138357181400103X>. Acesso em: 9 dez. 2022.

7 ATTADEMO, Andrés Maximiliano et al. Effects of the emulsifiable herbicide Dicamba on amphibian tadpoles: an underestimated toxicity risk? *Environmental Science and Pollution Research*, v. 28, n. 24, p. 31962-31974, jun. 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/10.1007/s11356-021-13000-x>. Acesso em: 16 jul. 2024.

8 Ver: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5598260/>.

9 Ver: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujr-w0TZC2Mb/content/id/45173700/doi-2018-10-15-instrucao-normativa-n-40-de-11-de-outubro-de-2018-45173522.

desta soja que caírem na lavoura germinarão entre as plantas do próximo cultivo. Para impedir que aquelas plantas de soja cresçam como "invasoras", dificultando a colheita e tratos culturais, roubando luz, água e nutrientes da cultura de interesse naquele ponto da sucessão de cultivos, a Monsanto/Bayer recomenda o uso de mais um herbicida. Trata-se da atrazina¹⁰, produto tóxico de uso proibido em 44 países (na Alemanha, desde 1991). Resumindo¹¹, o ponto alto da sustentação científica desta tecnologia de ponta incorporada (por esta soja) a nosso modelo de agronegócio empresarial, permitirá que venenos de uso proibido em outras partes do planeta tenham seu emprego ampliado em nosso território. Isso significará contaminação de águas de consumo humano, eliminação de microvida do solo (essencial para manutenção da produtividade, o que estimulará a importação de adubos) e o surgimento de plantas daninhas com resistência múltipla, abrindo mercado para futuras variedades de soja, tolerantes quem sabe a que outros venenos.

Para breve discussão sobre o método científico que sustenta esta lógica, ver que a manipulação não é apenas genética (Melgarejo; Ferraz; Fernandes, 2013).

10 HAYES, T. B.; ANDERSON, L. L.; BEASLEY, V. R.; SOLLA, S. R. de; IGUSHI, T.; INGRAHAM, H. et al. Demasculinization and feminization of male gonads by atrazine: Consistent effects across vertebrate classes. *Journal of Steroid Biochemistry & Molecular Biology*, v. 127, n. 01-02, p. 64-73, 2011. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jsbmb.2011.03.015>.

11 Para mais informações ver parecer divergente em: <http://www.movimentocienciadada.org/documento/detail/85>.

Em uma visão mais ampla, é possível afirmar que o avanço das monoculturas associadas à expansão de venenos, ao substituir áreas de cobertura biodiversa e permanente, por lavouras sazonais dependentes da indústria química, também acelera o aquecimento global e seus impactos sobre a vida em geral. A erosão e a impermeabilização do solo agrícola que acompanham este tipo de degradação vital levam ao assoreamento de rios e lagos, ampliando a velocidade e a violência de escoamento das águas de chuvas (que com o derretimento das calotas polares tendem a ser mais intensas). Ao mesmo tempo, a redução na capacidade de infiltração e retenção da água no solo, ampliam o poder devastador das secas e também dos incêndios. De outra parte, como aquelas sementes patenteadas, na linha de fronteira do conhecimento relacionado à engenharia genética, ampliam os custos das lavouras sem agregar ganhos de produtividade¹² (as plantas não se tornam mais produtivas porque foram alteradas para que se possa jogar sobre elas um maior número de venenos), o tamanho mínimo economicamente viável das lavouras deste modelo de agronegócio tende a crescer. E em lavouras que por estas questões de escala se fazem gigantescas, não é possível identificar, em seu início, os focos/danos/problemas relacionados à presença de insetos ou mesmo de plantas indesejáveis. Para evitar que tais focos se alastrem, gerando danos econômicos relevantes, os proprietários são induzidos a aplicar venenos de avião, sobre toda a área cultivada. Isso amplia desnecessariamente (e sem reciprocidade em termos da rentabilidade) os custos de produção e ajuda

¹² Almeida et al., 2017.

a explicar a sanha deste modelo produtivo em avançar sobre territórios de povos tradicionais e indígenas, bem como em obter alterações nas legislações ambientais. Nesse sentido, boa parte das demandas do agronegócio, que levam a desmontes em regulações protetivas ao ambiente natural, às terras indígenas, aos banhados, às margens de rios e assim por diante, cumprem serviço de apoio a interesse de transnacionais (para discussão sobre a chamada "bancada ruralista" e sua funcionalidade, ver: <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Os-Financiadores-da-Destruicao-2022-ptbr.pdf>).

Portanto, esse modelo se desenvolve com base em articulação que introduz no inconsciente da população padrões de referência que atuam de forma deletéria aos interesses coletivos. Essa condição¹³ se apoia em compreensão equivocada, artilosa e intencionalmente construída, a respeito de nossas necessidades socioculturais e ambientais. Opera, nesse sentido, não somente uma guerra contra a natureza, como também um bloqueio, uma pressão em favor da desinformação e da ignorância quanto a esses fatos por parte de populações rurais e urbanas. Isso se dá através de campanhas de *marketing* e da cooptação de cientistas, da desmoralização de ambientalistas, da perseguição e criminalização de lideranças dos povos e comunidades tradicionais.

Esse conluio orientado para a ocultação de informações,

13 Ver: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2375>.

além de dificultar a consolidação, no rural, de práticas protetivas aos serviços ecossistêmicos, também impede que as populações urbanas entendam o que está em jogo. Com isso, crescem no Congresso Federal o poder e os malefícios relacionados à articulação de interesse do agronegócio ecocida, com a erosão da democracia¹⁴ em nosso país e com suas implicações em termos de facilitação ao comércio de venenos¹⁵, ao bloqueio à reforma agrária, e ao retardo nos avanços de sistemas produtivos de base agroecológica, bem como as dificuldades de acesso à alimentação saudável, ao consumo de água não contaminada por resíduos de venenos e, finalmente, a ofensa aos direitos humanos fundamentais (Burity *et al.*, 2020; TERRA DE DIREITOS, CAMPANHA PERMANENTE CONTRA AGROTÓXICOS E PELA VIDA, 2022).

Nessa perspectiva, apenas com ampliação e fortalecimento de serviços orientados por uma ciência digna, nos campos da comunicação e da educação ambiental, será possível levar a sociedade a entender a importância e a necessidade dos aprendizados e desenvolvimentos culturais historicamente gerados pelas populações indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, que tendem a ser “naturalmente”

14 Ver: https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2023/05/As_Origens_Agrarias_do_Terror_2023.pdf

15 Ver <https://opara.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/ojoio/uploads/2022/07/ARTIGO-PUBLICA-DO-DMA-HESS-NODARI-LOPES-FERREIRA.pdf> e <https://abrasco.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Saude-Reprodutiva-e-a-Nocividade-dos-Agrotoxicos-Abrasco-2024-1.pdf>.

pautados pelas bases da vida. Apenas assim, estaremos diante dos sistemas produtivos, leituras de realidade e formas de desenvolvimento humano coerentes com os princípios da agroecologia e com os fundamentos vitais das relações de interdependência. Trata-se, portanto, de necessário fortalecimento a tecidos sócio-agro biodiversos, que, necessariamente, serão de base agroecológica.

Isso é assim porque todos os subgrupos humanos dependem de ampliação na capacidade produtiva dos territórios que ocupam. Territórios estes sabidamente associados às suas especificidades em termos da biodiversidade e das conexões de parceria que ali envolvem sinergias positivas estabelecidas com perspectiva de longo prazo.

Evidentemente existem aquelas questões de mercado e orientações para políticas de crédito, assistência técnica, formação profissional, agroindustrialização e comercialização agrícola, que serão determinantes da expansão de um ou outro modelo agro produtivo. Isso envolve uma questão política que diz respeito à qualidade das decisões coletivas e da cultura vigente em sistemas democráticos.

Portanto, e aqui voltamos aos parágrafos iniciais deste texto: as bases científicas em que se apoiam as decisões políticas não são isentas de valores¹⁶. Os cientistas e os formadores de opinião não são politicamente neutros,

¹⁶ Ver: <https://www.brasildefatores.com.br/2024/08/09/plantas-geneticamente-modificadas-afinal-de-quem-e-o-problema>.

e cabe à sociedade estabelecer limites à atuação de todos os envolvidos em ações que comprometem a forma social de "ver" e, portanto, de "ser, estar e agir" no mundo.

Estas condições, que se tornaram óbvias no caso da tragédia climática que afetou o Rio Grande do Sul (Melgarejo, 2024), exigem o estabelecimento de acordos relativamente ao que mais importa e, também, quanto aos caminhos a serem valorizados, bem como aos motivos que o justificam.

Apenas ao avançar neste rumo, construiremos cultura sem menosprezar informações historicamente desenvolvidas pelos povos que habitam em cada região, ou as particularidades destas regiões e das condições naturais que ali atuam.

Nesse sentido, e retomando as frases iniciais deste artigo, faz-se necessário consolidar mecanismos de apoio à consciência crítica e de resistência coletiva às tendências de degradação do metabolismo socioambiental. Trata-se de processos educativos e de qualificação dos sistemas produtivos (com ênfase aos princípios da agroecologia), aqui apontados como essenciais para o enfrentamento de causas e consequências da crise climática, da degradação sociocultural e de suas consequências degenerativas, sobre a qualidade e as possibilidades de vida neste planeta.

Para tanto, precisaremos incorporar lições da natureza aos processos de julgamento que permitem o sucesso

de determinados agentes políticos e não de outros. Trata-se, essencialmente, de recuperar o método científico e a democracia representativa, para controle de fenômenos degenerativos que ignoram a relevância de serviços socioculturais desenvolvidos por uma agricultura familiar e povos tradicionais histórica e simbioticamente conectados a processos ecossistêmicos dependentes da biodiversidade e das particularidades geográficas de cada local.

Evidentemente, estamos diante de uma questão que extrapola fronteiras geográficas (Soares; Glass, 2018; Montenegro; Dolce, 2024) e que exigirá o estabelecimento de ações locais com uma visão global, em acordos entre os povos dos diferentes países (ACCIÓN POR LA BIODIVERSIDAD, 2020), contra estas e outras expressões do neoliberalismo e seus agentes locais. Em poucas palavras, precisamos fortalecer os grupos que agem em conformidade com aquelas que seriam as "nossas" premissas (ver, por exemplo, Melgarejo, 2019), e defender, tanto quanto possível (e crescentemente), em escala internacional, a saúde ecossistêmica planetária. Teremos sucesso se o fizermos de forma orientada por uma luta comum que nos permita evoluir, num primeiro momento a partir da globalização da esperança e, a seguir, pela consolidação (e globalização) de mudanças na estrutura de dominação que, hoje, submete as condições de vida de bilhões de indivíduos aos interesses econômicos de uma minoria.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vicente Eduardo Soares de.; FRIEDRICH, Karen; TYGEL, Alan Freihof; MELGAREJO, Leonardo; CARNEIRO, Fernando Ferreira. Uso de sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos no Brasil: cultivando perigos. **Ciência e Saúde Coletiva**, 22(10), 3333-3339, 2017. DOI:10.1590/1413-812320172210.17112017.

ACCIÓN POR LA BIODIVERSIDAD. **Atlas del agronegocio transgénico en el Cono Sur**: monocultivos, resistencias y propuestas de los pueblos. Compilado por Dario Aranda; coordinación general de Lucía Magdalena Vicente; Carlos Alberto Vicente; Carolina Acevedo. - 1a ed. ilustrada. - Marcos Paz: Acción por la Biodiversidad, 2020. 222 p. + Mapas; 30 x 21 cm. ISBN 978-987-23685-5-5. Disponível em: <http://www.movimentocienciacidada.org/documento/detail/60>. Acesso em: 05 set. 2024.

ATTADEMO, Andrés Maximiliano et al. Effects of the emulsifiable herbicide Dicamba on amphibian tadpoles: an underestimated toxicity risk? **Environmental Science and Pollution Research**, v. 28, n. 24, p. 31962–31974, jun. 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/10.1007/s11356-021-13000-x>. Acesso em: 16 jul. 2024.

BURITY, Valéria Torres Amaral et al. **Agrotóxicos na América Latina**: violações contra o direito à alimentação e à nutrição adequadas. Brasília: FIAN Brasil, 2020. Disponível em: <http://www.movimentocienciacidada.org/documento/detail/71>. Acesso em: 05 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 40, de 11 de outubro de 2018**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Seção 1, n. 198, p. 3, 15 out. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwOTZC2Mb/content/id/45173700/do1-2018-

10-15-instrucao-normativa-n-40-de-11-de-outubro-de-2018-45173522. Acesso em: 05 set. 2024.

CHÃ, Ana Manuela de Jesus. **Agronegócio e Indústria Cultural**: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 159f. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/964e4fdb-ca19-466a-b2c4-19b2c44172c4>. Acesso em: 05 set. 2024.

FERNANDES, Gabriel Bianconi. **Novas biotecnologias, velhos agrotóxicos**: um modelo insustentável que avança e pede alternativas urgentes. Gabriel Bianconi Fernandes, Maureen Santos, editora. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil, 2019. 60 p. ISBN 978-85-62669-32-3. Disponível em: <http://www.movimentocienciadada.org/documento/detail/57>. Acesso em: 10 set. 2024.

FERREIRA MACHADO CALADO, Maria Madalena; REINALDO DA SILVA, Sidney. Agnotologia: a construção do negacionismo científico na sociedade da informação. **Revista Intersaberes**, [S. l.], v. 17, n. 42, p. 809-819, 2022. DOI: 10.22169/revint.v17i42.2375. <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2375>. Acesso em: 11 ago. 2024.

HAYES, Tyrone. B.; ANDERSON, Lloyd. L.; BEASLEY, Val. R.; SOLLA, Shane. R. de; IGUSHI, Taisen.; INGRAHAM, Holly. et al. Demasculinization and feminization of male gonads by atrazine: Consistent effects across vertebrate classes. **Journal of Steroid Biochemistry & Molecular Biology**, v. 127, n. 01-02, p. 64-73, 2011. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jsbmb.2011.03.015>

HESS, Sonia Corina; NODARI, Rubens Onofre; LOPES-FERREIRA, Monica. Agrotóxicos: críticas à regulação que permite o envenenamento do país. Edição especial Agronegócio em tempos de colapso planetário: abordagens críticas. **Desenvolvimento e meio Ambiente**. UFPR- Vol. 57, p. 106-134, jun. 2021. DOI: 10.5380/dma.v56i0.76169. e-ISSN 2176-9109 Disponível em: <https://opara.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/ojoio/uploads/2022/07/ARTIGO-PUBLICADO-DMA-HESS-NODARI-LOPES-FERREIRA.pdf>. Acesso em: 05 set. 2024.

LAJMANOVICH, Rafael C. et al. Induction of micronuclei and nuclear abnormalities in tadpoles of the common toad (*Rhinella arenarum*) treated with the herbicides Liberty® and glufosinate-ammonium. **Mutation Research/Genetic Toxicology and Environmental Mutagenesis**, v. 769, p. 7-12, jul. 2014. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S138357181400103X>. Acesso em: 9 dez. 2022.

MELGAREJO, Leonardo; FERRAZ, José Maria G. e FERNANDES, Gabriel B. Transgênicos no Brasil: a manipulação não é só genética. **Agriculturas**, v. 10 - n. 1, março de 2013. Disponível em: <http://www.movimentocienciadada.org/documento/detail/15>. Acesso em: 05 set. 2024.

MELGAREJO, Leonardo. Uma visão externa sobre alguns esforços e contribuições do MST aos avanços da agroecologia. p.75-108. In: **Agroecologia: diversidade, movimento e resistência**. Murilo Mendonça Oliveira da Souza (org). Ed Anápolis, UEG, 2019, 248 p.

MELGAREJO, Leonardo. Editorial - Rio Grande do Sul: capitalismo do desastre ou Agroecologia? **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 19, n. 2, p. 120-130, 2024. <https://doi.org/10.33240/rba.v19i2.54414>

OLIVEIRA, Angélica Castanheira de; BASTOS, Lucia Helena Pinto; CARDOSO, Maria Helena Wohlers Morelli; NÓBREGA, Armi Wanderley da. Exposição infantil aos agrotóxicos: avaliação de alimentos representativos da dieta de crianças do município do Rio de Janeiro. **SAÚDE DEBATE** | RIO DE JANEIRO, V. 46, N. ESPECIAL 2, P. 190-209, JUN 2022 DOI: 10.1590/0103-11042022E213. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2022.v46nspe2/190-209>. Acesso em: 05 set. 2024.

PANIS, Carolina et al. Exposure to Pesticides and Breast Cancer in an Agricultural Region in Brazil. **Environmental Science & Technology**, v. 58, n. 24, p. 10470–10481, 18 jun. 2024. Disponível em: <https://pubs.acs.org/doi/10.1021/acs.est.3c08695>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SOARES, Wagner Lopes; PORTO, Marcelo Firpo De Souza. Uso de agrotóxicos e impactos econômicos sobre a saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 46, n. 2, p. 209–217, abr. 2012. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102012000200002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 16 jul. 2024.

STEHLE, Sebastian; SCHULZ, Ralf. Agricultural insecticides threaten surface waters at the global scale. **ENVIRONMENTAL SCIENCES**, may, 05, 2015.112 (18) 5750-5755. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.1500232112>. Acesso em: 12 set. 2024.

TERRA DE DIREITOS, CAMPANHA PERMANENTE CONTRA AGROTÓXICOS E PELA VIDA. **Agrotóxicos e violações de direitos humanos no Brasil**: denúncias, fiscalizações e acesso à justiça. Naiara Bitencourt (coord.) Curitiba, PR: Terra de Direitos, 2022 ISBN 978-85-62884-29-0. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/acervo/publicacoes/pesquisas-academicas/54/>

agrotoxicos-e-violacoes-de-direitos-humanos-no-brasil/23783. Acesso em: 05 set. 2024.

MONTENEGRO, Marcelo; DOLCE, Julia. **ATLAS DOS AGROTÓXICOS**. Fundação Heinrich Böell. Segunda edição brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll. RJ, abril de 2024. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/2024-05/240416-atlas-do-agrotoxico-2024-segunda-edicao.pdf>. Acesso em: 05 set. 2024.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena. **ATLAS DO AGRONEGÓCIO: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Maureen Santos, Verena Glass, organizadoras. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p.; il.; 29,7cm ISBN 978-85-62669-25-5. Disponível em: <http://www.movimentocienciadada.org/documento/detail/45>. Acesso em: 05 set. 2024.

A CONSCIÊNCIA DO PAPEL DA EXTENSÃO RURAL OFICIAL NA PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SABER-FAZER E DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Renato Cougo dos Santos

A importância da contribuição da agricultura familiar na produção de alimentos necessária à garantia da segurança alimentar no Brasil é conhecida e ratificada nos números que são apresentados a cada divulgação do censo agropecuário. Todavia, o reconhecimento do agricultor familiar é recente e surge com a publicação da Lei Federal nº 11.326 de 24/07/2006 — que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A importância dessa Lei se deve ao fato de distinguir o produtor rural com a presunção de lucro dos demais produtores rurais de subsistência, aqueles com presunção de renda familiar. Essa conquista permitiu ao poder público dar tratamento simplificado aos agricultores familiares em vários campos, tais como: tributário, crédito, compras públicas, entre outros. No entanto, uma das principais políticas públicas para a agricultura familiar é pouco reconhecida e, por vezes, até banalizada por agentes públicos que deixam de associá-la às demais políticas de governo voltadas à agricultura familiar. Trata-se da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). A sua importância se deve ao fato de os agricultores familiares não disporem de capacidade financeira para contratar a assistência técnica privada e, ainda, da relevância e do alcance da atuação social

que ela assegura a famílias rurais, permitindo ações governamentais essenciais ao cumprimento de princípios constitucionais relacionados à inclusão social e à garantia de dignidade humana.

O contexto atual foi sendo determinado a partir da década de 60 e 70 com inúmeras dificuldades impostas aos pequenos produtores rurais em paralelo aos avanços de acesso e garantias de direitos por parte dos trabalhadores urbanos, com a sua organização em torno da estruturação dos Serviços Sociais para a Saúde, Indústria, Comércio e Serviços. Assim, na década de setenta, ascende a organização dos movimentos sociais da agricultura, que passam a reivindicar com mais veemência a formulação de políticas públicas, contemplando o segmento dos pequenos produtores rurais, então designados como trabalhadores rurais. A organização dos agricultores resultou na publicação da Lei Complementar nº 11 de 25/05/1971 — que, entre outras providências, instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural. Com a publicação daquela Lei ficou instituído o Serviço Social Rural que, de forma articulada ao FUNRURAL, garantia acesso a créditos e financiamentos para cobertura da previdência social aos trabalhadores rurais. Assim, os trabalhadores rurais que exploram a atividade agropecuária para renda familiar passaram a ser contribuintes da previdência social, enquadrados como Segurados Especiais. Outro avanço importante foi a garantia do acesso à Extensão Rural Pública e gratuita pelos produtores rurais de subsistência.

Nesse ponto, cabe destacar o pioneirismo do Estado do Rio Grande do Sul que, antes mesmo da publicação daquela Lei, já contava, desde 1955, com o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural prestado pela ASCAR/RS.

A importância de os agricultores familiares acessarem políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural é inquestionável. Ainda, assim, faz-se importante uma reflexão cuidadosa a respeito de seu propósito e forma de utilização por parte das gestões governamentais.

Nesse sentido, cumpre observar que, em seu contexto inicial, a ATER foi orientada para a "DIFUSÃO" de tecnologias. Tratava-se de oferecer aos pequenos produtores rurais inovações tecnológicas voltadas à expansão de "maior eficiência produtiva", conforme preconizado pela Revolução Verde.

Como consequência, a pesquisa pública e a extensão de seus resultados foram se distanciando das dimensões participativas e de reflexão construtiva apoiada na realidade do "saber-fazer" dos agricultores familiares. Naquele contexto, a **pesquisa-ação**¹⁷ evoluiu de forma distanciada das instituições de pesquisa pública, resultando mínima (quase nula) a participação do agricultor familiar na construção de suas demandas.

17 A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação, ou com a resolução de um problema coletivo, e na qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação, ou do problema, estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Te, 1997).

Consequentemente, avolumaram-se limitações e inadequações na forma de conexão entre a pesquisa pública e a realidade das pequenas propriedades rurais, o que trouxe reflexos negativos sobre ações voltadas ao desenvolvimento sustentável e à construção de conceitos e práticas de responsabilidade ambiental na agricultura.

Esse distanciamento que, em certo sentido ainda não foi superado, coloca em risco o saber-fazer dos agricultores familiares. Isso acelera perdas do conhecimento, do patrimônio e da riqueza cultural inerente aos modos de produção típicos da agricultura familiar.

Nessa direção, faz-se importante examinar o papel do sistema de ATER público em face dos interesses difusos de políticas agrícolas que priorizam interesses privados e do comércio internacional, em oposição aos circuitos curtos de comercialização e mercados locais atendidos pela agricultura familiar. O direcionamento da política agrícola em benefício das commodities agrícolas é a realidade atual, e tem contribuído negativamente à reprodução social da agricultura familiar impactando sobre a sucessão familiar, o tecido socioproductivo nos territórios rurais.

Dessa forma, cresce cada vez mais a preocupação com o eminente risco de desaparecimento de muitos processos de produção pertencentes à cultura do saber-fazer dos agricultores familiares. Como exemplo, citamos aqui a produção dos doces coloniais da região de Pelotas, recentemente reconhecida pelo Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como Patrimônio Cultural Brasileiro. Trata-se da concessão de certificado de reconhecimento do Conjunto Histórico de Pelotas e das Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu), no Rio Grande do Sul, com o registro (do modo de fazer os doces na região, e seu impacto sobre a cultura popular) no Livro dos Saberes.

Esse exemplo destaca a relevância de serviços de uma ATER pública endógena, onde a preservação e a valorização do saber-fazer e das tecnologias sociais desenvolvidas por agricultores familiares passam pela democratização das decisões. Para que esse objetivo seja alcançado e estendido no tempo, faz-se necessária uma ATER pública apoiada em metodologias participativas, onde o agricultor familiar possa assumir o protagonismo, orientando a geração de necessidades prioritizadas pela "pesquisa-ação", bem como a adoção de práticas que valorizam o saber-fazer de suas famílias.

Dessa maneira, cresce a responsabilidade de uma ATER pública que possa assumir papel de estimuladora/guardiã da cultura produtiva desenvolvida pelo conjunto de diferentes etnias que formam, no espaço rural, o patrimônio cultural e imaterial produtivo que nos caracteriza.

Assim, aquela ATER exógena, pautada por um modelo difusionista que sobrevaloriza a eficiência produtiva e a adoção de novas tecnologias sem o reconhecimento do papel da cultura e da democratização das decisões

no âmbito familiar, coloca-se no rumo oposto de uma ATER pública endógena que, além de desejável, faz-se essencial para o fortalecimento e a preservação do patrimônio cultural produtivo.

Nesse contexto, a ATER pública necessária seria aquela que inclui a participação social dos agricultores nas decisões inerentes à formulação e execução das políticas, de forma a que eles se percebam como agentes de controle social do saber-fazer. Para alcançar esse objetivo, a ATER pública deve adotar o enfoque metodológico participativo. Ademais, faz-se necessário o estabelecimento de maiores vínculos com as instituições públicas de pesquisa. Trata-se de apontar novos horizontes para a “pesquisa-ação” necessária ao desenvolvimento sustentável da agricultura e da garantia de renda para as famílias rurais, sob a ótica da sucessão familiar.

Um bom exemplo da interação e sinergia entre os agricultores familiares, a assistência técnica e extensão rural e o governo está na criação, em 1999, do Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul (PEAF), e da marca de denominação de origem selo “Sabor Gaúcho”. Essa importante política pública ascende da necessidade e expectativa dos agricultores familiares em relação à legalização da atividade de beneficiamento e processamento de alimentos dentro da propriedade rural. A rigor, nisso não haveria novidade, uma vez que o censo agropecuário de 2017 já apontava a existência, no Brasil, de mais de 720 mil estabelecimentos rurais explorando essa atividade, no entanto, de forma informal.

No estado do Rio Grande do Sul haveria mais de 120 mil estabelecimentos rurais desse tipo, o que representa 16% do total de estabelecimentos no Brasil.

Cabe destacar que, bem antes da criação do Programa Estadual de Agroindústria Familiar, a ATER pública do estado do Rio Grande do Sul, representada pela ASCAR – EMATER/RS, já atuava de forma institucional e com enorme êxito no apoio ao desenvolvimento da agroindústria familiar rural gaúcha.

Esta experiência, da ASCAR-EMATER/RS, foi reconhecida pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, que a responsabilizou pela execução do PEAf desde a sua criação em 1999. Nos últimos anos, a atuação da ASCAR –EMATER/RS vem gerando resultados incontestáveis para o avanço da agroindústria familiar gaúcha. Atualmente, são mais de 3800 estabelecimentos assistidos, dos quais mais de 1700 já tiveram suas agroindústrias legalizadas, podendo agora participar de importantes espaços de comercialização, a exemplo das políticas de compras públicas (PNAE e PAA) e das Feiras da Agricultura Familiar, entre outros.

A Política Pública da Agroindústria Familiar do estado do Rio Grande do Sul é tão assertiva que de 2011 até 2024 foram legalizadas, no estado, 1 (uma) nova agroindústria familiar a cada 2 (dois) dias úteis. Esse feito não seria possível se a política pública não dialogasse diretamente com a realidade dos agricultores familiares, ou se a ATER pública não estivesse presente no cotidiano e na busca de soluções priorizadas por aquelas famílias.

O Programa Estadual de Agroindústria Familiar tem exercido papel fundamental no resgate do saber-fazer dos agricultores familiares e, dessa forma, permitido a consolidação no mercado de produtos genuínos e reconhecidos como patrimônio cultural dos agricultores familiares — a exemplo das passas de pêssego, da bebida jeropiga da ilha dos marinheiros, do queijo serrano, e outros itens —, produtos esses que agora são parte integrante das feiras da agricultura familiar e da expectativa de manutenção deste patrimônio cultural, em mãos de novas gerações daqueles agricultores.

O PEAf também serve de exemplo e inspiração para a formulação de novas políticas públicas que dialoguem com a realidade dos agricultores familiares, permitindo que elas contribuam com o que há de mais importante, que é a reprodução social da agricultura familiar, a partir de um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo, preservando o saber-fazer dos agricultores, bem como das tecnologias sociais que são nosso maior patrimônio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei complementar nº 11, de 25 de maio de 1971. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 maio. 1971.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do**

Brasil, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

GOVERNO do Estado do Rio Grande do Sul. Lei nº 13.921, de 17 de janeiro de 2012. Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, RS, 18 jan. 2012.

THIOLENT, Michel. **Pesquisa-Ação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

*Figura 1: Passas de pêsego sendo desidratadas em estufa.
Agroindústria Familiar Doce Vô Jordão
Fonte: Renato Cougo.*



*Figura 2: Jeropiga da Ilha dos Marinheiros. Agroindústria Familiar
Costa Dias
Fonte: Renato Cougo.*



Figura 3: Marmelada branca, passas de pêsego, de goiabas e figo

cristalizado. Agroindústria Familiar Doces Vó Jordão
Fonte: Renato Cougo.



SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Adriane Lobo Costa – Extensionista Rural/Supervisora da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS-ASCAR). Graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Pelotas (1986). Mestre em Educação Ambiental Universidade Federal do Rio Grande (1999), Especialização em Realidade Brasileira pela Universidade de Brasília (2005) e Especialização em Desenvolvimento Rural Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016). Atualmente trabalha no Escritório Municipal da Emater de Morro Redondo/RS.

Alice Bemvenuti – Diretora do Museu do Trem, São Leopoldo /RS. Graduada em Artes Visuais (FEEVALE, 1993). Mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2004). Mestre em Museologia pela Universidade de São Paulo (USP, 2016). Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do RioGrande do Sul (PUCRS). Durante 20 anos lecionou na Universidade Luterana do Brasil. Membro do CECA/ICOM. Membro do TICCHI-Brasil. Membro fundador do Coletivo de Museus Ferroviários Brasileiros. Membro estratégico da Red Latinoamericana de Museos Ferroviarios. Prêmio Monumenta - Educação Patrimonial (2008). Prêmio Trajetória Cultural – Mestra Shirley Amaro (2021). Prêmio Bolsa Ibermuseus (2023/2024). Coordena Projeto Caminhos Ferroviários – territórios percorridos.

André Luis Ramos Soares – Professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal de

Santa Maria/RS (UFSM). Docente efetivo do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural - PPGPC, mestrado profissional (UFSM). Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1993). Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1996). Doutorado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2005). Coordenador do Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (UFSM). Titular da cátedra UNESCO-UFSM de Humanidades: Fronteiras e migrações.

Caterine Henriques Mendes – Técnica em Assuntos Educacionais na Coordenadoria de Cultura da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do Instituto Federal Sul-rio-grandense. Graduada em História pela Universidade Federal de Pelotas/RS (UFPel). Mestre e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel).

Celeste Afonso – Doutoranda em Patrimônio, Tecnologia e Território (Universidade Autónoma de Lisboa e Instituto Politécnico de Tomar/ Portugal). Graduação em Licenciatura em Humanidades Ramo Formação Educacional (Universidade Católica Portuguesa, 1992), Pós-Graduação em Artes, Museu e Patrimônio (Universidade Lusíada, 2003), Mestrado em Gestão Cultural (Instituto Politécnico de Leiria, 2011). Investigadora no Centro de Geociências (CGeo) da Universidade de Coimbra. Áreas de Atuação: Paisagens Culturais, Identidades, processos participativos.

Daniele Behling Luckow - Professora Assistente no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas/RS (UCPel). Arquiteta e urbanista e Mestre e Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas/RS (UFPel). Coordenadora do Programa de Extensão de Apoio às Práticas Patrimoniais (PAPP/UCPel). É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) no Brasil, integra os Comitês Científicos de Teoria e de Documentação e representa a UCPel no Conselho Municipal de Cultura de Pelotas-RS desde 2021.

Fernanda Tomiello – Professora no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas/RS (UCPel). Arquiteta e urbanista e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas/RS (UFPel). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel). Coordenadora da Maquetaria Digital (UCPel).

Fernando Ermiro da Silva – Bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, 2006) e Mestre em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ, 2021) e Doutorando do Programa Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Coordenador do Museu Sankofa Memória e História da favela da Rocinha. Organizador, Livro “Contos da Rocinha: Memória Feminina em Três Tempos”. Autor, conto infantil

"Férias, Pipas e um pé de Jamelão", Coleção Literária Antirracista Besouro.

Flora Coelho Jerozolimski – Graduanda no curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Bolsista de Iniciação Científica (CNPQ – 2023/2024) e de Iniciação à Extensão UFPel (2024).

Francisca Ferreira Michelin – Professora Titular do Departamento de Museologia, Conservação e Restauro da Universidade Federal de Pelotas/RS (UFPel). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel), nível mestrado e doutorado. Mestre em Artes pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992). Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001). Pós-doutora pela Universidad de Sevilla (2023). Bolsista de produtividade em pesquisa, nível 2 do CNPQ.

Ingelore Scheunemann – Presidente do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Tomar, Tomar, Portugal. Presidente do HERITY Internacional, Roma, Itália. Graduação em Odontologia pela Universidade Federal de Pelotas (1973), mestrado em Unión Económica Europea - Universidad de Granada (2004) e doutorado em Estomatologia - Universidad de Granada (2000). Presidente da Assembleia Geral da Associação Internacional Humanidades para Gestão Cultural Integrada do Território – APHELEIA. Pesquisadora Associada do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra - CGeo, Coimbra, Portugal.

João Fernando Igansi Nunes – Professor Associado do Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Docente permanente nos Cursos de Bacharelado em Design e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL), nível mestrado e doutorado. Graduado em Licenciatura em Artes Visuais (UFPEL, 1997). Mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002). Doutor em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008). Pós-Doutorado (Professor Visitante CAPES PRINT/UFPEL), Departamento de Economia Geral, Universidade de Cádiz, Espanha, 2022.

Joseane da Silva Almeida – Professora no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas/RS (UCPel). Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL, 1984). Mestrado em Desarrollo Sustentable - Universidad Nacional de Lanús (2008). Funcionária Pública aposentada da Prefeitura Municipal de Pelotas, área de Planejamento Urbano.

Jossana Peil Coelho – Arquiteta e Urbanista (2008), Museóloga (2014), ambas graduações pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Mestre, doutora e pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Juliano Bitencourt Campos – Docente Associado dos Departamentos de História, Geografia, Gestão

de Turismo e Ciências Biológicas da Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina, Criciúma/SC (UNESC). Docente do Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Ciências Ambientais (PPGCA/UNESC). Mestre em Ciências Ambientais (UNESC/2010), Doutor em Quaternário, Materiais e Culturas pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro, Portugal (UTAD/2015). Investigador do Instituto Terra e Memória, Centro de Geociências de Coimbra (ITM/CGEO/Portugal). Bolsista de produtividade em pesquisa, nível 2 do CNPQ.

Laiana Pereira da Silveira – Designer de Moda pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Pelotas Visconde da Graça (2018). Mestre e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas/RS (UFPel).

Laura Ibarlucea Dallnona – Professora titular do Programa Arte e Patrimônio da Faculdade de Cultura da Universidade CLAEH (Montevideú). Graduação em Licenciatura em História (Instituto de Profesores Artigas, 1998), mestrado em Máster universitario en Museología (Universidad de Valladolid, 2007), mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel, 2015) e doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel, 2020)

Laura Gomes Zambrano – Professora e coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas/RS (UCPel). Arquiteta e urbanista. Mestre em Intervenção no Patrimônio Arquitetônico e Urbano - Universidad Nacional de Mar del Plata.

Doutora pela Universidad Pablo de Olavide- Sevilha/ Espanha. Faz parte do quadro técnico, como arquiteta e urbanista, da Prefeitura Municipal de Pelotas- Secretaria de Cultura/ Departamento de Memória e Patrimônio/ Pelotas. Atua no Programa de Apoio às Práticas Patrimoniais e Maquetaria Digital.

Leonardo Melgarejo – Extensionista Rural aposentado, membro Fundador e sócio ativo da Associação Brasileira de Agroecologia, do Movimento Ciencia Cidadã, da Rede irerê de Proteção à Ciencia e da Union de Cientificos Comprometidos con la Sociedad y la Naturaleza de América Latina. Graduação em Engenharia Agrônômica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 1976). Mestrado em Economia Rural (UFRGS, 1990). Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2000). Pesquisador/ colaborador do Movimento Ciência Cidadã, da Union de Cientificos Comprometidos con la Sociedad y la Naturaleza de America Latina - UCCSNAL, da Alianza Biodiversidad e da Red TECLA.

Luiz Oosterbeek – Professor do Instituto Politécnico de Tomar (IPT-Portugal). Graduado em História pela Universidade de Lisboa (1982). Doutorado em Doctor of Philosophy/Institute of Archaeology. University College of London, UCL, Inglaterra (1995). Coordenador do Instituto Politécnico de Tomar, Portugal (IPT); Presidente do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIPSH, Paris, Unesco), co-organizador do programa Unesco de Humanidades (BRIDGES). Presidente do Instituto Terra e Memória (ITM, Pt). Vice-

Diretor do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra. Vice-Presidente do HERITY International. Diretor do Museu de Arte Pré-Histórica de Mação.

Márcio Dillmann de Carvalho – Museólogo do Município de Gramado-RS, Coordenador do Museu Major José Nicoletti Filho. Graduado em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas/RS (UFPel, 2011). Mestre em História (UFPel, 2016). Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel, 2021).

Mariela Ceva – Investigadora Independiente Instituto del Profesorado Ciudad de Mercedes- Ar/CONICET. Graduação em Licenciatura em (Universidad Nacional de Luján). Doutorado em História (Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires).

Marlon Borges Pestana – Professor Adjunto do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Docente do Programa de Pós-Graduação em História (FURG). Graduação em História (FURG/2003). Especialista em História do Rio Grande do Sul: Sociedade, Política e Cultura (FURG, 2004). Mestre em História das Populações Indígenas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS, 2007). Doutor em História das Populações Indígenas (UNISINOS, 2014).

Pablo Lacoste – Pesquisador do Instituto de Estudios Avanzados (IDEA-USACH). Doutor em Estudos Americanos, especialidade em Estudos Internacionais, IDEA-USACH, 2000, Chile. Doutor em História,

Universidade de Buenos Aires, 1993, Argentina. Editor Chefe da Revista RIVAR. Autor do "O Pisco" nasceu no Chile. Gênese da primeira denominação de origem da América, Chile.

Pedro Teixeira Valente – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2015). Mestrado em Geografia com ênfase em Climatologia (UFRGS, 2018). Doutorado Geografia com ênfase em Climatologia (UFRGS, 2022). Especializado em eventos extremos de precipitação, trabalha com a climatologia subtropical e geografia histórica dos séculos XX e XXI no Rio Grande do Sul e Sudeste da América do Sul. Bolsista de Fixação de Recursos Humanos do CNPq - Nível C.

Renato Cougo dos Santos – Engenheiro de Alimentos na Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS-ASCAR), respondendo como Assistente Técnico Regional nas áreas de agroindústria familiar e cooperativismo do Escritório Regional de Pelotas. Graduado em Engenharia de Alimentos em Universidade Federal do Rio Grande (FURG, 1998). Mestre em Engenharia de Alimentos em (FURG, 2001).

Ricardo Acosta Gotuzzo – Servidor do Instituto de Oceanografia - Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutor em Ciências Atmosféricas (UFMS), Mestre em Ciências Atmosféricas (USP), é Físico (UFMS) e Meteorologista (UFPEL). Com pós-doutorado pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e pelo INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) é

membro permanente do Comitê Especial para Análises e Prognósticos de Eventos Extremos e coordenador do projeto "Perspectivas Futuras da Capacidade Hidrológica Brasileira sob Mudanças Climáticas: Avaliação de Riscos e Oportunidades".

Rosa Lía Barbieri – Pesquisadora da Embrapa Clima Temperado, em Pelotas, Rio Grande do Sul. Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Caxias do Sul/RS (UCS, 1992). Mestrado e Doutorado em Genética e Biologia Molecular pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 1999). Bolsista de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora do CNPq - Nível 1C.

Vanessa Bosenbecker – Professora de ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT) no Campus Rio Grande do IFRS. Arquiteta e urbanista. Mestre e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas/RS (UFPel). Membro externo da Maquetaria Digital do curso de Arquitetura e Urbanismo da UCPel e do Núcleo de Estudos da Arquitetura Brasileira da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFPel).

Wanderley Cavalcante – Coordenador do Museu do Trem da Várzea Grande, Gramado/RS. Graduação em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECe, 2004). Especialista em Didática do Ensino de História (UECe, 2014). Pesquisador e autor de livros em História Regional ('Gramado: dos primeiros povoadores à chegada do trem', 'Gramado nos caminhos do trem', 'Inventário de

acervos/fundos para a pesquisa da história de Gramado e região!).

Tipografia: Rawline
Fotografias: Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves
Fernando Guerrero Maruri
Luciana de Castro Neves Costa
Nathalia Etges
Neide Alessandra Vaz Ritter Quevedo
Olga Geni Pinto Jeck Cabral
Paula Pereira Pinto
Simone Pinho de Oliveira

Os textos apresentam-se na origem da língua escrita
(Português do Brasil e de Portugal, e Espanhol),
seguindo respectivas Normas Técnicas

Esta obra foi impressa pela
Formato 150x210mm
Distribuição gratuita



"No fluxo dos acontecimentos, a palavra mundo foi substituída por outra: futuro.

Se inicialmente pretendíamos discutir a capacidade dos museus, sejam quais forem esses, para promover ou intensificar a conexão entre o bem-estar e a sustentabilidade, fortalecer sua relação com as comunidades onde se encontram para ajudar as pessoas a entender as realidades que neles figuram e usar esse conhecimento para melhorar o mundo, no então presente dos fatos, o futuro se impôs: o que será de nós?

Queríamos, e todos precisavam de um futuro melhor."